

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LEANDRO RAFAEL PINTO

**A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA:
PARTICULARIDADES E TENDÊNCIAS**

**CURITIBA
2015**

LEANDRO RAFAEL PINTO

**A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA:
PARTICULARIDADES E TENDÊNCIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, curso de Doutorado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: **Prof. Dr. Francisco Mendonça**

**CURITIBA
2015**

P659a
2015 Pinto, Leandro Rafael.
A abordagem socioambiental na geografia brasileira :
particularidades e tendências / Leandro Rafael Pinto ; orientador,
Francisco de Assis Mendonça. - 2015.
199 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR,
2015
Bibliografia: f. 158-168

1. Geografia Ambiental - Aspectos Sociais - Brasil. 2. Geografia -
Brasil. 3. Meio Ambiente - Aspectos Sociais - Brasil. I. Mendonça,
Francisco de Assis. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de
Pós Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23. ed. - 910



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, na sala 109, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Tese de Doutorado do aluno **LEANDRO RAFAEL PINTO** intitulada “**A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: PARTICULARIDADES E TENDÊNCIAS**”, que obteve como resultado final: APROVADO.

(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça - orientador

Profª. Drª. Josefa Eliane Santana De Siqueira Pinto - UFSE

Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha - UEL

Profª. Drª. Marcia Oliveira - UNINTER

Profª. Drª. Salete Kozél Teixeira - PPGGEO/UFPR

Dedico esta tese aos que se foram e aos que virão.

Aos que se foram:

Dedico esta tese ao meu avô, Teófilo Banachek (*in memoriam*). Senhor de pouco estudo, porém de um conhecimento que não caberia em nenhuma tese. Sua presença, seus ensinamentos, suas simples palavras foram essenciais em toda minha vida e me ajudaram muito a me tornar o ser humano que sou.

A você meu vô, dedico este trabalho e meus eternos agradecimentos!

Aos que virão:

Dedico este trabalho a todos os alunos de graduação em Geografia do Brasil. Sei que poucos lerão isto, mas dedico este trabalho a vocês como forma de incentivo que continuem nesta árdua, porém recompensadora jornada, que é dedicar a vida aos estudos da Geografia. Nunca desistam, acreditem!

Não podemos ser os salvadores do mundo, porém sempre teremos em nossas mãos o conhecimento e a capacidade de transformá-lo!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Francisco de Assis Mendonça. Depois de 11 anos trabalhando ao seu lado ainda tenho muito a te agradecer, pelas orientações sempre destrutivas-constructivas, pela paciência e dom de ensinar, pelas palavras sempre de incentivo. Grande parte do profissional que sou, devo a você. Por isso sempre terás o meu muito obrigado!

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Agradeço aos professores por compartilharem seus conhecimentos comigo, aos técnicos por manterem toda esta estrutura sempre a nossa disposição e aos colegas e amigos que fiz ao longo desta jornada dentro de várias turmas e eventos.

Aos Programas de Pós Graduação em Geografia do Brasil, por manterem um trabalho sério e dedicado em prol da Geografia, desenvolvendo pesquisas, monografias, dissertações e teses. Sem esta seriedade e a disponibilidade de todo este material esta tese não teria se desenvolvido.

Aos Professores Doutores Leonardo Santos, Sylvio Fausto Gil Filho e José Edmilson de Souza Lima, membros da banca de qualificação. Suas críticas, sugestões e direcionamentos foram de grande valia para o bom andamento e conclusão desta tese.

Aos colegas do Projeto de Pesquisa *“Epistemologia da Geografia Contemporânea: Estruturação, particularidades, desafios e tendências da Geografia Ambiental”* da UFPR. Agradeço pelos momentos de discussão, de sugestões e decisões. Em especial agradeço ao Allan Michel e a Paula Raissa, bolsistas do Projeto, que me ajudaram muito e foram essenciais para o bom andamento desta tese, a vocês minha gratidão, respeito e promessa de sempre estar a disposição para retribuir por tudo.

Ao Instituto Federal Catarinense – *Campus Araquari* e São Francisco do Sul, primeiramente por conceder horário especial de estudante, para que eu pudesse nas sextas-feiras voltar para Curitiba/PR e fazer grande parte das disciplinas do Doutorado. Por me dar a oportunidade de conhecer colegas professores e técnicos maravilhosos que se tornaram grandes amigos e companheiros nesta jornada e, pelos alunos que sempre me deram orgulho, alegria e vontade de continuar. Obrigado Hélio, Alessandro, Adalto, André, Daniel's, Roberto, Dermival, Gicele, Felipe, Jatobá, Rafael, Ana, Marli, Juliana, Roberta, dentre tantos outros que tive o privilégio de conhecer e dividir sala, projetos, mesas, turmas, times...

Ao Instituto Federal do Paraná – *Campus Curitiba*, que me aceitou gentilmente dentro do seu corpo de servidores, realizando assim um sonho de voltar para casa e estar de volta em minha terra natal. Agradeço pela licença capacitação de 6 meses concedida, o que facilitou em muito a conclusão deste trabalho. Agradeço também a todos os amigos professores, técnicos e alunos que conheci até

hoje, pessoas incríveis que sempre tinham as palavras certas para mim e foram essenciais nos momentos decisivos da minha vida atual. Obrigado Gilberto, Ana, Adriano, Isis, Gislaine, Marcos, Danniella, Edilson, Denilson, Thiago, Ederson, Maristella, Magnus, Vagner, e tantos outros colegas de turmas, de cursos, de almoços e cafés...

Agradecimento especial aos colegas de trabalho, e companheiros da vida, Wilson Lemos Junior e Dalvani Fernandes. O primeiro pela parceria desde os tempos de IFC, pelas longas conversas, companheirismo e confiança. O segundo pela amizade que nunca me negou, pelas parcerias de Geografia, de viagens e pela ajuda imensa nos momentos finais desta tese.

A Wiviany, que esteve ao meu lado me apoiando e sendo minha base forte durante parte deste trabalho.

Aos amigos do Movimento Escoteiro e o amigos da Elite Boxe. Pessoas incríveis, que são ricas de conhecimento da vida, cada qual a sua maneira, e que mesmo sem entenderem algumas vezes o que eu estava fazendo, sempre me incentivaram a chegar além. Obrigado Evandro, Peter, Carol, Christian, Rafael, Ciro's, Jorgete, Luciano, Carlos, Marta, Maurício, Márcia, Sandra, Érica, Felipe, Richard, meus escoteiros e agora seniores, e a toda família Elite Boxe, em especial ao Thiago "Gajo" Patrui e a Suelen Macedo.

Agradeço aos amigos, que o passado nos uniu e o tempo nos separou, mas que os laços sempre vão existir. Amigos da Geografia: Felipe Vanhoni, Bruno, Thiago, Julio, Rafaela, Angelita, Leila, Lucas, Geovani, Flávio, Marcos, Patrícia, Alex, Larissa, dentre tantos bichos geográficos. Amigos da vida: Rafael, Felipe, Elder, Fernanda, Karin, Mariana, Keila e o meu grande parceiro de profissão, de pesquisa e de (des)aventuras, Ulysses.

A minha família, em especial minha mãe e meu pai, que se tornaram minha sustentação emocional e minha fonte de incentivo. Agradeço-os por estarem ao meu lado, espero ter me tornado um pouco do homem que esperavam de mim. A vocês serei sempre grato pelo dom da vida, do crescimento e por me darem as condições materiais e emocionais de crescer e me desenvolver enquanto ser social.

A todas as outras pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas no processo produtivo desta tese, meu muito obrigado.



*O estudo da natureza mostrará a vocês quão repleto de coisa
belas e maravilhosas Deus fez o mundo para vocês gozarem.
Alegrem-se com o que receberam e façam bom proveito disso.*

Olhem para o lado brilhante das coisas, ao invés do lado sombrio delas.

(Baden Powell, 1941)

Fundador do Escotismo, em sua 'Carta de Despedida', Nairobi – Quênia

RESUMO

Atualmente é unanimidade nas abordagens da Geografia o entendimento que a crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida, nem resolvida segundo perspectivas que isolam sociedade de natureza ou que ignoram uma delas. Com essa tendência, surgem formas de tentar expressar essa necessidade de inter-relação entre homem/sociedade e natureza/ambiente, destacando o surgimento na década de 1990 da abordagem socioambiental. Esta forma de abordagem passou a ser amplamente utilizado e difundido, e alguns autores da Geografia também repensaram suas formas de fazer ciência, o que levou a rever suas concepções, resultando em novas bases teórico-metodológicas para a abordagem do tema. Com isso tem-se nos últimos 15 anos uma série de trabalhos e pesquisas na Geografia brasileira que fazem uso deste discurso (entendido aqui como a regularidade dos conceitos, abordagens e métodos de um problema), chegando a se pensar na existência de uma Geografia Socioambiental. Sendo assim, este trabalho teve por objetivo analisar a existência desta abordagem na produção das teses de doutorado em Geografia no Brasil, pois elas trazem um panorama da produção intelectual desta ciência, principalmente se considerar nos últimos 20 anos, onde houve um crescimento muito grande no número de programas de pós-graduação e consequentemente no número de teses produzidas. A primeira fase da seleção das teses compreendeu o levantamento de todos os trabalhos produzidos no país nos programas de pós-graduação até o mês de outubro de 2014. Buscou-se junto a ANPEGE a lista dos programas com doutorado vigente e que já tem produção de teses (20 Programas), chegando a um total de 2264 teses produzidas no país desde a década de 1940. Num processo de filtragem com base nos títulos das teses e posteriormente na análise dos resumos, chegou-se a 72 obras que traziam características próximas a uma abordagem socioambiental em Geografia. A fase seguinte foi a análise do discurso do conteúdo geral de todos estes trabalhos, com vistas a verificar como o discurso Socioambiental era utilizado, procurando semelhanças, disparidades e contradições no uso da abordagem socioambiental. O resultado obtido revelou que mais da metade das teses se aproximaram de um padrão de discurso socioambiental, respondendo as questões propostas aos problemas. O resultado também revelou que há uma dispersão com relação aos programas de pós-graduação onde estas teses foram produzidas e, uma variedade de orientadores responsáveis pelas mesmas. Apesar do padrão existente não é possível afirmar que estas teses comprovam a existência de uma nova corrente de pensamento que possa ser denominada de Geografia Socioambiental, porém os resultados mostram que na verdade existe uma Tendência dentro da produção de teses geográficas no Brasil que dá indícios de uma mudança na forma de se abordar os conflitos entre sociedade e natureza, por meio do viés da Geografia.

Palavras-Chave: Ciência; Tendências; Abordagem Socioambiental; Geografia Socioambiental.

ABSTRACT

Presently is unanimous in Geography approaches the understanding that the contemporary environmental crisis cannot be comprehended nor resolved according to prospects that isolate society of nature or ignore one of them. With this trend, ways of trying to express this need for inter-relationship between man and society, and nature and environment come up, emphasizing the emergence in the 1990s of the socio-environmental approach. This approach has become widely used and widespread, and some authors in Geography also rethought their ways of doing science, which led to revise their concepts, resulting in new theoretical and methodological basis for approaching the subject. Accordingly, at the last 15 years there are a range of papers and researches in Brazilian Geography which use this speech (understood here as the regularity of concepts, approaches and methods of a problem), even considering the existence of a Social-Environmental Geography. Therefore, this paper aimed to analyze the existence of this approach in the doctoral theses production in Geography in Brazil, since they often contain an overview of the intellectual production in this science, especially considering the last 20 years, there was a large increase in the number of post-graduate programs and subsequently the number of theses produced. The first phase of selecting the theses included the survey of all theses produced in national post-graduate programs, up to October 2014. Based in ANPEGE's registers, there was searched the list of the existing doctoral programs which already have theses production (20 programs), reaching a total of 2264 theses produced in Brazil since the 1940s. In a filtering process based on the titles of the theses and later on analysis of the abstracts, there were verified 72 theses comprising similar characteristics to a socio-environmental approach in Geography. The next phase included the discourse analysis of the general contents of all these theses, in order to verify how the Socio-environmental speech was used, looking up for similarities, differences and contradictions using the socio-environmental approach. The result revealed that more than half of the theses approached a pattern of socio-environmental discourse by answering the questions sat to the problems. The result also revealed that there is dispersion with respect to post-graduate programs in which those theses were produced and a variety of advisors responsible for them. Regardless the existing pattern it is not possible to say those theses prove the existence of a new school of thought that can be labeled as Environmental Geography, however, the results show that in fact there is a trend within the geographical theses production in Brazil indicating a change in the way of approaching the conflicts between society and nature through the bias of Geography.

Keywords: Science; Trends; Socio-environmental Approach; Socio-environmental Geography.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS e LISTA DE QUADROS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS	iv
INTRODUÇÃO.....	01
METODOLOGIA.....	06
1. A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL NO CAMPO DA CIÊNCIA: Marcos Iniciais e Questionamentos Ontológicos.....	13
1.1 A CIÊNCIA, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A SUA EVOLUÇÃO.....	13
1.1.1 Obstáculos Epistemológicos, Revoluções Científicas e Tradições de Pesquisa.	17
1.2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA BRASILEIRA E SUAS DIVISÕES EPISTEMOLÓGICAS: COMO DEFINIR O SOCIOAMBIENTAL?.....	26
1.2.1 As Escolas de Pensamento na Geografia Moderna.....	29
1.2.2 As Correntes de Pensamento na Geografia Moderna.....	32
1.2.3 As Vertentes do Pensamento Geográfico Moderno.....	37
1.2.4 As Tendências na Construção do Pensamento Geográfico Moderno.....	38
2. A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA: Elementos de sua gênese e de sua estruturação.....	41
2.1 GEOGRAFIA FÍSICA: DA SISTEMATIZAÇÃO DA CIÊNCIA À <i>NEW GEOGRAPHY</i>	41
2.2 GEOGRAFIA ECOLÓGICA/AMBIENTAL: DA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA A SUA CONSERVAÇÃO.....	49
2.3 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL: DISCUSSÕES INICIAIS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO NAS CIÊNCIAS.....	54
2.4 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: A ABORDAGEM INICIAL PELA GEOGRAFIA..	64
2.5 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA: DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA AOS DESAFIOS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO COMO GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL.....	68
3. A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA.	75
3.1 CORPUS DA ANÁLISE: AS TESES DE DOUTORADO.....	75
3.2 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL EM PRIMEIRA EVIDÊNCIA.....	88
3.2.1 As teses e suas situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza.....	89
3.2.2 As teses e o enfoque centrado na diversidade dos problemas.....	97
3.2.3 As teses e a busca contínua de solução para ambas as partes.....	104
3.2.4 As teses e a abordagem Multi e Interdisciplinar.....	109

3.3 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL EM SEGUNDA EVIDÊNCIA.....	115
3.3.1 As teses e suas situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza.....	116
3.3.2 As teses e o enfoque centrado na diversidade dos problemas.....	122
3.3.3 As teses e a busca contínua de solução para ambas as partes.....	130
3.3.4 As teses e a abordagem Multi e Interdisciplinar.....	136
4. A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA: CONSOLIDAÇÃO E TENDÊNCIAS (?).....	142
4.1 ANÁLISE DA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE TESES.....	142
4.2 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: TENDÊNCIAS OU UMA NOVA CORRENTE DE PENSAMENTO?.....	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	169

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Número de Dissertações/Teses produzidas com o assunto “Geografia Socioambiental” segundo o Banco de Teses da CAPES.....	05
Figura 02 – Esboço Metodológico.....	08
Figura 03 – Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.).....	71
Figura 04 – Relação entre Geografia Física, Ambiental e Socioambiental.....	72
Figura 05 – Cursos de Pós-graduação em Geografia – Doutorado Brasil (1979 a 2012).....	78
Figura 06 – Geografia: Quantidade de Teses Produzidas por Estado (2010 a 2012).....	79
Figura 07 – Geografia: Quantidade de Teses Produzidas por Município (2010 a 2012).....	80
Figura 08 – Esquema metodológico de seleção das teses de doutorado em Geografia.....	83
Figura 09 – Número de teses por ano com “Abordagem Socioambiental” na Geografia Brasileira.....	87
Figura 10 – Número de teses por ano de produção com o termo “Socioambiental” no título no âmbito da Geografia brasileira.....	88
Figura 11 – Número de teses por ano de produção com o discurso “Socioambiental” no Resumo.....	116
Figura 12 – Número de teses por ano com a abordagem Socioambiental (pós filtro dos quatro princípios).....	143
Figura 13 – Número de teses com a abordagem socioambiental na Geografia por universidades no Brasil.....	144
Figura 14 – Grupos de Trabalho do XI Encontro Nacional da ANPEGE/2015.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Padrões de Crescimento Econômico segundo Ignacy Sachs.....	56
Quadro 02 – Total de teses Selecionadas em cada fase da Filtragem.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPEGE – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ONU – Organização das Nações Unidas

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SAU – Sistema Ambiental Urbano

SCU – Sistema Clima Urbano

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Desde a organização dos seres humanos em grupos sociais houve a necessidade da exploração da natureza disponível para fins de sobrevivência, a partir de então, ocorreu a intensificação da influência mútua entre esses elementos, o que gerou diferentes resultados para ambas as partes.

Essa relação de exploração se manteve na maior parte do tempo de forma crescente, principalmente durante o desenvolvimento da sociedade antiga, medieval e moderna. Contudo, o período do pós-grandes guerras mundiais (séc. XX) marca o início de uma nova consciência da relação entre sociedade e natureza, principalmente após as revoluções industriais que aceleraram o desenvolvimento econômico de muitos países, mas conseqüentemente agravaram em muito os problemas ditos ambientais de nível local a global. Segundo Moscovici (2007, p.108) neste período “as sociedades abstratamente socialistas e as sociedades concretamente liberais esgotavam os recursos, poluíam o ar e as águas, eliminavam as espécies, multiplicavam a energia nuclear” sem se preocupar com as conseqüências futuras destes atos.

Em contrapartida, havia por parte da comunidade de pesquisadores e defensores da natureza um crescente alerta com os problemas ambientais o que levou os setores da política, das sociedades organizadas e da própria comunidade científica, de diferentes partes do globo, a repensarem sobre as conseqüências da forma como se interagia com o planeta. Para Sachs (1998, p.152) “neste fim de século XX, o social e o ecológico surgem como preocupações maiores em vista dos estragos produzidos pela hegemonia do econômico e o primado da lógica do mercado sobre a das necessidades”.

Neste contexto de complexização da questão ambiental os termos em voga, que propunham a conflituosa relação entre a sociedade e natureza, mostravam-se cada vez mais insuficientes, surgem então formas de tentar expressar de forma mais clara essa necessidade de inter-relação entre homem/sociedade e natureza/ambiente, destacando o surgimento e uso dos termos *socio-ecological* (na língua inglesa), *socio-ecologique* (na língua francesa), *ökosozial* (na língua alemã) e na língua portuguesa o uso e difusão do termo *socioambiental* (VEIGA, 2007). O que se tem como unanimidade nestas abordagens é o entendimento que a crise ambiental contemporânea não pode ser compreendida, nem resolvida segundo perspectivas que isolam sociedade de natureza ou que ignoram uma delas. Para

Moscovici (2007, p.32) é o momento em que é preciso “restabelecer a unidade quebrada ou perdida entre duas partes de nossa existência, de nossa vida, a sociedade e a natureza, como se elas fossem anteriores à fratura operada pelo movimento histórico”.

A perspectiva Socioambiental implica, conforme Mendonça (2001, p.126) no fato de que “o termo *socio* aparece, então, atrelado ao termo *ambiente* para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito/elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea”.

A concepção de meio ambiente não pode excluir a sociedade, deve sim, compreender que sociedade, economia, política e cultura fazem parte de processos relativos à problemática ambiental contemporânea – sociedade como componente e como sujeito dessa problemática (NASCIMENTO, 2008).

Ainda sobre o uso deste termo Mendonça (2004, p.126) reforça que,

a terminologia *socioambiental*, [...] não explica somente a perspectiva de enfatizar o necessário envolvimento da sociedade como elemento processual, mas, é também, decorrente da busca de cientistas naturais a preceitos filosóficos e da ciência social para compreender a realidade numa abordagem inovadora [...]

Com isso, o neologismo do termo “Socioambiental” passou a ser amplamente utilizado e difundido na última década na mídia, nos debates e nas ciências como um todo. Esse engajamento fez com que alguns autores da Geografia também repensassem a sua forma de conceber ciência, o que a levou a rever suas concepções, resultando na busca e na formulação de novas bases teórico-metodológicas para a abordagem do tema.

Porém, no caso da Geografia, a abordagem socioambiental não foi adotada de forma unânime por todos os estudiosos, principalmente após o final da década de 1980, haja visto que o pensamento geográfico da época passava por intensas mudanças e transformações; tal abordagem foi somente adotada/aceita, de início, por alguns pesquisadores que tiveram contato maior com os movimentos ecologistas da época, em especial os que trabalhavam com a chamada Geografia Ecológica/Ambiental.

A Abordagem Socioambiental foi se difundindo na Geografia à medida que novas questões apresentadas a esta ciência não podiam mais serem respondidas com base nas teorias e métodos então vigentes. O crescimento ao longo da década

de 1990 e início do século XXI, de estudos na perspectiva socioambiental e do emprego do termo *Socioambiental* na Geografia foi tanto, ao ponto de ensejar a formação de uma corrente da Geografia Socioambiental como delineou Mendonça (2001, 2002).

Todas estas constatações revelam as problemáticas centrais desta tese:

1. Quais as características necessárias que um ramo de uma ciência deve assumir para se consolidar como uma nova forma de se trabalhar dentro da mesma?
2. Que elementos teóricos e metodológicos configurariam uma nova forma de pensamento dentro da Geografia no Brasil que possam delinear a identidade da Geografia Socioambiental?
3. Qual a dimensão e as particularidades da produção geográfica atual? Esta produção é significativa a ponto de se configurar numa nova forma de abordagem?
4. Se sim, que elementos lhe dão suporte? Qual o perfil teórico e metodológico?

Esta tese tem como hipótese central: a produção geográfica brasileira atual, em especial das teses de doutorado, apresenta elementos suficientes que delinham a formação de uma abordagem socioambiental com características particulares. No âmbito dessa crescente produção é possível identificar elementos de ordem estruturante que subsidiam a constituição de uma linha de pensamento que pode ser concebida como Geografia Socioambiental.

Estas questões e hipótese estão na gênese da construção desta tese. Ela tem como objetivo principal analisar a produção geográfica brasileira das últimas décadas na perspectiva de identificar os elementos constituintes (gênese, estruturação e tendências) da abordagem socioambiental na Geografia do país.

Dentre os objetivos específicos estão:

1. Identificar, por meio de revisão bibliográfica, todos os temas envolvidos neste trabalho, principalmente sobre História da Ciência e Epistemologia; História da Geografia e seu desenvolvimento; Pensamento Ambiental e Socioambiental; etc.;
2. Analisar as obras de referência sobre o estudo das Ciências e da Geografia para escolha do uso de terminologias adequadas ao trabalho desenvolvido;
3. Levantar a produção científica geográfica brasileira das teses de doutorado e analisá-las com fins de constatação do objetivo principal;
4. Identificar elementos de ordem genética e estrutural, bem como as tendências da abordagem socioambiental na Geografia brasileira e verificar sua consistência para

a constituição de uma forma de pensamento específica no âmbito da ciência geográfica;

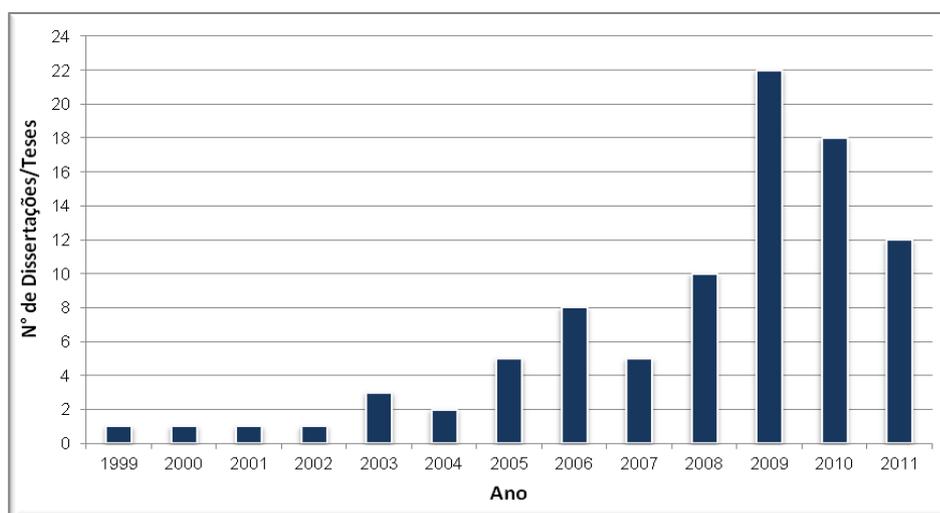
5. Propor, por meio da análise dos dados e da bibliografia obtida, um padrão de elementos teórico-metodológicos que possam ser utilizados como referência caso haja constatação da existência de uma Geografia Socioambiental;

A presente tese tem como justificativa os motivos já relatados ligados as mudanças pela qual a Geografia vem passando no que se refere a sua abordagem perante os problemas que lhe são apresentados, principalmente no que se refere ao uso do termo “Socioambiental” em sua produção e divulgação científica. Sobre isso, se destaca o emprego do termo Socioambiental em artigos, teses, eventos e afins da área de Geografia no Brasil.

Um dos exemplos que se pode utilizar com relação ao uso deste termo são os eventos recentes da Geografia (regional e nacional) e alguns promovidos em âmbito internacional, que utilizam em seus eixos temáticos, grupos de trabalho, mesas-redondas e até mesmo tema do evento o termo *Socioambiental*. Cita-se como referência os Encontros Nacional da ANPEGE (2009, 2013 e 2015), O Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (2009 e 2011), Seminário Ibero-Americano de Geografia Física (2010), Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica (2010) e Encuentro de Geógrafos de América Latina (2011).

O Banco de Teses da CAPES (consultado no ano de 2012), ao especificar no campo *Assunto* as palavras “Geografia e Socioambiental” resultava 89 dissertações/teses que trabalham diretamente com esse tema, constata-se (Figura 01) o crescimento no número de trabalhos que também revela a frequência deste tema na produção geográfica atual.

Figura 01 – Número de dissertações e teses produzidas com o assunto “Geografia Socioambiental” segundo o Banco de Teses da CAPES



FONTE: Banco de Teses da CAPES, 2012.
Org.: PINTO, 2012.

No âmbito da Geografia em nível escolar também é possível visualizar o uso do termo Socioambiental, principalmente no documento base da educação brasileira (Parâmetros Curriculares Nacional, BRASIL, 1997). O Caderno de Geografia do 3º e 4º Ciclo (entre a 5ª e 8ª série) concebe que:

“[...] as propostas pedagógicas separam a Geografia Humana da Geografia da Natureza em relação àquilo que deve ser apreendido como conteúdo específico: ou a abordagem é essencialmente social (e a natureza é um apêndice, um recurso natural), ou então se trabalha a gênese dos fenômenos naturais de forma pura, analisando suas leis, em detrimento da possibilidade exclusiva da Geografia de interpretar, compreender e inserir o juízo do aluno na aprendizagem dos fenômenos em uma **abordagem socioambiental**.”

Nesta mesma perspectiva o Caderno do Ensino Médio (Parâmetros Curriculares Nacional) traz como competência e habilidade a ser objetivada no ensino da Geografia a capacidade de “compreender a natureza e a sociedade como conceitos fundantes na conceituação do espaço geográfico” (BRASIL, 1997), revelando a necessidade da abordagem socioambiental na metodologia de ensino da Geografia.

Por fim, ressalta-se que o tema desta tese é parte integrante dos estudos do Grupo de Pesquisa em “*Epistemologia da Geografia Contemporânea: Estruturação, particularidades, desafios e tendências da Geografia Ambiental*” coordenado pelo Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça e desenvolvido junto ao Departamento de Geografia da Universidade Federal Paraná.

METODOLOGIA

Tomando como base os objetivos propostos para o desenvolvimento desta tese, acredita-se que o método mais adequado para analisar o histórico da Geografia como ciência, suas concepções, métodos e abordagens, mudanças pelo qual ela foi passando e cenário atual que pode levar a concretização de uma Geografia Socioambiental é o método hipotético-dedutivo associado à análise do discurso.

Este método é segundo Japiassu & Marcondes (2001, p.94) aquele “através do qual se constrói uma teoria que formula hipóteses a partir das quais os resultados obtidos podem ser deduzidos, com base nas quais se podem fazer previsões que, por sua vez, podem ser confirmadas ou refutadas”.

Para Sposito (2004) neste método “o objeto prevalece sobre o sujeito, ou seja, o objeto estudado é posicionado a montante, influenciando o pesquisador e seus conhecimentos [...], o real é descrito por meio de hipóteses e deduções.” Neste caso não se tem um objeto de estudo fixo, mas sim, um campo de questionamentos e reflexões sobre a Abordagem Socioambiental na Geografia. A falta de constatações empíricas de tal abordagem como forma de pensamento, dentro da Geografia, leva a formulação de hipóteses e deduções que conduzem a sua comprovação.

Sendo assim, a associação entre o método hipotético-dedutivo e a análise do discurso oferece o suporte para a análise da abordagem socioambiental em muitas produções acadêmicas na Geografia brasileira na presente tese. Parte-se do princípio dedutivo que o conhecimento geral está em compreender a abordagem socioambiental e o que se verifica no particular é sua aplicação na produção da Geografia nacional.

No que se refere a leitura crítica das teses de doutorado, fonte de dados nesta pesquisa, optou-se por seguir os preceitos da análise do discurso propostas por Foucault (2013). Com este método será possível compreender as linguagens enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história.

Para Mendes e Silva (2005, p.16) a “Análise do Discurso leva em conta o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto sistemas abstratos. Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem”. Com este ato, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua

historicidade, compreendendo assim os contextos e consequências do discurso criado.

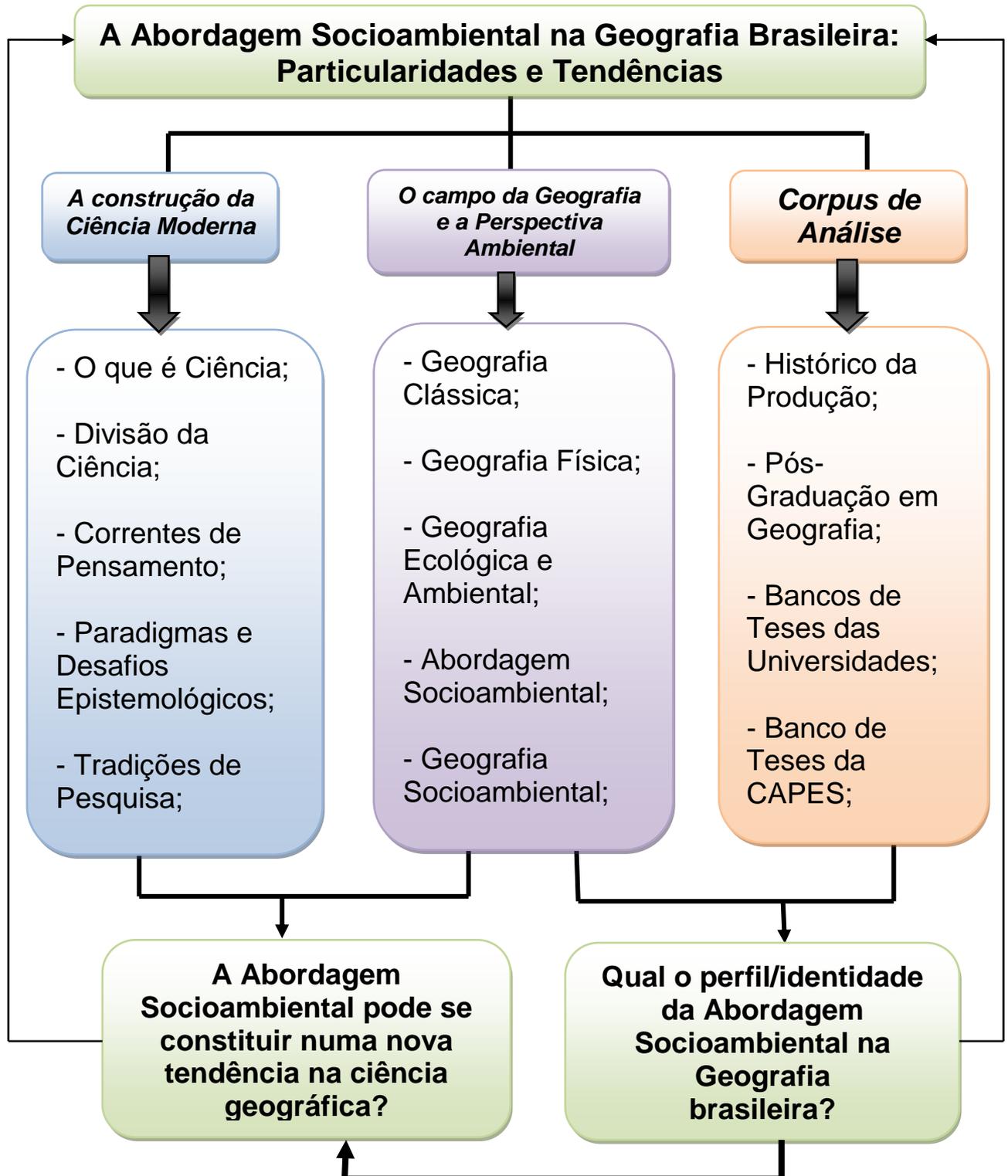
Para Foucault (2013) o discurso é uma dispersão, visto que, não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Somente por meio das regras de formação seria possível elencar os elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem, coexistem e se transformam num espaço comum discursivo, os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso, os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum, os temas e teorias (sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias).

Em outras palavras, essas regras que determinam uma formação discursiva são vistas como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. São elas que conferem singularidade às formações discursivas e que possibilitam a passagem da dispersão para a regularidade, que é atingida pela análise e descrição dos enunciados de tais formações.

Neste sentido entende-se que a análise das produções acadêmicas da Geografia brasileira poderá levantar componentes para a identificação de elementos constituintes do surgimento, fortalecimento e dispersão da abordagem socioambiental na Geografia.

Para a elaboração do presente estudo tomou-se por base uma estruturação esquematizada no esboço metodológico (Figura 02) a seguir.

Figura 02 – Esboço Metodológico



Num primeiro momento, após os questionamentos suscitados foi necessário buscar uma compreensão para a construção e contextualização da ciência moderna, para isso se busca as bases filosóficas e epistemológicas da definição de ciência, sua configuração moderna e então compreende-se a forma como ela pode se dividir ou criar novas ciências, tanto na ciência geral quanto no âmbito da Geografia, surgindo assim termos como correntes, vertentes, tendências e escolas de pensamento.

Paralelamente são aprofundadas algumas questões da história da ciência que podem ser aplicadas nesta pesquisa como: a definição dos paradigmas (KHUN, 2009), dos obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996) e das tradições de pesquisa (LAUDAN, 2011).

Num segundo momento a atenção centralizou-se no campo da disciplina geográfica. Nesta fase da pesquisa foram analisadas obras de referência desta ciência, em especial àquelas ligadas a Geografia Física, pois o objetivo é compreender a evolução dos diferentes perfis das pesquisas ao longo da história que caracterizaram a coexistência e, em alguns casos, a transição da Geografia Física para uma Geografia Ecológica/Ambiental até o surgimento de uma Geografia dita Socioambiental, ou elementos de trabalho que a caracterizem. Neste momento, como no princípio, a reflexão teve como base a contribuição de vários pensadores, registradas em obras clássicas da Geografia brasileira e internacional.

Outra vertente de trabalho nesta fase corresponde à análise de obras que teriam sido de referência para autores da Geografia na constituição de uma abordagem socioambiental aos problemas que se apresentavam, em especial a partir da década de 1970. São focados os autores Ignacy Sachs, Serge Moscovici e Edgar Morin, que atuando em seus ramos de conhecimento teriam constituído as bases de um pensamento que envolvia a análise da natureza/ambiente sem deixar de lado o caráter social/humano dos dilemas do momento em que viviam. A leitura destes autores por geógrafos da época pode ter fornecido subsídios a esta transição geográfica para a possível constituição de uma abordagem socioambiental na Geografia.

O terceiro momento foi marcado pela análise da construção dos documentos principais na produção recente da pós-graduação em Geografia do Brasil. Nesta fase foi delimitado o espaço amostral do que se consideraria como produção geográfica significativa para a caracterização da forma de se fazer o pensamento

científico desta área. Tendo em vista a imensa produção de artigos científicos, revistas, monografias, dissertações e teses na atualidade (e os conteúdos de todas essas formas de divulgação do conhecimento), optou-se então por analisar somente as teses de doutorado produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil desde os primeiros registros feitos até os anos mais recentes.

A escolha de trabalhar somente com as teses está na contribuição trazida por este estilo monográfico de produção intelectual: o caráter inédito e de considerável valor científico. Para Severino (2007, p. 221) as teses de doutorado devem trazer contribuições suficientemente originais sobre o tema pesquisado. Para o autor:

Ela deve representar um progresso para a área científica em que se situa. Deve fazer crescer ciência. Quaisquer que sejam as técnicas de pesquisa aplicadas, a tese visa demonstrar argumentando e trazer uma contribuição nova relativa ao tema abordado.

De início se optou em trabalhar com as teses produzidas nos únicos programas de doutorado existentes no Brasil até o início da década de 1990 (encontrados nas universidades com maior história no país), são eles: o Programa de Doutorado em Geografia da USP (Geografia Física e Humana), o Programa de Doutorado da UFRJ (antiga Universidade do Brasil) e o Programa de Doutorado da UNESP – Rio Claro. Segundo as expectativas, nesses três programas poderiam haver os primeiros sinais da introdução de uma Abordagem Socioambiental na Geografia, o que poderia ter desencadeado uma série de outras produções que formariam a base de uma Abordagem Socioambiental na Geografia do Brasil.

Para ampliar os resultados esperados foi feito a consulta aos bancos de teses dos próprios programas de pós-graduação em Geografia do Brasil (a maioria destes vinculados aos bancos de teses das universidades), num segundo momento a consulta ao banco de teses da CAPES. Esses dados (teses) foram organizados em um ambiente único para consulta e seleção das teses a serem trabalhadas nesta pesquisa. Cabe destacar que foi utilizado como meio principal de consulta nas teses, o título e o resumo disponível nas mesmas e, quando se fez necessário, também consulta à obra como um todo. Estas teses foram analisadas à fim de encontrar as características básicas de uma Abordagem Socioambiental em Geografia que foram definidas na etapa anterior já citada.

É importante ressaltar então que na primeira parte deste trabalho foi feito um resgate histórico da constituição da abordagem ambiental/socioambiental, principalmente com base nas obras de referência da ciência e posteriormente da

Geografia e, na fase seguinte, parte-se para a identificação deste tema nas teses de doutorado produzidas em Geografia no país.

Este processo de pesquisa possibilitou levantar elementos e argumentos para o quarto e último momento desta tese, que se dedicou a análise de todas as informações obtidas até então com a finalidade da formulação da tese principal. A imbricação entre eles permitiu:

- 1) Confirmar ou refutar a hipótese de que a Geografia Socioambiental é uma nova forma de pensamento dentro da ciência geográfica. Para tanto se trabalhou com as informações obtidas na primeira e segunda etapa desta metodologia, ou seja, através das leituras sobre epistemologia e história da ciência se delimitou os requisitos para caracterização de uma nova corrente de pensamento dentro de uma ciência e, a partir daí, reuniu-se os fatos obtidos através das leituras da história da Geografia (Física, Ecológica/Ambiental, Socioambiental) para assim chegar as conclusões necessárias.
- 2) Confirmar ou refutar a hipótese de que a Abordagem Socioambiental é utilizada atualmente nas pesquisas geográficas. Esta verificação veio através das leituras que caracterizaram a Abordagem Socioambiental em Geografia (através do histórico já citado), com as pesquisas dos bancos de teses de doutorado dos programas de pós-graduação do Brasil, ou seja, aliou-se à teoria (bases da Abordagem Socioambiental) a prática (aplicação nas teses de doutorado).

Sendo assim, esta tese se apresenta estruturada da seguinte maneira:

Capítulo 1 – *A Geografia Socioambiental no campo da Ciência: Marcos iniciais e questionamentos ontológicos*. Este capítulo se dedicou a apresentar os principais aspectos encontrados com relação a constituição da ciência moderna, seus paradigmas, obstáculos epistemológicos e tradições de pesquisa, além claro de toda a base ligada a divisão de uma ciência, em especial na Geografia.

Capítulo 2 – *A Abordagem Socioambiental na Geografia: Elementos de sua gênese e estruturação*. Este capítulo trouxe o aparo resultante da investigação sobre a história da Geografia e como a abordagem ambiental/socioambiental foi se

constituindo ao longo dos anos dentro desta ciência. Há um subcapítulo dedicado a apresentar as contribuições dos autores já citados: Saches, Moscovici e Morin. No final, apresentou-se o que se entende como uma abordagem socioambiental na Geografia.

Capítulo 3 – *A Geografia Socioambiental na produção científica brasileira.* Neste capítulo apresentou-se todo o corpus de análise do trabalho, ou seja, os critérios e a seleção das teses bem como a análise do discurso feita para cada uma das obras, suas similaridades, diferenças e contribuições para o tema central desta tese.

Capítulo 4 – *A Abordagem Socioambiental na produção geográfica brasileira: consolidação e tendências.* Este capítulo se dedicou a apresentar as conclusões do trabalho. Neste são feitas as correlações entre os temas desenvolvidos nos capítulos 1 e 2 com as particularidades encontradas no capítulo 3. Apresentou-se também a conclusão geral da tese acerca da existência da Geografia Socioambiental no Brasil como tendência atual.

Finalizou a tese as *Considerações Finais*, na qual espera-se deixar as contribuições necessárias a compreensão da Abordagem Socioambiental na Geografia do Brasil, e também de forma a contribuir para que no futuro novas pesquisas venham a ampliar o horizonte de análises e resultados sobre este tema.

1. A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL NO CAMPO DA CIÊNCIA: Marcos Iniciais e Questionamentos Ontológicos

Neste primeiro capítulo apresentam-se as contribuições para a reflexão acerca das questões ligadas a noção de Ciência Moderna, os marcos históricos que levam a sua evolução e, as situações que podem levar a divisões dentro de uma ciência. Esta base auxiliou na constatação da existência de uma Geografia Socioambiental, a partir do momento que se apresentou as características que a mesma tem e como estas formam seu escopo teórico-prático-metodológico.

1.2 A CIÊNCIA, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A SUA EVOLUÇÃO

Partindo da hipótese já apresentada faz-se necessário o entendimento do que caracteriza a Geografia enquanto ciência, quais critérios se podem adotar para definir uma nova forma de pensamento dentro da Geografia e, como todos estes fatos podem estar relacionados a existência de uma abordagem socioambiental na Geografia brasileira ou mesmo a Geografia dita Socioambiental.

A ciência, nos moldes que se conhece hoje, foi sendo estruturada e definida ao longo de séculos, muitas vezes pautada por grandes rompimentos com a forma tradicional ou vigente de agir e pensar, como é o caso do Renascimento e do Iluminismo, citando os casos mais clássicos da história ocidental (SANTOS, 2010).

A ciência como se conhece hoje, a chamada ciência moderna, se estrutura a partir do séc. XVIII sob fortes influências de uma série de marcos históricos que levaram a grandes modificações sociais, políticas e econômicas no mundo. Tem-se a passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea marcada pelas Revoluções Francesa e Industrial, além de uma série de outras mudanças advindas destes marcos como a expansão do capitalismo, a urbanização explosiva dos maiores centros da Europa e a constituição do Estado Moderno.

Todos estes fatos estão diretamente relacionados às mudanças que ocorreram na forma de se fazer ciência, afinal surgem novas demandas advindas das modificações citadas: o Estado necessitava conhecer melhor seus territórios, suas bases naturais e seus potenciais de exploração dos recursos (SAEZ, 1986); as indústrias cada vez mais necessitavam de matéria prima, de novas técnicas de produção, fontes de energia ou mesmo de mão de obra (HOBBSAWN, 2005); e as

idades exigiam novas ideias sobre a urbanização, saneamento, saúde, dinâmica social, dentre outros. Para Chauí (2010, p.328) “no caso da modernidade, o vínculo entre ciência e aplicação prática dos conhecimentos (tecnologias) fez surgirem objetos que não só facilitaram a vida humana (meios de transporte, de iluminação, de comunicação, de cultivo do solo, etc.), mas aumentaram a esperança de vida (remédios, cirurgias, etc.)”.

Berman, por sua vez, (1986, p.10) afirma que,

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes.

Estes são os considerados fatores externos de desenvolvimento da ciência moderna que podem ser os fatores sociais, ou como afirma Saez (1999, p.09) “os fatores intelectuais externos que influem na ciência, ou seja, conhecimentos exteriores não propriamente científicos, mas incorporados à prática e às teorias científicas”.

A ciência era um instrumento a serviço do Estado e da burguesia crescente, principalmente financiada pelo capitalismo crescente que trazia a noção de progresso para muitas sociedades e países. Para Hobsbawn (2005, p.170) o progresso era tão natural quanto o capitalismo, para o autor “se fossem removidos os obstáculos artificiais que no passado lhe haviam colocado, se produziria de modo inevitável; e era evidente que o progresso da produção estava de braços dados com o progresso das artes, das ciências e da civilização em geral”.

Com isso a ciência passa a ganhar status nas sociedades modernas mais desenvolvidas, e a figura do cientista, seja ele de profissão ou prática eventual, passa a se tornar algo frequente entre as reuniões das mais altas classes sociais. Segundo Berman (1986, p.83), “se os quadros científicos e tecnológicos acumularam vastos poderes, na sociedade moderna, isso se deve ao fato de que suas visões e valores apenas ecoaram, amplificaram e concretizaram os nossos próprios valores e visões.”

Com relação ao Estado Nacional, este passa também a incentivar os avanços e pesquisas científicas, gerando financiamentos as Universidades e grupos de pesquisa, principalmente visando o progresso econômico. Para Saez (1999, p.17)

“em toda esta evolução, foi essencial o papel crescente do Estado, condutor das demandas sociais e das necessidades do aparato produtivo e que, desde o séc. XIX, apresentava uma intervenção cada vez mais importante no incentivo científico.”

Nesta tendência a ciência moderna adquiriu um caráter não mais de contemplação da Natureza, mas sim a ideia de intervir na Natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. Afinal, “a ciência não é apenas contemplação da verdade, mas é sobretudo o exercício do poderio humano sobre a Natureza” (CHAUÍ, 2010, p.324).

Esses rompimentos tiveram como base os critérios que definiriam a racionalidade do que se poderia considerar conhecimento científico, excluído assim os conhecimentos míticos, religiosos ou populares, que teriam como função primordial revelar os enigmas da natureza e clarificar o pensamento humano obscurecido pelos dogmas religiosos, ideológicos ou organizacionais (OLIVA, 2003).

Tomou-se como estruturação que um conhecimento científico difere-se dos demais por ser real (baseado em fatos ou ocorrências); em hipóteses sobre os fenômenos que podem ser comprovados ou negados; por ser falível, ou seja, não ser uma verdade única e incontestável; por seguir uma lógica de raciocínio; e por seguir um método para experimentação e comprovação dos resultados, o que poderia ser repetido por aqueles descrentes das conclusões. Estes critérios foram sendo melhor estruturados ao longo da evolução das sociedades, porém, todas as bases de pesquisa que foram surgindo almejando tornarem-se ciência obedeceram tais critérios para poder se estabelecer num cenário geral.

Destaca-se aqui dois importantes conceitos do que se pode definir como ciência na atualidade: Ander-Egg (*apud* MARCONI; LAKATOS, 2010) afirma que “a ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza”. Nesta mesma linha, Trujillo Ferrari (1974) define a ciência como “um todo conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação”.

Com base no exposto, percebe-se que para definir uma ciência se faz necessário reconhecer uma série de características teóricas e metodológicas, além é claro de identificar uma série de pesquisadores que se baseiam nestes para evoluírem em seus estudos, pois para Laudan (2011, p.04) “[...] a ciência é um

sistema de investigação racionalmente bem fundamentado, é certo que emulemos seus métodos, aceitemos suas conclusões e adotemos seus pressupostos”.

Sobre isso, vale o destacado por Khun (2009, p.20) ao pensar nas características que marcariam o surgimento e desenvolvimento de uma ciência:

Se a ciência é a reunião de fatos, teorias e métodos reunidos nos textos atuais, então os cientistas são homens que, com ou sem sucesso, empenharam-se em contribuir com um ou outro elemento para essa constelação específica. O desenvolvimento torna-se o processo gradativo através do qual estes itens foram adicionados, isoladamente ou em combinação, ao estoque sempre crescente que constitui o conhecimento e a técnica científicos.

Contudo, a forma de se fazer ciência a partir da segunda metade do séc. XX é fortemente marcada pela melhoria e aprimoramento nos métodos e técnicas e pela diversificação dos ramos científicos, pois segundo Granger (1994, p.12, grifo do autor) este período é “excepcionalmente rico em desenvolvimentos e ampliações, e é esta riqueza que lhe pode valer, com todo o direito, o epíteto de ‘Idade da Ciência’.”

Com base no exposto, é possível perceber dois importantes aspectos: a questão de conhecimentos racionais passíveis de verificação que se baseiam em objetos específicos, portanto ao definir a Geografia como ciência tem de se destacar estes dois aspectos da mesma, ou seja, o objeto de estudo da Geografia (que foi passível de mudança ao longo de sua história, e mesmo na atualidade não há um consenso, podendo ser considerado o Espaço Geográfico, o Território, a Paisagem, a superfície da Terra, dentre outros), e os métodos diversos de estudo deste espaço, ou mesmo as diferentes formas de abordá-lo.

Dado estas explanações acerca da ciência e do conhecimento científico, passa-se agora a analisar a inserção da abordagem socioambiental na Geografia dentro do contexto de autores da epistemologia e da história da ciência. O objetivo é compreender a forma como alguns fatos mudam o rumo de uma ciência e assim podem configurar a criação de novos ramos dentro da mesma ou até o possível surgimento de uma nova ciência.

1.1.2 Obstáculos Epistemológicos, Revoluções Científicas e Tradições de Pesquisa

O primeiro pesquisador a fornecer subsídios para a compreensão da inserção da abordagem socioambiental dentro da ciência geográfica é o filósofo francês Gastón Bachelard (1884 - 1962), importante cientista do século passado que analisou a filosofia da ciência, e parte de suas contribuições estão em sua famosa obra traduzida em diversos idiomas '*A Formação do Espírito Científico*', em especial no que se trata dos chamados "Obstáculos Epistemológicos".

Para esse pesquisador quando se procuram as condições psicológicas do progresso da ciência, logo se chega à convicção de que são em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado. E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano: é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos (BACHELARD, 1996). É neste ponto que o autor mostra que existem causas de estagnação e até de regressão no pensamento científico, que detectadas as causas desta inércia pode-se nominá-las de obstáculos epistemológicos.

Sobre isso, no transcorrer de sua obra Bachelard passa a denominar uma série de obstáculos epistemológicos existentes nas diferentes ciências e no ensino e, de que forma estes obstáculos freiam o desenvolvimento do pensamento científico moderno. De forma geral, entende-se que o obstáculo epistemológico proposto por Bachelard é tudo que se prende no conhecimento, não questionado e faz com que o progresso científico pare, ou seja, são as ideias que são tomadas como certas e inquestionáveis e respostas para todos os problemas, quando na verdade a ciência não deve se fazer de respostas, mas deve se fazer sim de questionamentos, pois se considerar tudo resolvido, não há progresso científico.

O obstáculo da "Primeira Experiência" para Bachelard se refere que o espírito científico deve formar-se contra a Natureza, contra o encantamento, o colorido e o corriqueiro. A Natureza só pode ser verdadeiramente compreendida quando lhe fazemos resistência. É preciso considerar que entre a observação arrebatadora e a experimentação não há continuidade, mas ruptura. Já o obstáculo da "Generalização" segundo Bachelard acontece após a primeira experiência quando já não há mais nada a observar. Os olhos deslumbrados fecham-se, então, num

sistema que por ser o primeiro, é sempre falso. Para Bachelard, a generalização apressada e fácil proporciona um perigoso prazer intelectual que leva o pensamento à imobilidade.

Outro obstáculo enfatizado por Bachelard se refere ao “Obstáculo Verbal” que se trata de uma falsa justificação obtida com a ajuda de uma palavra ou imagem explicativa. É uma estranha inversão que pretende desenvolver o pensamento ao analisar um conceito, no lugar de inserir um conceito particular numa síntese racional. Outro ponto a ser enfatizado é o “Obstáculo Animista”. Neste a natureza, em todos os seus fenômenos, é envolvida numa teoria geral do crescimento e da vida. A crença no caráter universal da vida pode ocasionar exageros incríveis quando verificada em casos concretos. Para o autor qualquer outro princípio esmaece quando se pode invocar um princípio vital, dificultando assim em transpor tal obstáculo.

Um último obstáculo a se destacar trazido por Bachelard (1996) é o “Obstáculo Quantitativo”. Para o autor o conhecimento objetivo imediato é falso por ser qualitativo uma vez que marca o objeto com impressões subjetivas e certezas prematuras. Por isso, pensa-se que o conhecimento quantitativo escaparia a esses perigos, porém mensurar não é sinônimo de objetividade. Os obstáculos epistemológicos andam aos pares. Por isso, no reino da quantidade, há uma matematização vaga se opõe a atração por outra, precisa.

Estas contribuições de Bachelard dão base para pensar a questão da abordagem socioambiental na Geografia e a Geografia Socioambiental. Antes, contudo, é importante analisar a contribuição de dois outros autores para só então articular suas ideias e tecer as conclusões a respeito do tema principal.

Ao se tratar da questão do pensamento científico e o estudo epistemológico outro grande pesquisador a se destacar é o físico norte-americano Thomas Khun (1922-1996) e sua importante obra “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”. O autor traz uma série de reflexões sobre a forma de se fazer ciência na atualidade e quais os desafios enfrentados pelos pesquisadores que acabam freando o desenvolvimento científico.

Um importante conceito esclarecido de início na obra de Khun (2009) se refere a noção de “Revoluções Científicas”. Para o autor a partir do momento em que as teorias vigentes em determinada ciência não são capazes de responder as perguntas postas busca-se o novo, uma nova ideia, a partir daí tem-se uma

revolução científica. Khun (2009, p.67) afirma que revoluções científicas são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”.

Para tanto, é importante entender qual a visão de paradigma passada por Khun em sua obra. Para o autor paradigmas são realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência e, são realizações suficientemente sem precedentes para atrair a um grupo duradouro de partidários, simultaneamente abertas para deixar toda a espécie de problemas para serem resolvidos pelos praticantes desta ciência.

Khun (2009) em sua obra trata de um fato comum nas diferentes ciências, para o autor, na atualidade os cientistas não estão constantemente procurando inventar novas teorias, frequentemente mostram-se intolerantes com aquelas teorias inventadas por outros e em vez disso a pesquisa científica normal está dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma. O autor ao falar sobre a prioridade dos paradigmas afirma que a existência de um paradigma não precisa implicar na existência de qualquer conjunto completo de regras, pois estas acabam por determinar o caminho da ciência comum.

A resposta para esta crise paradigmática que as ciências percorrem é apontada também por Khun, por meio de diferentes maneiras, pois ele afirma que a crise é uma oportunidade para o crescimento da ciência. Se as crises advêm das novas teorias, uma teoria científica, após ter atingido o status de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la. O autor aponta ainda três formas para solucionar as crises científicas ou o fim das crises paradigmáticas:

- a) A primeira é a ciência normal acaba revelando-se capaz de tratar o problema;
- b) A segunda é que o problema recebe então um rótulo e é posto de lado para ser resolvido por uma futura geração que disponha de instrumentos mais elaborados;
- c) A terceira vem da emergência de um novo candidato a paradigma e com a subsequente escolha por sua aceitação;

Em sua obra Khun deixa claro que as revoluções podem passar a tornar-se paradigmas e então serem aceitos pela ciência normal. Para o autor o processo de transição de uma revolução para um paradigma passa pela fase de aceitação de um

determinado grupo, geralmente cientistas mais jovens, que criam critérios objetivos e subjetivos para que tal fato seja aceito pelo grande grupo e a partir do momento que os cientistas mais resistentes as novas ideias, defensores do antigo paradigma posto a prova, deixam a produção científica tal revolução pode passar a configurar o novo paradigma científico.

Sobre a resolução de problemas pelos paradigmas Kuhn afirma que, baseado no número de problemas resolvidos, a decisão entre paradigmas penderia para a tradição, mas que a fé dos cientistas no potencial para resolver problemas futuros pode fazer a balança pender para o lado do novo paradigma.

Complementando os expostos da obra de Kuhn, temos outro pesquisador da epistemologia e da filosofia da ciência a tratar sobre mudanças dentro uma ciência e o progresso das mesmas, é o físico norte-americano Larry Laudan (1941 -).

Ele é o autor da obra denominada 'O progresso e seus problemas: rumo a uma teoria do crescimento científico' originalmente publicado em 1977. Escrito no contexto das discussões acerca da racionalidade e objetividade da ciência gerada pela publicação da obra de Kuhn em 1962 (*A Estrutura das Revoluções Científicas*), o livro de Laudan contribuiu para avançar o debate em filosofia da ciência sobre critérios de escolhas entre teorias rivais e sobre a noção de progresso científico, lançando o conceito de "Tradições de Pesquisa" que é de grande valia para a discussão acerca da abordagem socioambiental na Geografia.

Laudan (2011) parte do princípio que estudar o progresso científico requer uma análise histórica, porque progresso é um conceito inevitavelmente temporal, pois falar de progresso científico implica a ideia de um processo que ocorre ao longo do tempo. Uma das teses desenvolvidas vai ao encontro de um pressuposto universal de que uma teoria do progresso científico só pode ocorrer se for cumulativo, ou seja, se o conhecimento se acumular por adição. Para Laudan (2011, p.11) "por haver graves dificuldades, tanto históricas como conceitualmente, com a ideia de progresso por adição, proponho uma definição de progresso científico que não requer desenvolvimento cumulativo".

Para definir o progresso científico o autor faz uso da definição das "Tradições de Pesquisa" que o mesmo considera uma evolução das ideias de Thomas Kuhn (*Paradigmas e Revoluções Científicas*) e de outro importante teórico da época, o filósofo húngaro Imre Lakatos (1922-1974), que havia desenvolvido a noção de "Programas de Pesquisa" que trata do papel das grandes teorias na evolução da

ciência. Para Laudan (2011, p.115) “[...] uma tradição de pesquisa é um conjunto de suposições acerca das entidades e dos processos de uma área de estudo e dos métodos adequados a serem utilizados para investigar os problemas e construir as teorias dessa área do saber”.

O autor deixa claro que a função das tradições de pesquisa consiste em oferecer as ferramentas cruciais que se precisa para resolver problemas, tanto empíricos quanto conceituais, trazendo assim outra noção importante para definir uma tradição de pesquisa, a questão dos problemas que ela auxilia a responder.

Para o autor há uma distinção específica entre o que são os problemas empíricos e os problemas conceituais, tomando como base que para ele a “ciência é essencialmente uma atividade de solução de problemas” (LAUDAN, 2011, p.17). Essa distinção entre os tipo de problema foi, segundo o autor, pouco explorada pelos teóricos da história da ciência que deram importância somente à capacidade de resolução de problemas empíricos das teorias, e não se detiveram em investigar a categoria de problemas conceituais.

Laudan distingue os problemas baseados na ordem de importância perante a ciência em questão. Os problemas empíricos são considerados de primeira ordem e constituem as primeiras indagações postas aos investigadores baseadas na experimentação, basicamente constituem qualquer coisa presente no mundo natural que pareça estranha ou que, de alguma maneira, necessite de explicação. Para o autor, diferentemente dos fatos, os problemas empíricos surgem somente quando passam a ser um problema para determinada teoria. Por exemplo, na Geografia o aumento populacional dos países periféricos torna-se um problema empírico para os estudiosos da Geografia das Populações ou da Geografia Urbana e Agrária, contudo, só se tornará um problema empírico ao especialista em Geomorfologia Fluvial a partir do momento em que ele perceber este fato como algo preocupante a sua área de estudo.

Dentro da categoria dos problemas empíricos Laudan cria uma divisão baseada na função que tais problemas têm na avaliação de teorias: a) problemas não resolvidos são aqueles que ainda não foram adequadamente resolvidos por nenhuma teoria da área; b) problemas resolvidos são aqueles que foram adequadamente resolvidos por uma teoria e; c) problemas anômalos são aqueles que determinada teoria não respondeu, mas uma ou mais de suas concorrentes sim. Se utilizando dessa terminologia o autor afirma que:

Uma das marcas de progresso científico é a transformação de problemas empíricos anômalos e não resolvidos em problemas resolvidos [...] toda e qualquer teoria devemos perguntar quantos problemas resolveu e com quantas anomalias se depara. Essa pergunta, sob uma forma um pouco mais complexa, torna-se uma das principais ferramentas para a avaliação comparativa das teorias científicas. (LAUDAN, 2011, p.27).

Já os problemas conceituais são questões de ordem superior acerca da fundamentação das estruturas conceituais que foram concebidas para responder às questões de primeira ordem. Constituem problemas mais complexos de se resolver, pois envolvem contradições, incoerências ou mesmo ambiguidades dentro das teorias. Disto deriva a divisão criada pelo autor em: a) problemas conceituais internos que se caracterizam quando uma teoria apresenta certas incoerências internas ou quando suas categorias básicas de análise são vagas e pouco claras e; b) problemas conceituais externos que se caracterizam quando uma teoria está em conflito com outra teoria ou doutrina, principalmente quando os defensores de uma acreditam na validade e fundamentação de sua concorrente. Nestes casos a superação dos problemas pode advir do melhoramento ou modificação da teoria vigente ou, da negação ou aceitação da teoria oposta.

Dada essa caracterização dos problemas e dos tipos de problemas, Laudan (2011, p.96) define um critério para medir o progresso de uma tradição de pesquisa relativamente à outra como “a efetividade total quanto à solução de problemas é determinada por meio da avaliação do número e da importância dos problemas empíricos que ela resolve, deduzindo o número e a importância das anomalias e dos problemas conceituais que ela gera”.

Compreendido o pensamento destes três pensadores, passa-se agora a articular suas ideias a fim de compreender a construção do pensamento científico e como esta construção está ligada a Geografia e conseqüentemente a abordagem socioambiental, para somente então se estabelecer relações com a Geografia Socioambiental.

Um primeiro consenso existente entre os três autores citados está na questão que o pensamento científico surge a partir de questionamentos que não conseguem ser respondidos de forma clara e convincente a partir dos meios existentes, ou seja, a ciência moderna surge a partir do ponto em que os pensamentos religiosos, o senso comum e as crenças místicas não fornecem subsídios (teóricos e metodológicos) capazes de responder e atender as demandas da época.

Bachelard, Khun e Laudan convergem também na defesa que a partir do momento em que a ciência moderna se estabelece ela passa por um processo de crescimento, evolução ou progresso (dependendo de cada autor), e que os marcos da divisão e continuação histórica de uma ciência estão baseado nos novos desafios (perguntas) que elas foram encontrando ao longo da própria história da humanidade. Estes obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996) que uma ciência venha a superar, ou não, são marcas que definem o progresso, estagnação ou regressão do pensamento científico.

Para tanto, é necessário identificar qual o paradigma (KHUN, 2009) vigente nesta ciência, verificar sua capacidade de atender as demandas e fornecer as respostas necessárias a esta ciência, e quais as tradições de pesquisa (LAUDAN, 2011) já existentes dentro da mesma. Não atendido a estes requisitos, é possível a existência de uma revolução científica capaz de mudar os rumos deste pensamento científico, tornando-o mais adaptado as necessidades do contexto atual ou as demandas de determinado seguimento da sociedade.

Sobre isso, o pensamento científico da Geografia foi se constituindo desde o final do século XVIII atendendo a uma demanda de momento muito ligada a: expansão da noção de mundo, busca por novas áreas para plantio, exploração de recursos e fortalecimento do estado moderno. Desde então, a Geografia enquanto ciência passou por diversas mudanças no que se refere ao objeto de estudo, paradigma dominante, problemas de pesquisa, dentre outros, o que levou a se constituírem diversas tradições de pesquisa, cada qual defendendo a sua forma de fazer Geografia, seja ela voltado ao mundo físico, humano, político, etc.

Pensando na atualidade, na questão da abordagem socioambiental na Geografia, pode-se fazer uma relação com a noção de obstáculo epistemológico de Bachelard. Se refere ao obstáculo que esta forma de trabalhar os problemas postos a Geografia tenta transpor em prol do progresso científico: a quebra da dualidade entre sociedade e natureza. Alguns autores têm por entendimento que sociedade e natureza são elementos distintos, com formas de desenvolvimento diferenciadas, que esses elementos se relacionam e a partir daí geram interferências mútuas; ainda há os que defendam que os seres humanos têm total domínio sobre a natureza, pois são capazes de manipulá-la e transformá-la. Se partir desta premissa não há como pensar, por exemplo, na existência de uma Geografia Socioambiental, pois se tornaria impossível a superação de tal obstáculo, ou seja, mudar a forma de

se pensar a relação sociedade e natureza é de fundamental importância para a ruptura epistemológica posta.

A grande chave para superação de tal obstáculo está na questão básica da relação socioambiental, que segundo Veiga (2007) está “na maneira de se entender as mudanças sociais, que jamais podem ser separadas das mudanças da relação humana com o resto da natureza”. Ela deve ser entendida a partir de uma problemática de ordem social, mas também de uma interação entre natureza e sociedade. Os elementos naturais constituem de uma parte independente a ação do homem, conforme aponta Mendonça (2002), “os elementos da natureza não devem ser reduzidos somente a recursos, pois antes de serem transformados constituem-se em bens e elementos naturais que possuem dinâmica própria e que independem da apropriação social”.

Já sobre Khun, pode-se pensar em que ponto o desenvolvimento de uma abordagem socioambiental na Geografia ou mesmo a existência de uma Geografia Socioambiental pode ser considerado uma revolução científica, haja visto as mudanças que esta nova concepção tenta trazer, ou qual seria a grande mudança de paradigma que esta nova forma do pensar geográfico engloba consigo. Em determinados campos do saber, como a Geografia, dificilmente se pode falar em paradigmas dominantes que se sucedem e que substituem o anterior, por meio de uma ruptura, pois o que ocorre é a convivência de vários paradigmas igualmente legítimos ao mesmo tempo. Na Geografia o próprio objeto de estudo da ciência varia conforme o desenvolvimento da mesma: a paisagem, o território, o lugar e o espaço alteram seus significados conforme a corrente dominante. Da Geografia Clássica, passando pela Teórica-Quantitativa, oposta pela Geografia Crítica até a Geografia Humanista, todas criaram seus próprios paradigmas e todos estão dentro de uma ciência maior que é a própria Geografia.

Sendo assim, entende-se que o primeiro grande problema da abordagem socioambiental na Geografia e/ou da Geografia Socioambiental é o fato de tentar não romper somente um paradigma, e sim, tentar ultrapassar a barreira de diferentes paradigmas pertencentes e coexistentes dentro de uma mesma ciência, ou seja, ao se colocar disposta a navegar dentre diferentes formas de pensar da Geografia (social e ambiental) para delinear um objeto de estudo único, a Geografia Socioambiental esbarra nestas coexistências de variados paradigmas em uma única ciência, o que dificulta o avanço da mesma. Parte desta dificuldade pode estar

relacionada também ao fato da baixa aceitação da comunidade científica geográfica da existência hoje de uma discussão acerca das questões socioambientais, sendo assim esta tese vai ao encontro dessas discussões.

Agora, se tomar como base o que foi exposto por Laudan passa-se a pensar na questão: seria a abordagem socioambiental na Geografia ou mesmo a Geografia Socioambiental uma tradição de pesquisa que estaria surgindo de dentro das áreas de estudo da Geografia? Pensando nos problemas empíricos apresentados atualmente a Geografia como um todo, em especial os que envolvem a relação sociedade e natureza, alguns desses não conseguem ser resolvidos pelas correntes de pesquisa vigentes e atuantes de forma a se ter resultados satisfatórios para ambas as partes, ou mesmo, são resolvidos de forma diferenciada dependendo da área da Geografia que se escolha chegando ao ponto de se criar problemas empíricos anômalos para outras áreas.

Os autores que defendem a existência de uma Geografia Socioambiental, como Mendonça (2001, 2002), demonstram que esta nova forma de se enfrentar os problemas na Geografia visa auxiliar na solução os problemas citados de modo a abranger a maior gama possível de soluções que envolvam a relação sociedade e natureza, ou seja, reduzir ao máximo o número de problemas empíricos anômalos.

Um único problema que denota ainda de maior aprofundamento se refere a geração e solução de problemas conceituais pela abordagem socioambiental na Geografia e a Geografia Socioambiental. Tendo em vista à carência de pesquisas teórico-metodológicas que se assumam como pertencentes a esta área, ainda se faz uso de teorias de áreas distintas da Geografia. Contudo, o grande marco que a Geografia Socioambiental pode vir a trazer é a abordagem multi e interdisciplinar dos problemas (empíricos e conceituais) o que tornaria a equação de Laudan cada vez mais positiva, caracterizando assim o surgimento de uma nova Tradição de Pesquisa dentro da Geografia.

Todos estes posicionamentos expostos até aqui serviram para evidenciar que os fatos atuais (problemas e soluções apresentadas) reforçam a existência de uma mudança, revolução, superação de obstáculos epistemológicos, mesmo que de forma gradual, na forma de se abordar os problemas gerados pela interação sociedade e natureza dentro da Geografia, e que ao se analisar essas novas abordagens, seus métodos e teorias utilizadas bem como a solução proposta por

todos, pode-se caracterizar a existência de uma nova forma de pensamento dita Geografia Socioambiental.

1.2 A CIÊNCIA GEOGRÁFICA BRASILEIRA E SUAS DIVISÕES EPISTEMOLÓGICAS: COMO DEFINIR O SOCIOAMBIENTAL?

A colocação apropriada e a definição de termos e conceitos são consideradas de fundamental importância na produção do conhecimento científico, pois existe uma necessidade implícita à linguagem científica: contextualizar o leitor dos posicionamentos tomados por um pesquisador, onde esta relação é estabelecida por meio da utilização de termos e conceitos que fazem referência a um determinado objeto estudado.

Entende-se que conceitos científicos não são fechados em si mesmos e nem definitivos, eles partem da percepção de um pesquisador, portanto são uma concepção individual e socialmente construída ao inserir o sujeito em um contexto. Sendo que os conceitos científicos podem apresentar uma miscelânea de significados, entretanto, quando o objeto de estudo é o mesmo, acredita-se que deva haver um sentido que congregue termos cientificamente empregados.

Desta forma, tomando os estudos epistemológicos como responsáveis pela realização de uma análise crítica da produção do conhecimento científico, é possível identificar, por meio da leitura de suas produções bibliográficas, a existência de termos polissêmicos, ou seja, um mesmo termo que possui significados distintos dependendo do autor que os utiliza.

Na Geografia brasileira como um todo existem termos e conceitos que são muito bem discutidos e criticados nas obras e eventos da área, cita-se aqui o caso dos conceitos de Espaço, Lugar, Território, Natureza, Região, Sistema, Bacia Hidrográfica, dentre outros. Contudo, existem outros termos e conceitos usados corriqueiramente que não são debatidos ou esclarecidos pelos geógrafos por não sentirem necessidade, partem do princípio do senso comum ou mesmo não encontram referências para o assunto. É o que foi observado em produções de Epistemologia da Geografia, quando se é tomado como objeto de estudo o uso polissêmico dos termos: escola, corrente, vertente e tendência.

De maneira geral, tais termos são encontrados no sentido de abarcar longos períodos históricos, afinidades de pensamento entre pesquisadores ou, ainda,

métodos e teorias em comum utilizadas por um determinado grupo de estudo, podendo os termos elencados serem utilizados como forma de enquadramento metodológico, ou recorte epistemológico, não sendo suficientemente delimitados para que se possa concebê-los enquanto conceitos científicos.

Com base nestas constatações sentiu-se a necessidade de se discutir nesta tese que termo melhor definiria a possível inserção da Geografia Socioambiental dentro da Geografia ou mesmo, que critérios deveriam existir para uso de cada termo citado. Para tanto, optou-se pela análise de como estes termos são empregados por alguns pesquisadores de Epistemologia da Geografia em suas obras e artigos de referência.

A busca epistemológica em compreender o pensar e fazer geográfico ao longo do tempo fez com que diversos autores optassem por recortes epistemológicos (classificações), realizando uma síntese dos movimentos histórico-filosóficos da ciência geográfica. O que remete a noção de cortes epistemológicos introduzida por Bachelard (1996), onde as ciências são consideradas por meio de uma história repensada em cortes epistemológicos, que são um ponto de não-retorno, o momento de início de uma ciência, a partir do qual ela assume sua história e já não é mais possível uma retomada de noções pertencentes a momentos anteriores (JAPIASSÚ & MARCONDES, 2001).

De uma forma similar, em obras de Epistemologia da Geografia se pode identificar o uso dos termos escola, corrente, vertente e tendência para definir cortes epistemológicos, onde, em linhas gerais, esta delimitação se dá por meio da compreensão de rupturas histórico-filosóficas.

Do ponto de vista da Filosofia da Ciência estes recortes são usualmente utilizados para expressar grupos de pesquisadores ligados a determinadas instituições de ensino ou a um mestre intelectual, também são encontrados estes termos ligados a grupos de cientistas que se encontram em determinados cortes temporais. Por exemplo, Abbagnano (1998, p.33) ao explicar o significado de *Alexandrismo* afirma que neste período:

A filosofia apresenta-se dividida em duas grandes escolas: o Epicurismo e o Estoicismo; e em duas tendências filosóficas sustentadas por escolas diferentes: o Ceticismo e o Ecletismo. Pode-se dizer que é desse período que provém a noção de filosofia, ainda hoje muitas vezes predominante no senso comum, como atividade consoladora ou tranquilizante, que impede ao homem imiscuir-se nas

coisas da vida comum e procura garantir-lhe a imperturbabilidade de espírito.

Para Lalande (1999, p.318) o termo Escola na Filosofia abarca um sentido estrito ou amplo dependendo da visão que se tem sobre o termo. Para o autor no sentido estrito entende-se Escola como um “grupo de filósofos que têm não só uma doutrina comum, mas também uma organização, um lugar de reunião, um chefe e mesmo, o mais das vezes, uma sucessão de chefes expressamente designados”. Já o sentido amplo abarca um “conjunto de filósofos, que professam uma mesma doutrina ou pelo menos admitem todos uma certa tese filosófica considerada como capital”.

Estas explicações revelam o caráter da Escola ligado a um grupo determinado de pesquisadores, muitas vezes vinculados a uma localização específica como uma instituição de ensino ou, vinculados a um cientista líder. Blackburn (1997) cita a existência na Filosofia da Escola de Alexandria, Escola de Frankfurt, Escola de Marburgo, Escola Jônica, Escola Megárica, Escola Milésia, Escola Peripatética dentre outras.

Sobre a noção de *Corrente* é comum na Filosofia fazer uso do termo “Corrente de Pensamento” quando se quer referenciar um grupo de pesquisadores que tinham uma base comum de pensamento (teórica e/ou metodológica) e que permaneceram por longos períodos presentes no pensamento científico, como por exemplo Abbagnano (1998, p.644), ao se referenciar ao conceito de Logicismo afirma que “costuma-se designar uma corrente de pensamento lógico-matemático que floresceu no fim do séc. XIX e no início do séc. XX, e cujos principais representantes foram R. Dedekind, G. Frege e B. Russell; no séc. XX, teve muitos seguidores, sobretudo (mas não exclusivamente) no denominado Círculo de Viena”.

Já o termo *Tendência* não há definições claras da existência deste em Filosofia da Ciência. Porém, há algumas brechas na compreensão que remetem ao sentido de abarcar elementos semelhantes de um grupo de estudos. Lalande (1999, p.1119) afirma que a ideia de *Tendência* na Filosofia está ligada a noção de algo que ainda está em desenvolvimento por não ter todo seu escopo definido, para o autor a *Tendência* é uma,

potência de ação dirigida num sentido definido, mas que não se atualiza, ou pelo menos não se atualiza inteiramente, quer porque as condições apropriadas não estão reunidas, quer porque um

obstáculo a detenha ou retarde, quer, finalmente, porque pela sua própria natureza apenas comporte um desenvolvimento gradual.

No caso das obras e artigos de Epistemologia da Geografia é comum encontrar o uso de um ou mais destes termos, porém, visando enquadrar a existência de uma abordagem socioambiental na Geografia, ou mesmo uma Geografia Socioambiental em um deles, recorreu-se a algumas obras e artigos de referência onde foi encontrada a preocupação em caracterizar e/ou definir a utilização dos termos e conceitos citados. As obras utilizadas foram:

Geografia – Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico	Manuel Correia de Andrade	1987
William Morris Davis e a Teoria Geográfica	Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro	2001
Geografia: Pequena História Crítica	Antônio Carlos Robert de Moraes	2001
Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico	Eliseu Silvério Sposito	2004
A filosofia (neo)positivista e a Geografia quantitativa	José Carlos Godoy Camargo & Dante Flavio da Costa Reis Junior	2007
Geografia e Modernidade	Paulo Cesar da Costa Gomes	2007
Fundamentos de Epistemologia da Geografia	Luiz Lopes Diniz Filho	2009

Para melhor organização das análises realizadas nos diferentes textos e obras apresentados optou-se por agrupar as abordagens conceituais identificadas, de acordo com os termos, ou seja, colocando em evidência a discussão conceitual, uso e definições de cada termo separadamente. Assim, as discussões são postas conforme a ênfase dada pelos diversos autores com a preocupação de trazer evidências da identificação dos termos.

1.2.1 As Escolas de Pensamento na Geografia Moderna

A utilização do termo de Escola foi encontrado em quatro das obras analisadas (ANDRADE, 1987; MONTEIRO, 2011; CAMARGO, REIS JUNIOR, 2007; GOMES, 2009), em grande parte os autores concordam em sua utilização, como apresentado na sessão de análises que segue:

Andrade (1987) atribui o termo Escola à uma divisão em cinco Escolas: Alemã, Francesa, Britânica, Norte Americana e Soviética (ANDRADE, 1987, p.67). O autor afirma que o pensamento das escolas nacionais não foi suficientemente forte para se tornar autônomo e universal, ou seja, que o termo escola é utilizado para definir o desenvolvimento de um pensamento que pertence a uma determinada nacionalidade, onde as formas de propagação do conhecimento eram estabelecidas por meio da relação entre mestre e discípulos.

Para Monteiro (2001, p.07) as escolas geográficas também estão atreladas às Geografias nacionais: “A Geografia Ciência, do seu nascedouro alemão, ingressa no novo século oscilando na querela determinismo (Ratzel) – possibilismo (de La Blache) enquanto se geram as escolas nacionais européias e norte-americanas, mediante a institucionalização da disciplina nos currículos universitários.” Ainda, o autor posiciona as escolas nacionais atreladas à mestres da Geografia:

De Martonne, além do seu tratado de Geografia Física, produziu um primoroso estudo regional sobre La Valachie. Aliás, uma das tradições na escola francesa de Geografia, à qual estivemos fortemente ligados, era a ênfase da Geografia Física na formação de seus geógrafos. (MONTEIRO, 2001, p.08).

Evidencia assim a ideia de escolas de formação nacional, onde as teorias geográficas vigentes eram passadas de geógrafos para geógrafos em centros de estudos específicos dos temas propostos.

Ao utilizar o termo escola Monteiro reafirma a concepção de escolas nacionais, quando pontua, que havia praticantes da meteorologia dinâmica que “advinda da escola escandinava, lançavam os alicerces para o futuro nascimento de uma climatologia mais geográfica” (MONTEIRO, 2001, p.09), dando a ideia de propagação de teorias científicas por meio das escolas, pois as teorias da escola escandinava foram incorporadas ao currículo da “graduação em Geografia da USP” onde o referencial teórico de Ab’Saber, devido a sua abertura, “propiciava amplas conexões a outras estratégias metodológicas, notadamente a conciliação do esquema daviseano com aquelas mais integrativas, em torno do conceito complexo de paisagem da escola alemã (Landschaft Oekologie)” (MONTEIRO, 2001, p.09). Demonstrando então que havia um intercâmbio de teorias entre escolas, que no

Brasil foi iniciado por meio da *colonização* das academias científicas latino-americanas.

No texto Camargo e Reis Junior (2007), a perspectiva de escola nacional será mantida parcialmente, conforme se pode observar quando os autores retratam o estabelecimento da Geografia científica na Alemanha, quando citam Alexander von Humboldt, Carl Ritter e Friedrich Ratzel como fundadores da escola alemã: "Mas foi somente nos meados do século XIX, na Alemanha, com A. Von Humboldt, C. Ritter e F. Ratzel, que ela passou a ter seu status de ciência, sendo, a partir dessa época, ensinada e praticada nas universidades". Os autores ainda integram dois dos conceitos pesquisados, corrente e escola: "Formou-se então uma corrente de pensamento no seio da Geografia que ficou conhecida como "escola alemã", cuja característica central era o fato de ser iminentemente determinista e naturalista." (CAMARGO; REIS JUNIOR, 2007, p.83).

Entendem, sobretudo, escola como sinônimo de corrente, ainda que referenciem a escola alemã, a qual possui uma nacionalidade, em outras partes do referido texto não se realiza menção às nacionalidades, ou relação entre mestres e discípulos: "Mas o que interessa enfatizar aqui é que todas as escolas geográficas se baseiam ou se apoiam em determinadas doutrinas filosóficas" (CAMARGO; REIS JUNIOR, 2007, p.84), corroborando para a concepção de escola enquanto corrente filosófica, onde a escola geográfica é determinada pela adoção a uma determinada postura filosófica, ou seja, não fica explícito se trata-se de uma relação entre mestre e discípulos, que participam da construção do conhecimento de uma mesma nação, conforme exemplos anteriores. Finalizando tal argumentação:

Denomina-se Geografia "Teórica e Quantitativa" ou Geografia "Neopositivista" a corrente que se formou logo após a Segunda Guerra Mundial. (...) Esta escola se caracterizou pelo emprego maciço das técnicas matemático-estatísticas.(...) (CAMARGO, REIS JUNIOR, 2007, p.84).

Na obra de Costa Gomes (2007), o uso dos termos corrente e escola estão atrelados, deixando claro seu uso quando coloca o surgimento da Geografia enquanto ciência moderna, que para o autor, a Geografia Clássica é definida como a primeira forma de ciência da Geografia que apresenta suas bases muitos séculos antes, porém somente nos séculos XVIII/XIX com os relatos de viagem de Humboldt

e os estudos regionais de Ritter é que se estabelece a cientificidade da Geografia dos tempos modernos. A partir deste momento, se tem o estabelecimento das primeiras escolas de estudos da Geografia que desenvolveram seus métodos próprios. Destacando a “corrente do determinismo, principalmente dos autores alemães ligados a Ratzel e, outra corrente do possibilismo ligado aos autores franceses discípulos de Vidal de La Blache” (GOMES, 2007). Assim, as escolas nacionais (francesa e alemã) estariam permeadas por posturas filosóficas de pensamento (possibilismo e determinismo).

1.2.2 As Correntes de Pensamento na Geografia Moderna

O uso do termo corrente foi dos mais encontrados, sendo cinco dentre as obras e artigos analisados (ANDRADE, 1987; MORAES, 2001; SPOSITO, 2004; GOMES, 2007; DINIZ FILHO, 2009). Foi observado que este termo é utilizado de diferentes maneiras, significados ou englobando diferentes recortes epistemológicos.

Para Manuel Correia de Andrade o uso do termo corrente está ligado a uma nova fase do pensamento geográfico, a Geografia Renovada, pois como anteriormente exposto, para este mesmo autor a Geografia Clássica – período anterior – se dividia segundo as escolas nacionalistas de desenvolvimento de um pensamento geográfico. Esta Geografia renovada não se caracteriza mais para Andrade (1987) numa divisão por escolas nacionalistas e sim em diferentes correntes nas quais se dividiram os estudos de Geografia, em especial no que diz respeito a abordagem metodológica, pois, em determinado momento “travou-se então grande discussão entre as correntes de pensamento a respeito da natureza e da metodologia do conhecimento geográfico em todo o mundo, discussão que durou mais de um decênio e que refletiu de forma flagrante as ligações ideológicas do pensamento geográfico” (ANDRADE, 1987, p.106).

Tal embate gerava, segundo o autor, a classificação da evolução da Geografia e do pensamento geográfico em correntes teórico-metodológicas: “a corrente teórico-quantitativista, a corrente da Geografia do comportamento e a da percepção, a corrente ecologista e a corrente radical, em grande parte marxista”. Este mesmo autor ainda complementa o termo corrente na Geografia como podendo haver subdivisões: “analisaremos cada uma, procurando mostrar que se interpenetram, havendo convergências entre as mesmas [...] e também divergências

e até formações de subcorrentes dentro de cada uma delas” (ANDRADE, 1987, p.106),

Outro autor a utilizar o termo corrente é Moraes (2001) que o emprega associado ao termo escola e vertente. Este autor deixa claro ao longo de sua obra que as correntes são subdivisões existentes dentro de uma categoria maior, em dois momentos distintos da história do desenvolvimento da Geografia, a Tradicional e a Renovada, onde na primeira seria possível identificar as escolas de pensamento da Geografia; e na segunda, as vertentes de renovação que indicariam as formas de se fazer esta ciência (vertentes pragmática e crítica).

Sobre a definição de corrente na primeira fase da Geografia, Moraes (2001, p.39) esclarece sobre a base filosófica de tais correntes ao afirmar “do fundamento comum de todas as correntes da Geografia Tradicional sobre as bases do positivismo” independente da escola que se desenvolveram. Na sequência, ainda sobre a formação das correntes o autor cita que “os postulados do positivismo (aqui entendido como o conjunto das correntes não dialéticas) vão ser o patamar sobre o qual se ergue o pensamento geográfico tradicional, dando-lhe unidade” (MORAES, 2001, p.39).

Na sequência desta obra, o autor ao se referir da Alemanha como o berço da Geografia Tradicional, faz a primeira distinção entre a constituição das escolas e suas correntes ao afirmar que “é de lá que vêm as primeiras teorias e as primeiras propostas metodológicas; enfim, é lá que se formam as primeiras correntes de pensamento” (MORAES, 2001, p.58).

No decorrer dos capítulos seguintes o autor faz uma explanação histórica que leva ao surgimento das diferentes correntes dentro das escolas alemã e francesa de pensamento geográfico bem como dos principais autores ligados a cada uma, onde se tem a ideia de relação entre mestre e discípulos. Abaixo segue uma série de citações que evidenciam tal afirmação:

Os discípulos de Ratzel radicalizaram suas colocações, constituindo o que se denomina “escola determinista” de Geografia, ou doutrina “escola determinista” de Geografia, ou doutrina do “determinismo geográfico”. Os autores dessa corrente partiram da definição ratzeliana do objeto da reflexão geográfica, e simplificaram-na. (MORAES, 2001, p.71). [...]. Outro desdobramento da proposta de Ratzel manifestou-se na constituição da Geopolítica. Esta corrente, dedicada ao estudo da dominação dos territórios, partiu das colocações ratzelianas, referentes à ação do Estado sobre o espaço. (ibid. p.72). [...] Uma última perspectiva, que saiu das formulações de Ratzel, foi a chamada escola “ambientalista”. Esta, mais recente, não

pode ser considerada uma filiação direta da Antropogeografia. [...] Esta corrente propõe o estudo do homem em relação aos elementos do meio em que ele se insere. (ibid. p.73). [...] Na perspectiva vidalina, a natureza passou a ser vista como possibilidades para a ação humana; daí o nome de Possibilismo dado a esta corrente por Lucien Febvre. (ibid. p.81). [...] A outra grande corrente do pensamento geográfico que se poderia denominar com certa impropriedade Geografia racionalista, vinculou-se aos nomes de A. Hettner e R. Hartshorne. O fato de se denominar racionalista esta corrente advém de sua menor carga empirista, em relação às anteriores. (MORAES, 2001, p.95)

Continuando em sua leitura da evolução histórica da Geografia o autor passa a apresentar uma nova fase da ciência, uma ruptura na construção do pensamento geográfico. Ao se referir à Geografia Renovada, Moraes (2001, p.108), fará uma nova distinção da separação que a ciência toma ao citar que “a divisão do movimento de renovação da Geografia em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, está assentada na polaridade ideológica das propostas apresentadas”, pois o movimento de renovação, ao contrário da Geografia Tradicional, não possuía uma unidade.

Ao explicar sobre as diversas características da vertente da Geografia Pragmática, Moraes expõe sua opção pelo termo corrente para se referir a uma subdivisão desta ciência, como um corte epistemológico delimitado não apenas por questões ideológicas, como também por opções metodológicas. Este posicionamento fica explícito em duas citações que encerram sua contribuição para a observação da utilização deste termo:

A Geografia Pragmática vai se substantivar por algumas propostas diferenciadas. Uma primeira via de sua objetivação é a Geografia Quantitativa, defendida, por exemplo, na obra de G. Dematteis, *Revolução quantitativa e Nova Geografia*. Para os autores filiados a esta corrente, o temário geográfico poderia ser explicado, totalmente com o uso de métodos matemáticos. (MORAES, 2001, p.111).

[...] Caberia ainda mencionar, dentro da exposição das vias de objetivação da Geografia Pragmática, aquela que se aproxima da Psicologia, formulando o que se denomina Geografia da Percepção ou Comportamental. [...] Os seguidores desta corrente tentam explicar a valorização subjetiva do território, a consciência do espaço vivenciado, o comportamento em relação ao meio. (MORAES, 2001, p.114).

Já Sposito (2004) apresenta um posicionamento claro quanto ao uso do termo corrente, ao abordar de que forma os métodos científicos modernos se manifestam

no que ele referencia como correntes filosóficas contemporâneas e ainda, de que forma essas correntes aparecem na produção geográfica, em especial a brasileira.

Para Sposito (2004, p.51) os métodos hipotético-dedutivo, fenomenológico-hermenêutico e dialético são componentes doutrinários de correntes filosóficas contemporâneas, que podem ainda serem caracterizadas segundo os elementos próprios dos métodos estudados, agrupando os desdobramentos das abordagens teóricas a eles associadas ou delas decorrentes, com todas as suas componentes doutrinárias e ideológicas.

Dado essa explicação o autor expõe em um quadro (SPOSITO, 2004, p.54) no qual o agrupamento abrangente das correntes teórico-metodológicas possuem três grupos: as pesquisas empírico-analíticas (neutralidade do método científico e imparcialidade do pesquisador); as pesquisas crítico-dialéticas (preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica); e, as pesquisas fenomenológico-hermenêuticas (preocupação com a interpretação da realidade pela óptica teórica do pesquisador).

Com isso, o autor apresenta um novo quadro (SPOSITO, 2004, p.54-55), onde expõe as influências das correntes filosóficas contemporâneas nos pressupostos das pesquisas em Geografia estabelecendo-se em: pesquisas analíticas (dedutivas); pesquisa crítica (dialéticas); e, pesquisas fenomenológico-hermenêuticas (indutivas). Assim, o autor apresenta a ideia de que a divisão do pensar e fazer geográfico pode ser expressado através do uso do termo correntes.

Outro autor a trazer suas contribuições ao uso do termo corrente é Gomes (2007) no capítulo introdutório do livro. O autor deixa explícito seu posicionamento com relação ao termo corrente, o qual será utilizado para definir os diferentes caminhos que a Geografia adotou para buscar respostas aos questionamentos postos ao longo de sua evolução como ciência. Gomes (2007, p.15) cita que “[...] certas questões recorrentes no seio da Geografia e para as quais foram concebidas diferentes respostas, desenhando-se o contorno de diversas correntes nesta disciplina”.

Gomes esclarece como se dá a divisão das correntes, estando ligadas ao posicionamento dos pesquisadores de uma determinada área e perante os problemas da mesma, ele é direcionado “pelo olhar de alguns geógrafos que trataram, em diferentes momentos, dos problemas metodológicos na Geografia, e, de outro lado, ele seguiu, ainda que parcialmente, as ideias filosóficas que

contribuíram para forjar o contexto intelectual geral, no interior do qual a Geografia evoluiu” (GOMES, 2007, p.15).

No decorrer da obra, o autor expõe a trajetória da Geografia e seus autores precursores até a sua formação como ciência. Demonstrou que a diversificação das abordagens da Geografia se tornou cada vez maior na medida em que novos posicionamentos foram sendo adotados, principalmente com a entrada de novos eventos na sociedade global. Para Gomes (2007, p. 249),

(...) durante o período do entre guerras, as correntes do pensamento científico se desenvolveram de forma bastante segmentada geograficamente. Esta segmentação é talvez devida ao espírito pouco cosmopolita de uma época que conheceu grandes tensões nacionais, grandes crises econômicas e grandes fraturas ideológicas.

Ao falar desta segmentação do pensamento geográfico o autor passa a expor as características destas correntes que se estabeleceram na Geografia do século XX.

Aponta que na Geografia daquela época houve a introdução da teoria analítica nas pesquisas da área, dando surgimento a uma nova corrente denominada posteriormente de Nova Geografia. A qual apresentou uma grande ruptura com a Geografia Clássica na forma de se pensar e fazer Geografia, absorvendo a abordagem analítica utilizada amplamente nas ciências da época. Ao introduzir o capítulo sobre esse tema, o autor deixa claro que “o caráter revolucionário da Geografia analítica se manifesta, assim, pelo esforço em expulsar qualquer traço tradicional do campo de pesquisas geográficas, o que traduz bem a vontade de ruptura em relação a tradição” (GOMES, 2007, p. 254).

Outra questão revelada por Gomes, em relação à ruptura desta Nova Geografia, é que os autores desta nova corrente estavam engajados em buscar a verdadeira cientificidade da Geografia, pois, “a influência da teoria analítica sobre os geógrafos engajados nesta corrente de pensamento é um dos elementos-chave para compreender esta dinâmica” (GOMES, 2007, p.256). Onde a aplicação deste novo método, ocasionou a ruptura com a Geografia Clássica, através da convicção de terem encontrado uma conduta verdadeiramente científica para a Geografia.

Num momento posterior da obra, o autor apresenta outra corrente do pensamento geográfico que surgiu ao longo do século XX, a chamada Geografia Crítica ou Radical. O autor afirma que a ruptura efetuada pela Geografia Crítica foi significativa para a Geografia como ciência, pois, houve simultaneamente um

posicionamento contra a Geografia Tradicional e a Geografia Quantitativa, assim os radicais pretendiam fundar uma nova ciência, que devia estar de acordo com as bases de uma nova sociedade, observando que:

a ciência radical é, pois, o agente consciente da mudança política revolucionária. Os argumentos, a exemplo do que havia feito a corrente analítica, utilizavam também a ideia de defasagem e de insuficiência. Para os radicais, no entanto a ideia principal era a de crise.” (GOMES, 2007, p.279).

Outro autor a utilizar o termo corrente é Diniz Filho (2009), onde os termos correntes e subcorrentes são utilizados para classificar diferentes formas de pensamentos. Para este autor, os geógrafos contemporâneos de Ratzel a Hartshorne, na chamada Geografia Tradicional, deram aporte teórico para o surgimento de “três correntes, que foram o determinismo ambiental, o possibilíssimo e o estudo da diferenciação de áreas.” Em geral, Diniz Filho aplica o termo corrente para estabelecer uma diferenciação no pensamento, uma postura filosófica, utilizando esta classificação para a leitura marxista ou positivista em Geografia.

1.2.3 As Vertentes do Pensamento Geográfico Moderno

O uso do termo vertente foi identificado em duas das obras analisadas (MONTEIRO, 2001; MORAES, 2002), sendo que seu uso aparece em situações específicas, menos generalizantes.

A ideia de vertente, como característica de conhecimento científico, explicita a divisão ou separação de campos ou perspectivas auto-constituíntes que não se imbricam. Assim é a perspectiva de Monteiro (2001, p.15) que faz a opção pelo termo vertente, como demonstrado em: “a consulta aos periódicos geográficos – consideravelmente aumentados - revelava-me que na vertente da Geografia Humana, a ênfase no social se acentuara ainda mais (...)”. Para este autor, existem duas vertentes em Geografia, Geografia Física e Geografia Humana, onde,

Só assim poderemos contribuir para que, numa futura avaliação – sob a égide de uma nova razão e de uma nova episteme – nos venha indicar qual das duas vertentes – Física e Humana – será responsável pelo sentido e valor de uma renovada ou extinta Geografia. (MONTEIRO, 2001, p.17)

Já para Moraes (2002, p.36) “a divisão do movimento de renovação da Geografia em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, está assentado na polaridade ideológica das propostas efetuadas.” Ele afirma ainda, que “o critério adotado é o da concepção de mundo dos autores, vista como decorrente de posicionamentos sociais e/ou engajamentos políticos”. Para Moraes, o agrupamento das diversas perspectivas na Geografia renovada é dado pelo compromisso social, ou seja, “pelo projeto histórico que veiculam, pela perspectiva de classe que professam, enfim pela ideologia que alimentam e pelos interesses concretos a que servem” (MORAES, 2002, p.36). Onde sob um ponto de vista ético de cada uma das vertentes “encontram-se propostas singulares de feições e procedimentos ímpares.” Sendo que, em cada uma das duas vertentes aparecem posturas filosóficas, que irão apresentar fundamentos metodológicos diversificados, desta forma, Moraes coloca o termo vertente como passível de contemplar não apenas as questões ideológicas dos pesquisadores, como também, as opções teórico-metodológicas aplicadas à ciência geográfica.

1.2.4 As Tendências na Construção do Pensamento Geográfico Moderno

Tal qual o termo vertente, o termo tendência foi um dos menos recorrentes, encontrado em apenas duas obras analisados. (SPOSITO, 2004; GOMES, 2007). Utilizaram-no para se referir a recortes epistemológicos específicos da Geografia. Porém, a validade da análise do mesmo está em perceber como um termo pouco recorrente, expressa significados semelhante aos demais já descritos.

Para Sposito (2004) o uso do termo tendências está subordinado a um termo maior – correntes – o qual se liga ao posicionamento metodológico que cada autor toma pra si, assim as tendências seriam desdobramentos desse posicionamento maior. Para Sposito (2004, p.51) os métodos hipotético-dedutivo, fenomenológico-hermenêutico e dialético são componentes doutrinários de correntes filosóficas contemporâneas, que podem ainda ser caracterizadas segundo os elementos próprios dos métodos estudados, agrupando os desdobramentos das tendências teóricas a eles associadas ou delas decorrentes, com todas as suas componentes doutrinárias e ideológicas.

No decorrer de sua obra, Sposito estabelece ligações teórico-metodológicas entre a Geografia e a Filosofia, utilizando como referência o uso dos métodos

supracitados na produção do conhecimento geográfico, em especial, no Brasil. Neste momento, o autor esclarece que através das diferentes abordagens metodológicas em Geografia é possível identificar a “constituição de suas próprias referências teóricas. Isso não significa que o método tenha que subjazer a uma ou outra tendência doutrinária, embora, historicamente, a ciência, por causa de sua característica separação em disciplinas, tenha produzido ligações dessa natureza” (SPOSITO, 2004, p.53).

Já Gomes (2007) também subordina o termo tendências ao termo correntes, já que em sua obra é utilizado para exemplificar as diferentes abordagens da Geografia como ciência ao longo de sua evolução, e dentro de cada corrente é possível identificar as diferentes tendências de cada autor, ora ligados aos problemas metodológicos, ora ligados aos posicionamentos políticos e filosóficos das pesquisas.

Conforme apontado, Gomes (2007, p.15) utiliza correntes aliado a ideia de tendências, pois, segundo o este autor “[...] após traçar um breve quadro das modificações trazidas pelos tempos modernos em alguns domínios da vida social, apresentamos uma exposição da evolução científica, no interior da qual se desenham duas tendências opostas que, acreditamos, caracterizam o desenvolvimento do pensamento geográfico moderno”, sendo estas tendências a da racionalidade e da contrarracionalidade.

Assim, pode-se afirmar, que dentre os textos e obras analisados, que não há um consenso quanto ao uso do termo corrente (de pensamento) na Geografia, isso dependerá da forma como cada um opte em realizar os cortes epistemológicos que o pensamento geográfico teve ao longo de sua evolução enquanto ciência moderna.

No geral os termos escola e corrente se interceptam por referirem a algo que possui elos, no caso de escola se tem a ligação entre mestres e discípulos, analogamente, em Epistemologia da Geografia se utiliza, como visto, o termo corrente de pensamento para designar a relação entre pesquisadores. Ainda, dentre as definições apresentadas, pode-se considerar corrente como uma ideia em voga e aceita consensualmente por um determinado grupo, este exemplo é usualmente encontrado em Epistemologia da Geografia. No verbete, os elos da corrente são ligados de forma flexível, mesmo que linearmente dispostos, a ideia de se relacionar unidades de pensamento como elos de uma corrente, traz o significado de unidades

de pensamento entrelaçadas e com certa mobilidade, porém não passível de rompimento entre os elos.

Para o significado dos verbetes vertente e tendência se tem a relação de movimento, de mudança. O uso do termo vertente de pensamento, em Epistemologia da Geografia, foi concebido por meio de uma relação análoga ao termo vertente utilizado em Geomorfologia, onde um ou diversos canais hídricos vertem suas águas em uma mesma face do relevo. Assim, os diferentes pesquisadores, ou as diferentes formas de pensar, seriam os canais e a face seria a vertente, a qual contem as similitudes e ligações entre os canais, os quais convergem para formar um mesmo curso d'água.

Contudo, estas análises fornecem subsídios para optar pelo uso de um destes termos para caracterizar a inserção da Geografia Socioambiental dentro do contexto maior da Geografia. A análise da evolução histórica da Geografia brasileira (Capítulo 2) bem como da produção de teses de doutorado em Geografia (Capítulo 3) trará sustentação para a escolha do termo mais adequado.

2. A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA: Elementos de sua gênese e de sua estruturação

Neste segundo capítulo são apresentadas as bases da abordagem socioambiental na Geografia e o delinear da existência de uma Geografia Socioambiental com vistas a inseri-la no contexto da Geografia como um todo. Este desafio parte da constituição histórica da ciência geográfica até os momentos atuais para encontrar o que pode ser as bases que auxiliarão na comprovação da hipótese desta tese.

Num primeiro momento parte-se da constituição da Geografia como ciência até uma primeira divisão da ciência moderna. Num segundo momento são apresentados os elementos que contribuíram para a constituição de um pensamento ambiental dentro da Geografia. Na sequência destaca-se algumas contribuições de autores de outras áreas que influenciaram na constituição de um pensamento Socioambiental na Geografia. No final, apresenta-se a tese do que se compreende por uma abordagem socioambiental na Geografia.

2.1 GEOGRAFIA FÍSICA: DA SISTEMATIZAÇÃO DA CIÊNCIA À *NEW GEOGRAPHY*

Neste primeiro subcapítulo, como já exposto, o objetivo é compreender as bases da sistematização da Geografia enquanto ciência moderna e, como esta ciência logo ganha um caráter de dualidade, seguido posteriormente por uma adaptação as bases quantitativas do período entre e pós grandes guerras. Tudo isto é acompanhado por modificações no objeto de estudo desta ciência e nas visões que a mesma tem sobre as bases naturais do planeta.

De início, retoma-se o contexto mundial do século XVIII, onde já se expôs as grandes mudanças que deram origem a ciência moderna. Este período representou a ampliação das relações sociais e econômicas capitalistas, sendo que os países europeus patrocinavam expedições para o conhecimento das características naturais e humanas de suas colônias a fim de explorar seus recursos naturais. Dessa forma “os conhecimentos acerca das diversas regiões e seus conteúdos naturais e sócio-culturais, ofereciam ao conhecimento geográfico fontes incessantes de informação sobre a multiplicidade das manifestações espaciais, naturais e humanas, no mundo” (GOMES, 2010, p.35).

No final do século XVIII e início do século XIX, o início dos estudos do que viria a ser uma Geografia Física foram influenciados pela publicação, em 1795, da obra *'Theory of the Earth'*, de James Hutton. Ele alegou que as feições da superfície da Terra resultavam de processos ordinários de elevações, erosões e deposições e não devido a eventos catastróficos como a Bíblia pregava.

Desta teoria surgiu a escola do uniformitarismo, que rejeitava as forças catastróficas como explicações para a natureza, “na qual uma contínua uniformidade dos processos existentes era considerada a chave para a compreensão da história da Terra”. O uniformitarismo não somente substituiu as ideias catastróficas sobre a formação das paisagens, mas também disseminou a ideia de que “o presente é a chave do passado” (GREGORY, 1985, p. 35).

A partir da metade do século XIX a Europa passava por um período movimentado por crises e revoluções (HOBSBAWM, 2005). Nas décadas que sucederam a morte de Humboldt e Ritter, considerados os pais da Geografia e falecidos em 1859, as direções da Geografia, influenciadas pela situação social e econômica da época, foram palco de grandes mudanças. A partir da segunda metade do século XIX, o romantismo na Europa foi sendo substituído pelo conservadorismo e utilitarismo. O positivismo passou a predominar como método geral de raciocínio científico, tendo em vista que a “ciência vinha ganhando cada vez mais prestígio pela funcionalidade oferecida a sociedade que se expandia” (GOMES, 2010, p.51).

Os progressos científicos, à medida que se tornaram um conhecimento mais especializado, produziam novas invenções voltadas à produção, e assim forneciam uma importante estrutura para a segunda fase da revolução industrial. Neste período, como citado anteriormente, a Geografia Física ainda não era uma ciência consolidada, buscando em outras áreas, como a Geologia, Biologia e Física, um conhecimento mais aprofundado para sua estruturação.

Destaca-se a questão do objeto da Geografia Física então, a Paisagem, que no século XIX, principalmente por influencia dos naturalistas alemães, passa a adquirir um caráter científico e, segundo Venturi (2008, p.48) transforma-se num conceito geográfico (*Landschaft*) derivando-se ainda em paisagem natural (*Naturlandschaft*) e paisagem cultural (*Kulturlandschaft*).

A Paisagem passa a ser entendida então como “um objeto de estudo capaz de refletir no território as resultantes das interações entre os processos de diferentes

naturezas” (FIGUEIRÓ, 2011, p.19) e a sistematização na Geografia de um método de estudo para este objeto traria o reencontro da sociedade com a natureza e incorporaria a questão da variável temporal nestas análises.

A publicação do livro ‘Origem das Espécies’ em 1859 por Charles Darwin e o desenvolvimento das leis da termodinâmica, em especial a segunda lei, referente à transformação da energia, trouxeram uma grande contribuição no desenvolvimento da Geografia Física. Com respeito à influência da *Teoria da Evolução* de Darwin (1859) sobre a Geografia Física, as principais contribuições apresentadas por Stoddart (*apud* Gomes, 2010) foram:

1. A ideia de tempo como mudança, permitindo maiores elaborações para os estudos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climáticos, ecológicos, dentre outros, com influência também em áreas das ciências sociais;
2. A noção de ‘organização’ ligada à de ‘organismo vivo’, ajudando a manter as ideias e interpretações acerca das ‘regiões e estados’ entendidos agora como ‘macroorganismos’, em substituição à visão teleológica vitalistas que detinham problemas de demonstração empírico-científica do *élan vital*;
3. A ideia de luta e seleção natural, direcionando para questionamentos da relação homem/ambiente e dos efeitos deste ambiente sobre o homem. Essa discussão tem sido historicamente muito associada à sua vivência determinística, em autores aplicados na Geografia humana e política como Ratzel e Semple, e em referência ao campo geomorfológico com W. Morris Davis (1850-1934) e sua evolução do relevo pelo Ciclo de Erosão;
4. A ideia de aleatoriedade e mudança na dinâmica evolutiva dos organismos, inserindo um fator de probabilidade que obtinha respaldo pela expansão dos estudos estatísticos no período.

A segunda lei da termodinâmica no século XX “propiciou estímulos para a adoção e desenvolvimento da abordagem em sistemas, gerando potencialidade para uma abordagem que seja capaz de ser usada na Geografia Física como um todo” (GREGORY, 1985, p.24). Essa lei representou uma contribuição mais imediata para a formulação da teoria Geossistêmica que tem suas bases também na Teoria Geral dos Sistemas, apresentada pela primeira vez por Ludwig Von Bertalanffy, em 1937, no seminário de filosofia de Charles Morris da Universidade de Chicago, embora tenha sido publicada somente após a 2ª Guerra Mundial.

Bertalanffy descreve um sistema como sendo uma “totalidade que se baseia na competição entre os seus elementos e pressupõe a luta entre as suas partes” (BERTALANFFY, 1975, p.66). A Teoria Geral dos Sistemas pressupõe que eventos de natureza completamente diferentes podem se relacionar se forem analisados sob uma abordagem global, e seu objetivo é identificar as propriedades, princípios e leis característicos dos sistemas, independente da sua natureza.

A visão sistêmica representou um importante acontecimento para a Geografia, tendo em vista que “o direcionamento para a sistematização e a integração do meio ambiente com seus elementos, conexões e processos como um potencial a ser utilizado pelo homem, adquire importância crescente” (TROPPEMAIR, 2006 p.80). Troppmair destaca que a visão sistêmica penetrou em todas as ciências e tem em comum os seguintes critérios:

- a) O primeiro e mais geral afirma: “... é a visão de mudança das partes para o TODO... as propriedades essenciais ou sistêmicas são propriedades do TODO que nenhuma das partes possui. Elas surgem das relações da organização”.
- b) Um segundo critério chave é: “A capacidade de deslocar a própria atenção de um lado para outro entre diferentes níveis sistêmicos... portanto, diferentes níveis sistêmicos representam níveis de diferentes complexidades”.
- c) O terceiro critério afirma: “as propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do TODO MAIOR... aquilo que denomina-se parte é um padrão numa teia inseparável de relações”.

Após a 2ª Guerra Mundial, a Teoria Geral dos Sistemas teve uma grande aplicabilidade nas Ciências da Terra. “A aplicação deste método, associado à Teoria dos Modelos e à utilização da quantificação, caracterizou uma nova produção do conhecimento geográfico, originando a Nova Geografia” (SOUZA, 2006, p.46) e produzindo uma ciência de caráter neopositivista, que valorizava as análises de fenômenos específicos e suas interações.

As condições e necessidade da sociedade haviam se modificado em relação ao contexto do final do século XIX e início do XX. Colocando as duas Grandes Guerras como marcos de separação, configurou-se um panorama que realçava a necessidade de se localizar, caracterizar, classificar e catalogar as diversas regiões do planeta, levando em conta a expansão da estrutura industrial, urbana e tecnológica. Essas exigiam novas formas de abordagem da realidade, focando o

entendimento de suas organizações funcionais, como forma de oferecer meios de intervenção dessa expansão.

Entre os anos 1950 e 1960, surge na Geografia a chamada corrente Quantitativa e Teorética, ou *New Geography*, dando ênfase aos aspectos teóricos e à utilização das ferramentas lógico-matemáticas por meio da aplicação e manuseio de modelos para os estudos dos fenômenos e processos espaciais. O surgimento de novas técnicas, tais como o advento do radar e da informática, também contribuíram para que surgissem novas linhas de pesquisa no campo da Geografia Física, estimulando a mensuração, a classificação e o mapeamento, mediante a aplicação da estatística e da matemática. Tal tecnologia tornava possível a coleta, o processamento e a computação de grande quantidade de dados, permitindo processar maiores quantidades de informação. Neste período, porém, não se levava em conta os aspectos sociais ou ambientais, e muito menos era realizada uma análise crítica ou qualitativa das informações processadas.

Conforme mencionado anteriormente, desde o início da Geografia Física houve a noção de que o conhecimento geográfico não era passível de ser pensado de forma unitária. Isto se deve ao fato da história moderna do conhecimento da natureza estar pautado na compartimentação. Esta perspectiva cada vez mais analítica da Paisagem promoveu o esfacelamento da Geografia Física, dando origem a várias subáreas do conhecimento. Em algumas delas, é visível uma construção teórico-metodológica de maior consistência, como é o caso da Geomorfologia, Pedologia, Biogeografia e da Climatologia, entre outras.

No caso da Geomorfologia, primeiro ramo da Geografia Física a ganhar destaque mundialmente, é visível as contribuições advindas dos estudos de geólogos de influência da época como o estadunidense William Morris Davis, criador da Teoria do Ciclo Geográfico do Relevo, que segundo Mendonça (1992, p.33) “no início deste século, tirou da Geologia Clássica a Geomorfologia, ressaltando a importância das transformações a que o modelado do relevo está constantemente submetido”. Posteriormente seus trabalhos foram melhorados e adaptados por A. Cholley que propõe a Teoria do Sistema da Erosão, que associa o papel do clima e da vegetação no modelado da superfície terrestre (MENDONÇA, 1992).

Inspirado nas teorias de Davis, no modelo sistêmico e em autores franceses e estadunidenses, o geógrafo francês Emmanuel de Martonne publica em 1909 a obra ‘Tratado de Geografia Física Geral’, uma importante contribuição aos estudos de

Geografia Física que influenciou geógrafos franceses e adeptos deste modelo de estudo até os anos de 1950. A obra, que era dissociada dos aspectos humanos da Geografia, trazia como mote a divisão nos quatro grandes ramos da Geografia Física com grande influência da posição determinista de Davis. Para Mendonça (1992, p.34) a obra era de destaque pois,

ali a geomorfologia teve o maior destaque, o que, em função de seu supercrescimento e desenvolvimento, marcou definitivamente a cisão com o projeto lablachiano de concepção regionalista. Ao mesmo tempo, realçou e deu força à individualização dos diferentes ramos da Geografia Física. A descoberta de leis constitui-se na saga dos geógrafos físicos desta linha que orientaram seus estudos através de trabalhos de campo em pequena e médias escalas, dando maior importância às repartições que às inter-relações dos componentes do meio.

Na década de 1960, a Geografia, e acentuadamente os geógrafos físicos, passa a interessar-se por análises mais integrativas, relacionando o espaço físico ao humano. Historicamente, na Alemanha já se produzia uma geocologia e grande foi a contribuição de Carl Troll, com a sua Ecologia da Paisagem. De acordo com Troppmair (2011), na década de 1930, Troll observou junto à sua cidade natal, Munique, na Bavária, que quatro áreas relativamente pequenas apresentavam uma paisagem com cobertura vegetal totalmente diferente daquela que ocorria em toda a região. Realizando pesquisas geomorfológicas e pedológicas, Troll verificou que as áreas em questão eram cones de dejeção com profundas camadas de material glacial trazido pelos rios torrenciais formados pelo degelo na primavera.

Na Rússia, a Geografia Física foi definida como ciência da integração por Kalesnik (1958). Seus antecedentes foram Wladimir Peter Köppen (1846-1940), que se tornou o primeiro pesquisador a mapear as regiões climáticas do mundo e sua variação ao longo dos meses do ano. Enquanto isso, Piotr Petrovitch Semionov Tian-Chanski (1827-1914) desenvolveu a Geografia comparada, concebendo a Geografia como uma ciência prática, à serviço das necessidades do homem.

Já Vassiliy Vassilievitch Dokoutchaev (1846-1903) colocou a questão da abordagem histórica dos solos e as zonas geográficas em geral, abordagem inovadora que fortaleceu as interações entre a vegetação, o relevo, a geologia, o clima e a atividade humana, orientando a Geografia russa para a análise sintética da paisagem e a história da sua formação. Por fim, Viktor Borisovich Sochava (1905-1978) propôs a teoria do Geossistema como uma reformulação das teorias da

paisagem de Berg, Humboldt e Dokoutchaev, com base da Teoria Geral dos Sistemas, assunto tratado mais adiante no presente trabalho.

De modo geral, os geógrafos russos, a partir de sua tradição em “ciência da paisagem”, inspirando-se na Teoria Geral dos Sistemas operacionalizaram o conceito de paisagem na ideia de “geossistema”. A construção desse instrumento teórico visou, sobretudo, capacitar a Geografia Física como uma ferramenta capaz de responder ao planejamento físico-territorial. A ênfase atribuída à complexidade de seus componentes, ao mecanismo dialético que preside as suas inter-relações e a preocupação na sua sistematização, por outro lado, habilita-a também a participar da nova discussão sobre o meio ambiente, ou seja, fazer a interlocução da Geografia com a questão ambiental, que emerge a partir dos anos 1960.

Na França, com base no conceito de paisagem, procurou-se estruturar uma Geografia física global, como sendo a porção do espaço resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que interagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único indissociável, em perpétua evolução.

Uma das principais características da Geografia Estadunidense foi a ênfase nos trabalhos de campo e, por isso, do raciocínio indutivo a partir da observação, ao invés do dedutivo, advindo da teoria. Durante as Guerras Mundiais os geógrafos estadunidenses auxiliam o governo para fins estratégicos. Com o fim das guerras e a expansão do capital houve a necessidade de se conhecer as particularidades das áreas a serem exploradas apoiadas nas fotografias aéreas e posteriormente nas imagens de Satélites. Surge aí uma nova fase no fazer geográfico denominado de “New Geography” em contrapartida a forma anterior de se fazer Geografia.

Grandes nomes surgem com Charles Warren Thornthwaite (1899-1963) contribuindo com o tratamento do balanço hídrico e a abordagem para uma classificação racional do clima. Frederic Edward Clements (1874-1945) com proposta sobre a sucessão das plantas. A abordagem dinâmica para a ecologia incorporou o conceito de vegetação-clímax.

Voltando a questão dos Geossistemas, pode-se afirmar que a análise geossistêmica adentrou a Geografia Física em 1962 com os estudos do russo Sotchava e posteriormente foi aprofundado pelo francês Bertrand (1968) que definia o geossistema por um certo tipo de exploração biológica do espaço.

O russo Sotchava apontava em 1962 que o geossistema corresponde ao potencial ecológico de determinado espaço no qual há uma exploração biológica, podendo influir nele, fatores sociais e econômicos na estrutura espacial.

Já Bertrand (1968) expõe o termo geossistema servindo para designar um sistema geográfico natural e homogêneo associado a um território. Afirma que o geossistema corresponde a dados ecológicos relativamente estáveis, resultando da combinação de fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos. Estando em equilíbrio (estado de clímax) quando o potencial ecológico e a exploração biológica também estão. Sendo que para cada geossistema pode-se distinguir um potencial ecológico e uma exploração biológica específica. Sendo assim, os geossistemas surgiram como forma de analisar as paisagens geográficas complexas.

A Teoria Geossistêmica floresce em meio a tentativas e formulações teórico-metodológicas da Geografia Física, surgidas em função da necessidade de a Geografia lidar com os princípios da interdisciplinaridade, síntese, e com abordagens multiescalares, possibilitando a prognose a respeito da dinâmica dos sistemas ambientais delimitados e estudados.

Bertrand (1978) caracteriza os geossistemas por uma morfologia, isto é, pelas estruturas verticais (os geohorizontes) e horizontais (geofácies); um funcionamento, que engloba o conjunto de transformações dependentes da energia solar ou gravitacional, dos ciclos da água, dos biogeociclos, assim como dos movimentos das massas de ar e dos processos de morfogênese; um comportamento específico, isto é, para as mudanças de estado que intervêm no geossistema em uma dada sequência temporal.

As bases teóricas de Sotchava e de Bertrand confluem para considerar o geossistema como um conceito territorial, espacialmente delimitado e analisado sob determinada escala. Todavia as classificações dos geossistemas por cada autor são diferenciadas. Sotchava (1977) considera que o geossistema ocorre nos níveis planetário, regional e topológico. Bertrand (1968) aponta escalas de análises mais precisas e as considera a partir da homogeneização dos componentes e características do sistema. Ele as divide em unidades superiores como zona, domínio e a região natural e unidades inferiores como geossistema, geofácies e geótopo.

No Brasil, são os periódicos do extinto Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo que difundiram inicialmente a proposta, de início com o número 13 dos *Cadernos de Ciências da Terra*, que publica o texto de Bertrand (1972) e, posteriormente, com a tradução dos artigos de Sotchava (1977,1978) e com os números 14 e 16 dos cadernos *BioGeografia* e *Métodos em Questão* (RODRIGUES, 2001, p.73), tendo como geógrafos pioneiros a trabalharem com o tema Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Aziz Nacib Ab'Saber e Antonio Christofolletti, dentre outros.

2.2 GEOGRAFIA ECOLÓGICA/AMBIENTAL: DA APROPRIAÇÃO DA NATUREZA A SUA CONSERVAÇÃO

Em diversos centros de pesquisa da Geografia do mundo e também no Brasil, a partir da década de 1970, os geógrafos passaram a se preocupar com a problemática social e colocaram em evidência esta temática, considerando que o desenvolvimento, tanto tecnológico, como cultural da sociedade passou a desempenhar grande ação sobre a natureza e a sociedade. Desde então, temas como meio ambiente e sustentabilidade tem sido pauta entre estudiosos e, portanto conhecer as causas, consequências e as relações do meio com a sociedade, vêm acarretando interessantes debates na busca do entendimento dessas relações.

Pouco antes, na década de 1950 como já exposto, a Geografia adotou métodos pautados na exatidão, por meio de conceitos apoiados em uma explicação matemático-estatística. Entretanto, tal corrente do pensamento geográfico passou a receber duras críticas. Uma das principais é o fato de não considerar as características particulares dos fenômenos, pois o método matemático preocupa-se em explicar aquilo que acontece em determinados períodos, mas não explica os intervalos entre eles, além de apresentar dados considerando o todo de forma homogênea, e desconsidera as particularidades (GOMES, 2007).

Com o declínio desta corrente, alguns geógrafos começaram a estabelecer o rompimento daquela neutralidade no estudo da Geografia e propuseram um engajamento e criticidade junto à conjuntura social, econômica, ambiental e política do mundo. Tais ideologias estabeleceram uma leitura crítica frente aos problemas e interesses que envolviam as relações de poder e pró-atividade frente às causas

sociais, defendendo a diminuição das disparidades socioeconômicas e diferenças regionais.

Neste período, uma nova abordagem geográfica, denominada Geografia Ecológica/Ambiental começa a ser delineada e difundida, objetivando, *a priori*, a defesa do ambiente natural. Inicialmente, com o surgimento de tendências ecológicas, muitas vezes “românticas”, os pensadores arriscaram um retorno às ideias de Rousseau, no seu *Contrato Social*, a qual pregava uma preservação da natureza e uma volta à vida em maior contato com a mesma.

No Brasil, a corrente ecológica inicia-se com os trabalhos de Ab’Saber e Monteiro entre as décadas de 1960 e 1970. Entretanto, visualizou-se maior enfoque ecológico a partir da década de 1980, partindo da abordagem naturalista para uma abordagem centrada no ambiente, onde sociedade e natureza compõe as duas partes de uma interação dialética (MENDONÇA, 1993).

O início de uma Geografia Ecológica foi influenciada pela publicação em 1979 da proposta da *Ecogeografia* de Jean Tricart e Jean Kilian (MENDONÇA, 2001). Na sua concepção, esta corrente se construiu a partir do momento em que os geógrafos passaram também a preocupar-se seriamente com o problema do meio ambiente, observando-se que na área de Geografia Física, muitos evoluíram de trabalhos específicos sobre morfologia, clima, hidrologia, etc. para realizar pesquisas mais amplas a respeito do meio ambiente, ou, continuando os trabalhos em suas áreas específicas, passaram aplicar os conhecimentos especializados, levando em conta o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade sobre o meio ambiente.

Sobre isso, Figueiró (2011, p.32) sem se remeter a questão da Geografia Ecológica, mas sim uma Geografia Física, afirma que este período é marcado pela,

incorporação de um paradigma sistêmico em geografia física, que tem por fundamento a busca de respostas às questões da complexidade da organização espacial, onde a distinção entre o físico e o humano passa a ser irrelevante, representa uma tentativa de retomada de uma concepção geográfica unitária, na sua melhor acepção.

Sobre isso, sabe-se que o período pós-guerras marca o início de uma nova consciência mundial, principalmente após as revoluções industriais que gerou o desenvolvimento econômico de muitos países. Intensificou-se o processo de crise ambiental global e a década de 1960 foi marcada pelo surgimento dos primeiros

ecologistas/ambientalistas preocupados com os efeitos desse crescimento acelerado do mundo e como isto iria repercutir no ambiente global.

A industrialização gerou vários problemas ambientais, muitos de abrangência global, levando à internacionalização da questão ambiental. A poluição do ar que foi fruto de um processo intenso de urbanização foi a primeira temática a ganhar destaque. Os resíduos lançados pelas indústrias poluem o ar, tornando-se uma fonte de problemas de saúde para os seres humanos (DANNI-OLIVEIRA, 2000).

Em 1962 foi publicado o livro da jornalista Rachel Carson, 'Primavera Silenciosa'. O livro foi considerado um clássico do movimento ambientalista, promoveu uma discussão na comunidade internacional pela forma contundente como denunciava a diminuição da qualidade de vida devido ao uso excessivo de inseticida, pesticida e outros produtos químicos na produção agrícola, contaminando os alimentos e deixando resíduos no meio ambiente. A revolução verde provocou o uso abusivo de grandes quantidades de fertilizantes e adubos químicos. O fato é que, na década de 60, teve início de movimentos com outros valores culturais e de referenciais de vida. O efeito conjunto desses movimentos provocou o surgimento de novos valores que priorizaram melhores condições de vida à humanidade e não apenas os problemas do consumismo, colonialismo, exploração predatória, etc.

Sobre isso, cabe destacar o exposto por Foladori (1999) que diz que esta discussão sobre meio ambiente passa a tomar todos os meios científicos, políticos e sociais, a partir do qual o foco passava a ser quais as formas de solucionar os problemas que surgiam, seja nas escalas macro e micro, porém, pouca discussão teórica se faz acerca dos motivos que levaram a estes efeitos. O autor reforça o fato que não se discute quais as relações no interior do processo produtivo destes efeitos que levam aos problemas ambientais da época. Para Foladori (1999, p.96) grande parte das respostas advém da relação ser humano e meio ambiente mediada pelo trabalho. Para ele,

El trabajo humano interrelaciona una actividad física con un medio ambiente externo y con medios de trabajo legados por procesos de trabajo anteriores. En esta interrelación consiste la esencia de la producción, y de la interrelación sociedad-medio ambiente.

Neste tema, o autor evidencia que a questão da relação entre sociedade e natureza sempre foi permeada pelo trabalho, porém, o que se diferenciou com o passar dos séculos foi a "Forma Social" que se estabeleceu esta relação, e o momento de crises ambientais é marcado pela forma agressiva de exploração dos

recursos naturais, pela necessidade desenfreada por produtos industrializados e pela geração de resíduos advindos deste processo. Sendo assim, há uma crítica muito forte ao modelo econômico capitalista da época que passa a ganhar força com a supremacia dos Estados Unidos e demais países do então Primeiro Mundo sobre os países do chamado Terceiro Mundo. Para Foladori (1999, p.98, grifo do autor),

No discutir la *forma social* de producción em el momento em que la crisis ambiental alcanza escala mundial e impactos de largo alcance temporal sobre la biosfera y la especie humana es una actitud totalmente clasista, porque implica, aunque sea por omisión, suponer que la forma capitalista es la única posible contra lo que enseña la historia de la humanidad.

O manifesto dos problemas ambientais se engajou na chegada desses novos valores, integrando um movimento mais amplo que exigiu maior senso de justiça social, reformulação dos critérios de produção e da atuação mais efetiva dos governos junto a sociedade civil para a garantia de melhores condições de vida. Na década de 70, o pensamento ambientalista foi influenciado pela publicação do livro 'Limites do Crescimento', em 1972, como resultado do estudo feito pelo Clube de Roma, foi mostrado que o consumo crescente da sociedade, a qualquer custo, imposto pelo crescimento humano exponencial, levaria a humanidade a um colapso.

Para Xavier da Silva (1995, p.349) é neste momento que “firmou-se a imagem do mundo como um conjunto estruturado de padrões espaciais, a serem identificados, analisados e classificados de modo a facilitar a intensificação do uso dos recursos ambientais nele disponíveis.” Esta visão tornou-se extremamente perigosa ao planeta e foi combatida veementemente pelos então movimentos ambientalistas que surgiram a época.

Contemporaneamente, a ciência como um todo colocou a questão da relação Natureza/Sociedade no centro da discussão, por isso a Geografia passou por uma fase de mudanças de posturas teóricas e metodológicas para a compreensão da questão ambiental e sua relação com a sociedade.

Sendo assim, define-se a Geografia Ambiental como este novo campo dentro da Geografia onde pesquisas, teorias e métodos foram surgindo visando mostrar as contribuições das análises geográficas na compreensão da relação homem/sociedade e natureza/ambiente, principalmente com vistas a manutenção, recuperação e preservação de ambientes degradados.

Cabe destacar aqui que a noção de ambiente adotada por esta abordagem na Geografia está relacionada a uma visão integradora dos elementos naturais e sociais sobre uma base comum. Para Xavier da Silva (1995, p.358) este ambiente passa a ser entendido como “um conjunto estruturado sobre uma determinada localização, que tem uma extensão determinável e representa uma síntese da atuação de uma variada gama de fatores ambientais – naturais e sócio-econômicos – correlacionados causal ou aleatoriamente para produzi-lo”.

Analisada no campo do pensamento geográfico moderno, a abordagem ambiental pode ser concebida a partir de dois grandes momentos, conforme afirma Mendonça (1993): o primeiro, no qual o ambiente configura-se em sinônimo de natureza, prevaleceu desde a estruturação científica da Geografia até meados do século XX. No segundo momento ocorre o avanço ou salto dado por alguns geógrafos ao romperem com a característica majoritariamente descritivo-analítica do ambiente natural passando a abordá-lo na perspectiva da interação sociedade-natureza e propondo, de forma detalhada, intervenções no sentido da recuperação da degradação e da melhoria da qualidade da vida dos seres humanos.

Ao longo do tempo, a Geografia vai transformando sua compreensão e passa a pensar o ambiente como homem/sociedade e seu entorno. O ser humano não só está envolvido pelos objetos e ações, mas envolve-se com eles, numa integração conflitante. As tendências mais atuais pensam o ambiente sem negar as tensões sob as suas diferentes dimensões. E, na perspectiva da Geografia, retoma-se um pensamento conjuntivo na medida em que sua análise exige compreensão das práticas sociais, das ideologias e das culturas vividas.

Pode-se considerar que o surgimento e a evolução do pensamento ambiental está diretamente associado ao desenvolvimento das ciências ocorridos ao longo da história da civilização, assim como as degradações e alterações ambientais processadas no planeta. Grande parte destes fatos marcaram grandes discussões teóricas, políticas e estruturais que deram a base de uma abordagem socioambiental como se verá a seguir.

2.3 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL: DISCUSSÕES INICIAIS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO NAS CIÊNCIAS

Com base em um ambiente de crise instaurado devido os problemas ambientais citados no subcapítulo anterior, foi convocada a primeira conferência da ONU sobre o ambiente, que ocorreu em 1972, em Estocolmo – Suécia, e foi denominada de Conferência sobre Meio Ambiente Humano. Duas vertentes polarizaram as discussões na reunião de Estocolmo: de um lado, estavam os países que advogavam barrar o crescimento econômico de base industrial e, por tanto, poluidor e consumidor de recursos não renováveis, e de outro, os que reivindicavam o desenvolvimento trazido pela indústria. Os países pobres eram o segundo grupo, defendendo o direito de ter o tal desenvolvimento acelerado assim como os países ricos já haviam alcançado (BUSS, 2002). Este evento teve a participação de 113 países, e três resultados importantes foram obtidos a partir dos debates desta Conferência:

1. O pensamento ambientalista evoluiu dos objetivos somente protecionistas da natureza e conservacionistas dos recursos naturais, para um entendimento da má gestão da biosfera pelos homens;
2. As prioridades e necessidades ambientais foram estendidas para os países em desenvolvimento, tornando-se um fator preponderante;
3. Foi criado o PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Passados 20 anos da reunião de Estocolmo, ocorreu outra grande reunião da ONU para discutir a temática ambiental, dessa vez no Rio de Janeiro, com um objetivo bastante diferente da anterior: alcançar o desenvolvimento sustentável, conceito este que já vinha sendo debatido desde 1974 na *Declaração de Cocoyoc* que ressalta novamente a necessidade de pensar um desenvolvimento que seja saudável para as gerações atuais e futuras, harmônico com a natureza e que garanta o equilíbrio ambiental (FOLADORI, 1999).

Em 1992, mais de 170 países envolveram-se na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como RIO 92 ou ECO 92. Uma mudança foi fundamental: não se negava o desenvolvimento, mas se procurava adequá-lo ao ritmo dos processos ambientais, sem exaurir os recursos naturais, mantendo-os para as futuras gerações.

Um pesquisador que trabalhou na organização destes eventos e ajudou no debate e formulação de teorias e conceitos acerca do desenvolvimento (sustentável), e na discussão da questão socioambiental, foi o economista naturalizado francês Ignacy Sachs (1927-). Este autor trouxe importantes contribuições ligadas a sua área de formação por acreditar que “em sua forma pluridimensional, o desenvolvimento, entendido ao mesmo tempo como um projeto (uma norma) e o caminho histórico em direção a ele, aplica-se à totalidade das nações” (SACHS, 1998, p. 151).

Seu destaque na forma de pensar e agir surgiu em um momento em que a maioria dos países, sejam eles capitalistas ou socialistas, pensavam apenas em seu desenvolvimento econômico e enriquecer seu PIB, com pouca preocupação no desenvolvimento social ou menos ainda com as questões ambientais. Ignacy Sachs, nesse momento conturbado, vê a necessidade de um desenvolvimento que seja ambientalmente sustentável, economicamente sustentado e socialmente incluyente.

O autor foi um pioneiro no ideal que a busca das nações pelo desenvolvimento não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações entre sociedade e ambiente, que se manifestam em escalas de tempo diferentes. Para Sachs (2004a) “a sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza, é por isso que falamos em desenvolvimento sustentável”.

Em sua obra intitulada “Desenvolvimento – Incluyente, Sustentável e Sustentado” o autor traz importantes reflexões sobre o tema que auxiliam na discussão acerca da questão Socioambiental. De início, Sachs (2004b, p.15) traz, em sua opinião, quais são os cinco pilares do ecodesenvolvimento ou, posteriormente chamado de desenvolvimento sustentável:

- a) Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de ruptura social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta;
- b) Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para disposição de resíduos);
- c) Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades;
- d) Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam;

- e) Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem, a liberdade faz toda a diferença;

Esta citação deixa claro o posicionamento do autor com relação a importância dada a inter-relação existente entre ambiente – sociedade – questão econômica, e como esses três devem interagir entre si buscando um equilíbrio contínuo com vistas a satisfazer as necessidades presentes e futuras, esta visão fica clara para Sachs (2004b, p.36) ao afirmar que “apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais, merecem a denominação de desenvolvimento”. O Quadro 01, desenvolvida pelo autor, revela o pensamento Socioambiental contido em suas teorias, tendo em vista que a prioridade para um desenvolvimento ser tido como positivo, é ter impactos bons tanto as sociedades quanto ao ambiente em que elas se encontram, revelando o caráter balizador de suas análises no que condiz a relação entre as sociedades e a natureza.

Quadro 01 – Padrões de Crescimento Econômico segundo Ignacy Sachs

	Impactos Sociais	Impactos Ambientais
1 - Desenvolvimento	+	+
2 - Selvagem	-	-
3 - Socialmente benigno	+	-
4 - Ambientalmente benigno	-	+

Adaptado de: SACHS (2004b, p.36)

Sua contribuição nesta obra é revelar que desenvolvimento é um conceito multidimensional, ou seja, para Sachs (2004b, p.71),

[...] seus objetivos são sempre sociais e éticos; ele contém uma condicionalidade ambiental explícita; o crescimento econômico, embora necessário, tem um valor apenas instrumental; o desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento, no entanto, o crescimento não garante só o desenvolvimento.

Ignacy Sachs continua a atuar em prol do desenvolvimento equilibrado e que leve em conta as questões sociais e ambientais em suas escolhas, e mesmo não usando o termo Socioambiental, é possível ver em suas publicações a mesma conotação dada pelos adeptos do termo. Em um artigo escrito recentemente Sachs (2012, p.09) afirmou,

“por mais prementes que sejam as preocupações ecológicas não devem ser aceitas como justificativa para adiar a resolução de imperativos sociais urgentes. A economia verde só faz sentido se for uma economia voltada para o bem-estar da sociedade em geral”. E sua grande conclusão é que “mais do que nunca, é hora de aprendermos a caminhar com as duas pernas e combinar justiça social e prudência ambiental”.

Outro importante autor a publicar trabalhos sobre essa temática, entre o período dos grandes eventos sobre Meio Ambiente, e que deu as bases para a discussão de uma abordagem socioambiental, foi o psicólogo romeno Serge Moscovici (1925-). Este autor já era um importante teórico da área da psicologia social na década de 1960/70 quando seu engajamento político no movimento dos *Les Amis de La Terre* levou-o a uma série de reflexões acerca das relações entre indivíduo, sociedade, ciência, cultura e natureza/ambiente.

Em sua obra intitulada “Natureza – Para pensar a Ecologia” o autor reúne seus pensamentos e militâncias sobre a Natureza e a Ecologia como movimento social e político, entre 1970 e 2002, em diferentes formas de publicação e entrevistas, e por ela pode-se acompanhar suas reflexões no decorrer dos anos acerca da questão Socioambiental, ou segundo as palavras de apresentação da obra “resgate da aliança rompida entre homem e natureza”.

Diferentemente de Ignacy Sachs, as discussões de Serge Moscovici estão relacionadas a forma como a ciência era feita a época, e como o discurso sobre a natureza era deixado de lado por elas. Moscovici (2007, p.18) questiona logo de início em sua obra: “por que a ciência não gosta mais, ou não gosta mais da ciência pura destinada a descobrir a natureza, emancipar os homens da ignorância e igualmente da miséria?”.

Segundo o próprio autor essa resposta está ligada a fase em que o mundo passava no pós-guerra, onde a ciência estava a serviço da técnica em prol do enriquecimento e proteção dos países, haja visto as tensões políticas do momento, nesse contexto, a natureza passa a ser vista então como simples fornecedora de bens para este fim. Para Moscovici (2007, p.47) “a ciência se interroga, sobretudo, sobre o que fazer com a natureza, como explorar seus segredos. Ela torna-se uma ciência técnica”. Para o autor, seu diferencial foi de associar as duas categorias de realidade até então dissociadas – a sociedade e natureza – e colocá-las no mesmo plano de discussão, pois segundo Moscovici (2007, p. 28) “tirando as consequências

de uma de outra, parece que nossa questão social nesse fim de século e no século seguinte será a questão ambiental”.

Ainda sobre as ciências e a sociedade, Moscovici (2007, p.82) revela a importância das ciências repensarem o seu envolvimento com a natureza em prol das sociedades, afim de num futuro próximo, esta harmonia garantir a própria existência dos indivíduos. O autor afirma que,

está claro que a escolha de realizar através das ciências e das técnicas aquilo que deveria ser realizado por nós mesmos, não somente transformou a sociedade e fez história, como também mudou a natureza. [...] À medida que termina o milênio, esse sentimento se propaga como um lastro de pólvora, nosso centro de gravidade se desloca da sociedade para a natureza, e nosso dever nos incube de fazer história, tanto de uma quanto da outra, pois nossa natureza é o fundamento da história de nossa sociedade.

Outra discussão trazida por Moscovici em sua obra, está relacionado a relação entre cultura (como manifestação de existência das sociedades) e natureza, pois o autor crê que toda cultura está relacionada a natureza, e que ao atingir determinado ambiente está se afetando a si mesmo, ou segundo suas próprias palavras “eu compreendi que toda destruição da natureza é acompanhada por uma destruição da cultura, todo ecocídio, [...] é, por certos aspectos, um etnocídio” (MOSCOVICI, 2007, p.22).

Isso revela a base do caráter socioambiental das discussões trazidas pelo autor em sua obra, que mesmo sem usar este termo, traz o sentido real da expressão em seu pensamento; como no momento em que afirma que a questão da natureza carece de sentido se ela for vista como uma natureza exterior, que nos resiste e percorre uma evolução histórica sem relação com a nossa. Portanto, “não lutamos mais contra ela, mas a favor dela, não procuramos mais nos afastar, mas nos aproximar, nós não visamos mais enfraquecer, mas preferencialmente fortalecer nossos laços na natureza” (MOSCOVICI, 2007, p.109).

Ainda sobre essa relação, o autor deixa claro a importância da busca contínua da interação das sociedades junto ao ambiente como uma busca pela própria identidade humana. Isso fica claro quando Moscovici (2007, p.116) cita que,

liberar a natureza, é acabar com essa obsessão dos tempos modernos, que quer desencantá-la, isolá-la, como se nós não tivéssemos muita coisa em comum com ela. Como se as relações do homem no mundo não fossem também relações de homem e homem.

Uma das conclusões trazidas pelo autor e que contribui em muito no pensamento da questão Socioambiental é referente ao envolvimento que deve existir na busca contínua e conjunta por melhorias que visem o bem das sociedades e da natureza, pois segundo Moscovici (2007, p.117) “natureza e sociedade são colocadas num mesmo nível, transformadas conjuntamente. Dito de outra forma: os que buscam ora a solução para os problemas de uma, ora a solução para os problemas de outra, rodam em círculo”.

Um terceiro autor que desenvolveu ideias e teorias no período do pós-guerra que contribuíram no pensamento de uma questão Socioambiental, foi o geógrafo/antropólogo francês Edgar Morin (1921-). Ele é um dos principais teóricos do pensamento complexo e da relação que esta complexidade tem junto as ciências, a humanidade e é claro a natureza. Algumas de suas obras foram influenciadas também pelas ideias desenvolvidas por Serge Moscovici.

Uma das obras de Morin que traz importantes discussões na forma de pensar a relação entre sociedade e natureza foi o livro “O Paradigma Perdido: a Natureza Humana”, onde o autor faz relevantes reflexões para entender o comportamento do ser humano enquanto animal social. Partindo de estudos antropológicos, explica grande parte da nossa estrutura social tradicional, desde o núcleo familiar até às tribos, e como é a relação com o elemento natural da Terra.

A ideia central do livro gira em torno da natureza humana, para Morin esta natureza é algo inerente aos seres humanos e moldado segundo os princípios da cultura de sua sociedade, porém tal natureza foi esquecida ou deixada de lado pela ideologia do progresso, pois se acreditava que para haver transformação no homem, este não podia ter natureza humana. Deste modo, “esvaziada por todos os lados de virtudes, de riqueza, de dinamismo, a natureza humana surge como um resíduo amorfo, inerte, monótono: aquilo de que o homem se desfez, e não aquilo que o constitui” (MORIN, 1988).

Na verdade Morin complementa mais adiante da obra citada que,

a natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema (MORIN, 1988, p.133).

Observa-se na citação acima que se revela uma abordagem Socioambiental no pensamento do autor. Outra questão levantada por Morin, diz respeito a

necessidade de pensar natureza humana de uma forma conjunta da parte natural e social, como é evidenciado ao afirmar que,

[...] o homem não é constituído por duas camadas sobrepostas, uma bionatural e outra psicossocial, é evidente que não transpôs nenhuma muralha da China que separasse a sua parte humana da sua parte animal; é evidente que cada homem é uma totalidade biopsicossociológica. (MORIN, 1988, p.14).

Contudo, o que esta obra traz como contribuição para pensar na questão Socioambiental é a necessidade, exposta pelo autor, em colocar no mesmo nível sociedade e natureza, assim como Moscovici já havia dito, pois para Morin (1998, p.15) “a relação ecossistêmica não é uma relação externa entre duas entidades isoladas; trata-se de uma relação integrativa entre dois sistemas *abertos*, em que cada um deles é parte do outro, embora constitua um todo”.

Outra obra de destaque de Morin, que traz importantes reflexões acerca da necessidade de pensar na questão Socioambiental (mesmo que o autor não se utilize de tais termos) é o livro “Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro”, idealizado pela UNESCO em parceria com o autor. Esta obra é uma contribuição aos educadores sobre o estado do mundo atual e quais os caminhos a serem adotados pelas práticas pedagógicas futuras.

Uma questão é essencial para Morin (2000, p.50) em sua obra: “Como seres vivos deste planeta, dependemos vitalmente da biosfera terrestre; devemos reconhecer nossa identidade terrena, física e biológica”, ou seja, entender que fazemos parte de um todo bem maior – o cosmos, da natureza, da vida – porém, como o próprio Morin (*ibid.*) coloca, “devido à própria humanidade, à nossa cultura, à nossa consciência, tornamo-nos estranhos à este cosmos, que nos parece secretamente íntimo. Nosso pensamento e nossa consciência fazem-nos conhecer o mundo físico e distanciamo-nos dele”.

Numa reflexão histórica do desenvolvimento humano sobre o planeta, em especial pós década de 1970, Morin (2000, p.71) é categórico ao afirmar que tal desenvolvimento da forma como é conduzido pode levar ao fim da própria humanidade, para ele “as exalações de nosso desenvolvimento técnico-industrial urbano degradam a biosfera e ameaçam envenenar irremediavelmente o meio vivo ao qual pertencemos: a dominação desenfreada da natureza pela técnica conduz a humanidade ao suicídio”.

A solução apontada pelo autor vem de encontro ao que posteriormente seria a base do pensamento Socioambiental, da mesma forma como foi colocado por Sachs e Moscovici, equilibrar o progresso social ao nível da natureza para garantir as gerações futuras, pois,

devemos inscrever em nós a consciência ecológica, isto é, a consciência de habitar, com todos os seres mortais, e mesma esfera viva (biosfera): reconhecer nossa união consubstancial com a biosfera conduz ao abandono do sonho prometido do domínio do universo para nutrir a aspiração de convivibilidade sobre a Terra. (MORIN, 2000, p.76)

Contudo, em suas palavras finais o autor aponta que as mudanças já estão acontecendo e cabe a educação do futuro garantir que elas não cessem, pois o planeta está constantemente em risco. Para Morin (2000, p.114, grifo do autor),

a Humanidade deixou de construir uma noção apenas biológica e deve ser [...] plenamente reconhecida em sua inclusão indissociável na biosfera; a Humanidade deixou de construir uma noção sem raízes: está enraizada em uma "Pátria", a Terra, e a *Terra é uma Pátria em Perigo*.

Procurando estabelecer um diálogo entre estes três autores citados fica evidente que os pensamentos convergem para uma mesma direção: o reequilíbrio da relação sociedade e natureza/ambiente em busca de um futuro melhor para as gerações seguintes. Há ainda um discurso padrão entre eles que pode ser compreendido em três etapas – 1ª) a necessidade urgente de desmitificar a Natureza e entender as Sociedades como pertencentes a ela; 2ª) A partir deste sentimento de pertencimento, entender que os desequilíbrios existentes em qualquer membro desta Natureza afetam toda a cadeia; 3ª) Propor medidas que visem reestabelecer este equilíbrio, para só então se pensar em formas de desenvolvimento que sejam bom para todos.

Após analisar a contribuição dos autores citados, volta-se a pensar no cenário mundial do final dos anos de 1990 (pós Rio 92) e início de séc. XXI. Rojas (1996, p.05, grifo do autor) afirma que neste momento da história recente a medida que a interação sociedade e natureza ganhava mais intensidade, resultado do melhor conhecimento de seus recursos e das técnicas para seu aproveitamento,

avanzaban los deterioros de las relaciones del hombre con la naturaleza y de las relaciones entre los propios hombres. Se descubrían más y más "ofertas" de la naturaleza y se dicotomizaban las demandas; las de la naturaleza y de algunos hombres, relegadas y la de otros hombres exaltadas.

Para Mendonça (2007) observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo Socioambiental, pois se tornou muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo.

Já Veiga (2007) faz um apanhado sobre as questões de desenvolvimento econômico aliado as recentes preocupações ambientais, deixando claro que o emprego do termo socioambiental evidencia a inevitável necessidade de procurar compatibilizar as atividades humanas em geral – e o crescimento econômico em particular – com a manutenção de suas bases naturais, particularmente com a conservação ecossistêmica.

Para este autor a questão básica da relação socioambiental está na maneira de se entender as mudanças sociais, que jamais podem ser separadas das mudanças da relação humana com o resto da natureza; e conclui ainda que a adoção deste termo (Socioambiental) responde a uma necessidade objetiva: “a um imperativo que nunca poderá ser entendido [...] por quem insista em negar ou rejeitar que a relação entre cultura e natureza tenha um caráter essencialmente dialético” (VEIGA, 2007, p.129).

Observa-se então que a noção de ambiente tem se inserido, paulatinamente, a dimensão social, pois a crise ambiental contemporânea não pode mais ser compreendida e nem resolvida segundo perspectivas que dissociam sociedade e natureza (FREITAS, 2003).

E a busca pela integração da perspectiva entre ambiente e sociedade vem “the inglorious search for a preferential actor of social change in the economic and environmental order to a generic question delineated around the preoccupations with the human dimensions of environmental changes, independent of judgments of their value” (FERREIRA *et al*, 2006. p.11).

Nesta linha, Rojas (1996) já afirma que a questão ambiental evolui na direção de uma integração com a dimensão social, privilegiando os seres humanos em sua dupla condição de protagonista e espectador das trocas. Para a autora (1996, p.05),

la dimensión socioambiental de los problemas humanos, se establece como vía esclarecedora no sólo para las interpretaciones, sino para las acciones, acompañada del torrente de posibilidades de lo local, de la participación comunitaria y de las organizaciones no gubernamentales.

Já para Leff (2010), a crise ambiental contemporânea “é uma crise do conhecimento: da dissociação entre o ser e o ente à lógica autocentrada da ciência e ao processo de racionalização da sua modernidade guiado pelos imperativos da racionalidade econômica e instrumental”. Este mesmo autor reforça ainda que a própria discussão de ambiente nas ciências só é possível através da discussão do saber ambiental que para ele “vai derrubando certezas e abrindo os raciocínios fechados que expulsam o ambiente dos círculos concêntricos do conhecimento” (LEFF, 2010, p.13).

Diante de tal crise este mesmo autor expõe a necessidade da unificação dos conhecimentos das diferentes ciências em prol da constituição de um saber ambiental. Para Leff (2010, p.168) “o saber ambiental emerge de uma razão crítica, configurando-se em contextos ecológicos, sociais e culturais específicos e problematizando os paradigmas legitimados e institucionalizados”. É um saber que vai se constituindo em relação com o objeto e o campo temático de cada ciência, evidenciando assim o caráter abrangente e unificador deste saber. Nesse processo define-se o ambiental de cada ciência, transformando seus conceitos e métodos, abrindo espaços para a articulação interdisciplinar do saber ambiental, gerando novas teorias, disciplinas e técnicas.

Fica claro neste ponto que a união dos conhecimentos se faz necessário para a discussão da questão Socioambiental, pois somente assim poderá se estabelecer objetivos em comum entre as diversas ciências. Sobre isso, FERREIRA *et al* (2006, p.12) reforçam que,

despite the insistence of political and institutional society in maintaining universes such as environment and society separated and juxtaposed, they must be thought together and the socio-environmental knowledge already produced allows one to go beyond the question of the impacts of technical progress on the natural and constructed environment in order to face the themes that lead the biological and social sciences to converge in search of a shared operational logic and of a transfrontier language.

O que se torna evidente com toda essa discussão é, que no contexto do pós-guerra até os momentos atuais, as preocupações com a relação entre

ambiente/natureza e sociedade vão gradativamente deixando de ser uma questão restrita aos seus aspectos naturais ou isolados e passam a fazer parte das questões gerais de todos os ramos da ciência, da opinião pública e da política. Segundo Hogan *et al* (2010, p.27),

[...] é nesse momento que os dilemas passam a ser socioambientais e não apenas um debate central na natureza *strictu sensu*, e isso ocorre como consequência de evidências da inter-relação, sobretudo, dos aspectos ambientais com a qualidade de vida e saúde da população.

Sobre isso, a Geografia como ciência tem papel importante nas discussões e contribuições acerca dessa abordagem Socioambiental, principalmente por ser uma ciência que desde sua origem traz consigo a busca por interpretações das relações existentes entre o homem e seu meio, as sociedades e a natureza ao seu entorno.

2.4 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL: A ABORDAGEM INICIAL PELA GEOGRAFIA

No que concerne a Geografia, desde o estabelecimento de sua condição de ciência moderna, ela tem no ambiente/natureza uma de suas principais características. Na sua origem, a relação que a Geografia estabelecia com os ambientes buscava uma interação homem x meio e compreendia meio como sinônimo de natureza, ou seja, nesta visão o homem era entendido como externo ao meio, ou externo à natureza (MENDONÇA, 2001; SUERTEGARAY, 2002). Com o desenvolvimento de novas teorias e a evolução da própria ciência a compreensão de ambiente foi se transformando, e tomou focos diferentes segundo a corrente de pensamento.

Sobre isso, Gomes (2007, p.249) enfatiza que no caso da Geografia o período entre guerras do séc. XX foi a fase em que “as correntes do pensamento científico se desenvolveram de forma bastante segmentada geograficamente” o que culminou na dispersão das “escolas e círculos” que por sua vez resultou nas três grandes correntes do pensamento geográfico. Segundo este mesmo autor uma primeira corrente identificada foi influenciada pelo positivismo lógico, caracterizado pela quantificação, e ficou conhecido como a Nova Geografia ou Geografia Quantitativa.

Baseado numa visão sistêmica, na utilização de modelos e a submissão à lógica matemática, esta nova Geografia veio a romper com os modelos da dita Geografia Clássica e estabelecer parâmetros científicos (neopositivistas) a essa fase

Moderna da Geografia. Neste sentido, a Natureza passa a ser entendida como um grande sistema de fluxos de matéria e energia, onde os seres humanos podem se inserir formando assim o Ambiente, e a partir do momento que se possa modelar o seu comportamento é possível agir sobre o mesmo (VITTE & SILVEIRA, 2011).

A segunda corrente evidenciada por Gomes (2007) se refere ao ponto em que a nova Geografia foi colocada em xeque com relação a questões que não poderia responder, principalmente ligadas as questões políticas, econômicas e sociais. Nota-se então o crescimento a partir dos anos de 1970 de uma influencia marxista no pensamento geográfico, de pensamento contrário a corrente vigente, que culminou em uma nova forma de se pensar o geográfico denominada de Geografia Crítica ou Radical (MORAES, 2001).

Baseado no materialismo histórico e dialético a concepção de Natureza/Ambiente muda e passa a ser entendida como recurso natural que serve de pano de fundo para outros temas que enfocam a influência dos aspectos econômicos e políticos. Nesta perspectiva geográfica, ela torna-se um elemento dotado de valor econômico. Segundo Springer (2010, p.171, grifo da autora) “tem-se então que a Natureza, não mais seria um direito de todas e não mais se encontraria somente junto às classes mais baixas, agora, era preciso ‘comprar’ o ‘verde’ ”.

Uma última corrente identificada por Gomes (2007) se refere a uma linha de pensamento antiga, porém que se tornou conhecida principalmente na década de 1990 nas ciências sociais influenciada pelo humanismo.

Na Geografia, ela se apresentou de diferentes maneiras e concepções através da Geografia Humanista, Cultural, Religiosa, dentre outras. Tornou-se uma alternativa para os geógrafos, que não acreditavam que o neopositivismo ou materialismo fossem capaz de explicar todos os fenômenos ocorridos no espaço geográfico. A chamada Geografia Cultural Renovada traz como características uma nova visão do conceito de cultura; novas abordagens temáticas, teóricas e metodológicas; e incorporação da noção de *Significados* nas análises realizadas (CORREA & ROSENDAHL, 2008).

Esta corrente tem base em diferentes formas de pensamento da realidade, com influências principalmente do humanismo radical e fenomenológico, a Geografia passa a incorporar termos como: Lugar, Local, Espaço Vivido e Topofilia; e as suas interpretações passam a valorizar os cinco sentidos humanos na análise do espaço geográfico. Com relação a Ambiente/Natureza estes termos passam a identificar

como os indivíduos e ou grupos sociais percebem, interpretam e ou representam a Natureza e este meio natural, ou ainda quais os elementos que fazem parte desta Natureza (SPRINGER, 2010).

O que se pode perceber com isso, é que a dificuldade encontrada na Geografia no que se refere ao desenvolvimento teórico-metodológico da relação Sociedade e Natureza, está na própria definição de Natureza em Geografia, ou seja, devido a pluralidade de correntes de pensamento desta ciência – muitas vezes opostas – chegar a um consenso do que é Natureza e Sociedade, ou de que forma se estabelece a interferência mútua, torna-se dificultoso, haja visto que um conceito é muitas vezes fruto do determinado momento histórico em que é construído.

Nesta linha de pensamento uma importante contribuição vem de Springer (2010, p.166) ao afirmar que,

o conceito de Natureza não é um conceito pronto, estático, ele se transformam no decorrer do tempo e conforme a concepção de mundo de cada autor, podendo assumir variadas conotações, dependendo do viés pelo qual é analisada, sendo por isso importante identificá-las e defini-las de acordo com os objetivos ao qual o trabalho se propõe.

Nesta mesma linha, Warnavin (2010, p.33) entende que na Geografia o conceito de Natureza “encontra-se no cerne das questões ambientais, ele se modifica ao longo do tempo, e assume as características de uma dada sociedade”. Para a autora, de forma bastante simplificada, o conceito de Natureza na Geografia “se refere a tudo aquilo que é natural (no sentido de nato), que não sofreu interferência humana, aquilo que não é artificial, é tudo o que está contido no universo”. É a partir desta noção que se tem a base para as interpretações seguintes de uma abordagem socioambiental.

Neste contexto, a crise ambiental que caracterizou o momento retratado no final dos anos de 1990 e início do séc. XXI causou um grande choque às ciências, pois vivia-se o momento em que cada ramo se tornava cada vez mais específico, ou seja, em busca de solucionar os problemas ambientais que surgiam, determinadas ciências ganhavam mais especializações, que a partir de um certo ponto passaram a se tornar insuficientes no trato da problemática ambiental. Na contramão desta perspectiva muitos autores passam a levantar a causa da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade como caminho para auxiliar na resolução destes problemas. Sobre isso, Floriani (2004, p.36) afirma que,

no campo socioambiental, os fundamentos teóricos da produção do conhecimento estão associados com metodologias alternativas, como da interdisciplinaridade, que é entendida como a articulação de diferentes disciplinas para melhor compreender e administrar situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades humanas, as práticas sociais e as dinâmicas naturais.

Este mesmo autor evidencia que a questão da interdisciplinaridade no trato das questões ambientais está sustentada em trocas intersubjetivas sistemáticas e coordenadas, “por meio da troca permanente entre sujeitos da pesquisa, e sob o exercício do controle intersubjetivo da ação da pesquisa, a partir do confronto de saberes disciplinares, levando em conta a possibilidade de pesquisa sobre uma ou mais problemáticas de interface dos sistemas naturais e sociais.”

No caso da Geografia brasileira este cenário levou alguns autores a rever suas concepções, o que resultou na busca e na formulação de novas bases teórico-metodológicas para a abordagem da questão Socioambiental. O envolvimento da sociedade e da natureza nos estudos emanados de problemáticas ambientais, nos quais o natural e o social são concebidos como elemento de um mesmo processo, poderia resultar na construção de uma nova corrente do pensamento geográfico, aqui denominada por Mendonça (2001; 2002) de Geografia Socioambiental, pois segundo o autor (2001, p. 140) configura-se,

pela característica de multi e interdisciplinariedade e da perspectiva holística na concepção da interação estabelecida entre sociedade e natureza, como um campo profícuo ao exercício do ecletismo metodológico, pois enquanto abstrações humanas da realidade, os métodos e técnicas devem ser considerados como não sendo de domínio de nenhum conhecimento particular, mas que são momentaneamente requisitados por uma ciência ou outra.

Esta possível nova corrente adota a convicção que a abordagem geográfica do ambiente transcende à desgastada discussão da dicotomia Geografia física *versus* Geografia humana, pois concebe a unidade do conhecimento geográfico como resultante da interação entre os diferentes elementos e fatores que compõem seu objeto de estudo. Sendo assim, o objeto de estudo da Geografia Socioambiental, constructo contemporâneo da interação entre a natureza e a sociedade, não pode ser concebido como derivador de uma realidade na qual seus dois componentes sejam enfocados de maneira estanque e como independentes, pois a relação dialética entre eles é que dá sustentação ao objeto (MENDONÇA, 2001, 2002).

2.5 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA: DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E NATUREZA AOS DESAFIOS PARA SUA CONSOLIDAÇÃO COMO GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL

Como já mencionado anteriormente, as discussões ambientais tomam proporções mundiais no período pós Segunda Guerra Mundial, junto ao momento em que o modelo de sistema econômico oriundo da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão ganha força em outras partes do globo de forma gradual e contínua. Para este grupo de países passa a ser necessário discutir se todos os demais terão direito ao desenvolvimento, afinal como prover de recursos naturais as necessidades do capital em fase global?

Por um lado a globalização, instrumentalizada pela revolução tecnológica dos meios de comunicação e transporte, permitiu nas últimas décadas profunda mudança nas paisagens. Pode-se citar como exemplos a tecnificação e inserção do campo nas redes mundiais de consumo, além da redefinição dos territórios e diminuição do tempo e espaço nos processos produtivos e logísticos.

Por outro lado, acentuou diferenças sociais, seja pela concentração de renda entre as elites globalizadas dos países subdesenvolvidos, ou pelas mudanças no modo de produção e relação social da produção. Sobre as mazelas, que direta ou indiretamente estavam ligadas ao processo de globalização, Santos (2001, p.20) afirmava que “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas.”

Estas mudanças alijaram das populações e comunidades tradicionais seu modo de vida e de relacionamento com a natureza. Se nos países desenvolvidos a preocupação da sociedade é com a preservação ambiental, visto que atingiu um elevado grau de desenvolvimento, nos países subdesenvolvidos, onde nem sequer os direitos sociais básicos foram garantidos, como falar em preservação do meio. Para Porto Gonçalves (2006, p.20) estamos diante, “nesses último 30-40 anos de globalização neoliberal, de uma devastação do planeta sem precedentes em toda história da humanidade, paradoxalmente, mais se falou de natureza e em que o próprio desafio ambiental se colocou como tal.”

Nesse sentido constata-se que a concepção de meio ambiente varia de acordo com os estágios de desenvolvimento sócio-político-econômico. E, além

disso, ressalta-se que é necessário rever a relação do homem com o meio, não apenas este como fonte inesgotável de recursos e matéria-prima, mas como possibilidades de integração com o homem numa visão holística.

As relações que a sociedade estabelece com a natureza podem ser objeto de estudo da Geografia Humana, mas ocorrem do ponto de vista da apropriação da natureza pela sociedade por meio do capital (CLAVAL, 2002, p.14), portanto, análises parciais. Do mesmo modo a Geografia Física não é passível de ser pensada de forma conjuntiva, pois está fortemente embasada no positivismo de conhecimentos estanques.

No entanto, a modernização nos últimos trinta anos dos enfoques funcionalistas e naturalistas, oriundos das perspectivas sistêmicas (ecossistemas e geossistemas), pode compreender problemas derivados das relações sociais e naturais (CLAVAL, 2002, p.39).

O método marxista permitiu abordagens parciais sobre esse enfoque (MENDONÇA, 2002). Contudo, houve influência desta corrente crítica em alguns geógrafos brasileiros, da década de 1960 a 1990, que se tornaram destaque na questão dos estudos ambientais em Geografia, como por exemplo: Aziz Ab'Saber, Claudio de Mauro, Dirce Suertegaray, Wanda Sales, Carlos Walter, Francisco Mendonça, Walter Casseti, dentre outros. Suas experiências na política de esquerda e na Geografia Crítica trouxeram a perspectiva analítica e crítica aos modelos vigentes da sociedade e na ciência natural, mas sem utilizar o método marxista na evolução das paisagens e nos elementos naturais (MENDONÇA, 2002, p.130).

Com isso, há uma passagem do primeiro período de uma ciência descritiva-analítica do ambiente natural, para um segundo momento onde faz a análise da interação entre sociedade e natureza com vistas a solução dos problemas ambientais para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Há então uma mudança no conceito de ambiente, que transformou-se de um conceito limitado à questão exclusiva da natureza no início do século, até a inserção do social na atualidade (SUERTEGARAY, 2002; MENDONÇA, 2002). Vale ressaltar que esta concepção não é linear no sentido evolutivo da ciência geográfica, ou seja, existe grupos de pesquisadores que permanecem utilizando os métodos descritivos e analíticos para interpretação da natureza, principalmente fornecendo as bases estruturais dos mesmos.

Diante desta constatação entende-se que compreender a questão das sociedades se torna parte importante nos estudos dos processos que envolvem à questão ambiental, além de ser uma busca de cientistas naturais por princípios da filosofia e das ciências sociais, numa abordagem integrada, baseada na interação “Sociedade – Geografia Socioambiental – Natureza”.

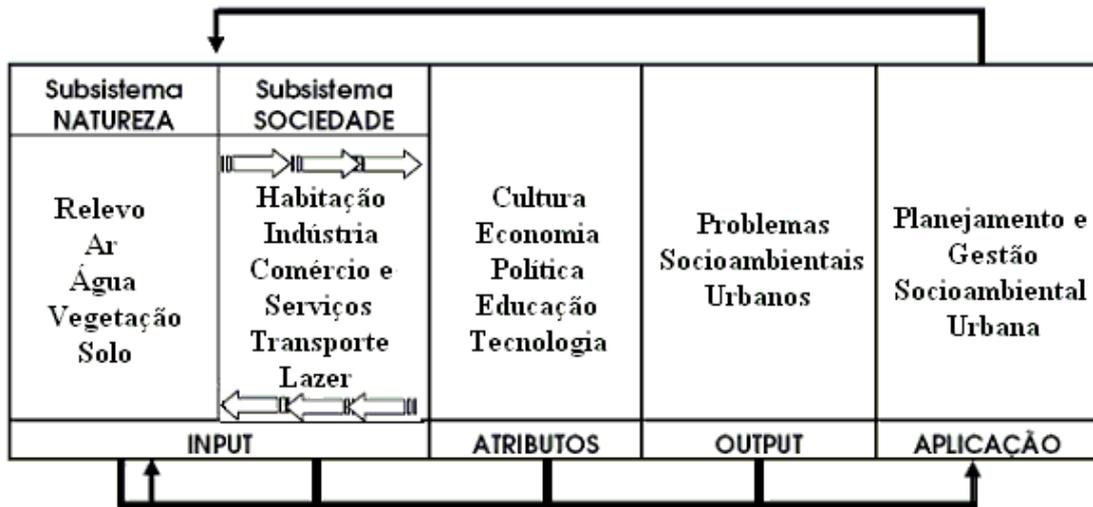
Entre as décadas de 1990 e 2000 alguns trabalhos produzidos na Geografia brasileira passam a apresentar uma perspectiva de interação entre sociedade e natureza com vistas a auxiliar na recuperação da degradação do ambiente natural em conjunto a melhoria da qualidade de vida, diferente da característica descritiva-analítica dos trabalhos que vinham sendo produzidos que consideravam natureza e sociedade como objetos distintos de análise. Atribui-se o objeto deste novo pensar na relação dialética entre sociedade e natureza, onde não podem ser vistas de maneira estanque ou independentes, mas sim resultantes desta interação.

Sendo assim, a proposta da abordagem socioambiental na Geografia apresenta-se de forma inovadora aos moldes da ciência moderna, pois acredita não haver apenas um único método válido para a construção do conhecimento científico. Esta abordagem se baseia na característica de uma abordagem multi e interdisciplinar do tema (sociedade e natureza), com isso necessitando da utilização de métodos diversos já aplicados em outras ciências e, de modo coerente, até a possível criação de novos métodos.

Um exemplo da aplicação desta abordagem na Geografia, conforme Andrade (2009), é a utilização da proposta teórico-metodológica do Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.), desenvolvido por Mendonça (2004, p.205), que o define como “uma proposta de abordagem dos problemas socioambientais urbanos de maneira integrada, holística, e conjuntiva”, que se constitui num sistema complexo e aberto, que se subdivide em dois subsistemas: o Natural e o Construído, que podem novamente se subdividir em outros subsistemas ou instancias daqueles. Analisado as características deste sistema, feito o diagnóstico dos problemas, levantam-se as sugestões e diretrizes ao planejamento e à gestão urbana.

Como exemplo, Andrade (2009) cita o Sistema Hídrico, de águas, que faz parte do subsistema Natural, que por sua vez é influenciado pelos subsistemas Econômico, Político e Cultural, contidos no subsistema Construído. Esses subsistemas são dados de entrada, ou Inputs, do esquema lógico proposto (Figura 03).

Figura 03 – Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.)



Fonte: MENDONÇA, 2004

Dentre as temáticas mais corriqueiras e possíveis de serem trabalhadas a partir desta abordagem socioambiental na Geografia estão: Planejamento Ambiental – como a expansão populacional (urbana) pode ser orientada levando em conta critérios ambientais, ou seja, respeitando os limites de fragilidade dos ambientes naturais; Clima e saúde – diversos trabalhos sobre condições socioambientais na disseminação, proliferação e reemergência de algumas doenças; Além de trabalhos na relação entre espaço urbano, áreas verdes e microclimas; Segregação socioespacial e vulnerabilidades, dentre outros.

Contudo, a abordagem socioambiental na Geografia ainda está em formação, dependendo de métodos e procedimentos que façam uso da mesma para ocorra seu melhor desenvolvimento. Mendonça (2001, p.129) afirma que “essa nova corrente aqui delineada não se encontra, todavia, com as características totalmente definidas, mas um conjunto destas permite distingui-la no conjunto da ciência geográfica contemporânea”.

O mesmo autor (2001, p.129) ainda completa esta explanação sobre a Geografia Socioambiental, reiterando que,

um novo pensamento, desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois lhe proporcionam a experimentação de ousadias e profundo repensar de formulações.

A existência de uma abordagem socioambiental na Geografia e a possível existência de uma corrente de pensamento que possa ser chamada Geografia Socioambiental está ancorada na concepção de que talvez “o maior ponto de

a confirmação da existência de uma corrente de pensamento que possa ser denominada de Geografia Socioambiental na produção geográfica brasileira.

Esta tese parte do princípio que: um trabalho desenvolvido que tome como base os preceitos da abordagem socioambiental na Geografia tem como premissa que os problemas socioambientais são aqueles que partem do social e que tem sua base constituída no ambiente, ou seja, partem do princípio que não existem problemas para a natureza/ambiente, pois este tem a capacidade de regeneração (variando em escala de tempo), todos os problemas de degradação dos ambientes são problemas para as sociedades que fazem uso destes, sendo assim, são problemas socioambientais. A abordagem para estes problemas tem como características principais a serem reconhecidas em seu desenvolvimento:

a) *Partir de situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza que geram degradação de ambas ou apenas uma das partes:* não necessariamente uma abordagem socioambiental na Geografia deve partir de problemas que sejam evidentemente negativos para ambas as partes, o importante é considerar que qualquer rompimento no equilíbrio é passível de ser estudado;

b) *Enfoque centrado na diversidade dos problemas, que podem ser mais ligados a um ou outro, mas que afetam a ambos:* uma abordagem socioambiental na Geografia não pode se limitar somente a solução de um problema, o que caracterizaria uma solução paliativa, ela deve focar em todo o complexo de envolve a relação Sociedade e Natureza, independente que *a priori* parece estar ligado somente a um desses;

c) *Busca contínua de solução para ambas as partes (equilíbrio):* conforme mostrado anteriormente nenhuma solução pode ser considerada se não for positiva para as duas partes que envolvem a abordagem socioambiental, por isso, a busca pelo reestabelecimento do equilíbrio entre Natureza e Sociedade é premissa fundamental para esta abordagem;

d) *Trabalhar com uma abordagem multi e interdisciplinar:* se os problemas tratados se relacionam a mais de um objeto, a abordagem não pode ser a mesma para todos, necessitando assim diferentes formas de abordar os problemas (multidisciplinar)

algumas vezes fora da área da Geografia, e que estas abordagens se relacionem entre si (interdisciplinar) visando uma solução em comum;

Na sequência deste trabalho é apresentado o levantamento feito da produção intelectual produzida em Geografia no Brasil. Estas teses foram selecionadas, filtradas e analisadas segundo os critérios recém-apresentados. Os resultados destas análises, a quantificação e a qualificação das mesmas forneceram subsídios para a identificação de um abordagem socioambiental na Geografia, ou mesmo, da existência de uma Geografia Socioambiental no Brasil.

3. A GEOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA

Com base nos expostos até o momento este capítulo se dedicou a análise da produção científica de Geografia no Brasil, a fim de levantar elementos que comprovem a existência de uma abordagem socioambiental na Geografia brasileira ou mesmo uma corrente de pensamento dentro da produção acadêmica que possa ser denominada de Geografia Socioambiental.

Num primeiro momento são apresentados os critérios de escolha dos tipos de produções científicas que são utilizadas na pesquisa, em seguida é apresentado um histórico destas produções e o método de seleção das mesmas, para então fazerem parte deste trabalho como um todo.

Por fim, são expostos os trabalhos selecionados bem como a análise dos mesmos, visando demonstrar a validade para o objetivo geral desta tese. Para esta exposição, foi utilizado como critério as respostas das teses para as quatro características principais, recém apresentadas no último capítulo, para um trabalho desenvolvido com base na abordagem socioambiental.

3.1 CORPUS DA ANÁLISE: AS TESES DE DOUTORADO

Na Metodologia já foi exposto que para analisar a produção intelectual da Geografia no Brasil foi escolhido trabalhar somente com as teses de doutorado produzidas no país desde a constituição oficial dos programas de pós-graduação em Geografia.

Partindo deste princípio, entende-se que as teses de doutorado produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil trazem um panorama da produção intelectual desta ciência, principalmente se considerar nos últimos 15 anos quando houve um crescimento muito grande no número de programas de pós-graduação, e conseqüentemente no número de teses produzidas.

A história dos programas de pós-graduação no Brasil é repleta de peculiaridades, marcada por diferentes momentos do surgimento e expansão dos mesmos. Os cursos de Doutorado tem, então, uma história tão recente quanto as mudanças institucionais que permitiram a sua expansão por quase todo o território nacional.

No que tange a história oficial o primeiro programa de pós-graduação (mestrado) institucionalizado em Geografia foi o da USP, nas décadas 60/70, posteriormente os mestrados da UFRJ (1972) e da UFPE em 1976 (SUERTEGARAY, 2003). Na década de 1980 tem-se a formalização institucional do doutorado da USP¹, a abertura do doutorado na UNESP de Rio Claro em 1983 e anos depois na UFRJ (1985).

A partir do final dos anos 80 em diante houve a expansão dos programas de pós-graduação em Geografia pelo país, além do crescimento em número houve a expansão territorial dos mesmos. Suertegaray (2003) ao analisar a expansão dos programas de pós-graduação em Geografia no período de 1996 a 2003, com base nos dados oficiais da CAPES, constatou que “o número de programas cresceu de 11 (em 1996) para 21 (em 2001), sendo que deste conjunto, em 1996, apenas 3 programas tinham doutorado (USP, UNESP e UFRJ). Para o ano de 2001, têm-se entre os 21 programas, 7 com curso de mestrado e doutorado, são eles USP (2), UNESP (2), UFRJ, UFF e UFSC.” A mesma autora (2003, p.18) ao analisar a distribuição espacial dos programas com doutorado conclui revelando que “a distribuição dos cursos de doutorado permanece concentrada na região sudeste, enquanto os cursos de mestrado apresentam uma trajetória de descentralização”.

Parte deste avanço, a partir da década de 90, está acompanhado da criação e atuação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia (ANPEGE) criada em 1993 com o objetivo de estimular e incentivar o desenvolvimento da pesquisa em Geografia no Brasil, além de organizar debates e discussões sobre a expansão e consolidação da pós-graduação no país.

A ANPEGE foi criada após longos debates nos Encontros Nacionais de Pós-graduação em Geografia, no quinto encontro em Florianópolis/SC na assembleia de fundação foi eleita a primeira diretoria, uma homenagem a USP – pioneira na pós-graduação no país – composta pelo Prof. Dr. Milton Santos, Profa. Dr^a. Maria Adélia de Souza e a Prof^a. Dr^a. Amália Inês Lemos (GERARDI, 2003).

A partir de então a ANPEGE passa a ter visibilidade nacional como instituição de unificação dos programas de pós-graduação, organizando encontros para discussão dos temas pertinentes a pesquisa e pós-graduação, e passa a ser

1 Apesar de antes da década de 1980 a universidade já ter concedido títulos de doutores em Geografia. Na década de 1940 uma missão de professores franceses orientou cinco brasileiros que obtiveram o grau de Doutor. Posteriormente estes, junto aos franceses, constituíram o Departamento de Geografia da USP que viria a formar mais três doutores entre as décadas de 60 e 70 (USP, 2014).

reconhecida junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) como instituição oficial representante dos programas de pós-graduação em Geografia, auxiliando na criação, avaliação e qualificação de cursos de pós-graduação públicos e privados (GERARDI, 2003).

A expansão dos programas de pós-graduação ao longo dos anos 2000 foi crescente em quantidade e distribuição geográfica. Segundo dados da ANPEGE (2013) hoje existem 51 programas de mestrado distribuídos pelas 5 grandes regiões do país, porém ainda os Estados do Acre, Alagoas, Amapá e Maranhão não contam com nenhum programa oficial reconhecido. Já para o doutorado a situação dos programas ainda está concentrada nos grandes polos do sul, sudeste e nordeste. Hoje existem 28 cursos de pós-graduação com programas de doutorado, sendo que 8 ainda não possuem teses defendidas. A distribuição geográfica destes cursos, criados entre os anos de 1979 a 2012, pode ser vista na Figura 05.

Estes números indicam a expansão da pós-graduação no país, de forma lenta, porém gradual, os mestres e doutores em Geografia vão produzindo conhecimento científico em nível de pós-graduação por todo o país, trabalhando com temas locais a globais, em mais de 100 linhas de pesquisa diferentes. Os temas mais recorrentes estão ligados a Ambiente, Espaço, Território, Região, dentre outros clássicos da ciência geográfica.

Sobre isso, Mendonça (2005, p.13) afirma que as categorias de análise mais utilizadas pelas áreas de concentração e pelas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação no Brasil estão diretamente vinculadas as “bases principais do conhecimento geográfico”. Todavia, “a região, o território, o espaço e o ambiente além de realçarem a identidade do geográfico no âmbito do conhecimento científico moderno, evidenciam especificidades, riquezas e vanguardas da geografia brasileira”.

Por fim, para Lencioni (2013, p.06)

Não há dúvida alguma que a institucionalização da pesquisa no nível de pós-graduação no Brasil e, em particular no campo da Geografia, vem passando por mudanças profundas. Hoje, os programas de pós-graduação, particularmente os de Geografia, atingem um número expressivo e estão mais bem distribuídos no território brasileiro. Diplomas e títulos de mestre e doutor são auferidos em instituições de ensino e pesquisa do Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

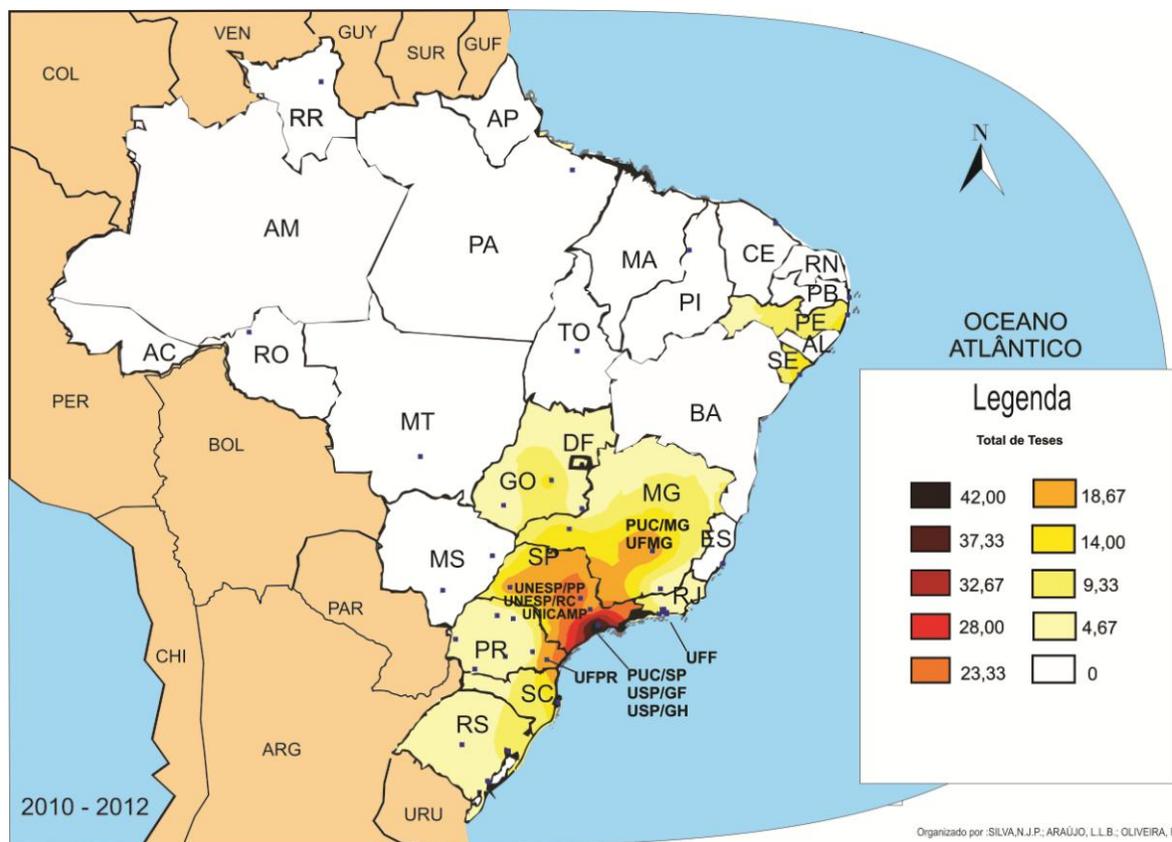
**Figura 05 – Cursos de Pós-graduação em Geografia – Doutorado
Brasil (1979 a 2012)**



FONTE: DANTAS (2014)

Nesta mesma linha, a figura 07 mostra que ao analisar a distribuição da produção de teses na escala municipal os focos de produção estão concentrados no município de São Paulo e nos municípios próximos como Rio Claro e Campinas, além dos casos do Rio de Janeiro e Niterói e, Belo Horizonte e Presidente Prudente. Há de se destacar também os vazios de produção monográfica a nível de doutorado em toda a região Norte, partes do Centro-Oeste e Nordeste do país.

Figura 07 – Geografia: Quantidade de Teses Produzidas por Município (2010 a 2012)



FONTE: DANTAS (2014)

Sobre a seleção das teses trabalhadas, a primeira fase compreendeu o levantamento de todas as teses de doutorado produzidas no país nos programas de pós-graduação até o mês de outubro de 2014. Para tanto, primeiramente foi pesquisado junto a ANPEGE a lista dos programas com Doutorado vigente e que já tem produção de teses de doutorado (Anexo 01). Chegou-se ao número de 20 Programas de Doutorado que já tem produções publicadas, a partir daí começou um longo trabalho de levantamento das teses produzidas, onde se priorizou as

seguintes informações: Título da Tese, Autor, Orientador, Ano de Produção e Resumo.

Esta segunda fase do levantamento das teses passou por diversas dificuldades. As primeiras fontes de pesquisa foram os próprios sites dos programas de pós-graduação, em seguida os bancos de teses das universidades, o banco de teses da CAPES (que ficou fora do ar entre o segundo semestre de 2013 até o final do primeiro semestre de 2014), os sites de busca via internet, o contato direto com a secretaria e coordenação dos programas via e-mail, telefonema ou presencialmente, e por fim, o contato direto via e-mail ou telefonema com os próprios autores das teses.

Cabe aqui destacar que mesmo nos dias atuais, onde a informação circula rapidamente e há infinitas possibilidades de armazenamento dos dados, muitos programas de pós-graduação em Geografia não disponibilizam em seus sites oficiais as teses completas ou um *link* para a mesmas, outros não possuem os dados complementares das teses, há ainda alguns programas de doutorado que não disponibilizam nem uma listagem oficial com os títulos, autores ou mesmo o número de teses produzidas. Alguns programas disponibilizam um acesso ao Banco de Teses da universidade que estão vinculados como forma de procurar as produções, porém esses bancos não trazem a informação de forma clara ou direta. Vale elogiar alguns outros programas que trazem todas as informações necessárias em seus próprios sites, de forma acessível, direta e sem necessidade de cadastros ou senhas como os programas da UFRGS e UFMG.

Passado a fase de levantamento dos dados necessários chegou-se ao número total de 2264 teses de doutorado produzidas no país desde a década de 1940. Este número não é oficial de nenhuma entidade, é a somatória total dos dados levantados pelos métodos já expostos. Este número foi surpreendente, pois havia uma expectativa inicial que fosse muito maior tendo em vista a grande quantidade de Faculdades e Universidades de Geografia existentes no Brasil, porém como já foi exposto, até o início dos anos 2000 havia pouquíssimos programas de pós-graduação em Geografia em nível de doutorado.

De posse de todos os títulos iniciou-se a primeira etapa de filtragem das teses que seriam utilizadas para as análises da abordagem socioambiental na produção geográfica brasileira. De início, excluiu-se do montante todas as teses que se caracterizavam como um trabalho monográfico de Geografia Humana puramente

sem nenhum correspondente com a questão ambiental, como os trabalhos desenvolvidos na área de Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia Industrial, Geografia Política e Geopolítica, Geografia das Religiões, Geografia Cultural e da Percepção, além de áreas não relacionadas a abordagem socioambiental como os trabalhos ligados ao Ensino da Geografia, Epistemologia da Geografia, Legislação e Geografia e Geografia Escolar.

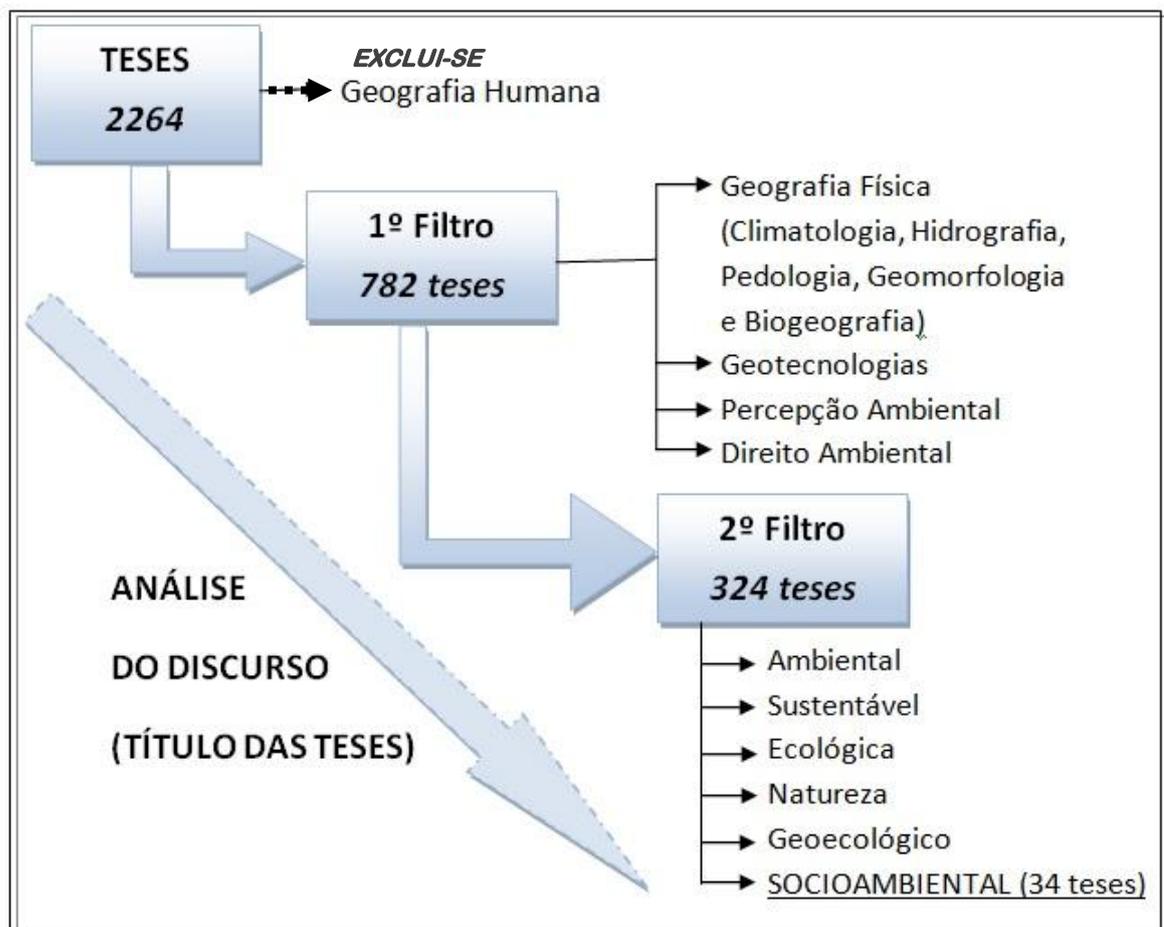
Neste primeiro filtro foram selecionados todos os trabalhos desenvolvidos nas grandes áreas da Geografia Física como: Climatologia, Hidrografia, Geomorfologia, Pedologia e Biogeografia, além disso agrupou-se grande parte dos trabalhos ligados às Geotecnologias, principalmente naqueles em que o ambiente era o foco principal das análises. Dentro deste primeiro filtro também foram incluídos os trabalhos desenvolvidos na área de planejamento ambiental e territorial, gestão de bacias hidrográficas, percepção ambiental, direito ambiental e educação ambiental, todos produzidos na grande área da Geografia.

Esta primeira filtragem resultou num total de 782 teses de doutorado. Este número revela primeiramente que a produção monográfica a nível de doutorado no Brasil está prioritariamente nos trabalhos desenvolvidos na grande área da Geografia Humana. Esta preferência de área de pesquisa é maioria em quase todos os programas de pós-graduação, exceto na USP – Geografia Física e alguns outros programas pontuais como é o caso da UFC e da própria UFPR. Esta tendência constatada corrobora com o exposto por Lencioni (2013) que ao analisar as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação em Geografia evidencia que grande parte trabalha com os temas ligados a Território, Região, Espaço, Cultura e Socioespacial, ou ainda a emergência dos temas Ensino da Geografia e Cultura, apesar do tema/conceito mais utilizado nos programas ser o Ambiente.

Analisando o acumulado deste primeiro filtro observou-se que uma parte dessas teses eram trabalhos que não traziam a discussão teórica e metodológica acerca do que entendiam sobre ambiente, sociedade e sua interação; não era a ênfase do trabalho tratar destas questões. Por exemplo: teses desenvolvidas na área de Geomorfologia traziam uma série de conceitos que se entenda já são consensos em suas áreas como: erosão, deslizamento, vulnerabilidade, áreas de inundação, fragilidade ou mesmo o termo ambiental. Pensando nisto optou por uma nova filtragem baseada na análise dos títulos das teses.

A segunda filtragem das teses se baseou em refinar os trabalhos que traziam em seus títulos palavras/termos que entende-se que deveriam ser discutidos na fundamentação teórica para que o autor expusesse seu posicionamento ou entendimento acerca daquele termo. Para tanto, foram filtradas as teses que trabalharam com os termos: ambiental, paisagem, sustentável, ecológico, natureza, geocológico e socioambiental, além de pequenas variações destes termos anteriores. Esta nova filtragem chegou a um total de 324 teses, sendo que somente a UNB ficou sem representação nesta nova categoria de análise (Figura 08).

Figura 08 – Esquema metodológico de seleção das teses de doutorado em Geografia



Este segundo filtro dos trabalhos trouxe um total surpreendente: apenas 34 teses de doutorado desenvolvidas no país trazem em seus títulos o termo “Socioambiental”, nenhuma associada a palavra Geografia, mas todas foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Geografia do Brasil.

Passado a fase de filtragem das teses a serem analisadas, buscou-se a melhor forma de compreender o conteúdo desenvolvido nesses trabalhos monográficos, para verificar se os mesmos traziam características que enquadrar-se-ia num discurso de uma abordagem socioambiental na Geografia. Para isso, optou-se em trabalhar com os *resumos* fornecidos pelos autores das teses (elemento obrigatório na publicação final) por acreditar que o resumo tenha a função de fornecer ao leitor uma explanação geral da obra. Para Severino (2007, p.208),

O resumo consiste na apresentação concisa do conteúdo de um trabalho de cunho científico [...] e tem a finalidade específica de passar ao leitor uma ideia completa do teor do documento analisado, fornecendo, além dos dados bibliográficos do documento, todas as informações necessárias para que o leitor/pesquisador possa fazer uma primeira avaliação do texto analisado e dar-se conta das eventuais contribuições, justificando a consulta do texto integral.

Baseado nisto, foram levantados os resumos de todas as 324 teses selecionadas na segunda filtragem; estes resumos foram organizados por Universidades e incluídos junto as informações de título, autor, orientador e ano de defesa da tese². Após, passou-se para a fase de leitura crítica destes resumos no qual foram avaliados os quatro critérios que se julgavam necessários ter no resumo para que esta tese pudesse ser enquadrada numa abordagem socioambiental na Geografia. Estes critérios são os mesmos já expostos no final capítulo anterior, quando se definiu quais elementos um trabalho desenvolvido na abordagem socioambiental na Geografia deveria contemplar. São eles:

- 1) A tese parte de situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza que geram degradação de ambas ou apenas uma das partes?
- 2) O enfoque está centrado na diversidade dos problemas, que podem ser mais ligados a um ou outro, mas que afetam a ambos?
- 3) Há uma busca contínua de solução para ambas as partes? Há uma busca pelo reestabelecimento do equilíbrio?
- 4) Quanto à forma de trabalho, a abordagem utilizada priorizou a multi e interdisciplinaridade?

2 A listagem com todos os títulos, autores, orientadores e ano de produção das teses selecionadas, divididas por Universidades, encontra-se no Anexo 02. Não estão incluídas nesta listagem somente as 34 teses que já continham no título o termo "Socioambiental".

Estas questões foram analisadas para todos os resumos, os resultados registrados e com base nas respostas chegou-se à conclusão se o resumo da tese se aproximava ou não de uma abordagem socioambiental na Geografia.

Vale ressaltar aqui que 15 resumos não foram localizados, referentes a teses da década de 1990 ou anteriores; tentou-se contato direto com os programas e autores, mas não foi possível mesmo assim obtê-los, ou por não haver na própria tese o resumo ou por não ter acesso mais à mesma.

Outro ponto a se destacar é a grande disparidade que existe entre alguns resumos; em alguns programas o resumo é composto em média por 200 a 250 palavras, em outros chega a 500 palavras e, há ainda programas onde os resumos não são padronizados, chegando em alguns casos a passar de uma lauda completa de texto, além das palavras chaves.

Porém, independente do tamanho do resumo, um ponto a se destacar é o conteúdo; para Severino (2007, p.209) o resumo deve “informar qual a natureza do trabalho, indicar o objeto tratado, os objetivos visados, as referências teóricas de apoio, os procedimentos metodológicos adotados e as conclusões/resultados que o texto chegou”, porém na prática muitos resumos analisados não traziam estas informações básicas, se prendiam à descrição dos métodos, não expunham claramente os resultados e na grande maioria não tratavam da questão do referencial teórico. Isto obrigou em alguns casos a buscar a versão completa da tese para entender o real posicionamento do autor perante as questões a serem analisadas.

Após análise detalhada sobre os resumos, foram selecionadas 37 teses que apesar de não utilizarem em seus títulos o termo “Socioambiental”, se aproximam em seus objetivos, métodos, análises e resultados numa abordagem socioambiental na Geografia. O interessante é que muitas dessas teses trazem em seus resumos o uso do termo “Socioambiental”, geralmente associadas a vulnerabilidade, análise, impactos e problemas. Um panorama geral dos números apresentados nesta metodologia de seleção das teses analisadas encontra-se exposto no Quadro 02 dividido por universidades/programas de pós-graduação.

Quadro 02 – Total de teses Selecionadas em cada fase da Filtragem

Universidade	Total de Teses	1º Filtro de Teses	2º Filtro de Teses	Título Socioamb.	Discurso Socioamb.
UNB	2	0	0	0	0
UECE	4	3	3	1	1
UFG	11	1	1	0	0
UFC	18	10	10	0	0
UEM	19	8	5	1	0
UFF	31	10	8	1	1
UFPE	40	18	8	1	1
PUC-MG	52	18	7	0	0
UFRGS	52	22	11	0	3
UFMG	61	26	14	2	5
UNICAMP	68	21	10	0	1
UFU	71	26	12	0	1
UFS	87	26	18	4	1
UFPR	91	49	24	5	3
UFSC	110	27	18	3	3
UNESP-PP	187	55	28	4	2
UFRJ	202	57	29	2	3
USP-GF	307	307	50	4	8
UNESP-RC	378	58	47	2	1
USP-GH	473	40	21	4	3
Total	2264	782	324	34	37

Organizado por: PINTO (2014)

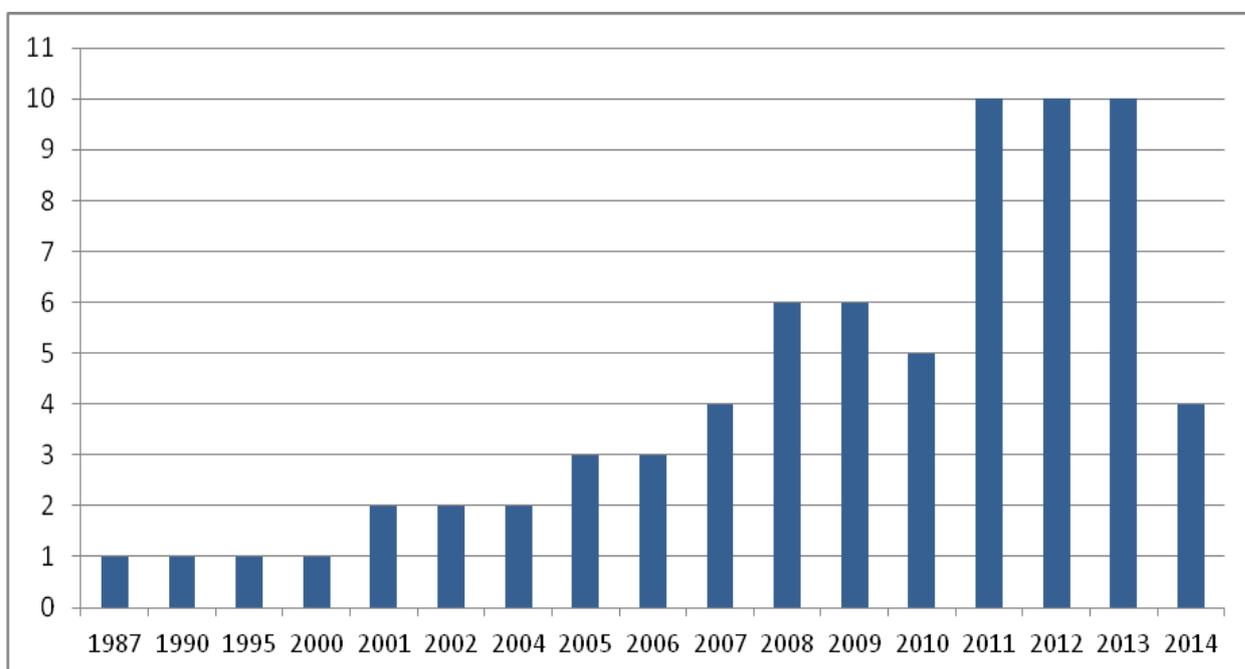
O quadro revela a discrepância que existe entre as universidades no que se trata a produção de teses. É notório que os programas de pós-graduação mais antigos do Brasil (USP Geografia Física e Humana, UNESP – Rio Claro e UFRJ) têm a maior quantidade de teses produzidas, porém muitos programas criados ao longo dos anos 2000 vêm apresentando grande produção como é o caso da UNESP – Presidente Prudente, a UFPR, a UFSC e UFS.

Dando continuidade aos trabalhos, para as 34 teses que contêm o termo “Socioambiental” em seus títulos e as 37 teses selecionadas por conterem o discurso Socioambiental em seus resumos, foi feito a busca por suas versões completas da tese, a fim de analisá-las com mais detalhamento no que se refere ao conteúdo teórico, metodologias, apresentação dos resultados e conclusões. Esta análise permitiu verificar elementos que aproximam ou não de um discurso sobre a abordagem socioambiental na Geografia.

Um aspecto que se destaca ao analisar estas 71 teses selecionadas é a divisão do montante por ano de defesa (Figura 09). É visível a crescente que existe no número de teses enquadradas nesta seleção Socioambiental, principalmente após o ano de 2006. Se considerar a partir do ano de 2011 temos uma produção de 10 teses com esta temática, exceto o ano de 2014, porém os dados do último ano não estão completos, apenas alguns programas disponibilizaram estes dados atualizados até o momento do levantamento.

Este crescimento está muito ligado aos motivos já apresentados no capítulo anterior, ou seja, a busca por parte de alguns pesquisadores de formas mais abrangentes e atualizadas as demandas do momento de tratar da questão ambiental na Geografia. Ou, como afirmou Mendonça (2011, p.51), as “transformações e mudanças muito intensas das paisagens derivadas das atividades humanas geradoras de impactos, riscos e condições de vulnerabilidades socioambientais demandam novas posturas teórico-metodológicas dos geógrafos”.

Figura 09 – Número de teses por ano com “Abordagem Socioambiental” na Geografia Brasileira

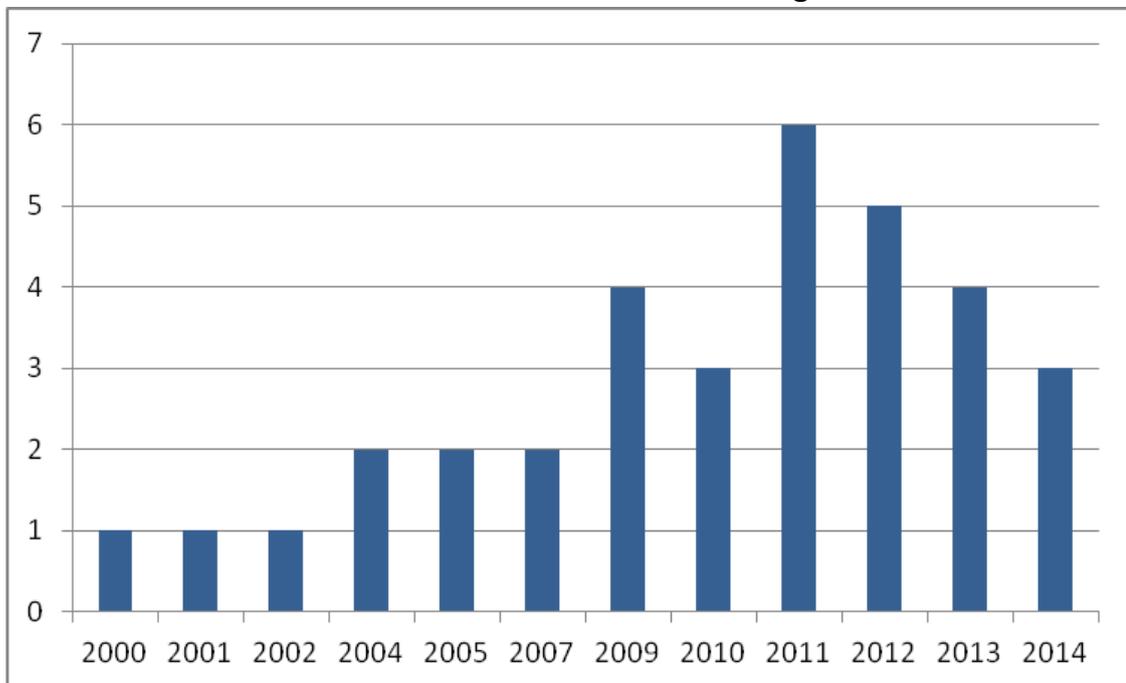


Organizado por: PINTO (2015)

3.2 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL EM PRIMEIRA EVIDÊNCIA

Após as filtrações das teses, como já exposto, foram localizadas 34 teses produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil que faziam uso do termo “Socioambiental” em seus títulos. A primeira tese é do ano de 2000 e partir de então há uma média de uma tese por ano com este termo no título até o ano de 2009. Daí em diante os números se elevam chegando ao total de 6 teses produzidas com este termo no título em 2011 conforme pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 – Número de teses por ano de produção com o termo “Socioambiental” no título no âmbito da Geografia brasileira



Organizado por: PINTO (2015)

A leitura crítica destas teses, com base nos princípios da análise do discurso de Foucault (2013), permitiu identificar elementos teóricos, metodológicos e de posicionamento quanto aos resultados apresentados. Estes elementos foram confrontados com as quatro características adotadas para evidenciar que um trabalho se aproxima do que se compreende por uma abordagem socioambiental na Geografia. As evidências ou contradições para cada item são apresentadas a seguir.

3.2.1 As teses e suas situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza

Como já exposto, um primeiro item analisado no conteúdo das teses selecionadas pelo título é se a mesma parte de situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza que geram degradação de ambas ou apenas uma das partes. Esta característica é fundamental, pois evidencia que o autor compreende que o rompimento no equilíbrio da relação é desencadeador dos problemas socioambientais.

Este item é muito abrangente, pois tem-se por premissa que toda tese que enfoque a questão ambiental em suas análises parta de uma relação conflituosa da relação sociedade e natureza. Contudo, a forma como esta relação é exposta nas teses é algo que merece uma sensibilidade maior na análise do discurso. Por exemplo, a primeira tese de doutorado analisada é de Furlan (2000); esta tese tem um caráter especial por se tratar do primeiro registro do uso do termo Socioambiental no título de uma tese de doutorado nos Programas de Pós-graduação em Geografia no Brasil.

A autora traz em sua tese uma reflexão, pautada nos estudos de percepção, sobre a relação entre uso e conservação de espaços protegidos e suas proximidades, em especial analisada do ponto de vista dos moradores locais. A tese trabalha com a relação Sociedade e Natureza principalmente nos conflitos e problemas existentes no uso das áreas (ou próximo a elas) de proteção ambiental do Parque Estadual de Ilha Bela/SP. A relação conflituosa fica evidente na afirmação:

Para a natureza o importante é saber como ela vêm sendo utilizadas, quais os problemas desta utilização, no que podemos melhorar para garantir a permanência de seus processos funcionais. No entanto para a sociedade interessa quem utiliza e a quem esse modo de utilização estará atendendo (FURLAN, 2000, p.16).

Em outros casos, nas teses do início do séc. XXI, esta relação conflituosa só ficou evidente no momento em que se analisou os objetivos propostos pelos autores, principalmente porque para algumas teses não foi localizado o trabalho em sua versão completa. Para estes, se utilizou como objeto de análise o resumo disponível nos *sites* dos programas de pós-graduação ou, o *site* oficial do banco de livros do *Google Books*. Este foi o caso de Kubrusly (2001), uma tese desenvolvida na USP

que trabalhou com a gestão urbana aliada aos condicionantes ambientais. A autora evidenciava que sua tese é um estudo que:

pretende contribuir para ampliar o conhecimento geral sobre a tecnologia contemporânea do geoprocessamento e dos sistemas de informações geográficas, e suas potencialidades reais para influir, de forma positiva, sobre a gestão e planejamento territoriais, [...] considerando os recortes físico-sociais e ambientais, estratégicos para sua sobrevivência (KUBRUSLY, 2001).

Esta afirmação contida no resumo aproximou esta tese de uma abordagem socioambiental. Contudo, esta questão de evidenciar a relação sociedade e natureza na construção da obra só foi encontrada novamente na tese de Gomes (2009) que traz uma leitura interessante da abordagem socioambiental e sua relação com a Geografia. A autora analisou a evolução da ocupação de Guarapuava/PR, os usos a terra, os conflitos ambientais e a apropriação das áreas consideradas melhores do ponto de vista socioambiental. No início da obra, a autora (2009, p.09) faz importantes reflexões sobre o posicionamento que ela adotou no discurso sobre os problemas socioambientais na Geografia, o que aproximou-a do discurso desejado:

A presente pesquisa parte de três pressupostos: O primeiro considera os problemas socioambientais como expressões das relações conflituosas entre sociedade e natureza, que são registradas na paisagem. Essa se transforma conforme a intensidade dos processos socioeconômicos, políticos e culturais.

Discurso semelhante foi reconhecido na tese de Carvalho (2011). O autor trabalhou em sua tese as especificidades da sociónatureza dos rios urbanos, a análise se fundamentou na ideia de hibridismo da cidade que parece pouco presente nas ações desconexas do planejamento urbano e da gestão ambiental. Ele entende a cidade como resultado da “mistura entre sociedade e natureza e entre sua materialidade e sua representação” (CARVALHO, 2011, p.09). A tese trabalha com dois conceitos para representar esta relação entre o social e natural: encontra-se muito frequente a ideia de *sociónatureza*, mas também encontra-se referências ao termo socioambiental. Este posicionamento alinhado a abordagem socioambiental fica evidente no momento em que o autor (2011, p.19) enfatiza:

Utilizar outros recortes que não apenas a bacia hidrográfica, mesmo no trato das águas urbanas, ressalta a importância de não pensar a cidade a partir de elementos apenas naturais ou apenas sociais. Assumir esta posição não propõe romper com a valorização da questão ambiental na cidade, propõe sim, assumir a cidade como híbrido, ou como sociónatureza urbana.

Nesta mesma linha tem-se a tese de Sobrinho (2011) que analisa o papel dos diversos agentes sociais na produção e organização do espaço no litoral norte da Bahia, destacando o papel do Estado e das empresas hoteleiras espanholas e portuguesas para integrar esta região ao contexto da economia mundializada através da implantação de Complexos Turístico-Residenciais. Desde o início, percebe-se que a abordagem socioambiental é apenas mais um elemento de análise na tese, e que o foco principal está nas mudanças espaciais decorrentes da atividade hoteleira. Contudo, analisando detalhadamente os posicionamentos da autora no que se refere ao discurso socioambiental, algumas citações valem ser destacadas a fim de justificar sua escolha. Por exemplo, ao relacionar a expansão da atividade hoteleira no Brasil e as mudanças de cunho socioambiental a autora (2011, p.29) demonstra que sua tese de doutorado parte de situações conflituosas da relação sociedade e natureza:

Esses processos associados a usos diversos distribuídos de forma desigual vêm historicamente acarretando degradação e irreversíveis impactos socioambientais na zona costeira brasileira, demandando políticas públicas efetivas para gerir, controlar e fiscalizar as diversas atividades econômicas que se desenvolvem nesta área de elevado grau de fragilidade ambiental e valorização econômica. Outras atividades econômicas como o turismo e o setor imobiliário associado ao crescimento exponencial e desordenado das metrópoles brasileiras têm contribuído sobremaneira para acelerar o processo de degradação socioambiental e valorização deste espaço.

Contudo, as teses que mais evidenciam a questão da relação conflituosa entre Sociedade e Natureza são aquelas advindas de pesquisas ligadas riscos, fragilidades e vulnerabilidades socioambientais. Uma das obras mais significativas nesta área é a tese de Esteves (2011), pois é um trabalho extenso, desenvolvido no litoral paranaense, e que trouxe resultados significativos para a compreensão da realidade socioambiental de algumas localidades do município de Matinhos/PR. Um dos conceitos/métodos norteadores do trabalho é a vulnerabilidade socioambiental, que durante todo o trabalho é enfatizado como,

a conjunção das situações de risco ambiental, associados às inundações, com aquelas referentes à degradação ambiental (precariedade/ausência de saneamento do esgoto) são os elementos que caracterizam as áreas consideradas como de vulnerabilidade ambiental. A identificação das condições de privação econômica das famílias aliada à precariedade das suas habitações (vulnerabilidade

social) relacionadas às situações de vulnerabilidade ambiental caracteriza a vulnerabilidade socioambiental. (ESTEVEZ, 2011, p.27)

Mais informações sobre esta tese são trabalhadas nos próximos subcapítulos. Contudo, nesta mesma tendência de trabalho temos a tese de Santos (2011) que elaborou um trabalho sobre risco e fragilidade socioambiental em Fortaleza/CE, com vistas a auxiliar no ordenamento territorial do município e contribuir com a minimização dos impactos ao ambiente e as sociedades em maior situação de fragilidade. Durante toda obra há uma série de referências que auxiliam a compreender o posicionamento do autor sobre a noção de abordagem socioambiental, por exemplo, ao se referenciar na noção de riscos, o autor (2011, p.20) faz uma explanação sobre riscos ambientais, sociais e finaliza expondo que:

Os riscos socioambientais derivam, primordialmente, da ocupação irregular dos ambientes dotados de maior fragilidade ambiental. Essas áreas, via de regra, são constituídas por ambientes legalmente protegidos, onde há precariedade do controle e fiscalização ambiental, favorecendo a ocupação irregular, realidade facilmente verificada nas planícies fluviais de Fortaleza e região metropolitana – RMF, desencadeando riscos relacionados a enchentes e inundações.

Nesta mesma perspectiva, encontrou-se características da abordagem socioambiental em Geografia na tese de Cunico (2013). Em seu trabalho, o objetivo principal foi identificar a vulnerabilidade socioambiental da cidade de Curitiba/PR e correlacioná-la com os eventos registrados de alagamentos, deslizamentos e erosões e com as condições sociodemográficas características do recorte geográfico mencionado. A base teórica e metodológica utilizada por esta autora se diferencia das demais teses analisadas no que se refere a temática da vulnerabilidade, se baseia numa abordagem socioambiental compreendida como:

De acordo com Ross (2009), os sistemas socioambientais definem espaços geográficos estruturados por meio do ordenamento territorial, espontâneo ou planejado, no qual os espaços naturais e sociais devem ser compreendidos e administrados considerando-se as potencialidades naturais e sociais e as fragilidades ambientais e socioculturais. (CUNICO, 2013, p.21).

Contudo, esta não é a única forma de se trabalhar a abordagem socioambiental na Geografia. Prova disto são as teses que se aproximam do que se procura através de outras formas de partir da relação conflituosa entre Sociedade e Natureza. Um exemplo é a tese de Lima (2012) que traz importantes discussões

sobre a abordagem socioambiental em Geografia, introduzindo o termo *Interações* em seu discurso. Esta tese tem o propósito de investigar as interações socioambientais que se materializam na Bacia do Rio Catolé/Bahia, considerando os processos históricos de apropriação do território e uso dos recursos naturais, e as sucessivas paisagens que dão suporte à configuração atual dos fenômenos geográficos. No início da tese, o autor (2012, p.23) expõe a sua compreensão do que entende por problemas socioambientais, mas deixa muito tendencioso o caráter apenas ambiental de sua análise, principalmente ao afirmar que:

Tal análise baseia-se na premissa de que os problemas socioambientais derivados do uso dos recursos naturais originam-se de usos conflitantes com o potencial de uso de cada recorte territorial, definido pela capacidade de uso dos recursos naturais. Quando uma determinada unidade de paisagem é submetida a uma pressão antrópica superior à sua capacidade de sustentação e assimilação, pode haver ruptura do equilíbrio ecológico, dando início aos mecanismos de degradação da qualidade ambiental.

Porém, na sequência da tese ele define o caráter unificador do seu trabalho, onde busca colocar os elementos numa abordagem sistêmica com vistas a analisá-los de forma igual, mas com foco nas alterações ambientais que podem vir a ocorrer na Bacia Hidrográfica de estudo.

O enfoque adotado na realização da pesquisa aponta para uma busca da abordagem unificada da relação homem/natureza e as modificações ambientais decorrentes desta relação. Como a análise parte de uma base físico-ambiental e das interações socioambientais, utiliza-se a abordagem sistêmica como concepção teórico-metodológica (LIMA, 2012, p. 25).

Outro exemplo encontrado de tese que se aproxima da abordagem socioambiental em Geografia, e que parte da relação conflituosa entre Sociedade e Natureza de uma forma diferenciada, é a tese de Batista (2013). Ela traz uma série de reflexões acerca das repercussões geográficas da implantação do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM para intervenções urbanísticas, habitacionais e ambientais em cursos d'água localizados na bacia hidrográfica do Educandos, decretadas, pelo município, como Área de Especial Interesse Social. A autora (2013, p.14, grifo da autora) se posiciona sobre a abordagem que utiliza no desenvolvimento da tese da seguinte forma:

Com uma abordagem socioambiental, se titula a presente tese como Injustiça Socioambiental: O Caso PROSAMIM. Uma investigação sobre o processo de intervenção urbanística, habitacional e ambiental em cursos d'água situados em ambientes urbanos [...]. Entre os objetivos: a recuperação da drenagem dos igarapés; o reordenamento urbano com reassentamento das famílias afetadas pelas obras; a melhor utilização dos espaços recuperados; e a implantação de infraestrutura sanitária.

Uma outra linha de pesquisa encontrada nas teses selecionadas que se aproximou da Abordagem Socioambiental em Geografia, e que trabalham com essa relação conflituosa entre Sociedade e Natureza, foram as teses desenvolvidas no campo da Geografia da Saúde, como a de Grosso (2013). Esta tese traz importantes contribuições na relação existente entre os estudos socioambientais, mais específico dos indicadores socioambientais segundo a autora, e os parâmetros de estudos dos indicadores de saúde em uma população, como se evidenciou no discurso:

Para esta tese, partiu-se da premissa que há uma relação direta e indireta entre diferentes fatores ambientais, sociais, econômicos e os casos de doenças respiratórias. Sendo assim, denominamos estes fatores como indicadores socioambientais, e procuramos selecionar aqueles que demonstraram relação expressiva nos agravos da saúde da população (GROSSO, 2013, p.19).

Entretanto, imaginava-se que partir de situações conflituosas da relação sociedade e natureza estivesse embutido no discurso de todas as teses, porém, ao analisar o conteúdo de todas as selecionadas encontrou-se situações em que o título da tese passava uma ideia e, o seu conteúdo e/ou a forma de trabalho mostrou-se diferente. O primeiro exemplo encontrado desta contradição foi em Santos (2005). Esta tese traz características comuns aos muitos outros trabalhos desenvolvidos no programa de pós-graduação da UFRJ, principalmente no que se refere ao uso de geotecnologias e uma visão positivista da relação sociedade e natureza. O autor (2005, p.08) expõe desde o início que “um dos principais desafios nessa nova abordagem é o de se criar ferramentas de mensuração que permitam acompanhar e entender os eventos complexos que envolvem o relacionamento sociedade-natureza, uma análise e interpretação de unidades sócio-ambientais”.

O objetivo do trabalho é mensurar as variáveis ditas sócio-ambientais pelo autor na área da Bacia Hidrográfica do Sepetiba no estado do Rio de Janeiro. Ele acredita que se criar uma metodologia de mensuração destas variáveis conseguirá

analisar melhor a relação entre sociedade e natureza, principalmente por levar em consideração dois pontos de vista: o social, através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) por considerar este índice o mais significativa das condições sociais de uma população e; a ambiental por meio do Índice de Transformação Antrópica (ITA), uma variável que leva em conta as transformações ocorridas no uso e cobertura do solo. Contudo, analisando a parte teórica, metodológica e os resultados da tese pode-se concluir que a mesma não parte de situações conflituosas, e sim, análises isoladas destes fatores. Sendo assim, esta tese foi desconsiderada por não se aproximar da abordagem desejada.

Outra forma de desacordo entre título e conteúdo está na tese de Pinto (2009). Nesta tese foram elaborados estudos dos aspectos físico-ambientais e socioeconômicos e tecidas considerações visando estabelecer relações entre os recentes projetos de assentamentos rurais implantados na área de estudo desta investigação, para depreender que esses empreendimentos são uma possibilidade de materialização da legislação socioambiental brasileira. Desde o início do trabalho, o autor se posiciona em defender um discurso socioambiental baseado na interpretação da legislação brasileira no que se refere ao uso da terra, preservação ambiental e bem estar social “através da análise da legislação pertinente ao uso social da terra e dos projetos de assentamentos rurais, foi possível identificar e conhecer iniciativas locais de caráter socioambiental, amparadas e estimuladas pelas políticas públicas” (PINTO, 2009, p.120). Contudo, analisando todo o conteúdo percebe-se que a visão socioambiental adotada pelo autor se limita a um viés social, não há referências ao caráter ambiental, sendo assim desconsiderada neste estudo.

Este problema foi encontrado em outros trabalhos, ou seja, o título informa um caráter socioambiental da tese, porém analisando o conteúdo percebe-se que o autor se posiciona apenas a favor de um dos elementos da relação conflituosa entre Sociedade e Natureza. Por exemplo, a tese de Ginasi (2012) que foi escolhida para análise, pois a autora incluiu o termo ambiental junto ao termo socioeconômico no discurso de seu título, dando a impressão que a análise poderia ter sido feita com base em uma abordagem socioambiental. No geral, a tese se centra em questões de mudança do agrário-rural nos municípios do centro de Rondônia e discute as novas territorialidades que se formam a partir dessas transformações. O que é possível se perceber por todo o seu discurso é que o caráter ambiental da tese se restringe a questões como o desmatamento da Amazônia e discussões superficiais sobre o

desenvolvimento sustentável da área. A tese tem um caráter mais ligado as questões de territorialidades, e tem uma base de cunho dialético materialista, como é possível se perceber na afirmação da autora (2012, p.21) sobre a relação estabelecida na tese.

A análise desses territórios propostos e dos seus aspectos socioeconômico-ambientais e culturais teve base nos aspectos teóricos suscitados. Sobre os aspectos socioculturais e ambientais ligados aos sujeitos sociais da pesquisa – migrantes mineiros, paulistas, baianos e paranaenses e não migrantes – e os sistemas produtivos e associativistas desenvolvidos por eles, necessitou-se de uma adequação de método de análise, que usou matrizes dialéticas ligadas ao capitalismo no campo, à antropologia e sociologia rural, como recursos teórico-metodológicos explicativos.

Sendo assim, esta tese não foi utilizada para a continuidade deste trabalho. Outro caso semelhante é de Garcia (2012), a autora fez um ensaio analítico sobre os estudos dos condicionantes socioambientais, relacionados aos acidentes com a *Lonomia obliqua* Walker, 1855. A autora optou em fazer uma pesquisa buscando compreender como aspectos socioambientais representados pelo crescimento populacional, o crescimento urbano, a mudança do uso e cobertura do solo e o clima podem atuar no seu desenvolvimento. Contudo, ao longo do trabalho percebe-se que a autora não deixa evidente o seu entendimento do que são condicionantes socioambientais, quais as bases teórico-metodológicas de sua abordagem ou mesmo porque optou em usar esta terminologia. Uma afirmação da autora (2012, p.45) aborda toda esta questão ao citar que,

A interferência humana sobre o meio vem alterando de forma significativa as paisagens terrestres. Os conflitos existentes entre a sociedade e a natureza vão explicar a degradação de uma ou de outra e a diversidade existente é que vai indicar o foco predominante, se a dimensão natural ou a dimensão social, mas as soluções dos problemas decorrentes só deverão surgir da integração de ambas.

Mesmo fazendo uso desta referência, a autora analisa as dimensões de forma separada em seu trabalho, ou seja, dedica uma parte dos estudos a analisar as questões sociais através do crescimento populacional (baseado nos censos demográficos) e o crescimento urbano através da mudança do uso e cobertura do solo. Num outro momento, é analisado o ponto de vista ambiental por meio das variações de temperatura e a influência do El Niño e da La Niña, totalmente isolado do contexto anterior das dimensões sociais. Sendo assim, não condiz com a

abordagem socioambiental procurada, portanto, não foi utilizada para as análises seguintes.

Um último trabalho a se destacar nesta questão de desacordo ente título e conteúdo é a tese de Cesa (2012), que teve como objetivo analisar a distribuição das DRSAI (Doenças Relacionadas a um Saneamento Ambiental Inadequado), nas áreas de abrangência dos Centros de Saúde da Ilha de Santa Catarina e identificar os fatores que concorrem para as suas prevalências. A partir de um diagnóstico da relação entre a ocorrência destes agravos e os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário na Ilha.

Uma ausência percebida no trabalho é da falta de um posicionamento da autora com relação a postura adotada para se utilizar desta abordagem socioambiental nos problemas de saúde estudados. Não há, ao longo do texto, nenhuma referência específica ao uso desta terminologia ou mesmo do posicionamento teórico e metodológico que faça referência a utilização desta abordagem. Um dos itens que ficou exposto pela autora é que foram definidos três eixos de análise: ambiente, saneamento e saúde para os quais determinaram-se indicadores, porém, nada exposto da inter-relação. Por isso, esta não foi considerada para a continuação deste trabalho.

Passado este critério inicial, as teses que responderam a este questionamento foram analisadas a partir dos outros princípios escolhidos para aproximá-las da abordagem socioambiental em Geografia. O enfoque na diversidade dos problemas é o critério analisado a seguir.

3.2.2 As teses e o enfoque centrado na diversidade dos problemas

Um segundo item analisado no conteúdo das teses selecionadas pelo título é se a mesma está centrada na diversidade dos problemas, que podem estar mais ligados a um ou outro, mas que afetam a ambos. Uma abordagem socioambiental na Geografia não pode se limitar somente a solução de um problema, o que caracterizaria uma solução paliativa, ela deve focar em todo o complexo que envolve a relação Sociedade e Natureza, independente que *a priori* parece estar ligado somente a um desses.

Este princípio foi o mais importante filtro realizado nas teses selecionadas, pois ele determina o princípio básico de que uma abordagem socioambiental na

Geografia deve priorizar a visão que não há problemas apenas para a Sociedade e Natureza, pois os problemas são sociais com base ambiental. Sendo a tese focada apenas num destes, fica ela excluída do processo de análise deste trabalho.

No geral, o discurso das teses apresentou este enfoque centrado na diversidade dos problemas de forma clara ao longo do texto, e em alguns casos, está explícito em trechos específicos da obra. No caso de Furlan (2000, p.16) este princípio ficou evidenciado na afirmação que:

Neste sentido nos parece que em Ilhabela o nível de conscientização das problemáticas socioambientais está claro. As concepções de mundo divergem mas podem se somar em torno de interesses comuns. A pluralidade cultural dos ilhéus é uma vantagem e pode concorrer para aprimorar os projetos de conservação. A questão central nos parece estar nas concepções das políticas públicas que operam com um conceito de natureza desumanizada, de território como perímetro e de lugar como localidade.

No restante da obra ficou evidente que as soluções deveriam partir do poder público, visando o bem estar social e a conservação ambiental. Este mesmo posicionamento foi encontrado em Sobrinho (*op. cit.*, p.114) ao se referir especificamente a influência da atividade hoteleira no litoral norte da Bahia a autora se posiciona em consonância ao que se entende por uma abordagem socioambiental, pois analisa os impactos ambientais e sociais de forma integrada ressaltando a necessidade do equilíbrio entre ambas:

Com relação aos impactos socioambientais decorrentes da implantação destes empreendimentos na região são de diversas naturezas e magnitude considerando que estão localizados em áreas protegidas que contam com ambientes ecologicamente frágeis de elevado grau de vulnerabilidade ambiental e próximo às vilas e povoados onde habitam as populações locais. Dentre esses impactos destaca-se a ocupação e a construção em ambientes de extrema fragilidade como: mangues, restingas, dunas, áreas úmidas, o aterramento de lagoas e a supressão de vegetação. Como decorrência da implantação desses empreendimentos salienta-se ainda o parcelamento descontrolado do solo e invasões, especulação imobiliária, descaracterização da cultura e costumes tradicionais, intensificação dos fluxos movimentos migratórios, prostituição, tráfico de drogas e aumento do mercado de trabalho informal. Este tipo de ocupação do solo dificulta o acesso e o uso destes recursos naturais pelas populações locais que tradicionalmente utilizam estas áreas para o extrativismo, pesca e o lazer.

Na tese de Esteves (*op. cit.*), nos resultados do trabalho, é possível perceber novamente o posicionamento do autor com relação a abordagem socioambiental, principalmente a essa questão dos problemas que afetam a ambos. Ao se referir aos problemas advindos da relação entre sociedade e natureza Esteves (2011, p.177) enfatiza que,

O avanço da ocupação nas décadas de 1980/90 ensejou novas demandas em relação ao saneamento ambiental. Também muitas habitações foram construídas em áreas sujeitas a inundações, seja por conta das características físicas do sítio onde se instalaram ou resultantes das intervenções urbanas no ambiente. Nas áreas onde habitam a população permanente, especialmente os mais pobres, estas situações constituem nas principais problemáticas socioambientais de Matinhos.

No mesmo ano desta produção, tem-se a publicação da tese de doutorado de Lopes (2011) que é umas das mais significativas no que se refere a aplicação de uma abordagem socioambiental em Geografia. A pesquisa em questão revelou as transformações socioespaciais, ocorridas na franja leste da Região Metropolitana de Curitiba. Esta análise se fez a partir do diagnóstico socioambiental da Unidade Territorial de Planejamento de Pinhais, entre 2000 e 2010, e demonstrou que esse modelo de planejamento impôs um zoneamento excludente ajustado às perspectivas mercadológicas que atendeu principalmente aos interesses dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários. O autor (2011, p.21) se posiciona sobre a abordagem/perspectiva socioambiental que utiliza na pesquisa evidenciando a compreensão integrada da visão entre sociedade e natureza, os problemas que afetam a ambos, como pode se ver na citação:

Ao longo das últimas décadas, as metrópoles dos países em estágio de desenvolvimento complexo têm apresentado um vertiginoso processo de expansão física e demográfica. Marcado por intenso espraiamento das periferias geográficas e sociológicas, ora de modo concomitante ora não, esse processo resulta na formação de ambientes urbanos extremamente conflituosos sob a perspectiva socioambiental.

Nesta linha de trabalho sobre vulnerabilidades do ambiente volta-se a citar a tese de Santos (2011). Ao longo do trabalho o autor, baseado nesse posicionamento, levanta dados, trabalha com cartografia digital, geoestatística, geomorfologia e uma série de outras abordagens, visando levantar as fragilidades ambientais e a vulnerabilidade da sociedade para o município de Fortaleza/CE. Ele se posiciona sobre a abordagem utilizada de forma a esclarecer que seu

posicionamento leva em consideração os dois elementos da relação Sociedade e Natureza. Para Santos (2011, p.93),

Embora a condicionante preponderante para o estabelecimento dos riscos socioambientais tenha sido a fragilidade ambiental, faz-se importante destacar o fato de que a definição dos riscos não resulta somente desta variável e sim da combinação das duas (fragilidade ambiental ou vulnerabilidade da sociedade).

Este posicionamento também é constatado em Lima (*op. cit.*). Em outro ponto do seu discurso, agora se referindo aos sistemas socioambientais, o autor deixa claro seu posicionamento sobre a relação sociedade e ambiente, demonstrando que adota um posicionamento condizente ao que se entende por uma abordagem socioambiental aos problemas geográficos:

Dadas essas circunstâncias, a análise das transformações socioambientais não pode ser restrita às leis da natureza e a regulação dos sistemas ambientais. Não somente deve tomar como base o grau de modificação dos elementos das paisagens, como os princípios e leis da sociedade, especialmente a forma como os diferentes grupos sociais se organizam no processo de apropriação, uso e transformação dos recursos naturais. (LIMA, 2012, p.65)

Ainda na linha de teses que enfocaram a questão da vulnerabilidade, temos a obra de Medeiros (2014). Esta tese trabalhou com o conceito e método da vulnerabilidade socioambiental no município de Caucaia no Ceará. O autor parte da ideia que a vulnerabilidade socioambiental se configura a partir da junção dos índices de vulnerabilidade social (IVS), com os parâmetros da vulnerabilidade ambiental. Ao longo do trabalho constata-se que o discurso do autor se aproxima ao que se entende por uma abordagem socioambiental em Geografia. Parte deste discurso é evidente em:

No caso do zoneamento ambiental, este tem por escopo a delimitação de zonas com características, potencialidades e limitações ambientais semelhantes. A demarcação dessas zonas se dá pela análise dos aspectos socioambientais de forma integrada e sistêmica, ou seja, são considerados os dados geoambientais aliados às informações socioeconômicas (MEDEIROS, 2014, p.23).

Outras teses se destacaram, neste item avaliado, por terem um discurso condizente ao esperado com relação ao enfoque na diversidade dos problemas, porém, trabalham com temáticas bem distintas aos demais trabalhos. É o caso da tese já citada de Batista (2013). A obra trabalha com o conceito de injustiça socioambiental, o objetivo é evidenciar como o não cumprimento dos preceitos do programa PROSAMIM geram graves problemas ao ambiente e a sociedade,

principalmente do ponto de vista legal, afinal é um programa com recursos públicos e, portanto, deve seguir os preceitos legais da constituição brasileira. A fim de reivindicar estes interesses legais há os movimentos de Justiça Ambiental, que mesclam movimentos sociais e ambientais, com vistas a um objetivo único:

Deste modo, o Movimento de Justiça Ambiental, se consolida em escala internacional como uma rede multicultural e multirracial, articulando entidades de direitos civis, grupos comunitários, organizações de trabalhadores, igrejas e intelectuais no enfrentamento do que se consolidou como um ideário de abordagem socioambiental (BATISTA, 2013, p.39).

Outra tese que vale destaque neste item é a obra de Morais (2014). Esta tese trabalha numa perspectiva interessante no que se refere ao discurso socioambiental na Geografia, pois se baseia num referencial teórico-metodológico pouco utilizado até então nas demais teses, porém, que enfoca nos mesmos objetivos.

Para o autor, o objetivo geral é analisar a relação entre os parques estaduais do Biribiri e Rio Preto e as comunidades que habitam os seus entornos, tendo como categoria de análise o conflito que interfere direta ou indiretamente na dinâmica social da comunidade e na forma de gestão das UC's de Proteção Integral, o que mais adiante da produção da tese ele denomina de conflitos socioambientais. Ao longo da fundamentação teórica é possível perceber o posicionamento do autor com relação as suas bases teóricas e metodológicas no que concerne a abordagem socioambiental utilizada na pesquisa, e que converge para o posicionamento que se entende como condizente a abordagem socioambiental em Geografia. Fazendo referência a Marinho (2006) o autor afirma “que nenhum dos sujeitos sociais e políticos relevantes na era contemporânea estão isentos de participar, bem ou mal, da divisão política, técnica e ética de responsabilidades que determina a crise socioambiental no Brasil e no mundo” (MORAIS, 2014, p.45).

Um último trabalho de destaque positivo neste item avaliado é a tese de Aquino Junior (2014). Nesta obra, o autor envolve elementos de Geografia da Saúde e Climatologia e uma abordagem socioambiental dentro da Geografia, com vistas a analisar todo o complexo que envolve a Dengue na área da tríplice fronteira em Foz do Iguaçu/PR. O grande objetivo da tese é compreender os condicionantes socioambientais envolvidos neste processo e de que forma se pode atuar no combate à doença. A postura teórica e metodológica adotada atende aos

pressupostos da abordagem socioambiental e, evidencia-se ao ressaltar que a abordagem que o autor (2014, p.23) utiliza está pautada

[...] também baseada no contexto já levantado, foi a do entendimento da Geografia Socioambiental, fundamentado na compreensão de que um dos mais importantes aspectos epistemológicos para a Geografia esteja na atitude fenomenológica de não considerar nem a Natureza, nem o Homem como elementos centrais (MONTEIRO, 1984, p.26). Vale destacar que, como Mendonça (2001, p.124) sugere, a abordagem socioambiental serve para evidenciar a visão ambiental, que toma a natureza e a sociedade em mesma perspectiva. Nesta relação ambiental que estão inseridas as questões que envolvem a manifestação das epidemias de dengue.

Neste critério de avaliação das teses tem-se um caso especial, a tese desenvolvida por Ziglio (2012). A autora trabalha numa perspectiva diferente das demais, pois o foco não está num estudo direto das relações entre ambiente e sociedade, mas sim nas redes de colaboração internacional existentes entre organizações não governamentais que trabalham com temas ligados a questão socioambiental, neste caso em específico a o estudo se voltou a rede da GARS, onde a Geografia vem a contribuir no estudo da formação do sistema de redes desta ONG. O que é possível afirmar com a leitura do trabalho é que apesar do discurso ligado aos movimentos sociais e ambientais, a defesa do capital socioambiental e a geopolítica internacional utilizada no trabalho, esta tese tem características do discurso socioambiental defendido, da interação entre social e ambiental, parte disto evidente na citação:

Deste modo, o discurso socioambiental pode comportar-se como uma nova tentativa de retroalimentação do ciclo do capitalismo que reside em refutar mudanças e de postergá-las, ou o inverso, ser o cerne de uma efetiva mudança diante do uso dos recursos naturais pela sociedade contemporânea. (ZILGLIO, 2012, p.99).

Na contramão de todos esses trabalhos, estão as teses que não atenderam a este critério, ou seja, tinham um foco centralizado no ambiente/natureza ou somente na sociedade. A primeira constatação deste tipo de discurso veio com a tese de Bordignon (2004) que só foi possível ser avaliada através do resumo. A tese tem um caráter quantitativo onde o foco principal são os problemas ambientais gerados pela criação de um Parque em Cascavel/PR. O lado social da tese está nas entrevistas realizadas pela autora para avaliar a percepção dos usuários do Parque com relação aos problemas do mesmo, não há referências a problemas sociais ou mesmo a

solução deles. Sendo assim, essa tese não foi considerada para a continuação desta obra.

Outro caso semelhante ocorreu com Oliveira (2004). Esta tese, desenvolvida na temática da relação entre a construção de UHE e os impactos sociais e ambientais da mesma, trabalha com a relação Sociedade e Natureza como dois elementos que tem uma dinâmica separada, isolada. O grande foco da tese são as ações mitigadoras que foram e deveriam ser tomadas como compensação a construção da UHE Porto Primavera. A abordagem utilizada se baseou no uso de técnicas de geoprocessamento, e os resultados visam colaborar para a solução dos problemas apresentados. Contudo, ao analisar o discurso do autor no que se refere a abordagem socioambiental não foi possível identificar uma explicação do seu posicionamento, na verdade o que se pode constatar é que o autor utiliza o discurso Socioambiental sem referenciá-lo ou identificá-lo e mesmo de forma contrária ao que se entende. Por isso, essa tese não foi considerada para a continuação desta obra.

Uma última tese destacada, agora em termos de não contemplar a abordagem esperada, foi a obra de Rodrigues (2010). Esta tese tem como foco a aplicação de um sistema de indicadores intraurbano à cidade de São Luís/MA para mensurar a sua desigualdade socioambiental segundo os critérios escolhidos pelo autor. Contudo o que se percebe logo de início é que não há definição clara da postura com relação ao entendimento do que seria esta desigualdade socioambiental. De início ele (2010. p.18) propõe a seguinte abordagem:

Pesquisas atuais demonstram que o crescimento das cidades tem desencadeado uma série de problemas ambientais, ou melhor, uma deterioração socioambiental. A conjunção entre densidade populacional e o uso e ocupação do solo urbano têm gerado ambientes de péssima qualidade social e ambiental.

Algo interessante a se destacar na abordagem utilizada pelo autor é a opção em referenciar o *Sistema Ambiental Urbano* de Mendonça (2004) como base para os estudos da qualidade do ambiente. Contudo, após uma série de discussões Rodrigues (2010, p.109) finalmente evidencia seu posicionamento com relação a abordagem socioambiental utilizada, enfocada somente nas questões sociais sem relacionar a visão ambiental em mesmo plano:

Neste trabalho, baseado nas contribuições dos autores analisados, optou-se pelo termo “desigualdade socioambiental” de São Luís, referindo-se às diferenças dimensionais em habitação, saneamento, educação e renda que ocorrem entre os espaços internos da cidade.

Desigualdades através de indicadores intraurbanos que denotam a variação quantitativa na esfera econômica, social e ambiental.

Portanto, se faz necessário continuar a avaliação das teses selecionadas com os demais princípios condizentes a uma abordagem socioambiental na Geografia. Na sequência, foi avaliada a questão da busca contínua de solução para ambas as partes demonstradas a seguir.

3.2.3 As teses e a busca contínua de solução para ambas as partes

O terceiro ponto analisado nas teses selecionadas é se o foco da mesma está na busca contínua de solução para ambas as partes, pois nenhuma solução pode ser considerada se não for positiva para as duas partes que envolvem a abordagem socioambiental, por isso, a busca pelo reestabelecimento do equilíbrio entre Natureza e Sociedade é premissa fundamental para esta abordagem.

No geral, grande parte das teses que não foram eliminadas nos critérios anteriores responderam positivamente a este item, que pode ser considerado como fundamental para a abordagem socioambiental na Geografia, pois não se pode desenvolver uma pesquisa que não vise o reestabelecimento do equilíbrio entre Sociedade e Natureza.

Destaca-se a seguir algumas teses que estão em consonância com esta aproximação ao discurso da abordagem socioambiental em Geografia, principalmente por revelarem esta noção de equilíbrio. Por exemplo, cita-se novamente Furlan (2000) ao afirmar em seus resultados que:

Algumas sugestões poderiam ser feitas para que o zoneamento pudesse amenizar dois conflitos mais graves cuja solução passa por melhor conhecer a biogeografia insular de São Sebastião, tais como: Recuperar as áreas degradadas considerando a demanda social local das comunidades de pescadores, e outros setores que utilizam a floresta insular, mas conhecer previamente a dinâmica das matas de encosta, principalmente estudos sobre demografia das plantas de maior interesse socioambiental.

Outros autores expuseram seu viés socioambiental através de referências importantes ao tema, como encontrado em Gomes (2009). Em seus resultados alcançados através desta abordagem sobre o objeto de estudo, a autora faz uma síntese interessante que permite compreender seu posicionamento quanto ao discurso socioambiental:

A cidade é a expressão material desses processos. Enquanto mercadoria, o espaço urbano estrutura-se e diferencia-se internamente, socializando a produção, mas distribuindo desigualmente os proveitos e rejeitos dos processos produtivos. E, assim, a desigualdade social se materializa em socioambiental. (GOMES, 2009, p.281).

O mesmo tipo de discurso é encontrado em Carvalho (*op. cit.*), que já na fundamentação teórica do trabalho faz referência do que ele julga ser a socionatureza, e o que ele tem por premissa de uma abordagem socioambiental, ao referir que,

Esta proposta teórica considera a cidade como híbrido, ou como socionatureza urbana, como ambientes formados a partir de combinações de construções sócio-ambientais que foram produzidas historicamente tanto em termos de conteúdo social como de qualidades físico-ambiental. Mas também considera a realidade material e representação como elementos que compõem a dinâmica de contradições, tensões e conflitos da socionatureza urbana.

Em convergência com esta forma de trabalhar a abordagem socioambiental na Geografia está a tese de Esteves (2010). Para o autor em foco é importante os estudos que envolvem estas duas temáticas:

Para a geografia, onde se busca trabalhar as dimensões social e ambiental de forma integrada, numa perspectiva espacial, é uma abordagem que vem de encontro aos princípios da geografia socioambiental porque em estudos dessa natureza enfatiza-se a participação da sociedade, enquanto sujeito ativo e integrante essencial dos processos pertinentes às problemáticas ambientais. (ESTEVES, 2010, p.227)

E ainda, em discurso semelhante, há a tese de Cunico (2013). A autora trabalha como método principal a classificação de Curitiba visando caracterizar as áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, para isso a autora faz uma explanação acerca de como compreende estes termos através de sua abordagem socioambiental adotada:

As reflexões ambientais devem atingir também esferas menores, porém, não menos significativas e complexas, uma vez que os conflitos sociais e ambientais locais influenciam diretamente a qualidade de vida da população. Neste caso, fica evidenciada na cidade a estreita ligação entre o meio ambiente, a reprodução do espaço socialmente construído e as implicações socioambientais que acabam por evidenciar e redefinir riscos e vulnerabilidades. (CUNICO, 2013, p.13)

Voltando a tese de Lopes (2011) temos outra forma de discurso, agora visual (mapa), da abordagem socioambiental utilizada na qual se propôs o a busca de solução para ambas as partes. Já nos resultados finais, baseados nas análises de qualidade das águas, uso e ocupação dos solos, dentre outros *Inputs* utilizados no S.A.U., o autor utiliza uma reflexão acerca da perspectiva socioambiental que resume grande parte do seu trabalho e reforça a abordagem socioambiental adotada pelo mesmo:

Ao observar o mapa 6 é possível verificar que a bacia do rio do Meio encontra-se inteiramente inserida na área delimitada pela UTP Pinhais, o que permitiu, através da perspectiva socioambiental, integrar uma visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nela desenvolvidas, ou seja, verificar a interação entre a dinâmica da sociedade e a dinâmica da natureza sobre este espaço (LOPES, 2011, p.188).

E para reforçar este posicionamento, tem-se novamente Aquino Junior (2014), que retomando a ideia dos condicionantes socioambientais, o autor enfatiza mais uma vez os preceitos de uma abordagem socioambiental, em especial ao se adotar esta abordagem na saúde. Em suas palavras,

Os condicionantes socioambientais locais intervenientes na dengue são influenciados por diversos fatores, como: os padrões epidemiológicos internacionais da doença (circulações dos sorotipos), as adaptações do mosquito vetor a novos ambientes, as variações climáticas, os movimentos pendulares intermunicipais, os processos de difusão da doença intra-municipais, além dos aspectos socioeconômicos e culturais das populações que habitam as áreas vulneráveis e de risco desta enfermidade. (AQUINO JUNIOR, 2014, p.174).

Em contrapartida, há aquelas teses que apesar do uso do discurso socioambiental no título, não demonstraram este posicionamento ao longo do desenvolvimento da tese. Neste item avaliativo, o principal problema encontrado foram trabalhos que não priorizaram o reestabelecimento do equilíbrio ou, se basearam em resultados que priorizavam apenas um lado da relação entre Sociedade e Natureza. Neste sentido temos a tese de Cardoso (2002) que traz um ponto em desavença aos princípios de uma abordagem socioambiental, pois segundo a autora o resultado final foi o entendimento do “processo de ocupação e a identificação dos conflitos de uso dos recursos naturais acarretados pela ausência/ineficiência de planejamento nas ações que levaram à regularização do

assentamento e a atual situação em que se encontra”, ou seja, não se priorizou como resultado a busca por solução aos problemas postos, nem mesmo a noção de equilíbrio.

Já a tese de Ribeiro (2005) trouxe um resultado que não foi possível identificar qual fator da relação socioambiental foi priorizado. Esta tese trabalha com as principais consequências ao ambiente e as sociedades (identificadas pelo autor como ônus socioambiental) da atividade agrícola intensiva realizada pelos complexos agroindustriais no sudoeste de Goiás. Contudo, o que se pode perceber ao longo do trabalho é que a autora fez uso do termo socioambiental simplesmente como uma forma de expressar, em apenas uma palavra, os impactos no ambiente e nas sociedades, pois durante toda a tese ela trabalha com estes elementos de forma separada, estanques, como se fossem elementos independentes. Sendo assim, não foi considerada válida para a análise final deste trabalho.

Outra forma não condizente com o discurso esperado foi identificada na tese de Silva (2007). Esta tese objetiva a análise integrada de informações de aspectos naturais e socioeconômicos, que permitam o entendimento na perspectiva geográfica para fins de planejamento territorial ambiental da bacia hidrográfica do rio Biguaçu/SC. Desde o início o autor deixa claro que a sua abordagem dita socioambiental está centrada, na verdade, no elemento ambiental, o social é algo complementar e fator negativo no processo. No decorrer da pesquisa, percebe-se que o posicionamento do autor perante os problemas apresentados está baseado na valorização da dinâmica dos ambientes da bacia hidrográfica, sendo que o social é um fator secundário das análises. Nas conclusões, nota-se também que a premissa de uma abordagem socioambiental que vise focar na diversidade dos problemas que podem ser mais ligados a um ou a outro, mas que afetam a ambos, não foi seguida. Como já dito o social é colocado em segundo plano, isto é visível nas conclusões onde o autor (2007, p.195) afirma,

No planejamento é prevista a tomada de decisões, baseada em análise sócio-ambiental da área de estudo, para poder identificar e apresentar o melhor uso possível dos recursos naturais. O planejamento deve antever ações futuras, previsões de cenários futuros para a bacia hidrográfica. O ato de planejar visa atender interesses públicos, através do ordenamento das atividades humanas. Acredita-se que por meio do zoneamento ambiental proposto neste estudo, possa contribuir-se, visando disciplinar o uso da terra, com qualidade de vida para os seres humanos.

Divergências no discurso de uma abordagem socioambiental também foram identificadas na tese de Saito (2011). Esta tese teve como objetivo analisar a vulnerabilidade socioambiental a escorregamentos dos moradores dos assentamentos precários do Maciço Morro da Cruz em Florianópolis/SC com vistas à gestão de riscos. Contudo, ao longo do desenvolvimento da tese a autora não deixa claro seu entendimento com relação a que abordagem socioambiental está utilizando para delinear seu estudo. Uma das referências mais significativas sobre isso, e que vão de encontro ao que se preza no contexto geral deste trabalho, mostra que os elementos sociais são vistos à parte dos elementos ambientais no desenvolvimento desta tese:

Nesse estudo adotou-se como vulnerabilidade socioambiental (VSa) a qualidade da população que está exposta a processos do meio físico, como escorregamentos e quedas de blocos, com baixa capacidades de resposta e com alta exposição física. Assim, pretendeu-se integrar a dimensão social - ao trabalhar com grupos de indivíduos, e a dimensão ambiental, para a definição de territórios (SAITO, 2011, p.79).

O trabalho em si é muito bem desenvolvido, tem um caráter qualitativo muito importante para a análise, pois num determinado momento passa a interagir com os moradores das áreas do Maciço Morro da Cruz afim de verificar a percepção dos mesmos sobre a vulnerabilidade os problemas ditos socioambientais. Contudo, mais uma vez a autora enfatiza que analisa os elementos naturais e sociais de forma separada, e não busca um equilíbrio para ambos.

Partindo da lacuna sobre o conhecimento da vulnerabilidade socioambiental dos moradores dos assentamentos precários do MMC, foi construída uma análise sob dois enfoques. A primeira, sobre a exposição física, possibilitou a identificação em especial daqueles assentamentos com a maior precariedade, tanto da moradia como de acesso a serviços. O segundo enfoque foi dado à capacidade de resposta, traduzida por indicadores sociais dos moradores que resultariam em sua maior ou menor dificuldade em lidar, em especial, com o pós-desastre. (SAITO, 2011, p.217).

Por fim, outra tese que não foi condizente ao esperado sobre a abordagem socioambiental em Geografia e o princípio do reestabelecimento do equilíbrio foi Ostrovski (2013). Sua tese tem como objetivo principal o debate acerca da política ambiental desenvolvida pela Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, através do programa ambiental denominado Cultivando Água Boa; suas possíveis influencias no e sobre o ordenamento e reordenamento do território e a melhoria social e

ambiental do espaço analisado. Contudo, desde o início é possível perceber que o discurso adotado no que se refere a abordagem socioambiental está mais ligado a uma ideia empresarial de uso do termo, principalmente através da responsabilidade socioambiental (ISO 14000). Analisando os resultados finais da tese, é possível afirmar que a postura adota pelo autor não condiz a abordagem socioambiental defendida no âmbito geral deste trabalho. Um discurso que deixa isso bem claro, principalmente no que se refere a ver os elementos naturais e sociais de forma separadas, está na afirmação do autor (2013, p.92) em que,

constatamos que a Gestão Ambiental, aliada a responsabilidade social, dá o suporte para o que hoje conhecemos como responsabilidade socioambiental. É a junção das duas ações, isto é, o controle da poluição, a preservação ambiental, o uso racional dos recursos, o estímulo a novas tecnologias que podem aperfeiçoar e potencializar o uso dos recursos. Aliados às medidas de responsabilidade social, como combate à desigualdade, o acesso ao conhecimento, à promoção da saúde, da cultura e do bem estar social, que unidos criam a verdadeira meta da responsabilidade socioambiental, que nada mais é do que a busca pela qualidade de vida no Planeta Terra.

Por fim, foi analisado um último critério nas teses selecionadas, algo que já foi citado nos últimos parágrafos, que é a questão da abordagem multidisciplinar e interdisciplinar que a tese deve adotar visando aproximar seu discurso de uma abordagem socioambiental na Geografia.

3.2.4 As teses e a abordagem multi e Interdisciplinar

O último item avaliado no conteúdo das teses, em especial na metodologia de trabalho, é se a mesma trabalhou com uma abordagem multi e interdisciplinar, pois se os problemas tratados se relacionam a mais de um objeto, a abordagem não pode ser a mesma para todos, necessitando assim diferentes formas de abordar os problemas (multidisciplinar) algumas vezes fora da área da Geografia, e que estas abordagens se relacionem entre si (interdisciplinar) visando uma solução em comum.

Este critério não eliminou nenhuma das teses que foram selecionadas e que não foram contrárias nos critérios anteriores, ou seja, todas apresentaram uma abordagem muti e/ou interdisciplinar na resolução dos problemas. O que teve

variação entre as teses foram as metodologias utilizadas e a apresentação dos resultados obtidos.

A tese de Almeida (2010) traz uma visão interessante sobre o conceito de vulnerabilidade socioambiental, principalmente por ter o foco principal em um rio urbano. O objetivo do trabalho foi analisar os riscos e as vulnerabilidades socioambientais de rios urbanos no Brasil, tendo a bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, Ceará, como área de estudo de caso para compreensão das inter-relações das vulnerabilidades sociais e exposição aos riscos naturais, principalmente os riscos de inundações. De início, se demonstrou um trabalho muito focado apenas nas questões ambientais, porém, analisado seu desenvolvimento, percebe-se outros interesses. Há pouca discussão teórica sobre a abordagem socioambiental, porém muito se discute ao longo da tese de como a relação sociedade e natureza se intensificou ao longo dos séculos com forte tendência nos últimos 50 anos.

Como produto final de seu trabalho Almeida (2010) expõe a criação do mapa de Vulnerabilidade Socioambiental, um resultado prático de parte das metodologias utilizadas para análise do local de estudo. Em seus resultados é visível a abordagem socioambiental, principalmente ao se preocupar em colocar no mesmo nível o social e a base ambiental numa abordagem multi e interdisciplinar. Sendo assim,

A integração ou sobreposição dos mapas produzidos com arrimo no Índice de Vulnerabilidade Social - IVS e no Índice de Vulnerabilidade Físico-Espacial às Inundações – IVFI, possibilitou a identificação e localização dos espaços onde ocorre coincidência de riscos e vulnerabilidades – sociais e ambientais – resultando no produto final da tese, o Índice de Vulnerabilidade Socioambiental – IVSA da bacia hidrográfica do rio Maranguapinho, representado graficamente pelo Mapa de Vulnerabilidade Socioambiental. (ALMEIDA, 2010, p.248)

Outro autor a expor sua visão multidisciplinar na forma de trabalhar a abordagem socioambiental na Geografia foi Lobão (2010). Esta tese não foi localizada em sua versão completa, provavelmente pelo volume de informações cartográficas que a mesma contém, segundo informações do próprio resumo. Em contato com a autora, ela confirmou as informações da indisponibilidade da versão completa e a mesma enviou o capítulo um da tese, onde continha as informações teóricas e metodológicas. O critério avaliado ficou na metodologia aplicada, que baseou-se em modelagens realizadas com geotecnologias, integrando dados e

informações econômicas, sociais e geobiofísicas por meio de Sistema de Informações Geográficas. Além disso, trabalhou com questões ligadas a legislação, geomorfologia e biologia, o que reforça o caráter multidisciplinar.

Retomando a tese de Carvalho (*op. cit.*), na parte da metodologia da tese encontra-se um posicionamento interessante adotado pelo autor no que se refere a forma de abordar a questão dos rios na cidade de Recife/PE, muito próximo ao que se entende por uma abordagem multi e interdisciplinar associada a questão socioambiental em Geografia:

Deste debate, fica evidente o desafio da necessária transformação conceitual de antagonismo entre a abordagem ambiental e a abordagem urbana. Assim, na terceira parte, aproximamos a visão para a opção conceitual de tratar a cidade como um híbrido, como conjunto inseparável entre sociedade e natureza, a socionatureza. Este hibridismo visto materialmente na cidade é também definido pela dimensão das representações, dos discursos, do simbolismo das ações humanas. (CARVALHO, 2011, p.11).

Outra tese já citada que faz referência a esta abordagem multi e interdisciplinar é o trabalho de Sobrinho (2011). Uma das principais metodologias de análise das mudanças espaciais vêm da utilização do “Mapa das Unidades Socioambientais do Litoral Norte”, instrumento criado com base em estudos já realizados por entidades governamentais e que visa identificar e mapear regiões com características semelhantes, a fim de se pensar em políticas de desenvolvimento. Não está em consonância com o que se entende por abordagem socioambiental, contudo a autora (2011, p.181) ressalta:

A análise integrada das variáveis ambientais com as dinâmicas econômicas indicou nove unidades socioambientais no Litoral Norte: área urbana consolidada, urbana em expansão, turística programada, turística espontânea, agropecuária, agro-florestal, agroecológica, petrolífera, industrial, crescimento exponencial da atividade turística desordenada, impulsionado pelos investimentos públicos em infraestrutura urbana e turística aliado ao capital turístico, hoteleiro, imobiliário e a expansão da RMS são os fatores responsáveis pela redefinição socioespacial, ambiental e econômica da área de estudo.

Esta citação revela o caráter da abordagem multi e interdisciplinar adotado pela autora, principalmente ao relacionar as variáveis ambientais com os elementos sociais e econômicos.

Na tese de Medeiros (2014), a postura metodológica do autor corrobora com a abordagem socioambiental defendida, principalmente no que se refere a

abordagem multi e interdisciplinar, porém neste caso, só foi possível identificar estes elementos no discurso através do uso de autores reconhecidos na pesquisa sobre vulnerabilidade socioambiental como Deschamps (2004) e Alves (2005).

No que se refere a posicionamento metodológico multi e interdisciplinar vale ressaltar que em algumas teses selecionadas foi identificado um método em comum que abrange esta visão, é a utilização do método do Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.) baseado em Mendonça (2004). Esta metodologia, já esboçada no capítulo anterior, traz estas características multi e interdisciplinar pois agrega diferentes fatores da Sociedade e Natureza e visa unificá-los numa abordagem única onde todos os elementos do processo são considerados.

Exemplo, a tese desenvolvida por Collischonn (2009), que trabalha com a evolução da hidrografia urbana de Venâncio Aires/RS e as consequências da expansão da cidade e das modificações nos cursos d'água para a sociedade deste município, bem como o ambiente natural que a cerca. Desde início, a autora demonstra seu posicionamento teórico e metodológico com base em Mendonça (2004) e o S.A.U. Para a autora (2009, p. 27),

os indicadores de dinâmica social e de qualidade ambiental que incorporam o espaço como elemento de análise quantitativa auxiliam no entendimento do problema socioambiental manifesto nas inundações na escala intraurbana.

Outro posicionamento adotado pela autora que corrobora para sua postura e forma de trabalhar com a abordagem socioambiental na Geografia é quando Collischonn (2009, p.31) cita a existência de uma Geografia Socioambiental:

A perspectiva adotada neste trabalho é a que Mendonça (2002) chamou de geografia socioambiental, que apreende o ser como social, coletivo e historicamente construído, e que resgata a importância da compreensão socioeconômica na transformação da natureza, nas suas derivações e nos impactos por ela causados.

Outro autor adepto do S.A.U. é Esteves (*op. cit.*). Sua base da metodológica, além dos conceitos envolvendo a vulnerabilidade socioambiental, é o Sistema Ambiental Urbano. O autor (2010, p.40) evidencia seu posicionamento quanto a forma de abordar a relação sociedade e natureza, em suas palavras:

ao optar por esse procedimento interpretativo da realidade, devem-se trabalhar as perspectivas usadas na análise de forma dialética e interativa. Não se pode permitir que as duas realidades, sociedade e natureza, sejam tratadas de forma independentes entre si, conforme alerta Mendonça (2002, p.140), visto que assim a proposta da abordagem socioambiental, desvirtua-se na sua essência que é

analisar as interações sociedade/natureza de forma integrada: “...pois que é a relação dialética entre eles que dá sustentação ao objeto.”

Nesta mesma perspectiva está a tese de Lopes (*op. cit.*). Com relação ao seu posicionamento teórico e metodológico, o autor defende a existência de uma Geografia Socioambiental e, também faz uso da metodologia do S.A.U. como caminho para sua abordagem socioambiental.

Com base na abrangência dos problemas sociais e ambientais que envolvem esta pesquisa, optou-se por seguir a corrente de pensamento da geografia socioambiental, que tem como perspectiva a interação entre a dinâmica da natureza e a dinâmica da sociedade. Esta abordagem representa um avanço no trato de questões conflituosas que emanam da interação sociedade/natureza e que acabam por resultar em processos de degradação tanto social quanto ambiental. (LOPES, 2011, p. 12)

Por fim, temos a tese de Aquino Junior (*op. cit.*) que também é adepto do S.A.U. em suas análises multi e interdisciplinares. Para o autor (2014, p. 23),

Partindo das concepções sistêmicas e das perspectivas socioambientais, este estudo compreende o conceito de Sistema Ambiental Urbano (S.A.U.) (MENDONÇA, 2004), o qual sugere que a solução dos problemas socioambientais urbanos devam se estabelecer de maneira integrada, holística e conjuntiva.

Findado o processo de leitura crítica das teses e análise dos discursos utilizados nas mesmas, passa-se então a tentar verificar as semelhanças encontradas nos trabalhos a fim de constatar possíveis tendências quanto a uma padronização no processo de abordagem socioambiental aos problemas postos, independente de época ou localização da produção.

Um primeiro dado, de caráter quantitativo, que chama a atenção pós análises é o montante de teses que apesar do uso do discurso Socioambiental em seus títulos, analisado o conteúdo das mesmas, não puderam se aproximar no que se compreende como uma abordagem socioambiental na Geografia. Tem-se um total de 13 teses que não atenderam ao esperado como uma abordagem socioambiental. Este total representa cerca de 38% dos trabalhos (com título socioambiental), uma quantia até certo ponto significativa para esta tese, pois de início não se esperava números desta proporção.

Analisadas sobre a ótica do discurso de Foucault (2013) estas teses fogem da base da criação de um discurso único sobre a abordagem socioambiental. Para o autor, a unidade elementar de um discurso é o Enunciado, que é muito mais do que simplesmente uma frase ou conjunto de signos, e sim a conjunção dos sujeitos enunciantes, da ordenação dos fatos, da relação entre enunciado e os espaços de diferenciação e, da materialidade do mesmo.

Sobre isto, estas teses que utilizam o termo Socioambiental em seus títulos, porém não fazem uso da abordagem socioambiental, fogem do enunciado padrão de um discurso socioambiental na Geografia, pois para Foucault (2013, p.134) “[...] o enunciado não pode ser considerado como o resultado cumulativo ou a cristalização de vários enunciados flutuantes, apenas articulados, que se rejeitam entre si”, este é o caso, teses que utilizam de um enunciado socioambiental, articulado com vários outros, mas que acabam caindo num ponto que se contradizem ou optam por outro caminho para defender seus resultados e conclusões.

Já sobre as teses que se enquadraram no padrão de abordagem socioambiental, defendido pelos princípios adotados, chegou-se ao total de 20 trabalhos, que representam cerca de 62% do total das obras selecionados pelo título socioambiental. Se tomar como base que do total destas teses o único critério de seleção foi o uso do discurso socioambiental no título da mesma (independente de posição, associação com outros termos ou mesmo com a Geografia), esta porcentagem de trabalhos que seguem um padrão de abordagem é algo muito representativo. Dois fatos a se destacar ao se analisar as características comuns destes trabalhos: a origem dos programas em que elas foram desenvolvidas e, a base teórica e metodológica de todos, já foi esboçado anteriormente.

Um das principais críticas no início do desenvolvimento desta tese é que esta abordagem dita Socioambiental na Geografia estaria restrita apenas a alguns núcleos de estudo, o que caracterizaria uma “escola socioambiental” muito ligada a apenas um ou dois orientadores dos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil, porém, analisando a origem dos trabalhos que se enquadraram na abordagem defendida pode-se perceber claramente o caráter difuso das mesmas, com produções em 11 diferentes programas de pós-graduação. Alguns centros se destacaram como de maior concentração, como é o caso da UFPR, USP – Geografia Humana e UFS, porém, tem-se produções classificadas em vários outros programas como a USP – Geografia Física, UNESP – Presidente Prudente, UNESP

– Rio Claro, UFSC, UFRJ, UFPE, UECE e UFMG, ou seja, produções em quase todos os grandes centros de estudo a nível de pós-graduação da Geografia brasileira.

Com isso, tem-se como resultado final deste levantamento das teses de doutorado em Geografia no Brasil, que utilizam em seus títulos o discurso Socioambiental, que a maioria delas têm um consenso na forma de abordar os problemas, seguir metodologias de estudos, utilizar de bases teóricas e, o mais importante, trabalhar com os resultados finais, principalmente no que se refere a busca contínua para solução de ambas as partes (sociedade e natureza) visando o reestabelecimento do equilíbrio, o que dá suporte para validar que todas se aproximam da mesma abordagem socioambiental em Geografia.

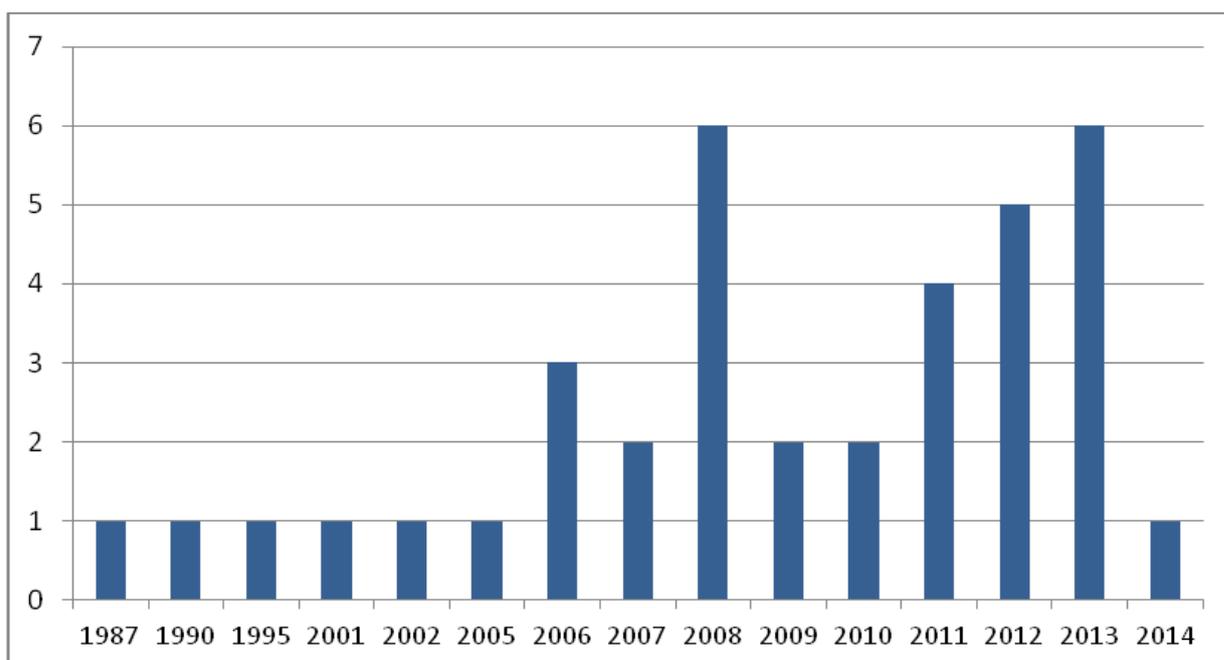
Agora, outra análise que pode dar mais subsídio com relação a tendências da abordagem socioambiental na produção acadêmica de teses na Geografia brasileira é o estudo do discurso utilizado nas teses onde foi possível constatar no resumo essas características, isso deu maior base ao que se vêm discutindo sobre a existência de um padrão de abordagem e da existência de uma corrente de pensamento da Geografia Socioambiental.

3.3 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL EM SEGUNDA EVIDÊNCIA

Após as filtragens das teses, como já exposto, foram localizados 37 trabalhos produzidos nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil que após a análise dos seus resumos puderam ser enquadrados numa abordagem socioambiental segundo os princípios adotados. As primeiras teses a trazerem estas características são anteriores a constituição do pensamento Socioambiental no final da década de 1990, o que revelam uma base do pensamento socioambiental já em trabalhos produzidos anteriores a esta época. A partir de 2001, tem-se pelo menos uma tese por ano com características de uma abordagem socioambiental, chegando a cinco teses no ano de 2012 e um total de seis teses no ano de 2013, conforme pode se observar na Figura 11. Reforça-se que o ano de 2014 não havia todas as teses disponíveis nos sites e bancos de teses dos programas de pós-graduação em Geografia e da CAPES.

A análise crítica destas teses, com base nos princípios da Análise do Discurso de Foucault (2013), permitiu identificar elementos teóricos, metodológicos e de posicionamento do autor quanto aos resultados que puderam identificá-las numa abordagem socioambiental.

Figura 11 – Número de teses por ano de produção com o discurso “Socioambiental” no Resumo



Organizado por: PINTO (2015)

A análise do resumo das mesmas já respondeu aos quatro princípios básicos de uma abordagem socioambiental na Geografia, então o que se procurou foi discursos dentro do conteúdo geral das teses que comprovassem esta premissa, por isso manteve-se como critério avaliativo as quatro características adotadas. As evidências ou contradições para cada item são apresentadas a seguir.

3.3.1 As teses e suas situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza

Como já exposto no subcapítulo anterior, um primeiro item analisado no conteúdo das teses selecionadas pela análise do resumo é se a mesma parte de situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza, que geram degradação de ambas ou apenas uma das partes. Esta característica é fundamental, pois evidencia

que o autor compreende que o rompimento no equilíbrio da relação é desencadeador dos problemas socioambientais.

Como exposto também, algumas teses analisadas são anteriores a constituição de um pensamento socioambiental na Geografia. É o caso da tese de Seabra (1987). Esta tese tem características muito peculiares que são válidas para esta pesquisa. Ao longo do texto é interessante ver como a autora, apesar de trabalhar com um viés marxista na forma de analisar o uso da terra, reforça a questão da integração sociedade e natureza. Outro ponto constatado é com relação aos termos utilizados: por uma questão de contexto histórico a autora utiliza várias vezes a ideia de “homem” para se referir aos seres humanos ou a sociedade e, outro termo inexistente no trabalho é “ambiental”, pouco utilizado nas pesquisas em Geografia até então, sempre que a autora queria se refere aos elementos do planeta, já conhecidos e explorados pelas sociedades ou não, ela faz uso da terminologia “natureza”. A sua visão (SEABRA, 1987, p.218) dos problemas ligados ao “homem” e natureza fica evidente em:

A Construção de um novo paradigma para a Geografia tem criado a necessidade de formulações no sentido de uma explicitação sujeito teórico da nossa investigação. Esta pesquisa situa-se nos marcos da relação natureza-sociedade, e considerando os desenvolvimentos conseguidos até o momento nessa direção, senti necessidade de refletir sobre o estatuto científico das posturas adotadas.

Mesma situação foi constatada em Mendonça (1995). Esta tese também tem um caráter histórico de muita relevância para esta pesquisa. Foi desenvolvida numa perspectiva de envolver elementos da Climatologia, do planejamento urbano, das feições ditas geo-ecológicas e das relações existentes entre ambos a fim de propor uma metodologia aplicável a cidades de porte médio e pequeno. Como dito pelo autor, a metodologia específica proposta tem como particularidade um detalhado embasamento cartográfico dos aspectos geo-ecológicos da cidade (relevo, topogeomorfologia, declividades e orientação de vertentes), direção e velocidade de ventos locais predominantes, e uso do solo atual). A partir da correlação entre estes aspectos e os do fato urbano (morfologia, estrutura e função), divide-se a área urbana em ambientes mais ou menos homogêneos (notadamente uso do solo) e estabelecem-se os pontos para o levantamento de dados. Por questões de contexto histórico a tese não traz referências ao termo socioambiental, porém é possível

encontrar as bases deste pensamento integrado dos problemas advindos das sociedades com base natural. Mendonça (1995, p.84) afirma que,

A relação entre a população e os recursos naturais nos relativamente pouco extensos espaços urbanizados elevou a condições extremas a pressão daquela sobre estes, notadamente sobre o ar e a água. Em tais contextos os problemas ambientais parecem emergir como resultado dos processos de produção da própria cidade. E esse resultado, enquanto problema, revela também as carências que foram sendo produzidas.

Anos depois tem-se a publicação da tese de Azevedo (2001). Esta tese não foi localizada em sua versão completa em modo digital, se descobriu apenas que havia uma versão impressa disponível na biblioteca da USP, tentou-se contato direto com o autor através de e-mail, contudo sem resposta. Sendo assim, optou-se por demonstrar, por meio da análise do resumo disponível no site oficial do banco de livros do *Google Books*, os motivos pelos quais esta parte de situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza. Pelo que se compreendeu no contexto geral do trabalho é possível afirmar que sim, pois segundo o autor “este trabalho expõe onze evidências de que o ritmo semanal das atividades humanas é um elemento significativo para explicar a derivação antrópica do sistema climático, pelo menos na Região Metropolitana da Grande São Paulo”.

Ainda sobre as teses que se encontram na base da formação de uma abordagem socioambiental em Geografia vale o destaque para Custódio (2002). Esta tese traz importantes reflexões sobre a relação ambiente natural versus ocupação humana, principalmente nas intervenções que visam minimizar os impactos desta relação. Ao trabalhar com as inundações em São Paulo, o autor traz uma série de discussões sobre o tema. No geral, pode-se compreender que o objetivo estava na solução ou mitigação dos problemas apresentados, e ao longo do texto foi possível perceber a existência desta visão integrada entre Sociedade e Natureza. O autor (2002, p.06) afirma que,

Destaca-se o predomínio da implantação de obras, elaboradas com ênfase na dimensão natural do problema e com equívocos, por negligenciarem o meio físico-natural existente em nome da importação de parâmetros técnicos externos, dominantes e tidos como modernos. Desse modo, a dimensão técnica não atinge a complexidade do meio ambiente urbano, resultando, no extremo, na proliferação de vulnerabilidades socioambientais.

A partir de 2005 tem-se uma série de teses onde constata-se situações conflituosas da relação Sociedade e Natureza, que geram degradação de ambas ou apenas uma das partes. Para a tese de Livinghin (2005) não se teve acesso ao trabalho completo, apenas a um artigo que resume o trabalho como um todo, porém mesmo assim foi possível identificar elementos no discurso da autora que dão base para afirmar a existência de uma abordagem socioambiental em sua obra. A autora (2005) evidencia que,

A compreensão ambiental e o estabelecimento de uma relação racional entre as atividades econômicas e a utilização dos recursos naturais é um grande desafio, pois constantemente se depara com uma questão mais profunda, na qual a prioridade é o poder econômico que envolve diversos interesses e compromete a efetivação de medidas que assegurem a conservação da natureza.

Na sequência, discurso semelhante é perceptível em Waldman (2006). Esta tese traz importantes características de um discurso socioambiental numa tese desenvolvida em princípio com um viés ligado as discussões sociais. O autor faz várias referências ao termo Socioambiental ao longo de sua tese. Ele adota uma crítica muito forte sobre o modo de vida capitalista e a questão da exploração dos recursos. Além disso, é evidente a postura adota por ele com relação a forma de trabalhar a relação sociedade e natureza, evidenciando assim a adoção de uma abordagem socioambiental. Para Waldman (2006, p.04),

Com efeito, o debate relacionando água e metrópole não pode se isentar da articulação que estas duas temáticas sustentam com a questão socioambiental. As cidades correspondem ao principal ambiente de vida da humanidade nos dias atuais, assim como o espaço por excelência a partir do qual emana a ordenação temporal que caracteriza a modernidade.

Outro autor a trabalhar em sua tese um discurso semelhante é Santos (2008a). Em sua tese ele procura analisar o processo de degradação ambiental representado pelo voçorocamento, no sítio urbano de Bauru/SP. Objetivou compreender a produção do espaço urbano e suas repercussões no meio ambiente, que, ao ser degradado, desencadeia uma mobilização social que procura uma sustentabilidade ambiental. Esta tese traz importantes contribuições do uso da abordagem socioambiental em movimentos sociais de defesa das sociedades e do meio ambiente. Para ele (2008, p.15),

Aplica-se um método para a análise das questões naturais e outro para as análises de problemas sociais, uma vez que demandam formas diferentes de abordagem, que nos permitiu estudar o relacionamento dos aspectos socioeconômicos com os socioambientais. Correspondendo a uma forma particular e concreta de buscar a compreensão da organização dos movimentos sociais frente à questão urbana, assim como, da degradação ambiental inserida na lógica da acumulação prevalecente.

Uma tese que se destacou neste primeiro item, principalmente pela forma concisa de uso do discurso, foi a obra de Tavares (2010). O autor analisa os ritmos do clima e os ritmos da urbanização no decorrer das décadas de 1970 a de 1990 em Ubatuba/SP, e revela quando e como há formação, desenvolvimento e agravamento das situações de riscos socioambientais aos deslizamentos de terra, que trazem prejuízos ao ambiente e as sociedades que ali vivem. Esta tese é uma das mais utilizou um embasamento teórico que dá sustentação a um discurso socioambiental numa tese produzida na Geografia. Destaca-se as bases teóricas de Monteiro (1976) e Mendonça (2004), e a ampla defesa a existência de uma Geografia Socioambiental. A questão dos conflitos entre Sociedade e Natureza ficam evidentes quando Tavares (2010, p.60), ao trabalhar as definições sobre Risco e Vulnerabilidade afirma que “no entanto, os dois termos-conceitos trazem em comum a concepção de cunho socioambiental, pois tratam de questões que só existem e fazem sentido em função de uma população a eles exposta.”

Algumas teses se apresentaram com objetos de estudo distintos das demais, como é o caso da tese de Tybuschy (2011). Esta obra tem um caráter teórico, sem estudar um objeto material presente na natureza/ambiente, contudo, traz importantes reflexões que podem ser analisadas a partir de uma perspectiva da abordagem socioambiental. No geral, o objetivo principal concentrou-se em compreender a Sustentabilidade Multidimensional como condição de possibilidade para uma proposta reflexiva na produção da Técnica Jurídico-Ambiental. Neste sentido, a abordagem que produz comunicações entre o direito e a economia, acoplando-os às temáticas da Ecologia, Sociedade Moderna e Política implicam, como característica peculiar da pesquisa em Ciências Humanas, traz uma direta relação com o sujeito e suas diversidades no que concerne à percepção da comunicação ecológica. Um dos conceitos muito utilizados pelo autor se refere a noção de Sustentabilidade, tanto a considerada pelos pesquisadores da área, como as que são expostas nas normas e legislações brasileiras. Outro ponto forte da tese

é a crítica ao sistema capitalista como indutor de graves problemas socioambientais. Este posicionamento converge com a questão das situações conflituosas entre sociedade e Natureza, como quando Tybuschy (2011, p.158) afirma:

Esta elaboração teve como escopo buscar o equilíbrio entre a visão de desenvolvimento das empresas de base florestal, que têm planos de expansão no país, e a preocupação legítima das organizações socioambientais com a preservação do meio ambiente e da agricultura familiar. Desta forma, estas propostas demonstram a preocupação e o interesse dos signatários por uma legislação que tenha por intuito valorizar a sustentabilidade.

Nesta linha de teses que trabalharam objetos de estudos distintos aos demais, temos a obra de Roseghini (2013). Esta tese, trabalhou a questão da Dengue e sua relação com os fatores ambientais e sociais. O autor traz importantes contribuições para a análise desta relação com foco voltado para as questões socioambientais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência do clima, especificamente o clima urbano, na proliferação da dengue em três diferentes cidades do Brasil: Campo Grande/MS, Maringá/PR e Ribeirão Preto/SP, correlacionando variáveis climáticas com a incidência da doença através da utilização de ferramenta de SIG e modelagem para compreender a dinâmica climática urbana. A tese faz uso de vários termos para se referir a relação sociedade e natureza, mas o discurso de uma abordagem socioambiental é predominante em todo o trabalho, inclusive adotando a postura da existência de uma Geografia Socioambiental, como pode se ver em:

Para a elaboração deste estudo, no campo da climatologia geográfica e da geografia socioambiental, é preciso considerar de um lado a dinâmica da natureza e, de outro a dinâmica da sociedade que, completamente imbricadas uma na outra, desafiam os cientistas a um melhor conhecimento da realidade, bem como a tentativa de prognosticar situações futuras que colocam em risco a sociedade. (ROSEGHINI, 2013, p.17)

Assim como aconteceu na análise dos títulos das teses, alguns trabalhos analisados neste subcapítulo também não se aproximaram de uma abordagem socioambiental quando se analisou a questão da relação conflituosa entre Sociedade e Natureza. Foi o caso de Santos (2008b). Esta tese procurou destacar a importância dita “sócio-ambiental” dos remanescentes da Floresta Estacional Decidual do município de Junqueiro/AL. A pesquisa teve por objetivos: realizar um levantamento das espécies de plantas utilizadas pela população, destacar a importância dessas espécies para as comunidades rurais e apontar alternativas para

a conservação dos fitorecursos. Contudo, analisado o conteúdo da tese, que se divide em 5 capítulos que são na verdade artigos escritos de forma quase que isolada, a tese não traz um padrão de abordagem socioambiental condizente com que se procurava. Por exemplo, o maior foco do trabalho está nas questões ditas ambientais, o social é visto como secundário nas análises, sempre se enfoca a preservação dos recursos florestais, a criação de área de proteção ambiental, dentre outros; o lado social é visto apenas como a importância que estas plantas têm para as sociedades.

O mesmo problema foi constatado na tese de Menezes (2012), que foi selecionada pois continha elementos no resumo que caracterizavam a existência de uma abordagem socioambiental no conteúdo geral, principalmente por trabalhar com as questões sociais aliadas ao ambiente. No geral, o objetivo da tese foi discutir a situação atual da Mata Atlântica no sul da Bahia, envolvendo todos os atores responsáveis e presentes neste domínio fitogeográfico, ou seja, poder público local, estadual e nacional, grupos ambientalistas, grupos econômicos, comunidades tradicionais, organizações internacionais, dentre outros. É um trabalho escrito de uma forma diferente as demais teses, é um trabalho com grande fundamentação teórica ligada as questões jurídicas, mas também as questões literárias, escrita de uma forma lírica sobre o objeto de estudo. Contudo, analisando o conteúdo científico da tese, e seu discurso utilizado, não foi possível encontrar citações ou conclusões que ajudassem a afirmar que a mesma faz uso de uma abordagem socioambiental dentro da Geografia, pois não parte exclusivamente de situações conflituosas da relação sociedade e natureza e, o enfoque não está obrigatoriamente na diversidade dos problemas.

Sendo assim, se passou para a análise das teses no segundo filtro, que envolve a questão do enfoque ligado a diversidade dos problemas que cada obra trazia em seu conteúdo.

3.3.2 As teses e o enfoque centrado na diversidade dos problemas

Um segundo item analisado no conteúdo nas teses selecionadas pelo resumo é se a mesma está centrada na diversidade dos problemas, que podem estar mais ligados a um ou outro, mas que afetam a ambos. Entende-se, como já exposto, que uma abordagem socioambiental na Geografia não pode se limitar somente a solução

de um problema, ela deve focar em todo o complexo que envolve a relação Sociedade e Natureza, independente que *a priori* parece estar ligado somente a um desses.

Neste sentido, volta-se a tese de Seabra (*op. cit.*), que mesmo antes da discussão sobre a existência de uma abordagem socioambiental, já afirmava a necessidade de se obter equilíbrio entre os elementos naturais e sócias. Em sua tese Seabra (1987, p.221) conclui que:

A natureza só existe para o homem, na medida em que esse mesmo homem se reconhece como ser histórico em consequência do desenvolvimento de uma relação teórica e prática com o universo imediato sensível. Assim, o ser histórico Homem – área quem começa a haver um universo natural – mantém relações imediatas e concretas nesse mesmo universo, que constitui o seu próprio desenvolvimento orgânico e social, reforçando uma certa e fundamental ambivalência que lhe constitui a própria essência: a de ser natural e histórico.

Ainda nas teses pré-abordagem socioambiental na Geografia temos a obra de Mauro (1990). Esta tese trabalha com análises geomorfológicas das voçorocas, uma metodologia amplamente utilizada na época, contudo, esta tese traz importantes reflexões das imbricações dos problemas oriundos das sociedades sobre os ambientes e que trazem reflexos para as próprias sociedades. Não foi possível ter acesso a obra completa, porém alguns trechos disponíveis foram suficientes para analisar suas intenções e relações feitas ao longo da tese. Destaca-se a preocupação do mesmo, tanto de caráter teórico quanto prático, da necessidade de se pensar os problemas da natureza como problemas dos homens, ou seja, uma relação que revela uma base de um discurso de uma abordagem socioambiental. Para Mauro (1990),

Apesar dos problemas da erosão serem conhecidos em todas as partes do globo terrestre, muitos dos quais, advindos de causas estritamente naturais, contudo, onde se situa a ganância do imediatismo nos processos de superexploração dos chamados “recursos naturais”, há o incentivo para a apropriação privada das riquezas, sem levar em conta ou reduzir os impactos produzidos.

A tese de Mendonça (*op. cit.*) segue uma linha diferente. Para o autor a diversidade dos problemas está relacionado a incorporação das variáveis ambientais na análise dos problemas sociais. Em sua obra o autor afirma que as áreas urbanas dos países em desenvolvimento têm apresentado incontáveis problemas relacionados ao meio ambiente, devido sobretudo, ao seu crescimento desordenado

e a ausência quase completa de planejamento na orientação de seu desenvolvimento. Trabalhando com o clima no planejamento urbano Mendonça (1995, p.318) afirma que:

só muito recentemente é que o clima tem se configurado como elemento do planejamento urbano, principalmente a partir do momento em que a poluição gerada em tais ambientes e sua estreita ligação com a dinâmica atmosférica, passou a chamar a atenção de planejadores.

Mais recentemente tem-se várias teses que enfocam nesta questão da diversidade dos problemas, que podem estar mais ligados a um ou outro, mas que afetam a ambos elementos da Sociedade e Natureza, principalmente relacionado à algumas doenças. Exemplo é a tese de Moraes (2007). Esta obra foi a primeira a trabalhar com a relação entre variáveis socioambientais e a incidência de doenças tropicais. O estudo teve por objetivo dar subsídios para o acesso a um conhecimento integrado das alterações ambientais das áreas tropicais úmidas, e do quadro socioeconômico dos países localizados nessa faixa tropical, que influenciam no surgimento e/ou expansão de quatro doenças infecciosas de caráter hemorrágico: dengue hemorrágica, febre amarela, marburg e ebola, compreendidas no período de 1981 a 2005. A pesquisa traz uma escala de análise de nível global, algo raro nas pesquisas de doutorado analisadas. O posicionamento do autor fica evidente em:

A pesquisa científica proposta aborda um problema socioambiental relacionado a questões epidemiológicas em áreas tropicais úmidas, sendo tratado sob a ótica geográfica. Dessa forma, na realização deste trabalho serão utilizados os referenciais teóricos sobre Geografia, Meio Ambiente, Epidemiologia, Biogeografia e Geografia Médica ou da Saúde. (MORAES, 2007, p.36)

Alguns anos depois, seguindo esta mesma linha de pensamento tem-se a publicação da tese de Rezende (2013). Esta tese traz o tema da Dengue, uma importante discussão que permite uma série de reflexões, que estão ligadas a uma abordagem socioambiental do problema. Os objetivos desta pesquisa foram verificar se o modelo de Vigilância Ambiental em Saúde e Educação Ambiental reduzem a frequência de infestação do *Aedes aegypti* e, conseqüentemente, o risco de incidência e analisar a distribuição espacial dos criadouros do mosquito do gênero *Aedes aegypti* na cidade de Araguari/MG. A tese não faz grandes referências ao termo socioambiental, contudo, analisando suas bases teóricas foi possível constatar algumas ideias que remetem a uma abordagem socioambiental. Por exemplo, ao analisar a questão da dengue em todo o país, a autora reforça a

questão das condições de ambiente e sociedade que favoreceram esta situação, pois,

A aproximação entre pesquisadores, gestores das secretarias de saúde, por exemplo, e comunidade pode resultar na melhoria da qualidade de vida e saúde de uma população e seu ambiente, por meio da troca de conhecimentos e práticas. [...] O aumento do número de casos, na cidade de Araguari, pode ser considerado como reflexo da dispersão do *Aedes aegypti* e a presença de criadouros que estão inclusos no ciclo vital deste agente, além das condições ecológicas propícias. (REZENDE, 2013, p.114).

Já em outra linha de pensamento, porém, ainda abordando a questão socioambiental na Geografia, tem-se a tese de Abranches Junior (2008). Esta obra, a princípio, parece ser um trabalho desenvolvido na Geografia Agrária, contudo, analisando seu conteúdo tem-se uma visão diferente dos modelos tradicionais de pesquisa do campo agrário em Geografia, pois o autor fez um levantamento de todos os trabalhos de Geografia Agrária relacionados ao Nordeste do Brasil publicados na Revista Brasileira de Geografia. Após a seleção, os trabalhos foram lidos e fichados, sendo agrupados ao final a partir de três categorias: antropocêntrico, ecocêntrico e eco-antropocêntrico. A tese não trabalha com o termo socioambiental, porém em sua abordagem o autor define o conceito de eco-antropocêntrico, que segundo ele define o caráter de um trabalho que traz a preocupação em colocar em mesmo nível de análise as sociedades e a natureza. Ao se referir aos artigos lidos da RBG para a confecção de sua tese o autor (2011, p.95) define que:

Apesar da concentração de trabalhos antropocêntricos, se percebeu também a existência de artigos que trataram as relações entre sociedade e natureza de forma integradora. Esses trabalhos de caráter eco-antropocêntrico, ou seja, que buscam um maior equilíbrio entre social e natural, representam um caminho em direção ao novo paradigma. Vale lembrar que a categoria ecocêntrica foi suprimida da análise, por não ter sido encontrado qualquer trabalho que privilegiasse exclusivamente as questões da natureza, em nível de Nordeste.

Seguindo esta linha teórica de trabalhos na área, temos a tese de Melo (2013), que abordou elementos até então não encontrados em outras teses sobre a forma de se trabalhar a relação sociedade e natureza. A autora utilizou uma metodologia de mensuração desta relação baseada nos trabalhos desenvolvidos pela Organização Não Governamental de apoio a Natureza – WWF. A tese teve como objetivos calcular e analisar a Pegada Ecológica dos habitantes da cidade de

Araguari/MG, a fim de se criar subsídios para contribuir no processo de planejamento da cidade e microrregião, adequando as políticas locais e integrando-as ao meio ambiente e ao crescimento e desenvolvimento econômico, para evitar ou reduzir a carga humana excedente sobre a biosfera local. Há poucas referências ao termo socioambiental, porém tomando como base o discurso utilizado e os princípios defendidos do que seria uma abordagem aos problemas nesta linha, a autora traz várias citações que remetem a esta abordagem. No que concerne a relação entre Sociedade e Natureza, Melo (2013, p.201) reforça que:

para serem implementadas ações com vistas a fazer de Araguari-MG uma cidade sustentável, a comunidade deve ser parte integrante deste processo, sentindo-se envolvida e motivada a transformar a realidade em que se encontra. É a partir dela que todas as mudanças se processarão.

Em algumas teses a identificação deste enfoque centrado na diversidade dos problemas foi mais difícil de identificar, principalmente naquelas em que o foco principal da obra estava concentrado num conceito chave. Foi o caso da tese de Araujo (2010). Este trabalho traz poucas citações do termo socioambiental em seu conteúdo, porém, traz como tema central os Geossistemas. Analisando seu discurso foi possível encontrar referências ao que se entende por uma abordagem socioambiental em Geografia. A pesquisa tem por objetivo analisar as influências da urbanização concentrada, e de como essa característica altera as condições ambientais e o equilíbrio das formas de relevo local, modificando o estrato geográfico da paisagem. O autor faz uso de citações sobre as fragilidades e vulnerabilidades do ambiente, e nestes casos é possível verificar a incidência de uma abordagem condizente ao que se entende por socioambiental. Por exemplo:

As mudanças ocasionadas no ambiente como efeitos da ação antrópica refletem as alterações significativas no equilíbrio dos sistemas naturais, principalmente no decorrer das últimas décadas, com o aumento da população e do processo de urbanização, onde intensificaram-se os impactos da interferência humana na paisagem. Estes processos transformaram toda a estrutura ecológica e social, provocando, assim, uma maior fragilidade e vulnerabilidade do ambiente. (ARAUJO, 2010, p.59)

Voltando a temática do Clima Urbano e a forma de trabalho da abordagem socioambiental destaca-se a tese de Ugeda Junior (2012). Esta obra foi selecionada devido as características encontradas através da análise do resumo que indicavam um enfretamento aos problemas advindos da criação de um clima urbano na cidade

de Jales/SP, principalmente, no que se refere ao seu campo térmico (MONTEIRO, 1976). O autor analisou a capacidade da metodologia vinculada ao planejamento da paisagem e solução dos problemas identificados, com a finalidade de propor medidas no sentido de solucionar ou amenizar esses problemas. Não foi encontrado o uso do termo socioambiental no conteúdo da tese, porém, analisado seu embasamento teórico e metodológico foram encontrados elementos significativos para se considerar a existência de uma abordagem socioambiental neste trabalho. Por exemplo:

Caminha-se para a utilização do planejamento urbano de forma integrada, em termos ecológicos, físicoterritoriais, econômicos, sociais, administrativos, abrangendo as partes, os elementos e o todo de um sistema ou ecossistema. Essa concepção de planejamento está associada à idéia de desenvolvimento sustentável. (UGEDA JUNIOR, 2012, p.29)

Em contrapartida este item de avaliação foi o que mais eliminou teses selecionadas através da análise do resumo. No geral, algumas obras se apresentaram com enfoque centrado em apenas um dos elementos da relação Sociedade e Natureza, em alguns casos analisados de forma separada, o que descaracteriza a abordagem socioambiental.

Este foi o caso da tese de Comasseto (2008), que teve como objetivo analisar a problemática ambiental e a atuação da sociedade política e da sociedade civil no contexto do desenvolvimento da bacia do Araranguá/SC; e em que medida ambas protagonizaram propostas alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. A problemática ambiental é avaliada como resultante do modo de ocupação do território, apropriação e uso dos recursos ambientais e da água pelas atividades econômicas desenvolvidas com ênfase nos setores de exploração do carvão mineral e rizicultura irrigada. Desde o início pode-se perceber que a visão integrada dos elementos socioambientais não foi utilizada, muito mais ligado ao lado ambiental, tanto que em quase todos os momentos em que se faz uso do termo “socioambiental” ele vêm associado a ideia de separação dos elementos sociais e ambientais, como pode se ver na citação a seguir, o que descaracteriza a abordagem.

As elevadas taxas de urbanização, que na maioria das cidades brasileiras acontece de modo desordenado, preocupam porque usualmente encontram os municípios despreparados para atender às necessidades básicas dos migrantes, criando uma série de problemas socioambientais, como: desemprego, favelização,

criminalidade e aumento da poluição, principalmente da água, devido à carência na oferta dos serviços de saneamento básico, deficiente em todos os municípios da bacia. (COMASSETO, 2008, p.178)

Situação semelhante ocorreu ao analisar a tese de Vieira (2008). Esta tese foi selecionada pois no resumo havia uma discussão dos impactos gerados pelas voçorocas no ambiente urbano. O objetivo do trabalho foi analisar a influência de aspectos geomorfológicos, hidrográficos e urbanos no desenvolvimento das voçorocas na área urbana de Manaus/AM, pois segundo o autor os processos erosivos estão associados a diversos fatores naturais, que variam no tempo e no espaço. Analisado o conteúdo da tese descobriu-se que é um interessante trabalho desenvolvido na área de geomorfologia, com uso de geotecnologias e trabalhos de campo, porém a discussão socioambiental não existiu. Nas conclusões da obra Vieira (2008, p.212) evidencia o enfoque separatista dado a relação Sociedade e Natureza:

O que se percebeu com esse trabalho é que determinadas áreas da cidade de Manaus concentram um maior número de voçorocas que outras e o principal motivo deve-se às características do relevo, em especial a declividade e comprimento da encosta, ou seja, nas superfícies mais dissecadas, é maior a ocorrência de processos erosivos lineares e conseqüentemente o surgimento e expansão de voçorocas. Do ponto de vista da influência antrópica, o desmatamento e terraplenagem criam as condições ideais nessas superfícies dissecadas para a deflagração de processos de voçorocamentos, que aliados a sistemas de drenagem pluviais ineficientes tornam mais rápido o surgimento dessas incisões. A ausência das características naturais e antrópicas acima citadas fazem com que certas áreas sejam menores o aparecimento de voçorocas ou inexistam essas incisões.

O estudo dos Geossistemas é uma base utilizada em algumas teses que fazem uso da abordagem socioambiental na Geografia. Porém, algumas obras utilizam este paradigma da Geografia como método único, e acabam por restringir a análise no que se refere ao enfoque na diversidade dos problemas, por exemplo, a tese de Melo (2008). O objetivo da obra era diagnosticar o processo evolutivo de veredas de duas superfícies de diferentes geossistemas planaltos, tomando como elemento principal o afastamento das feições originais, numa análise que envolve o espaço temporal de 30 anos. Foi testada a hipótese de que há diferenças significativas nos estágios evolutivos das veredas, associadas a fatores antrópicos e naturais tanto intrageossistemas como entregeossistemas, segundo a autora. Analisado a tese, percebeu-se a inexistência do uso do termo “socioambiental”, e foi

possível entender que o conceito chave utilizado pela autora e que baseou todo o estudo foi os Geossistemas. Ela se posiciona elencando o ambiente como elemento principal, o social torna-se secundário na análise, como se observa no trecho abaixo:

Estudos integrados dos componentes do meio natural, apoiados na teoria de geossistemas, e as regionalizações físico-geográficas resultantes podem subsidiar tanto pesquisas especializadas de ecossistemas, entendidos no contexto do espaço geográfico, como também estudos de impactos ambientais ou de prognósticos de desenvolvimento dos sistemas territoriais naturais frente ao seu contínuo estado de evolução geoambiental associado à introdução de um componente antrópico – o uso da terra. (MELO, 2008, p.33)

Em outras teses ocorreu a situação inversa, ou seja, a análise do discurso identificou teses que tendiam mais nas questões sociais, cujo ambiente tornava-se palco das relações sociais sobre ele, e mero fornecedor de recursos para a sobrevivência humana. A tese de Silva (2012) se desenvolveu com forte alicerce no uso das geotecnologias, principalmente como ferramenta de auxílio a gestão e planejamento. O objetivo do trabalho foi compreender e caracterizar a paisagem cultural e ambiental do município de Ouro Preto/MG, mediante procedimentos de análise espacial de multicritérios por técnicas de geoprocessamento, em uma perspectiva de apoio à gestão e planejamento territorial. Contudo, em nenhum momento há referência ao termo socioambiental, ou mesmo, a um discurso que remeta a abordagem socioambiental. A postura adotada pelo autor é de analisar os elementos naturais e sociais de forma estanque, assim tornam-se melhores as análises com uso das geotecnologias, e a integração é feita apenas a nível do cruzamento de informações cartográficas. Isto fica evidente em Silva (2012, p.25):

Pode-se afirmar que entender e organizar o espaço geográfico não é uma tarefa fácil, mas necessária, e cujo planejamento urbano é a principal ferramenta. Portanto, a ampliação da malha urbana requer a busca por desenvolvimento que enfatize o equilíbrio entre as aspirações da sociedade e o uso dos recursos, permitindo minimizar os impactos ambientais negativos e conciliar os interesses sociais, econômicos e ambientais por meio de uma organização territorial.

Um dos trabalhos que se destacou negativamente após a análise do conteúdo foi a tese de Perez (2013). Esta obra ao se fazer a leitura do seu título, aparentou ser um trabalho extenso e de grandes contribuições ao seu objeto de estudo, haja visto o tamanho da área abrangida. Com a leitura de seu resumo percebeu-se que havia alguns elementos que poderiam caracterizar uma abordagem socioambiental, porém a leitura do trabalho como um todo trouxe outra realidade. No geral, este

trabalho apresenta um índice de vulnerabilidade urbana a alagamentos e deslizamentos de terra, em função de eventos extremos de precipitação, como instrumento de gestão urbana a estes desastres para a Região Metropolitana de São Paulo. A grande surpresa é, que analisando o conteúdo da tese ela não traz nenhuma característica de discurso socioambiental, na verdade não se conseguiu definir a linha de pesquisa da autora, um trabalho sucinto, carregado de muita informação cartográfica e bases teóricas simples. Uma única referência a abordagem socioambiental é feita ao se referir o conceito de vulnerabilidade, mas mesmo assim de forma rápida e sem se ater a detalhes de sua aplicação.

Por último, tem-se a tese de Santos (2014). Este trabalho, de caráter bem ligado a Climatologia Urbana, foi selecionada através da análise do resumo devido a sua adoção metodológica (S.A.U.). O objetivo é o de simular as condições climáticas futuras em cenários do microclima local, para os anos de 2036 e 2061, e com base nesses cenários, avaliar o conforto térmico em espaços abertos, assim como diretrizes de desenho urbano que possam mitigar os efeitos do aquecimento global na área estudada, o Eixo Estrutural Sul de Curitiba/PR e em novas áreas de ocupação urbana. Analisando o conteúdo da tese, bem descrita quanto aos objetivos e resultados encontrados, com uso frequente da modelagem numérica e das ferramentas de geotecnologias, percebeu-se que a possível existência de uma abordagem socioambiental, baseado no método utilizado, não ocorreu em efetivo. A tese trabalha as questões de bem estar das sociedades frente as variações térmicas, porém sem se ater ao enfoque centrado na diversidade dos problemas.

Na sequência, são apresentados os resultados positivos e negativos sobre a filtragem do terceiro princípio adotado: a busca contínua de solução para ambas as partes, visando o equilíbrio.

3.3.3 As teses e a busca contínua de solução para ambas as partes

O terceiro ponto analisado nas teses selecionadas é se o foco das ações está na busca contínua de solução para ambas as partes, pois nenhuma solução pode ser considerada se não for positiva para as duas partes que envolvem a abordagem socioambiental, por isso, a busca pelo reestabelecimento do equilíbrio entre Natureza e Sociedade é premissa fundamental para esta abordagem.

Este item foi encontrado em grande parte das teses que passaram pelos filtros anteriores, pois analisando principalmente os resultados obtidos pode constatar esse caráter de equilíbrio em Sociedade e Natureza. A tese de Mauro (*op. cit.*) traz este item muito bem expresso ao afirmar que na tentativa de sustentar as concepções que reconhecem esse caráter transformador das realidades o autor procurou integrar na tese o aprofundamento vertical nos estudos dos processos geomorfológicos, ligados aos ravinamentos do tipo voçorocas, como a análise da horizontalidade que identifica situações sócio-econômicas responsáveis pela utilização e construção desses espaços geográficos. Embora não sendo satisfatória a “experiência realizada, contudo, foi indispensável para reorganizar o estado de crise em que me encontrava como pesquisador da Geografia, abordando temas do Planejamento Municipal e Ambiental”.

Na tese de Mendonça (*op. cit.*) é identificado as mesmas características sobre esta busca de solução para ambas as partes. Para o autor, as sugestões levantadas como contribuições do estudo do clima ao planejamento urbano da referida localidade, apontam para a necessária reordenação de loteamentos, padrão de edificações, fluxo de veículos e concentração de equipamentos notadamente na área do CBD londrinense. Sobretudo, aponta:

a necessidade de uma urgente ampliação e implantação de espaços verdes e reservatórios (pequenos lagos) no âmbito da área urbana pois, a brutal devastação das matas da região e a carência de áreas verdes urbanas expõe os cidadãos à condições cada vez mais difíceis. (MENDONÇA, 1995, p.347)

Para Livinghin (*op. cit.*) os resultados obtidos na tese seguem os mesmos princípios adotados pelos autores já citados. Para ela, neste contexto,

a presente pesquisa trouxe como contribuição o diagnóstico e análise dos impactos ambientais dos municípios de Santa Gertrudes e Cordeirópolis provocados pela atividade ceramista e os seus reflexos sobre a paisagem e a qualidade de vida das populações dessas cidades nas últimas décadas. Além disso, podemos sugerir medidas a serem tomadas no sentido de minimizar esses impactos e mitigar as ações de risco dentro e fora da indústria. (LIVINGHIN, 2005, p.318)

De forma mais sucinta e sem se ater aos resultados o mesmo discurso foi localizado em Waldman (2006, p.180) ao afirmar que “não existe a menor possibilidade de se pensar a crise socioambiental do mundo atual menosprezando

sua influência e o caráter decisivo que desempenha para a existência da totalidade dos humanos.”

Uma das teses ainda não citadas e que se destacou positivamente neste critério foi a obra de Nascimento (2006). A tese foi um trabalho sobre a desertificação do nordeste brasileiro, em especial no Ceará, que estuda as origens e consequências deste fenômeno para o ambiente e para as populações locais. Ele faz várias referências ao discurso socioambiental e sua relação com a Geografia, pois segundo palavras do autor (2006, p.14): “O diagnóstico socioambiental que ensejou as discussões teve como pressupostos teórico-metodológicos a análise geoambiental integrada, balizada por questões históricas e conceituais sobre o fenômeno da desertificação”. Analisado seu conteúdo foi possível identificar algumas afirmações que dão base ao que se defende como abordagem socioambiental na Geografia. Em suas conclusões evidencia que,

a desertificação deve ser considerada como um problema socioambiental complexo, que compromete a capacidade-suporte dos ecossistemas componentes de geoambientes; que tal abordagem colabore para uma nova compreensão do mundo ao enfrentamento dos desafios da humanidade, mesmo porque uma abordagem sobre a desertificação está inserida nos princípios da sustentabilidade do desenvolvimento, extrapolando a idéia técnica e polarizada do termo. E mais: tal problema deve ser considerado numa perspectiva múltipla e diversificada, destacando sua importância para a convivência com o fenômeno da seca e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população. (NASCIMENTO, 2006, p.305)

Algumas teses, como já citado, não foram localizadas na versão completa. Sendo assim, optou-se por demonstrar, através da análise do resumo disponível nos sites oficiais do banco de teses, os motivos pelos quais elas se aproximam de uma abordagem socioambiental na Geografia. Este foi o caso de Santos Filho (2007), que no resumo, este terceiro aspecto analisado fica evidente na afirmação: “são propostas alternativas técnicas às situações de desequilíbrio ambientais verificadas em campo e iniciadas, através desta tese, os estudos antropogeomorfológicos sobre esse tipo de povoamento no estado do Rio de Janeiro.”

Caso semelhante ocorreu com Grangeiro (2011) que também não teve a tese localizada. Ao se analisar o resumo sobre a questão se há uma busca contínua de solução para ambas as partes, esta questão fica clara, para a autora os resultados do trabalho são:

a proposta de diferenciação conceitual entre meio ambiente e ambiente; aplicação dos conceitos de paisagem e território usados no estudo geográfico do ambiente; periodização estruturante para a pesquisa da problemática ambiental; definição de critérios classificatórios de sistemas ambientais, a classificação de sistemas ambientais que compõem a Costa Leste de Fortaleza.

A tese de Silva (2009) traz elementos significativos do estudo da relação Sociedade e Natureza através da abordagem socioambiental, pois trabalha com comunidades tradicionais da área de estudo. A tese visa compreender os fatores externos e internos que alteram a vida do ser humano no ecossistema manguezal do Rio Jordão sob a hipótese de que, a ausência de políticas públicas gera problemas ambientais e sociais. Ao longo da obra é possível perceber elementos no discurso que reforçam esta questão da busca contínua de solução para ambas as partes. O autor justifica a necessidade do aprofundamento dos resultados obtidos na tese,

Porque é grande o interesse e muitos se vestem de ecológicos, tradicionais e culturais para justificar, cada um, sua degradação ao manguezal. E não podemos correr o risco de permitir direito a quem é de direito, o direito difuso ambiental e cultural inerente a todos, de ter acesso a forma de vida recebida pela sociedade e pela natureza. (SILVA, 2009, p.212).

Nesta mesma linha de envolver público e privado na abordagem socioambiental, tem-se a tese Araujo (2009) que traz elementos significativos no que se refere a questão do ambiente urbano e os conflitos existentes com as sociedades. O autor discute as contradições e possibilidades da regulação ambiental como instrumento de gestão de conflitos socioambientais no espaço urbano de Belo Horizonte/MG. No que se refere ao discurso, esta tese traz em seu conteúdo vários elementos para a discussão, principalmente ao relacionar as questões teóricas, as questões legais e as questões políticas, como se vê na afirmação de Araujo (2009, p.171):

Buscou-se [...] compreender os limites e as possibilidades da regulação ambiental como instrumento de gestão de conflitos sócio-ambientais no espaço urbano, e averiguar como os objetivos de promoção de sustentabilidade ambiental e cumprimento da função social da propriedade urbana, presentes na sua base de sustentação, trazem consigo, na concepção dos processos e nos mecanismos institucionais, contradições traduzidas pela sua implementação, na medida em que a garantia de qualidade de vida para alguns pode resultar em maiores riscos ambientais para outros comprometendo princípios de equidade associados ao conceito de justiça ambiental.

E seguindo este viés público e privado na questão socioambiental tem-se ainda a obra de Rio Branco (2012). Esta tese, traz elementos de estudo que estão diretamente relacionados a relação sociedade e natureza, numa perspectiva de solução dos problemas apresentados de forma a encontrar o equilíbrio entre ambos. A área de estudo é o Parque Ecológico da Lagoa da Jansen, em São Luís do Maranhão, e segundo o autor este parque expressa os conflitos entre a produção do espaço urbano e a implantação de políticas públicas ambientais. A tese faz poucas referências ao termo socioambiental, porém, é possível perceber em alguns posicionamentos do autor que seu discurso é condizente a uma abordagem socioambiental, por exemplo, no início do trabalho ele faz questão de se aprofundar nas questões teóricas acerca do conceito de meio ambiente, sendo que o autor em foco conclui:

Percebe-se que uma condição básica para o encaminhamento democrático dessas questões, envolvendo a relação entre meio ambiente e qualidade de vida urbana, é a sua existência como condição política importante. Ou seja, enquanto os processos urbanos e a preservação dinâmica do meio ambiente não tiverem status de fato social de natureza pública, pouco será possível fazer para conter ou reverter os processos atuais de degradação ambiental da Lagoa da Jansen. (RIO BRANCO, 2012, p.252)

Outra tese que se destacou positivamente ao se analisar seu conteúdo foi a obra de Porto (2011). Ela traz uma visão diferente do discurso socioambiental, pois é uma tese desenvolvida com base nos métodos do materialismo dialético e da fenomenologia que tem um viés diferente de análise da relação sociedade e natureza. A autora analisou os Caminhos Rurais de Porto Alegre, mais especificamente os estabelecimentos turísticos agroecológicos localizados na zona sul da capital, buscando dimensões de sustentabilidade, em uma dinâmica espacial que gera impactos socioambientais e, no ato de transformar/transformar-se, modifica o ambiente e a vida das pessoas. O objetivo foi analisar as transformações espaciais através de um enfoque teórico-metodológico considerado alternativo (através dos métodos já descritos), na reorganização espacial entre os anos de 1997 e 2009. Como dito, o discurso de uma abordagem socioambiental foi encontrado nesta tese diluído em todas as abordagens utilizadas, por exemplo, ao se referir ao ambiente rural e suas características de disparidade através do viés do materialismo, a autora (2011, p.62) afirma que,

[...] estes segmentos de turismo que se apropriam e ressignificam o espaço rural seguem seus princípios quando são criados com responsabilidade socioambiental, o que pressupõe a inclusão e a participação da comunidade local, o desenvolvimento das atividades turísticas com o mínimo de impacto ambiental e a diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural, promovendo o resgate da sustentabilidade das propriedades rurais produtivas.

Nesta mesma linha de destaques positivos na análise deste item tem-se a tese de Silva (2012). Esta obra foi desenvolvida e aplicada na bacia do rio Preto, noroeste de Minas Gerais. A proposta tem o intuito de avaliar a operacionalização de um conjunto de indicadores, além de fundamentar recomendações na construção de planos diretores e instrumentos gestores mais contundentes na aplicação das políticas nacional e estaduais de recursos hídricos com base na consulta de especialistas na área. A tese tem um caráter teórico muito ligado aos conceitos de gestão de bacias, recursos hídricos e áreas agrícolas, porém em sua construção há muitos sinais da presença de um discurso ligado a uma abordagem socioambiental, principalmente associado a ideia de impactos, sempre se referindo ao processo igualitário de análise dos fatores naturais e sociais, como se pode ver em:

Nesse sentido, o modelo proposto elencou temas prioritários na gestão de bacias agrícolas, a saber: o dimensionamento da economia agropecuária e o consumo de recursos naturais; as formas e os níveis de comprometimento quali-quantitativo; a identificação de danos socioambientais gerados por seu funcionamento; e a construção e aplicação de medidas mitigadoras. (SILVA, 2012, p.212).

Por fim, nos destaques positivos, tem-se o discurso similar utilizado por Brito (2013). Esta obra traz uma discussão diferente das demais apresentadas até aqui, o autor trabalha com a transposição do rio São Francisco numa perspectiva geográfica que ultrapassa os cenários tradicionais dos agravos ambientais desta obra. A proposta da tese é entender a percepção, as perspectivas e os anseios de todos os atores envolvidos no Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) no Estado da Paraíba (Eixo Leste), desde órgãos do Estado, até a sociedade civil organizada, e em especial, dos atores locais: todos os municípios localizados nas regiões do alto e médio curso da bacia hidrográfica do rio Paraíba e sub-bacia do rio Taperoá – região semiárida do Estado da Paraíba – e as comunidades rurais instaladas a lindeira ou próximas dos açudes receptores das águas do PISF na Paraíba. Com relação ao discurso e abordagem

socioambiental, ele não fica muito evidente durante o transcorrer da obra, porém algumas afirmações são válidas para reforçar a existência de uma abordagem socioambiental no posicionamento aos problemas estudados. Para Brito (2013, p.212)

Para além das motivações ideológicas dos que defendem e dos que criticam e se opõe ao projeto, onde ambos têm argumentos pertinentes, há um consenso que: (i) é preciso entender as questões “sanfranciscanas”, tanto do ponto de vista crítico e acadêmico quanto do ponto de vista político, econômico e socioambiental; (ii) que algo deve ser feito para se tentar, gradativamente, acabar ou minorar a situação críticas que grande parcela da população do semiárido brasileiro convive a muito tempo.

Um único destaque negativo neste item vem da tese de Costa (2006). Esta obra tem por objetivo realizar avaliação física e ambiental das trilhas do maciço da Pedra Branca (Rio de Janeiro), principalmente naquelas que possam comprometer a prática do ecoturismo, lazer e recreação. De início ela parecia ter grandes preocupações com as sociedades, colocando-as em mesmo condição de análise ao ambiente, inclusive se fazendo uso dos termos de uma abordagem socioambiental, pois, para Costa (2006, p.300),

espera-se estender tais ações, não somente para as trilhas analisadas, mas também, para as demais trilhas e caminhos de todo o maciço, considerando que elas são o veículo de toda e qualquer ação, seja ela degradadora, conservacionista, ou meramente contemplativa da natureza.

No desenvolvimento do trabalho a autora evidencia a separação dos elementos de sociedade e natureza, mostrando que seu foco está nos elementos do ambiente e a visão do elemento social será está primeiramente nos impactos negativos oriundos do mesmo e, só posteriormente, uma visão de possíveis benefícios as sociedades.

Findado este processo, só faltava analisar as obras com relação a forma de abordar os problemas, onde se procurou elementos multi e interdisciplinares de estudo do objeto proposto.

3.3.4 As teses e a abordagem Multi e Interdisciplinar

Da mesma forma que se fez com as teses selecionadas pelo título, o último item avaliado no conteúdo destas teses foi se as mesmas trabalharam com uma

abordagem multi e interdisciplinar, pois como se preconiza: os problemas tratados se relacionam a mais de um objeto, então a abordagem não pode ser a mesma para todos, necessitando de diferentes formas no trato dos problemas (multidisciplinar), por vezes fora da grande área da Geografia, e que estas abordagens se inter-relacionem (interdisciplinar), visando uma solução única.

Não houve teses que passaram pelos itens avaliados anteriormente e que não se classificaram neste último critério. Muito porque para alcançar os quesitos anteriores se faz necessário se utilizar de uma abordagem multi e interdisciplinar. Destaca-se aqui algumas teses que expuseram claramente suas abordagens para a solução dos problemas.

A tese de Mendonça (*op. cit.*) traz em suas conclusões as características de uma abordagem multi e interdisciplinar como se pode ver em sua afirmação:

Somente um plano detalhado de desenvolvimento da área urbana, considerando a formação da área metropolitana Londrina-Cambé-Ibiporã, elaborado por uma equipe de caráter multidisciplinar e multi-institucional, e implementado pelo poder público local, poderá dotar a cidade de condições de vida menos problemáticas à população num futuro próximo. Do ponto de vista do clima urbano de Londrina algumas sugestões foram levantadas nesta fase final da pesquisa e, apreciadas no âmbito de uma tal equipe de planejamento, poderão se constituir em diretrizes para um plano de desenvolvimento e expansão da área metropolitana. (MENDONÇA, 1995, p.328)

Nota-se a importância dada pelo autor no que se refere a necessidade de trabalhos multidisciplinares com vistas as soluções dos problemas citados. O mesmo posicionamento fica evidente em Nascimento (2006, p.09) ao se referir sobre a importância destes estudos socioambientais na Geografia, o autor reforça que,

esta atenção, e em especial as implicações socioambientais sobre o destaque semi-árido nordestino e desertificação, algumas linhas de atuação da Geografia são salutares, sobretudo, para construção de uma multidisciplinaridade – destaque para a Geografia Física. E, mais do que isto, de uma interdisciplinaridade de conhecimento científico diante da complexidade do tema aqui discutido.

Um das teses não citadas ainda e que se destacou neste quesito da abordagem multi e interdisciplinar foi a obra de Oliveira (2011). Esta tese trabalha com a relação sociedade e natureza no que se refere ao empreendimento da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó entre os estados de Alagoas e Sergipe e, conseqüentemente, dos efeitos pós construção para os dois elementos da relação socioambiental. O objetivo geral da tese foi analisar o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental no Baixo São Francisco a partir dos efeitos das

externalidades negativas geradas pela construção de barragens, bem como refletir e avançar no campo da pesquisa acerca das interações entre o desenvolvimento regional, a sustentabilidade e os efeitos das externalidades, na busca de modelos científicos adequados para a identificação, mensuração, avaliação e a internalização das externalidades negativas. O autor remete ao discurso de uma abordagem socioambiental em todo o momento, e uma particularidade desta tese é o fato de mensurar, em termos econômicos, o que viria a ser os custos socioambientais de um empreendimento deste porte, além disso, visa discutir através de uma abordagem socioambiental, os efeitos da busca por uma sustentabilidade desta Usina Hidroelétrica. No que se refere a abordagem multi e interdisciplinar, além dos fatos já relatados, vale o destaque da seguinte afirmação:

A visão holística e precisa de todos os custos incorridos em um empreendimento é fundamental em todo o seu ciclo de vida. A problemática de identificação dos custos diretos, indiretos, contingentes e menos tangíveis, incluindo-se os custos socioambientais é, portanto, um fator vital nesta análise e também para a perfeita conceituação do que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável. (OLIVEIRA, 2011, p.169)

Sobre esta abordagem multi e interdisciplinar, principalmente ligada a participação da comunidade no processo, vale destaque o estudo de Berreta (2013). Esta tese teve como objetivo compreender como se constituíram os atuais processos de participação dos habitantes da bacia hidrográfica do arroio Ribeiro, pertencente à bacia do lago Guaíba, leste do Rio Grande do Sul, considerando os usos das águas e as formas participativas da população em suas comunidades e na gestão dos recursos hídricos, normatizado no contexto da legislação ou estigmatizado pelo processo de territorialização daquela população. Uma característica muito marcante do estudo é a constante preocupação com as comunidades tradicionais que habitam o entorno do arroio e como a legislação pode incluí-los num processo, onde se leve em conta as sociedades e os ambientes na resolução dos problemas, ou seja, marcas de um discurso de uma abordagem socioambiental, como se vê em:

A participação da população, nas questões socioambientais, representa um desafio à implantação dos programas de gestão dos recursos hídricos. Essa Tese se justifica, para além da contribuição acadêmica no campo da Geografia, pela possibilidade de que a metodologia e a análise dos resultados venham proporcionar a compreensão no que diz respeito ao olhar da população sobre este ambiente e aos modos de participação que estes são capazes de

exercer dentro ou fora de um comitê. Nessa aproximação, abre-se a possibilidade de perceber quais os caminhos reais a seguir, do planejamento à ação sobre o local. (BERRETA, 2013, p.25)

Por último, assim como foi enfatizado no subcapítulo anterior, algumas teses desta seleção também se destacaram pelo uso da metodologia de Mendonça (2004) do S.A.U., que enfatiza a necessidade da multi e interdisciplinaridade na resolução dos problemas ambientais urbanos. Este foi o caso de Rosenghini (2013, p.47) ao se referir ao uso deste método:

O Sistema Ambiental Urbano (SAU) propõe uma abordagem para problemas socioambientais urbanos de uma maneira integrada, holística e conjuntiva. Esse sistema é constituído por um Subsistema Natural (constitui os elementos naturais como relevo, ar, água, vegetação e solos) e um Subsistema Social (constitui os elementos não naturais e criados pelo homem como a habitação, indústria, comércio, serviços e transportes), sendo que estes estão contidos dentro do input do sistema.

Com isso, temos o cenário geral de todas as teses que foram selecionadas para a parte final deste estudo e aquelas que não se aproximaram do que se buscava com relação aos princípios adotados.

Em termos quantitativos um primeiro dado que chama a atenção se refere ao percentual de teses que na análise dos resumos foi constatado a possível presença de um discurso socioambiental e, após a análise crítica do seu conteúdo foi confirmado que a mesma fazia uso de uma abordagem socioambiental. Chegou-se ao total de 75% dos trabalhos selecionados se enquadrarem na situação citada, o que representa um total 13% maior ao que se verificou na análise das teses que traziam o termo “socioambiental” no título, como foi exposto no subcapítulo anterior.

A situação inversa também é um dado significativo. Das 37 teses analisadas por apresentarem no resumo características de uma abordagem socioambiental, apenas 25% delas não se confirmaram como tal, ao se levar em consideração o conteúdo do trabalho como um todo. Esta informação revela que muitas vezes o que se expressa no resumo como sendo o conteúdo principal e sucinto da obra, não revela realmente o posicionamento do autor no que se refere a fundamentação teórica, opções metodológicas e clareza com relação aos dados obtidos e resultados encontrados, como se salientou ao longo deste subcapítulo.

Sobre as teses que apresentaram no seu conteúdo características de uma abordagem socioambiental na Geografia, alguns fatos devem ser ressaltados para

reforçar a hipótese inicial criada após a leitura dos resumos. Primeiro, grande parte destas 28 teses mesmo não apresentando o termo “socioambiental” no título utilizaram este termo no conteúdo do trabalho, muitas vezes associado à ideia de problemas, vulnerabilidades, condicionantes, ordem, síntese, abordagem, dentre outros e, algumas destas teses, já apresentaram este discurso no próprio resumo.

Outra questão, as teses produzidas antes dos anos 2000, consideradas anteriores a consolidação de um discurso socioambiental na Geografia, trouxeram vários elementos importantes para a discussão de outras formas de se abordar a relação sociedade e natureza dentro da Geografia, principalmente no que se refere a um posicionamento de que os problemas são de ordem social, com base natural, e que a solução perpassa pelo equilíbrio entre estas duas esferas como pode se verificar em Seabra (1987), Mauro (1990) e Mendonça (1995).

Outro resultado que vale ser destacado, assim como no subcapítulo anterior, é a pluralidade quanto a localização das produções, das áreas de estudo e dos períodos em que foram produzidas estas teses: encontrou-se teses com abordagem socioambiental em seu conteúdo advindas dos programas da USP – Geografia Física (7 teses), USP – Geografia Humana (3 teses), UFRGS (3 teses), UFRJ (2 teses), UFPR (2 teses), UFMG (2 teses), UNESP – Presidente Prudente (2 teses), e com uma tese a UNESP – Rio Claro, UFF, UNICAMP, UFSC, UFU, UFS e UECE. Já com relação a área de estudo, tem-se teses produzidas nas 5 grandes regiões brasileiras, algumas trabalhando a nível local com parques urbanos ou áreas de preservação permanente, outras trabalhando a nível de município ou região metropolitana e também a presença de teses desenvolvidas a nível de bacias hidrográficas. Sobre os anos de produção, tem-se representantes desde 1987 até o ano de 2013, sendo a grande maioria concentrada nos últimos 8 anos.

Sobre o discurso socioambiental utilizado, diferente do que aconteceu nas teses que traziam no título o termo “socioambiental” onde houve uma predominância quanto ao uso de algumas teorias e opção por determinadas metodologias, nestas 28 teses houve uma diversidade quanto ao posicionamento dos autores em relação à base teórica utilizada, suas opções metodológicas e técnicas de pesquisa. Contudo, o que chama a atenção é que independente do caminho utilizado, todas elas resultaram em trabalhos que buscavam a solução para ambas as partes da relação sociedade e natureza com vistas ao reestabelecimento do equilíbrio.

Por fim, cabe agora unir todas estas informações, destes dois últimos subcapítulos, que evidenciaram a presença de uma abordagem socioambiental em teses produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil, independente se constatado no título ou no resumo, e aliá-los com o que já se discutiu sobre a divisão das ciências e a história da ciência geográfica, para poder constatar a existência de uma nova abordagem aos problemas nesta ciência e/ou, a constituição de uma Geografia Socioambiental.

4. A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO GEOGRÁFICA BRASILEIRA: CONSOLIDAÇÃO E TENDÊNCIAS (?)

Neste capítulo são apresentadas as conclusões deste trabalho, onde é feita a análise conjunta de todos os dados levantados no capítulo anterior, posteriormente a análise conjunta dessas informações com os levantamentos sobre o histórico da ciência geográfica e dos questionamentos sobre a evolução das ciências.

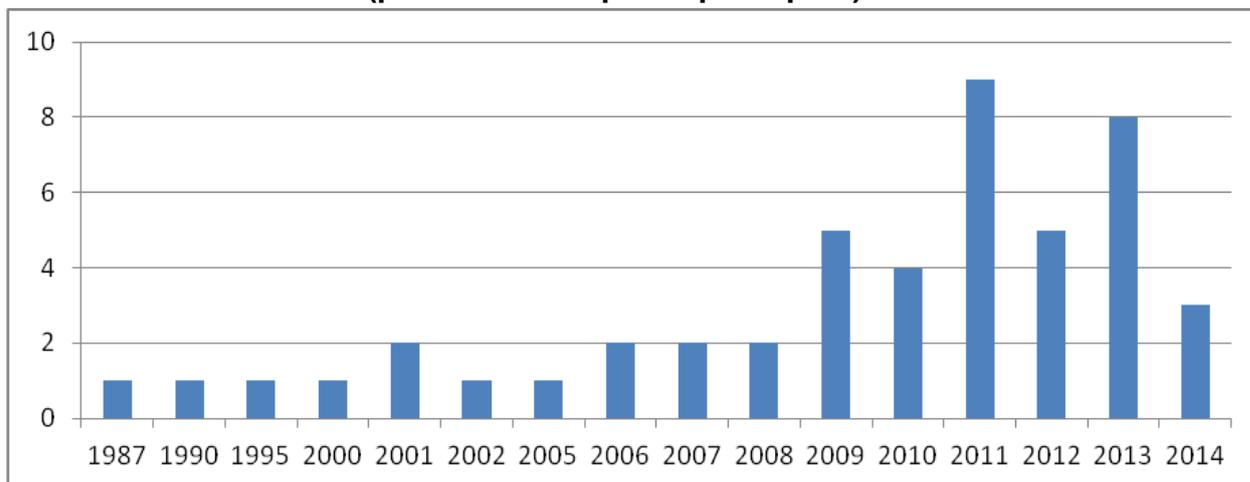
No final, através dos resultados obtidos pelas análises, chegam-se as considerações sobre a existência de uma nova forma de pensamento dentro da Geografia brasileira, aliada a abordagem socioambiental, que possa ser denominada de Geografia Socioambiental com base na análise das teses de doutorado.

4.1 ANÁLISE DA ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA PRODUÇÃO DE TESES

Um primeiro item reanalisado pós filtragem das teses pelo discurso dos seus conteúdos é com relação ao ano de defesa da publicação. Observando a Figura 12 fica evidente mais uma vez que há um crescimento nos anos 2000 em diante do número de teses que se enquadram numa abordagem socioambiental na Geografia. Se considerar a partir do ano de 2005 tem-se em todos os anos seguintes pelo menos duas teses que se enquadram nos critérios da abordagem socioambiental, sendo que a partir do ano de 2009 este número duplica, exceto para o ano de 2014 onde a falta de dados de todos os programas fez com que este total caísse para 3 teses. O destaque maior são os anos de 2011 e 2013 onde se tem um total de 9 e 8 teses, respectivamente, que se classificaram com abordagem socioambiental na Geografia.

É evidente que com estes dados não é possível afirmar que haja um aumento contínuo no número de produções que se enquadrem numa abordagem socioambiental na Geografia, porém, o que se pode avaliar é que há sim uma tendência de crescimento no número de teses que fazem uso desta abordagem. Somente uma avaliação futura, com uma série temporal mais longa, poderá dar mais subsídios para qualquer afirmação sobre certezas no aumento contínuo destes dados.

Figura 12 – Número de teses por ano com a abordagem Socioambiental (pós filtro dos quatro princípios)

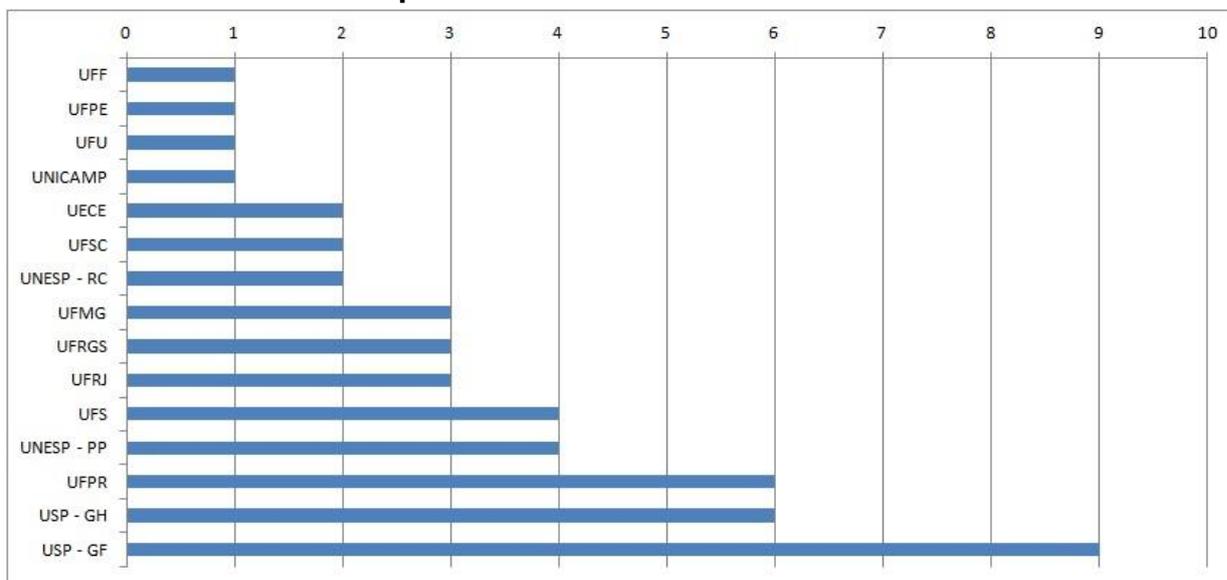


Organizado por: PINTO (2015)

Um segundo item a se analisar quando se avalia o contexto geral destas teses é com relação a universidade de origem de defesa das mesmas. Ao se ler a Figura 13, onde se dividiu o total das teses por universidade, se percebe primeiramente que se tem 15 instituições diferentes de origem destas obras, que estes programas de pós graduação estão divididos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, que há 9 programas em universidades federais e 6 em universidades Estaduais (sendo 5 do Estado de São Paulo) e que há uma disparidade em relação ao total por universidades.

Ao se analisar as cinco maiores universidades em totais de produção enquadradas na abordagem socioambiental na Geografia observa-se que: juntas elas representam 60% de toda a produção analisada e classificada; tem-se representação nas três regiões brasileiras destacadas anteriormente; há uma divisão entre universidades federais e estaduais; uma imensa produção nos programas mais antigos do Brasil – USP Geografia Física e Geografia Humana, porém também em programas mais recentes como é o caso da UFPR e da UFS.

Figura 13 – Número de teses com a abordagem socioambiental na Geografia por universidades no Brasil



Organizado por: PINTO (2015)

Estas constatações revelam que a utilização da abordagem socioambiental na Geografia não está restrita apenas a um programa de pós graduação; fica evidente que o emprego do termo e a perspectiva de análise estão presentes num importante momento de trabalhos de doutorado no país, em 15 das 20 universidades consultadas. É evidente também que em alguns centros há uma maior concentração devido as próprias características das linhas de pesquisa dos programas e das quantidades de orientadores nestas áreas de estudo.

Fazendo um paralelo a isso, tem-se o terceiro item analisado: a distribuição destas teses constatadas com uso da abordagem socioambiental por: orientador do trabalho e ano de defesa. A divisão encontra-se por ordem alfabética do nome do orientador no Anexo 03.

De início, o que chama a atenção é a quantidade de professores que já orientaram trabalhos com a abordagem socioambiental na Geografia. Totalizam 40 doutores que desde o final de década de 80 até os anos recentes tem se empenhado em auxiliar seus orientados a produzir teses que sejam significativas para o crescimento da Geografia do Brasil. Aparecem nomes de professores reconhecidos nacional e internacionalmente por suas contribuições ao enriquecimento da ciência geográfica, como os doutores: Antonio Carlos Robert Moraes, Antonio José Teixeira Guerra, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Dirce Maria Antunes Suertegaray, Francisco de Assis Mendonça, Jurandy Luciano Sanches

Ross, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Sueli Angelo Furlan e Wagner Costa Ribeiro. Além destes, muitos outros professores que de forma clara e objetiva deixaram sua contribuição aos seus orientandos que, em alguns casos, tornaram-se orientadores também de trabalhos nesta linha.

Essa diversidade numérica de professores doutores que orientaram trabalhos que foram identificados como usuários de uma abordagem socioambiental na Geografia traz imbutido uma informação que não é interessante para a hipótese desta pesquisa, que é a falta de continuidade de publicações advindas do mesmo orientador que tenham as características de abordagem socioambiental. Com exceção de um professor orientador, nenhum outro teve mais que duas publicações com as características procuradas. Cria-se então dois questionamentos: esta descontinuidade se deve ao fato dos orientadores não conduzirem os trabalhos dos alunos nesta abordagem? Ou, os projetos dos alunos que foram orientados antes e/ou depois, não tinham como foco a utilização de uma abordagem socioambiental?

Uma resposta vem dos levantamentos feitos no início da tese, onde se referiu a questão da formação das Escolas e das relações entre mestre e seguidores. Por exemplo, a formação de uma Escola ligada a uma linha de pensamento, está diretamente relacionada a um grupo de pesquisadores vinculados a determinadas instituições de ensino ou a um mestre intelectual. Khun (1996) fala que o estabelecimento de um paradigma passa pela aceitação de um determinado grupo, geralmente cientistas mais jovens, que criam critérios objetivos e subjetivos para que tal fato seja aceito pelo grande grupo e a partir do momento que os cientistas mais resistentes as novas ideias, defensores do antigo paradigma posto a prova, deixam a produção científica tal revolução pode passar a configurar o novo paradigma científico. Este fato pode ser a resposta às dificuldades dos orientadores em estabelecer grandes grupos de orientados que trabalhem na mesma abordagem, afinal optar por um novo paradigma sempre implica em poder cair na crítica dos avaliadores da banca.

Por fim, o que se podem concluir da análise destas 48 teses de doutorado, que se enquadraram numa abordagem socioambiental na Geografia, são: a) elas representam um número significativo no que se refere a produção geográfica total de teses nos últimos 10 anos no Brasil; b) a diversidade espacial dos locais de produção, prova que esta abordagem vem sendo explorada em diferentes programas de pós graduação por todo o Brasil; c) a grande quantidade de

orientadores constatados evidencia a questão da pluralidade de professores que já se responsabilizaram por orientar trabalhos nesta área.

Cabe agora, como esforço final desta tese, reunir estes dados com a base teórica desenvolvida nos capítulos 1 e 2 desta obra, para finalmente chegar as conclusões possíveis para verificar a existência de uma corrente de pensamento na Geografia brasileira que possa ser denominada de Geografia Socioambiental.

4.2 A ABORDAGEM SOCIOAMBIENTAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: TENDÊNCIAS OU UMA NOVA CORRENTE DE PENSAMENTO?

No primeiro capítulo desta tese se optou em aprofundar os conhecimentos sobre todas as questões ligadas a constituição das ciências, suas mudanças, suas (r)evoluções e quais seriam os marcos necessários para tais feitos. Com base em pesquisadores consagrados da Teoria das Ciências, o objetivo era dar base científica para as questões que poderiam levar a constatação da existência de uma nova forma de pensamento denominada de Geografia Socioambiental.

O primeiro pesquisador recorrido foi Gastón Bachelard (1996) e suas reflexões acerca dos 'Obstáculos Epistemológicos'. Este pesquisador forneceu as bases para compreender os motivos pelos quais muitas vezes uma ciência não progride, ou seja, não cria novas formulações, teorias, métodos, considerando tudo resolvido. Esta estagnação pelo qual uma ciência pode passar está ligada ao obstáculo epistemológico de Bachelard. Para o pensador, estes obstáculos são tudo que se prende no conhecimento, não questionado e faz com que o progresso científico pare, ou seja, são as ideias que são tomadas como certas e inquestionáveis e respostas para todos os problemas.

Com base no que se verificou analisando as teses de doutorado produzidas no Brasil, onde se constatou a presença de uma abordagem socioambiental, pode-se concluir que hoje na Geografia brasileira há obstáculos epistemológicos a serem superados, ligados principalmente a quebra da dualidade entre Geografia Física e Geografia Humana. Esta relação que vêm desde a constituição da Geografia enquanto ciência e permeia os debates até a atualidade tem um novo viés com a adoção da abordagem socioambiental nos estudos da Geografia. Nos estudos emanados desta prática se verificou que esta dualidade não é o tema principal do trabalho, mas sim, a superação do mesmo, a transposição do obstáculo

epistemológico posto. Sendo assim, entende-se que esta abordagem auxilia nos estudos atuais da relação sociedade e natureza na Geografia, e o seu grande diferencial (superação do obstáculo) é a busca contínua pela abordagem integrada da Sociedade e Natureza.

Outro pesquisador que foi utilizado para a compreensão das questões ligadas a ciência foi Thomas Khun (2009), e suas pesquisas sobre as 'Revoluções Científicas' baseadas no conceito de paradigmas da ciência. Como já dito, para o autor as revoluções acontecem a partir do momento em que as teorias vigentes em determinada ciência não são capazes de responder as perguntas postas, então busca-se o novo, uma nova ideia, a partir daí tem-se uma revolução científica. A grande marca da revolução para Khun é a quebra de um paradigma dominante em uma ciência como já exposto.

Baseado nestes conceitos, e nas afirmações já feitas sobre o levantamento das teses que fizeram uso da abordagem socioambiental na Geografia, pode-se estabelecer duas conclusões relevantes ao trabalho: primeiro, há uma série de paradigmas dominantes nas pesquisas de doutorado em Geografia, principalmente aquelas ligadas aos estudos da relação entre sociedade e natureza, população e ambientes, ou similares. Há uma tendência muito forte em algumas pesquisas de sempre recorrer aos Geossistemas, a Teoria Geral dos Sistemas ou ao G.T.P. para dar subsídios teóricos e metodológicos aos estudos que envolvam a questão das sociedades sobre os ambientes, como sendo as únicas teorias/métodos possíveis para justificar na Geografia o envolvimento desta relação. As teses na qual se verificou a presença de uma abordagem socioambiental tiveram como grande marca a quebra destes paradigmas, ou seja, a capacidade de analisar a relação entre sociedade e natureza na Geografia a partir de outros focos, com bases mais atualizadas e modernas sobre os problemas que também são atuais, não deixando de referenciar os conceitos clássicos, mas com a capacidade de articulá-los as teorias e métodos atuais vigentes.

Contudo, há de se ressaltar que neste caso esta quebra de paradigma ultrapassa a ciência geográfica, advêm de um contexto maior, a importância e complexidade da questão ambiental, reconhecida pela dimensão política, econômica, cultural, etc., que toma força após os anos de 1950 com os movimentos ambientalistas que repercutiu na produção geográfica.

Uma segunda conclusão possível de ser mencionada com base em Khun, é a questão da própria existência de uma revolução científica dentro da Geografia brasileira. Com base em todo o exposto até o momento, não pode-se afirmar que já ocorreu uma revolução dentro da ciência geográfica nacional que teve como base esta abordagem socioambiental, principalmente porque é pequeno ainda o grupo de pesquisadores que assumiram um posicionamento relativo a este tema, porém, não se pode negar o fato de que está em curso um movimento de mudança dentro da Geografia brasileira no que se refere a forma de abordar os problemas da relação sociedade e natureza, uma revolução pode estar iniciando neste momento.

Contudo, uma questão é evidente, esta abordagem socioambiental na Geografia moderna traz uma forte ruptura com a Geografia Física e Humana tradicional, além dos princípios de uma Geografia positivista ou mesmo com a abordagem marxista do Ambiente. Sendo assim, esta abordagem se configura no novo, o que segundo Khun (2006) traz as características iniciais de uma revolução.

O último pesquisador consultado para analisar a questão da evolução das ciências foi Larry Laudan (2011) e suas bases teóricas sobre a noção de progresso científico e as 'Tradições de Pesquisa'. Para o autor, uma tradição de pesquisa vem a ser um conjunto de suposições acerca das entidades e dos processos de uma área de estudo e dos métodos adequados a serem utilizados para investigar os problemas e construir as teorias dessa área do saber. Essas tradições seriam a marca do progresso científico na medida em que constituem uma nova forma de pensar e agir sobre os problemas impostos a determinadas ciências.

Para Laudan, uma das marcas de progresso científico é a capacidade de uma tradição de pesquisa transformar os problemas empíricos anômalos e não resolvidos em problemas resolvidos, ou seja, superar as dificuldades encontradas por outra tradição que não tinha capacidade na resolução de determinadas questões. Pensando nisto e em todo o exposto sobre o conteúdo desta tese, é possível concluir que a noção de progresso científico de Laudan tem as mesmas justificativas de Khun para as revoluções no caso da Geografia brasileira. Não é possível afirmar que há uma tradição de pesquisa que se constituiu com base na abordagem socioambiental, porém, não se nega o fato de que as teses que optaram por esta abordagem resolveram de forma mais satisfatória (do ponto de vista do equilíbrio da relação sociedade e natureza) os problemas abordados pelas mesmas.

Sendo assim, conclui-se com base nos três teóricos da ciência que a abordagem socioambiental na Geografia é um fato marcante na história da ciência geográfica brasileira, sendo uma tentativa de superação da forma como a ciência vem sendo feita se considerar as teses de doutorado como referencial.

Já o segundo capítulo desta tese trouxe um aspecto da historicidade da Geografia enquanto ciência, demonstrando seus principais marcos, mudanças paradigmáticas, influências de pesquisadores externos e como todos estes fatos se refletiram na produção geográfica no Brasil. Se expôs todo o histórico coevolutivo desta ciência que poderia ter dado as bases para a constituição de uma abordagem socioambiental na Geografia brasileira.

O que procurou-se evidenciar ao longo do texto foi que o histórico da Geografia é marcado fortemente por influências externas ligadas ao momento e ao contexto social, econômico e geopolítico do mundo, influenciado também pelas descobertas de outras ciências ditas maiores e, que cada mudança era acompanhada pela constituição de uma nova forma de pensamento, que se caracterizava pelo surgimento de uma nova tendência, corrente ou escola de pensamento, o que era acompanhado por uma contracorrente totalmente contrária ou crítica a sua anterior.

Este fato marca a história da Geografia como uma ciência que está constantemente em mudança, em (r)evolução, e que cada momento é marcado por uma abordagem diferente aos problemas estudados, e isto não ocorreu de forma diferente no Brasil. Hoje não há como caracterizar qual é o perfil desta ciência no país, há uma pluralidade dentro da Geografia, o que se tem são núcleos de estudo ligados a diferentes universidades que se configuram na defesa de determinadas correntes de pensamento, mas que muitas vezes se contradizem.

Um reflexo claro desta afirmação está hoje na pluralidade de linhas de trabalho existentes nos programas de pós-graduação em Geografia, que refletem nas pesquisas feitas também a nível de graduação. Poucos autores se rotulam como pertencentes a determinada corrente de pensamento, porém são frequentes aqueles que só participam em determinados eventos ligados a uma linha de pensamento.

Eventos nacionais na área de Geografia também são o reflexo da pluralidade das correntes de pensamento existentes dentro da Geografia brasileira; se tomar como base os eventos que já passaram da quinta edição a nível nacional podemos citar o: Simpósio Nacional de Geomorfologia, Simpósio Brasileiro de Climatologia

Geográfica, Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Simpósio Nacional sobre Espaço e Cultura, dentre outros.

Contudo, o maior reflexo desta especificação que a Geografia nacional vem tendo são os grupos de trabalho criados no Encontro Nacional da ANPEGE, considerado o evento onde se reúne a maior quantidade de pesquisas da Geografia em nível de pós-graduação. No evento deste ano (2015), na sua décima primeira edição, que acontecerá em Presidente Prudente/SP foram definidos 41 grupos de trabalho (Figura 14), o maior número de grupos da história deste evento.

Figura 14 – Grupos de Trabalho do XI Encontro Nacional da ANPEGE - 2015

1 - FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA	21 - ESPAÇO, CULTURA E DIFERENÇA: AS DIMENSÕES ÉTNICAS, SOCIAIS E AMBIENTAIS E SUAS SIGNIFICAÇÕES
2 - GEOGRAFIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA	22 - FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: PROGRESSO TÉCNICO NO ESPAÇO URBANO E AGRÁRIO
3 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO	23 - GEOGRAFIA, MÉTODOS E AMBIENTE
4 - GEOGRAFIA AGRÁRIA	24 - GEOGRAFIA E PODER: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS/CONTRA-PODERES TERRITORIAIS
5 - CIDADE, IMAGEM, PATRIMÔNIO	25 - DEMOCRACIA, CIDADANIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITÓRIO: NOVAS QUESTÕES PARA A GEOGRAFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA
6 - ESPAÇO, CULTURA E A DIMENSÃO DE LUGAR	26 - ANÁLISE GEOGRÁFICA DO CLIMA
7 - GEOGRAFIA DO TRABALHO E AS CONTRADIÇÕES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO	27 - OS CLIMAS DAS CIDADES E AS RELAÇÕES SOCIEDADE/NATUREZA
8 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PERSPECTIVA CRÍTICA	28 - GEOGRAFIA E REPRESENTAÇÃO
9 - AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SÓCIO ESPACIAIS	29 - GEOGRAFIA MARINHA
10 - TERRITÓRIO, TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL	30 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INFRAESTRUTURA
11 - ENSINO DE GEOGRAFIA	31 - GEOGRAFIA E DIVERSIDADE: GÊNEROS, SEXUALIDADES, ETNICIDADES E RACIALIDADES
12 - GEOGRAFIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	32 - MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA
13 - REGIÃO, REGIONALIZAÇÃO E POLÍTICAS TERRITORIAIS: ESCALAS, EXPERIÊNCIAS, ATORES	33 - GEOPATRIMÔNIO E GEOCONSERVAÇÃO
14 - SENSORIAMENTO REMOTO APLICADO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS	34 - HISTÓRIA DA GEOGRAFIA
15 - BIOGEOGRAFIA E GEOCOLOGIA DA PAISAGEM	35 - REGIÕES DO AGRONEGÓCIO, NOVAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E REESTRUTURAÇÃO URBANA
16 - GLOBALIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO	36 - FILOSOFIA E EPISTEMOLOGIA EM GEOGRAFIA
17 - FENOMENOLOGIAS DA EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA	37 - GEOGRAFIAS, IMAGENS E LITERATURA: INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS
18 - ESTADO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA	38 - PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL URBANA
19 - GEOCARTOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E ANÁLISE ESPACIAL	39 - TURISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO
20 - METRÓPOLE E REGIÃO	40 - A URBANIZAÇÃO NOS CERRADOS - PROCESSOS, FORMAS E VULNERABILIDADES DO URBANO ATUAL
	41 - TERRITORIALIDADES DE FESTAS POPULARES: ESPAÇO - TEMPO COGNITIVO, CONECTIVO E CONFLITIVO

FONTE: Site do XI ENANPEGE (2015)

Com base no que foi exposto no último subcapítulo, com relação ao programa de pós-graduação e o orientador de origem das teses que se enquadraram numa abordagem socioambiental na Geografia brasileira, constata-se que esta abordagem é sim mais um marco na evolução histórica desta ciência no país, pois se tem a constituição de alguns núcleos que concentraram grande parte destas produções e orientadores específicos que dão a base a estes trabalhos, mesmo não havendo uma continuidade no que se refere a quantidade de produções por orientador.

Um marco deste fato é, por exemplo, o evento do Encontro Nacional da ANPEGE, que nas últimas quatro edições traz em sua lista de grupos de trabalho a temática “Problemática Socioambiental Urbana”, que já foi coordenado por Figueiró

(2009, 2011 e 2013), Mendonça (2011, 2013, 2015), Alves da Cunha (2013, 2015), Moretti (2013), Collischon (2015) e Eliane Pinto (2015), o que evidencia a permanência desta temática no mais alto nível de discussão da pós-graduação da Geografia brasileira.

Com isso, faz-se necessário chegar a uma conclusão, de como situar os questionamentos ligados aos pesquisadores da teoria das ciências, o histórico e o perfil da Geografia a nível nacional e, toda as correlações desenvolvidas até aqui (com relação as teses de doutorado e a abordagem utilizada), no contexto da Geografia brasileira.

Nos parágrafos anteriores, ficou evidente a constatação que a abordagem socioambiental na Geografia é real e vem sendo utilizada em uma quantidade significativa de teses de doutorado no país. Outra hipótese comprovada é que esta abordagem tem características únicas, adotadas por aqueles pesquisadores no qual se constatou sua presença, ou seja, existe um consenso (mesmo que não declarado) com relação ao discurso utilizado nas teses que leva em consideração os princípios adotados neste trabalho para o que se considerou como válido numa abordagem socioambiental na Geografia. Outra questão levantada por meio dos dados obtidos é: que esta abordagem é amplamente utilizada por diferentes programas de pós-graduação bem como orientada por diferentes professores. Sendo assim, é possível afirmar a existência de uma corrente de pensamento no Brasil que possa ser denominada de Geografia Socioambiental?

Em discussões anteriores, com base em vários pesquisadores da área, se definiu que uma corrente de pensamento dentro da Geografia advém da opção por uma postura filosófica, teórica, doutrinária e/ou metodológica diferente do que se vinha optando então por outros pesquisadores da Geografia e, como já exposto, surge daqueles que acreditam que esta opção pelo novo está relacionada a um contexto mais atualizado de mundo e dos problemas apresentados frente à Geografia como ciência.

Tomando como base esta constatação, e o que se apresentou, não é possível afirmar a existência de uma corrente de pensamento dentro da Geografia brasileira que possa ser denominada de Geografia Socioambiental, pelos seguintes motivos:

- O montante total de teses que se enquadram nos critérios finais relativos a uma abordagem socioambiental na Geografia é pequeno se considerar a quantidade de teses produzidas nas últimas duas décadas;

- Não há um consenso entre as teses selecionadas e analisadas no que se refere a fundamentação teórica e metodológica, principalmente que esclareçam o posicionamento do autor com relação ao seu entendimento do discurso socioambiental. O que se constatou foi a aproximação no que se refere aos princípios adotados para a resolução dos problemas de pesquisa;
- Não há uma continuidade entre os orientadores no que se refere a produção de teses com uso da abordagem socioambiental, apenas em um caso, o que faz surgir o questionamento se esta opção de abordagem é advinda de influências do orientador, opção do próprio autor da tese ou, da influência do contexto histórico do momento da produção da tese;

Ressalta-se que o universo de pesquisa se limitou as teses de doutorado, e o refinamento levou a análise de 72 obras, então as afirmações realizadas são baseadas somente nestes dados. Há de se considerar todo o universo de produções da Geografia brasileira que não foi explorado: publicações de revistas e artigos, dissertações de mestrado, os projetos de pesquisa e seus relatórios, dentre outras. Esta é uma análise parcial, e as considerações expostas não devem ser tomadas como taxativas do contexto geral da Geografia brasileira.

Sendo assim, como se pode analisar toda esta produção de teses com uso da abordagem socioambiental dentro da Geografia? Elas precisam estar vinculadas a alguma corrente de pensamento? Ou podem simplesmente serem vistas como trabalhos isolados dentro de uma linha de pesquisa do programa ao qual estão vinculadas? Tendo em vista a articulação de ideias, de opções metodológicas, dos orientadores dos trabalhos, dentre outros fatores que se constatou durante a análise das mesmas, pode-se afirmar que este total simboliza uma *Tendência* dentro da produção intelectual da Geografia brasileira.

No subcapítulo onde se buscou o melhor termo para definir o que se acreditava ser a Geografia Socioambiental, se fez o levantamento dos termos escola, corrente, vertente e tendência. A concepção de escola está muito vinculada a um grupo específico de pesquisadores (de uma universidade, de uma região ou país) que desenvolvem um mesmo estilo de trabalho. Para as correntes de pensamento viu-se que há necessidade de uma padronização por um grupo de intelectuais com relação a opção filosófica, teórica, metodológica e doutrinária, o que não é o caso nesta situação. Para as vertentes, é necessária uma rede interligada

de pesquisas e profissionais que convergem para um mesmo resultado. Já para as tendências, viu-se que está subordinado a um termo maior – correntes – o qual se liga ao posicionamento metodológico que cada autor toma pra si, assim as tendências seriam desdobramentos desse posicionamento maior. Sendo assim, conclui-se que a abordagem socioambiental na Geografia brasileira representa uma tendência dentro da Geografia como um todo, pois:

- Cada autor de tese identificado como um trabalho dentro da abordagem socioambiental na Geografia apresentou, mesmo que de forma breve, seu posicionamento metodológico maior, que em muitos casos não coincidiram com os demais trabalhos, ou seja, cada um aparentemente apresentou-se dentro uma corrente de pensamento maior como é a Geografia Ambiental;
- A existência de um grupo de pesquisadores e universidades que vem trabalhando com a abordagem socioambiental na Geografia está se tornando maior ao ponto de existirem orientadores e/ou programas de pós-graduação com produção contínua nos últimos anos;
- As teses selecionadas vêm crescendo em quantidade e em diversidade dos programas de produção nos últimos anos, o que segundo as referências pesquisadas, configura-se na existência de uma nova tendência dentro da Geografia brasileira;
- A existência de temas de pesquisas similares nas teses selecionadas está se tornando mais frequente, ao ponto de ganharem notoriedade nos grupos de trabalho dos eventos científicos (como o encontro da ANPEGE), nas temáticas de mesas de discussão ou mesmo nos temas dos eventos;

Assim sendo, a conclusão deste capítulo, e desta tese como um todo, com base na análise das teses de doutorado, é que a utilização da abordagem socioambiental na Geografia está se tornando cada vez mais frequente neste tipo de produção monográfica, se configurando com uma Tendência dentro da Geografia brasileira, o que fornece as bases para num futuro próximo, se mantida esta tendência, poder afirmar a existência de uma Geografia Socioambiental brasileira. Lembrando que somente com a expansão do universo de análise (dissertações, projetos, artigos, dentre outros) e a expansão do período analisado, pode-se se ter conclusões mais absolutas sobre este objeto de estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, peço licença ao leitor para escrever em primeira pessoa, pois assim me sinto mais a vontade para exprimir o que penso depois de mais de 10 anos de caminhada na Geografia, sendo que mais de 4 destes foram dedicados a formulação desta tese de doutorado.

A ideia inicial desta tese surgiu um ano após a minha defesa de mestrado em Geografia na UFPR quando comecei a publicar alguns trabalhos, oriundos da dissertação, onde largamente utilizava os termos “abordagem socioambiental” e “Geografia Socioambiental” sem fazer nenhuma reflexão sobre o meu entendimento teórico e metodológico destes termos.

Partindo destas inquietações passei a procurar junto às revistas e eventos científicos, monografias, dissertações e teses as bases que pudessem me auxiliar a continuar escrevendo tranquilamente sobre a abordagem socioambiental com fundamentação científica. Para meu espanto, grande parte dessa procura acabava num caminho que me levava ao artigo produzido pelo Prof. Dr. Francisco Mendonça em 2001 para a revista *Terra Livre* da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) intitulado “Geografia Socioambiental”.

Este artigo, replicado em 2002 no livro *Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea*, organizado pelo Prof. Dr. Francisco Mendonça e Profa. Dr. Salete Kozel, traz uma série de reflexões feitas pelo autor, na época, que davam base para suas afirmações do surgimento de uma nova forma de abordar os problemas da relação sociedade e natureza na Geografia, o que segundo ele seria a Geografia Socioambiental. Porém, no final do artigo o autor afirma,

Um novo pensamento, desencadeador de mudanças, não se consolida se não exercitar um diálogo de saberes distintos e sem demover resistências, mas estes acabam por lapidá-lo, pois lhe proporcionam a experimentação de ousadias e profundo repensar de formulações. Se ele não se mostrar capaz de inserir os ganhos do processo e tornar-se velho mais rápido que as projeções de longevidade lançadas, é mesmo melhor que tenha uma vida curta ou que nem a experimente. (MENDONÇA, 2001, p.129)

A partir daí uma série de questões passaram a permear meu imaginário. Será que 10 anos após a publicação deste artigo já era possível identificar com mais clareza esta Geografia Socioambiental? Este novo pensamento estava se concretizando na Geografia? Seria ele capaz de desencadear estas mudanças?

Quais os critérios adotados para se considerar esta mudança? Enfim, existe ou não a Geografia Socioambiental no Brasil? Munido de todas estas questões dei início as pesquisas desta tese. De início sem muito direcionamento metodológico, mas aos poucos o trabalho foi tomando forma.

Quando buscou-se as bases teóricas para a justificativa deste trabalho me deparei com a seguinte situação: não se estava produzindo uma tese em Geografia, mas sim uma tese sobre a Geografia, sobre sua constituição, formação, evolução, ou como preferir pensar, mas o importante é que se teve de recorrer a autores e obras clássicas da epistemologia da ciência, história e teoria do pensamento científico, além claro dos autores geógrafos que faziam esta ponte com a ciência geográfica.

Esta imersão no mundo das teorias científicas fez com que se abrissem os horizontes do entendimento sobre o que é ciência, como se constituem as ciências, a partir de que momento se pode pensar numa divisão dentro das ciências e até mesmo a criação de novas ciências. Bases estas pouco exploradas dentro da Geografia. Esta imersão fez com que fosse necessário pesquisar dentro da Geografia as denominações utilizadas para as divisões já constituídas dentro desta ciência. Foi aí que se teve contato com os termos correntes, escolas, vertentes e tendências de maneira mais aprofundada.

Uma outra necessidade surgida ao longo do desenvolvimento da tese foi compreender melhor os momentos históricos que deram origem as diferentes fases pela qual a história da Geografia enquanto ciência passou. Se percebeu que a sua evolução está diretamente relacionada aos fatos marcantes da história mundial, da evolução de outras ciências de base e dos contextos geopolíticos e econômicos que o mundo viveu. Em um certo momento, fica claro a influência de alguns autores externos ao pensamento geográfico na formação de teorias e métodos de análise da relação sociedade e natureza.

Passado a fase de levantamento teórico da tese me deparei com um outro problema, agora de cunho metodológico e prático. Que trabalhos escolher para pesquisar dentro do universo da produção geográfica brasileira que fossem significativos no que se refere a formulação de novos conhecimentos? Quais trabalhos realmente expressam as tendências e correntes de pensamento da Geografia contemporânea brasileira? De início se pensou em abarcar o maior número de produções possíveis; revistas, artigos, dissertações, teses, boletins,

dentre outros. Porém, pensando em termos de praticidade, tempo disponível para os levantamentos e, principalmente, contribuição para o enriquecimento da ciência geográfica, se optou então por trabalhar somente com as teses de doutorado produzidas no Brasil.

Neste momento se entrou numa fase longa e árdua deste trabalho: levantar todas as teses de doutorado em Geografia já produzidas no Brasil. Não se tinha ideia do número, apenas dos caminhos para se conseguir tais informações. Passou-se então por um longo processo de busca destes dados nos bancos de teses da CAPES, das universidades as quais estão vinculados os programas de pós-graduação, nos sites dos programas e, em alguns casos, num contato direto com os autores das teses. Como já dito, foi um trabalho longo pois não há uma padronização da disponibilidade destas informações: muitos sites desatualizados, bancos de teses incompletos, falta de informações básicas, dificuldades em contatos via e-mail ou telefonema. Contudo chegou-se ao total das 2264 teses de doutorado em Geografia produzidas no Brasil até outubro de 2014.

Com todos estes dados em mãos passou-se então a analisar tese por tese através do título das mesmas para se verificar quais poderiam trazer contribuições significativas para este trabalho. Ressalta-se aqui a contribuição de Foucault (2013) e sua Análise do Discurso. Filtros e mais filtros aplicados se chegou a um número de 34 teses selecionados pelo uso do discurso socioambiental no título e 37 teses selecionadas pelo uso do discurso socioambiental no resumo.

A análise do conteúdo total das teses também foi uma fase longa e extremamente interessante, pois se teve contato com diferentes realidades, áreas de estudo, bases teórico-metodológicas, formas de escrita, configuração dos trabalhos, dentre outras características únicas de cada obra. A cada leitura, uma nova perspectiva surgia, delineavam-se os resultados, hora positivos hora negativos, contudo se via resultados e mais resultados surgindo.

Findada as leituras críticas tinha-se um montante de 48 teses de doutorado que se enquadravam em todos os critérios utilizados para esta pesquisa. Foram elas que trouxeram as respostas para as minhas inquietações, elas forneceram os resultados (bons e ruins) para os problemas que permeavam minha mente e, também foram elas que me permitiram concluir de vez este trabalho.

Sem ser repetitivo nos resultados encontrados só quero deixar aqui minhas últimas considerações sobre todo este imenso processo de pesquisa, que finda não

somente a conclusão de uma tese de doutorado, mas sim uma trajetória acadêmica iniciada em 2003 de forma simples e cheia de dúvidas nos bancos do Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná no curso de bacharelado e licenciatura em Geografia.

Estar em contato nestes últimos 11 anos com tudo o que envolve o universo da Geografia acadêmica desde os livros, fotocópias, artigos, eventos, professores, publicações, bolsas, mesas, discussões, grupos de trabalho, projetos, monografias, dissertações e teses, me fez enriquecer em muito o profissional geógrafo bacharel e licenciado que sou, e me pôs em contato com algo que sempre acreditei ser verdadeiro e viável para esta ciência, que é a abordagem socioambiental na Geografia.

Minha busca ao longo desta tese foi a identificação da abordagem nas produções de teses de doutorado do Brasil, e provar também a existência da Geografia Socioambiental. Fui feliz em metade dos meus propósitos: consegui ter argumentos suficientes para afirmar que a abordagem socioambiental na Geografia brasileira existe, é utilizada de forma crescente nos últimos anos e é uma alternativa para a compensação dos problemas postos da relação sociedade e natureza.

Não consegui provar a existência de uma corrente da Geografia Socioambiental no Brasil, principalmente pela pouca quantidade de teses selecionadas na fase final, mas volto a reafirmar que é possível sim delinear uma tendência dentro da Geografia brasileira de opção pela abordagem socioambiental que poderá dar subsídios a possível criação desta corrente da Geografia Socioambiental. Um aprofundamento em outras publicações significativas como as dissertações de mestrado ou mesmo os artigos das revistas poderá expandir este horizonte. Afinal, como propôs Mendonça (2001) ao lançar esta ideia, esta corrente não está totalmente delineada, necessitará uma série de produções ao longo de anos para provar a sua existência e permanência no cenário da Geografia.

Portanto, trago como complementação a esta afirmação que: esta corrente ainda não se configurou na Geografia brasileira, porém, uma série de publicações de teses me permitem afirmar a existência de uma Tendência dentro da ciência nacional de uso de uma abordagem socioambiental na Geografia. Além disso, lanço o mesmo desafio para as próximas pesquisas, de aprofundar o universo de publicações e espaço temporal, visando resultados mais próximos da realidade da produção geográfica brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES JUNIOR, Nilton. **Geografia Agrária e Ambiente no Nordeste do Brasil**. 202 p. Tese (Doutor) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- ALMEIDA, L. Q. de; **Vulnerabilidades Socioambientais de Rios Urbanos no Brasil**. 311 p. Tese (Doutor) - UNESP, Rio Claro/SP, 2010.
- ANDRADE. Aparecido Ribeiro. Reflexões sobre o pensamento geográfico e a busca de uma metodologia de trabalho na percepção da Geografia Ambiental. In: **Revista Geografar**. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 29-46, jul./dez. 2009.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia**. Ciência da sociedade: Uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- AQUINO JUNIOR, J. **Condicionantes Socioambientais da Dengue em Área de Fronteira: Riscos e Vulnerabilidades na Tríplice Fronteira de Foz do Iguaçu**. 194 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2014.
- ARAUJO, H. M. **Análise Socioambiental da Bacia Costeira do Rio Sergipe**. 283 p. Tese (Doutor) – UFS, Aracajú, 2007.
- ARAUJO, R. P. Z. de **Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano**. 223 p. Tese (Doutor) – UFMG, Belo Horizonte, 2009.
- ARAUJO, W. T. de **Evolução urbana e dinâmica da paisagem em setores periféricos da metrópole paulistana: o caso de Taboão da Serra - SP**. 231 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 2010.
- AZEVEDO, T. R. de **Derivação antrópica do clima na Região Metropolitana de São Paulo abordada como função do ritmos semanal das atividades humanas**. 434 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 2001
- BACHELARD, G. **A Formação do Espírito Científico**: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento, tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 266 p.
- BATISTA, S. P. M. **Injustiça socioambiental: o caso PROSAMIM**. 288 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Humana, São Paulo, 2013.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. 385 p.
- BERRETA, M. dos S. R. **Gestão democrática das águas: os desafios a participação dos agricultores da Bacia Hidrográfica do Arroio Ribeiro, RS**. 256 p. Tese (Doutor) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria geral dos sistemas**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1975.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 437p.

BORDIGNON, C. V. M. **Avaliação das Condições Sócio-Ambientais do Parque Ecológico Paulo Gorski de Cascavel-PR**. 204 p. Tese (Doutor) - UNESP, Presidente Prudente/SP, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.

BRITO, F. B. de **Conflito pelo acesso e uso da água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (eixo leste)**. 370 p. Tese (Doutor) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

BUSS, P. M. Desenvolvimento, Ambiente e Saúde. In: **Ciência & Saúde**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002. n.º 25. p. 10 – 32.

CAMARGO, J. C. G. REIS JUNIOR, D. F. C. A filosofia (neo)positivista e a Geografia quantitativa. In: VITTE, A. C. (org). **Contribuições à história e epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARDOSO, A. B. F. **Confresa - Um exemplo da Reforma Agrária Matogrossense: Degradação sócio-ambiental e propostas de controle em áreas de assentamentos**. 182 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Física, São Paulo, 2002.

CARVALHO, L. E. P. **Os descaminhos das águas na metrópole: a sacionatureza dos rios urbanos**. 200 p. Tese (Doutor) - UFPE, Recife, 2011.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2010. 567 p.

CESA, M. de V. **Água e outros fatores socioambientais na ocorrência das doenças de veiculação hídrica na Ilha de Santa Catarina**. 273 p. Tese (Doutor) - UFSC, Florianópolis, 2012.

CLAVAL, Paul, A Revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In: **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Francisco Mendonça; Salette Kozel (Orgs). Curitiba: Editora da UFPR, 2002. Reimpressão 2004.

COLLISCHONN, Erika. **Inundações em Venâncio Aires/RS: interações entre as dinâmicas natural e social na formação de riscos socioambientais urbanos**. 327 p. Tese (Doutor) - UFSC, Florianópolis, 2009.

COMASSETTO, V. **Água, meio ambiente e desenvolvimento na Bacia do Araranguá (SC)**. 339 p. Tese (Doutor) – UFSC, Florianópolis, 2008.

CORREA, R. L.; ROSENDHAL, Z. **A Geografia Cultural Brasileira: Uma avaliação preliminar**. In.: Revista da ANPEGE, v. 4, 2008. p. 73 - 88.

CUNICO, C. **Do Risco à Adaptação: A Identificação da Vulnerabilidade Socioambiental de Curitiba-PR**. 288 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2013.

COSTA, V. C. da **Proposta de Manejo e Planejamento Ambiental de Trilhas Ecoturísticas: Um Estudo no Maciço da Pedra Branca - Município do Rio De Janeiro (RJ)**. 325 p. Tese (Doutor) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

CUSTÓDIO, V. **A persistência das inundações na Grande São Paulo**. 345 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Humana, São Paulo, 2002.

DANNI-OLIVEIRA, I. M. Considerações sobre a Poluição do Ar em Curitiba-PR Face a seus Aspectos de Urbanização. In: **RA'EGA. O Espaço Geográfico em Análise**. N.º 4, Ano IV, UFPR, 2000. p. 101 – 110.

DANTAS, E. W. C. **A Formação dos Pós-Graduandos em Geografia**. Conferência proferida no VII simpósio Paranaense de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia – SIMPGEO. Maringá/PR, 30 de outubro de 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 1992.

DINIZ FILHO, Luiz Lopes. Fundamentos Epistemológicos da Geografia. **Coleção metodologia do ensino de História e Geografia**. v.6. Curitiba: IBPEX, 2009.

FERREIRA, L. da C. *et al.* Environmental Issues, Interdisciplinarity, Social Theory and Intellectual Production in Latin America. In: **Ambiente & Sociedade**. Vol. IX, nº2, jul/dez de 2006. p. 09 – 24.

FIGUEIRÓ, A. S. Tradição e Mudança em Geografia Física: apontamentos para um diálogo interno. In: FIGUEIRÓ, A. S.; FOLETO, E. (orgs.) **Diálogos em Geografia Física**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011. p. 17 – 44.

FREITAS, C. M. Problemas Ambientais, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. In: **Ciência & Saúde Coletiva**. 8(1). P. 137 - 150. 2003.

FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. In.: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, jul./dez. 2004, p. 33-37.

FOCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 254 p.

FOLADORI, G. **Los limites del desarrollo sustentable**. Montevideo: Ediciones de la banda oriental, 1999. 221p.

FURLAN, S. A. **Lugar e Cidadania: Implicações Socioambientais das Políticas de Conservação Ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião-SP)**. Tese (Doutor) - USP / Geografia Física, São Paulo, 2000.

GARCIA, C. M. **Ensaio Analítico sobre os Condicionantes Socioambientais dos Acidentes com a *Lonomia obliqua* Walker 1855, no Sul do Brasil**. 101 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2012.

GERARDI, L. H. de O. **ANPEGE – O Resgate de uma História**. Revista da ANPEGE, v. 1, n. 1, p. 15-30, 2003.

GIANASI, L. M. **Novas territorialidades no centro de Rondônia. Agricultura e as questões socioeconômico-ambientais (1970 a 2011)**. 234 p. Tese (Doutor) - UFMG, Belo Horizonte, 2012.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 366 p.

GOMES, M. de F. B. **Trajetoária Socioambiental de Guarapuava: Leituras da Paisagem**. 343 p. Tese (Doutor) - UNESP, Presidente Prudente/SP, 2009.

GOMES, Rodrigo D. **Geografia e complexidade: das diferenciações de áreas à nova cognição do sistema terra-mundo**. 258 p. Tese (Doutor) - UNICAMP, Campinas, 2010.

GRANGEIRO, C. M. M. **Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará**. 194 p. Tese (Doutor) – UECE, Fortaleza, 2011.

GRANGER, G. G. **A Ciência e as Ciências**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994. 122p.

GREGORY, K. J. **A natureza da Geografia física**. São Paulo: Bertrand Brasil. 1992.

GROSSO, C.; **Indicadores Socioambientais em Um Modelo de Representação Espacial para o Estado de São Paulo**. 186 p. Tese (Doutor) – UNESP, Presidente Prudente/SP, 2013.

HOBBSAWM, E. J. E. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. 19ª ed. tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2005.

HOGAN, D.; MARANDOLA JR, E. (orgs.) **População e Mudança Climática – Dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: NEPO, 2009. 290p.

HOGAN, D.; MARANDOLA JR, E. e OJIMA, R. **População e ambiente: Desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Edgard Blucher, 2010 (Série Sustentabilidade).

JAPIASSÚ, H. MARCODES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KHUN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2009. 260 p.

KUBRUSLY, V. S. **Gestão Sócio-Ambiental Urbana e o Geoprocessamento como Apoio Estratégico para Análise do Território: O Caso da Bacia**

Hidrográfica do Guarapiranga. 204 p. Tese (Doutor) – USP / Geografia Humana, São Paulo, 2001.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia.** 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1336 p.

LAUDAN, L. **O progresso e seus problemas:** rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo; Editora UNESP, 2011. 354 p.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** 5º ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010. 239 p.

LENCIONI, S. **Linhas de Pesquisa Da Pós-Graduação Em Geografia. Mudanças, esquecimentos e Emergência de (Novos) Temas.** In: Revista da ANPEGE, v. 9, n. 11, p. 5-19, jan./jul. 2013.

LIMA, E. M.. **Interações Socioambientais na Bacia Hidrográfica do Rio Catolé - Bahia.** 280 p. Tese (Doutor) - UFS, Aracajú, 2012.

LVIGHIN, S. C. **Problemas ambientais e impactos sociais provocados pela atividade ceramista nos municípios de Santa Gertrudes e Cordeirópolis (SP).** 150p. Tese (Doutor) – UNESP, Rio Claro, 2005.

LOBÃO, J. S. B. **Análise Socioambiental na Região Semiárida Da Bahia: Geoprocessamento como Subsídio ao Ordenamento Territorial.** 254 p. Tese (Doutor) - UFS, Aracajú, 2010.

LOPES, E. A. **Conflitos Socioambientais urbanos no Contexto de Periferização da Metrópole: Uma Perspectiva a Partir das UTPs (Unidades de Planejamento) da RMC - região Metropolitana de Curitiba.** 278 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 312p.

MAURO, C. A. de **Voçorocas: Marcas das relações sociedades – natureza na bacia do Monjolino, São Carlos – SP.** 239 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 1990.

MEDEIROS, C. N. de; **Vulnerabilidade Socioambiental do Município de Caucaia (CE): Subsídios ao Ordenamento Territorial.** 267 p. Tese (Doutor) - UECE, Fortaleza, 2014.

MELO, D. R. de **Evolução das veredas sob impactos ambientais nos geossistemas planaltos de Buritizeiro/MG.** 341 p. Tese (Doutor) – UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MELO, M. R. de **Pegada Ecológica, padrões de consumo, área bioproductiva,sustentabilidade.** 244 p. Tese (Doutor) – UFU, Uberlândia, 2013.

MENDES e SILVA, M. A. S. **Sobre a Análise do Discurso.** In: Revista de Psicologia da UNESP, v. 4 n.1, 2005. p. 16 – 41.

MENDONÇA, F. **Geografia Física: ciência humana?** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MENDONÇA, F. **Geografia e Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 1993.

MENDONÇA, F. de A. **O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno, proposição metodológica para estudo e sua aplicação à cidade de Londrina– PR.** 335 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 1995.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. In: **REVISTA TERRA LIVRE**, São Paulo, n.º 16, p. 139-158, 2001.

MENDONÇA, F. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea.** Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 123 – 144.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, 2004. jul./dez., n. 10, p. 139-148.

MENDONÇA, F. Temas, Tendências e Desafios da Geografia na Pós-Graduação Brasileira. *In: Revista da ANPEGE*, v. 1, n. 5, p. 7-20, 2005.

MENDONÇA, F. A Geografia (Física) Brasileira e a Cidade no Início do séc. XXI: algumas contingências e desafios. *In: FIGUEIRÓ, A. S.; FOLETO, E. (orgs.) Diálogos em Geografia Física.* Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011. p. 45 – 58.

MENEZES, P. D. R. de **Território de cidadania: ensaios de gestão pública compartilhada na mata atlântica.** 318 p. Tese (Doutor) – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

MONTEIRO, C. A. F. William Morris Davis e a Teoria Geográfica. **Revista Brasileira de Geomorfologia.** v.2. n.1. 2001. p.1-20.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia.** Lisboa: Publicações Don Quixote, 1978.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: EdUSP, 2001. 150p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas.** São Paulo: Annablume, 2005. 165p.

MORAES, P. R. **As áreas tropicais úmidas e as febres hemorrágicas virais: uma abordagem geográfica na área ambiental e na de saúde.** 339 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 2007.

MORAIS, M. S. de; **A Realidade Socioambiental Imposta às Comunidades Locais pela Criação e Implementação dos Parques Estaduais do Biribiri e Rio Preto**. 245 p. Tese (Doutor) - UFMG, Belo Horizonte, 2014.

MORIN, E. **O Paradigma Perdido: A Natureza Humana**. Publicações Editora Europa-América, 1988. 3ª Ed.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2000. 117p.

MOSCOVICI, S. **Natureza – Para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: MAUAD X – Instituto GAIA, 2007. (Coleção EICOS). 254p.

NASCIMENTO, F. R. do **Degradação ambiental e desertificação no nordeste brasileiro: o contexto da bacia do rio Acaraú - Ceará**. 340 p. Tese (Doutor) – UFF, Niterói, 2006.

NASCIMENTO, I. B.; LARANJA, R. E. de P. Uma Discurso Teórica sobre a Análise Sócioambiental e algumas Contribuições à Geografia Da Saúde. In: **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - Hygeia**, UFU, nº. 7, 2008. p. 25 – 34.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 73p.

OLIVEIRA, W. de; **Os Impactos Socioambientais Motivados pela U.H.E. Porto Primavera no Município de Anaurilândia/MS**. 171 p. Tese (Doutor) - UNESP, Presidente Prudente/SP, 2004.

OLIVEIRA, C. J. **Vulnerabilidade Socioambiental na Área de Ocupação Contínua do Litoral do Paraná - Brasil**. 354 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2011.

OLIVEIRA, V. S. de **Externalidades e (In) Sustentabilidade na Construção de Barragens no Baixo São Francisco**. 230 p. Tese (Doutor) – UFS, Aracajú, 2011.

OSTROVSKI, D. **O direcionamento socioambiental da usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu**. 204 p. Tese (Doutor) - UEM, Maringá/PR, 2013.

PEREZ, L. P. **Índice de vulnerabilidade urbana a alagamentos e deslizamentos de terra, em função de eventos extremos de clima, na Região Metropolitana de São Paulo: uma proposta de método**. 141 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 2013.

PINTO, S. D. S. **A Bacia Hidrográfica do Rio São Domingos no Município de Dom Aquino / MT: Uma Perspectiva Socioambiental**. 156 p. Tese (Doutor) – UNESP, Rio Claro/SP, 2009.

PORTO, C. R. P. **Reinvenção Espacial: Agroecologia e Turismo – Sustentabilidade ou Insustentabilidade?** 307 p. Tese (Doutor) – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

PORTO GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.461p.

REZENDE, K. **Avaliação das medidas de educação e Vigilância Ambiental em Saúde com vistas ao controle da infestação predial de *Aedes aegypti*, e da dispersão de criadouros dos mosquitos vetores do vírus da dengue**. 138 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Física, São Paulo, 2013.

RIBEIRO, D. D. **Agricultura “caifcada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio-ambiental**. 266 p. Tese (Doutor) - UFF, Niterói/RJ, 2005.

RIO BRANCO, W. L. C. **Política e Gestão Ambiental em Áreas Protegidas em São Luís - Maranhão: O Parque Ecológico da Lagoa da Jansen**. 269 p. Tese (Doutor) – UNESP, Presidente Prudente, 2012.

RODRIGUES, Z. M. R. **Sistema de indicadores e desigualdade socioambiental intraurbana de São Luis - MA**. 209 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Humana, São Paulo, 2010.

ROJAS, L. I. Lo socioambiental y el bienestar humano. In: **Revista Cubana Salud Pública**. v.22, n.1, ene-jun. Ciudad de La Habana. 1996.

ROSEGHINI, W. F. F. **Clima Urbano e Dengue no Centro-Sudoeste do Brasil**. 153 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2013.

SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. In: **Estudos Avançados**, 12 (33), 1998. p. 149 – 156.

SACHS, I. Resenhas do livro Desenvolvimento sustentável – Desafios do séc. XXI. In: **Ambiente & Sociedade**, Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004a. p. 214 – 215.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b. 151p.

SAEZ, Horácio Capel. **O Nascimento da ciência moderna e a América – O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do Território**. Maringá; Eduem, 1999. 198 p.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização – Do pensamento único à consciência universal**. 6ª Ed. São Paulo: Record, 2001. 174p.

SANTOS, C. A. dos. **Integração de Dados Sócio-Ambientais por Indicadores Associados a Limites Políticos Municipais**. 130 p. Tese (Doutor) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, J. A. dos **Cidade e Natureza: Relações entre a Produção do Espaço Urbano, a Degradação Ambiental e os Movimentos Sociais Em Bauru-SP**. 316 p. Tese (Doutor) – UNICAMP, Campinas, 2008a.

SANTOS, A. L. da S. **Interação de comunidades rurais com recursos vegetais: o caso dos remanescentes de floresta estacional do município de Junqueira (AL - Brasil)**. 134 p. Tese (Doutor) – UFPE, Recife, 2008b.

SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as Ciências**. 16ª Ed. Porto/Portugal: Edições Afrontamento, 2010. 59 p.

SANTOS, J. de O. **Fragilidade e riscos socioambientais em Fortaleza-CE: contribuições ao ordenamento territorial**. 331 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Física, São Paulo, 2011.

SANTOS, L. K. S. **Reestruturação Urbana e Conforto Térmico em Curitiba/PR: Diagnóstico, Modelagem e Cenários**. 301 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2014.

SANTOS FILHO, R. D. dos **Antropogeomorfologia da Ocupação de Áreas de Risco em Petrópolis (RJ): Análise Ambiental Urbana**. 271 p. Tese (Doutor) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SATO, S. M. **Dimensão socioambiental na gestão de risco dos assentamentos precários do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis - SC**. 252 p. Tese (Doutor) - UFSC, Florianópolis, 2011.

SEABRA, O. C. de L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder**. 312 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Humana, São Paulo, 1987.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, V. R. **Análise sócio-ambiental da bacia do rio Biguaçu-SC: subsídios ao planejamento e ordenamento territorial**. 227 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Física, São Paulo, 2007.

SILVA, G. da C. **Zoneamento Socioambiental: Uma Proposta Metodológica para Unidades de Paisagem**. 387 p. Tese (Doutor) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, J. J. A. da **Fatores externos e internos que alteram a vida do homem e o ecossistema Manguezal do Rio Jordão - Pernambuco**. 230 p. Tese (Doutor) – USP – Geografia Física, São Paulo, 2009.

SILVA, L. M. da **Indicadores ambientais e a gestão de bacias hidrográficas de economia agrícola: diagnóstico e reflexões sobre o caso da bacia do rio Preto, noroeste de Minas Gerais**. 249 p. Tese (Doutor) – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, J. R. **Conformidades e conflitos ambientais no município de Ouro Preto como apoio à gestão e planejamento municipal**. 242 p. Tese (Doutor) – UFMG, Belo Horizonte, 2012.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento Geográfico**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 218p.

SPRINGER, K. S. A Concepção de Natureza na Geografia In: **Mercator**, volume 9, número 18, jan./abr. 2010. p. 159 – 170.

SOBRINHO, L. G. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: Os efeitos Territoriais, Socioambientais e Econômicos decorrentes da implantação das Redes Hoteleiras**. 339 p. Tese (Doutor) - UFS, Aracajú, 2011.

SOUZA, Marcos Barros de. **Geografia física: Balanço da sua produção em eventos científicos no Brasil**. 335 p. Dissertação (Mestre) - USP, São Paulo, 2006.

SUERTEGARAY, D. M. A. A Expansão da Pós-Graduação em Geografia e a ANPEGE. *In.*: **Revista da ANPEGE**, v. 1, n. 1, p. 15-30, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?) In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (orgs.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 111 – 120.

TAVARES, R. **Imbricações entre o ritmo Climático, Ritmo Social, Riscos e Vulnerabilidades a Deslizamentos de Terra em Ubatuba-SP**. 263 p. Tese (Doutor) – UFPR, Curitiba, 2010.

TROPPEMAIR, Helmut; GALINA, Marcia Helena. Geossistemas. *In.*: **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 5, n. 10, p.79-89, 2006.

TROPPEMAIR, H. **Ecologia da paisagem: uma retrospectiva**. I Fórum de debates. Disponível em: <http://www.seb-ecologia.org.br/forum/indice1.htm>. Acesso em 27 de mai. 2011.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da Ciência**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

TYBUSCHY, J. S. **Sustentabilidade multidimensional: elementos reflexivos na produção da técnica jurídico-ambiental**. 222 p. Tese (Doutor) – UFSC, Florianópolis, 2011.

UGEDA JUNIOR, J. C. **Clima Urbano e Planejamento na Cidade de Jales-SP**. 383 p. Tese (Doutor) – UNESP, Presidente Prudente, 2012.

USP, Universidade de São Paulo. **Histórico e Contextualização do Programa de Pós Graduação em Geografia Física da USP**. Fonte: <<http://prpg.usp.br/dcms/uploads/arquivos/posgf/Hist%C3%B3rico%20e%20Contextualiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Programa.pdf> > Acessado em: 11 de dezembro de 2014.

VEIGA, J. E. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: Ed. Senac, 2010. 160p.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade** – A legitimação de um novo valor. São Paulo: Ed. Senac, 2007. 131p.

VENTURI, L. A. B. **Ensaio Geográficos**. São Paulo: Humanitas, 2008. 200p.

VERDUM, R. Os Geógrafos frente às Dinâmicas Sócio-Ambientais no Brasil. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 16, UFRGS, 2005. p. 91 – 94.

VIEIRA, A. F. G. **Desenvolvimento e distribuição de voçorocas em Manaus (AM): principais fatores controladores e impactos urbano-ambientais**. 310 p. Tese (Doutor) – UFSC, Florianópolis, 2008.

VITTE, A. C.; SILVEIRA, R. W. D. da. Tensões entre ciência e a Filosofia na construção de um saber Geográfico. In: FRAGA, N. C. **Tensões e Fronteiras: (Re)Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 177 – 208.

WALDMAN, M. **Água e metrópole: limites e expectativas do tempo**. 406 p. Tese (Doutor) – USP - Geografia Humana, São Paulo, 2006.

WARNAVIN, L. **Discurso Ambiental na Geografia Brasileira**. 137 p. Dissertação (Mestrado) – UFPR, Curitiba, 2010.

XAVIER DA SILVA, J. A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica. In: BECKER, B. et al (orgs.) **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1995. P. 346 – 370.

ZIGLIO, L. A. I. **Redes socioambientais e a cooperação internacional: GARSD**. 174 p. Tese (Doutor) - USP / Geografia Humana, São Paulo, 2012.

ANEXOS

01 – Lista de Programas de Pós Graduação vigentes no Brasil em 2013 segundo informações oficiais da ANPEGE

02 – Teses selecionadas para análise, separadas por título, autor, orientador, universidade e ano de produção (exclua aquelas que já continham no título o termo “Socioambiental”)

03 – Tabela com Orientadores das teses com a abordagem socioambiental por ano

**Anexo 03 – Lista de Programas de Pós Graduação vigentes no Brasil em 2013
(segundo informações oficiais da ANPEGE)**

**LISTA DE PROGRAMAS DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO BRASIL**

Instituição (sigla)	UF	Telefone	E-mail do programa	Coordenador(a)	E-mail	Conceito - Mestrado	Conceito - Doutorado
FURG	RS	(53) 3293 5047	posgeografia@furg.br	Solimar Fraga Martins	solismarfm@terra.com.br	3	-
PUC-Minas	MG	(31) 3413 6370	infoesp@pucminas.br	Alexandre Magno Alves Diniz	dinizalexandre@terra.com.br; alexandrediniz@pucminas.br	5	5
PUC-Rio	RJ	(21) 3527 1667	posgeo@puc-rio.br	João Riva	joaoriva@uol.com.br	3	-
PUC-SP	SP	(11) 3670 8647	geomestrado@pucsp.br	Gustavo de Oliveira Coelho de Souza	gcoelho@pucsp.br	3	-
UECE	CE	(85) 3101 9792 (85) 3101 9791	posgeografia@uece.br, mestgeo@uece.br	Maria Lúcia Brito da Cruz	lucia.cruz@uece.br	4	4
UEL	PR	(43) 3371 4158 (43) 3371 4246	spgccc@uel.br	Rosana Figueiredo Salvi	s.salvi@uel.br	4	4
UEM	PR	(44) 3011 4731	sec-pge@uem.br	Nelson Vicente Lovatto Gasparetto	nvlgasparetto@uem.br	4	4
UEPG	PR	(42) 3220 3155	mestigeografia@uepg.br	Joseli Maria Silva	joselisilva@uol.com.br	4	4
UERJ	RJ	(21) 2334 0219	ppgeo@uej.br	Zeny Rosendahl	zeny.rosendahl@gmail.com	4	4
UERJ-FPP	RJ	(21) 3705 2227 (21) 3705 4631 (21) 3705 4691 Ramal:246	mestrado.fpp.uerj@gmail.com	Ana Valéria Freire Allemão Bertolino	anabertolino@uol.com.br	3	-

Instituição (sigla)	UF	Telefone	E-mail do programa	Coordenador(a)	E-mail	Conceito - Mestrado	Conceito - Doutorado
UFAM	AM	(92) 9128 8924 (92) 3305 4602	pposp@ufam.edu.br	Gerardo Alves de Souza	geraldalves@ufam.edu.br	3	
UFBA	BA	(71) 3283 8526	ppgeo@ufba.br	Antonio Torres Puentes	antoniotorrespuentes@hotmail.com, puentes@ufba.br	4	4
UFC	CE	(85) 3366 9489	posgeo@ufc.br	Antônio Jeovah Andrade Meireles	meireles@ufc.br	4	4
UFES	ES	(27) 4009 2023 (27) 4009 7604	mestrado.geograf@ufes.br	Claudio Luiz Zanotelli	clizanotelli@yahoo.com.br	3	-
UFF	RJ	(21) 2.629 5953	posgeo@uff.br	Jorge Luiz Barbosa	jorgebarbosa@vm.uff.br	6	6
UFG	GO	(62) 3521 1184	posgeo@esa.ufg.br, jorcia@esa.ufg.br	Ivanilton José de Oliveira	ivanilton.oliveira@gmail.com	5	5
UFG- Catalão	GO	(64) 3.441 5331	mestrado.geografia@gmail.com	Idelvone Mendes Ferreira	idelvoneuf@gmail.com	3	
UFG-Lataí	GO	(64) 3.606 8110	posgeo@latai.ufg.br	João Batista Pereira Cabral	jbccabral2000@yahoo.com.br	3	-
UFGD	MS	(67) 3.410 2270	mestrado.geografia@ufgd.edu.br	Jones Dari Coehert	jonesdari@ufgd.edu.br	3	4
UFJF	MG	(32) 2102 3102	ppg.geografia@ufjf.edu.br	Vicente Paulo dos Santos Pinto	vicente.pinto@ufjf.edu.br	3	-
UFMG	MG	(31) 3.409 5.404 (31) 3.499 5.000	posgeo@igc.ufmg.br	Antônio Pereira Magalhães Júnior	magalhães.ufmg@yahoo.com.br	5	5
UFMS	MS	(67) 3.509 3725	ppgeo@cpil.ufms.br	Edma Aranha Silva	edmaranha@gmail.com	3	-
UFMT	MT	(65) 3.615 8.483 (65) 3.615 8.468	posgeo@cpd.ufmt.br, posgeo@ufmt@gmail.com	Luiz da Rosa Garcia Netto	luiznetto.ufmt@gmail.com, urbanus@terra.com.br	3	-
UFPA	PA	(91) 3201 8194	ppgeo@ufpa.br	Márcia Aparecida da Silva Pimentel	mapimentel@ufpa.br	3	-
UFFB	PB	(83) 3216 7595	posgeo.ufpb@gmail.com, posgeo@geociencias.ufpb.br	Marta de Fátima Ferreira Rodrigues	fatimardrigues.ufpb@gmail.com	4	4



**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA
E PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Instituição (sigla)	UF	Telefone	E-mail do programa	Coordenador(a)	E-mail	Conceito - Mestrado	Conceito - Doutorado
UFPE	PE	(81) 2126 8277	ppgeo_coord@ufpe.br	Ana Cristina de Almeida Fernandes	ana.afernandes@ufpe.br	5	5
UFPEl	RS	(53) 3284 5523	ppgeoutpel@gmail.com	Sandro de Castro Pitano (pro-tempore)	scpitano@gmail.com	3	-
UFPI	PI	(86) 3237 2253	ppggeo@ufpi.edu.br	Cláudia Maria Sabóia de Aquino	cmsaboi@gmail.com	3	-
UFFR	PR	(41) 3361 3450	posgeografica@ufpr.br	Sylvio Fausto Gil Filho	faustogil@ufpr.br	5	5
UFRGS	RS	(51) 3308 6347	posgeografica@ufrgs.br; posgea@ufrgs.br	Nina Simone Vilaverde Moura	nina.moura@ufrgs.br	5	5
UFRJ	RJ	(21) 2270 7773 (21) 2598 9535	ppgg.geografica@ppgg.igeo.ufrj.br	Nelson Ferreira Fernandes	nelsonf@uol.com.br	7	7
UFRN	RN	(84) 3215 3570 ramal 7	ppge_ufrn@gmail.com; ppgeo@cchla.ufrn.br	Celso Locatelli	celso.locate@gmail.com	4	4
UFRN	RN	(84) 3215 3871	ppgeur@cchla.ufrn.br	Fernando Barros Costa	fbasto@ufrnet.br; fbastos@gmail.com	3	-
UFRR	RR	(95) 3624 5781	ppg_geo@ufrbr	Luiza Câmara Teixeira Neta	luiza@dgr.ufrbr	3	-
UFS	SE	(79) 2105 6782	npgeo2@ufs.br	José Elói da Costa	eloizo@ufs.br	4	4
UFSC	SC	(48) 3721 9412	secppgeo@cftc.ufsc.br	Ruth Emilia Nogueira	ruthenogueira@gmail.com; renloch@cftc.ufsc.br	4	4
UFSM	RS	(55) 3220 8908	ppggeo@ibate.ufsm.br	Cesar de David	cdedavid2009@gmail.com	4	4
UFT	TO	(63) 3363 0504	pposmgeo@mail.uft.edu.br	Elizeu Ribeiro Lira	lirazelu@mail.uft.edu.br	3	-
UFU	MG	(34) 3239 4381 (34) 3239 4169	posgeo@ufu.br	Rossevelt José Santos	rossevelt@ufu.br	5	5
UnB	DF	(61) 3107 7264	posgea@unb.br	Osmar Abílio de Carvalho Júnior	osmatjr@unb.br	4	4

Instituição (sigla)	UF	Telefone	E-mail do programa	Coordenador(a)	E-mail	Conceito - Mestrado	Conceito - Doutorado
Unesp-PP	SP	(18) 3223 4519 (18) 3229 5316 (18) 3229 5317 (18) 3229 5417	posgrad@fct.unesp.br	Margarete Cristiane de Costa Tinidade Amorim	mccta@fct.unesp.br	7	7
Unesp-RC	SP	(19) 3523 3707	posgeogr@rc.unesp.br	Antônio Carlos Tavares	atavares@rc.unesp.br	5	5
Unicamp	SP	(19) 3521 5112 (19) 3521 4570 (19) 3521 4653	spg@ige.unicamp.br	Francisco Sérgio Bernardes Ladeira	fielaideira@ige.unicamp.br	5	5
Unicentro	PR	(42) 3629 8335	secmestrado.geografia@yahoo.com.br, mestrado.geografia@unicentro.br	Edvaldo Lopes Thomaz	ethomaz@bnturbo.com.br, thomaz@unicentro.br	3	-
Unioeste - Fco. Beltrão	PR	(46) 3520 4845	mestradogeo.unioeste@yahoo.com.br	Marga Eliz Pontelli	mepontelli@hotmail.com	3	-
Unioeste - Mid. C. Rondon	PR	(45) 3284 7914	mestrado.geografia.maronдон@gmail.com, rondon_pos_geografia@unioeste.br	João Edmilson Fabini	fabini2@gmail.com	3	-
UNIR	RO	(69) 3227 6204 (69) 2182 2190	mestradogeo@unir.br, mestradogeo1@gmail.com	Adilson de Almeida Silva	adilsonn@gmail.com, adilsonn@hotmail.com	3	-
USP-GF	SP	(11) 3091 3749	coordpgrf@usp.br	Luis Antonio Bittar Venturi	luisgeo@usp.br	5	5
USP-GH	SP	(11) 3091 3749	coordpgh@usp.br	Rita de Cássia Airza Cruz	ritacruz@usp.br	7	7
UVA	CE	(88) 3677 4211	mestrado.geografia@uवानe1.br	Virginia Célia Cavalcante de Holanda	virginia.holandae@uवानe1.br	3	-
UEFS	BA	-	-	Jocimara Souza Brito Lobão	jucl.lobao@gmail.com	3	-

Atualizada em 11 de junho de 2013

ANEXO 02 - Teses selecionadas para análise, separadas por título, autor, orientador, universidade e ano de produção**Universidade de Brasília - UNB**

Nenhuma Tese Selecionada

Universidade Federal de Goiás - UFG

Título	Autor	Orientador	Ano
Percepções da Paisagem Potencialmente Turísticas no Município de Minaçu-Go	Lídia Milhomem Ferreira		2008

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Título	Autor	Orientador	Ano
Meio ambiente litorâneo e urbanização: o ambiente produzido na costa leste da cidade de Fortaleza – Ceará	Claudia Maria Magalhães Grangeiro	José Meneleu Neto	2011
Condicionantes socioeconômicos e naturais para a produção de sal marinho no Brasil: As particularidades da principal região produtora	Marco Túlio Mendonça Diniz	Fábio Perdigão Vasconcelos	2011

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Título	Autor	Orientador	Ano
Os efeitos da ocupação antrópica sobre o sistema fluvial do rio Paraguai Superior	Edinéia Vilanova Grizio	Edvard Elias de Souza Filho	2012
As transformações históricas e a dinâmica atual da paisagem da bacia hidrográfica do Rio Pirapó-PR (1970-2010)	Osmar Rigon	Messias Modesto dos Passos	2012
Áreas verdes e serviços públicos de saúde na cidade de Mandaguari, Paraná: 2000 a 2010	Nestor Alexandre Perekouskei	Bruno Luiz Domingos De Angelis	2013

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Título	Autor	Orientador	Ano
Impacto das Ações Antrópicas no Patrimônio Natural e Cultural do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	Rubem Gomes Pereira	Altino Barbosa Caldeira	2012
Análise da distribuição espacial dos casos de Hanseníase no município de Belo Horizonte no período de 2001 A 2012	Renato Cesar Ferreira	Wolney Lobato	2013

Geovisualização e inundação em área urbana, utilizando métodos da Análise Espacial: estudo de caso-Região Oeste de Belo Horizonte	Pedro Alves de Oliveira	João Francisco de Abreu	2011
A importância cultural do carste e das cavernas	Luiz Eduardo Panisset Travassos	Owaldo Amorin Filho	2010
Ilha de calor urbana, metodologia para mensuração: Belo Horizonte, uma análise exploratória	Luiz Claudio de Almeida Magalhães Filho	João A. Pratini de Moraes	2006
Análise geoecológica da paisagem do município de João Pinheiro-MG-	Karina Brasil Pires Coelho	Guilherme Taitson Ribeiro	2014

Universidade Federal Fluminense - UFF

Título	Autor	Orientador	Ano
Os Serrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão	Carlos Eduardo Mazzetto Silva	Carlos Walter Porto-Gonçalves	2006
Geografia histórica ambiental: uma geografia das matas brasileiras	Celia Regina da Silva Dias	Carlos Walter Porto-Gonçalves	2007
Degradação ambiental e desertificação no nordeste brasileiro: o contexto da bacia do rio Acaraú - Ceará	Flavio Rodrigues do Nascimento	Sandra Baptista da Cunha	2006
Área de proteção ambiental estadual do rio Pandeiros, MG: espaço, território e atores	Maria Bárbara de Magalhães Bethonico	Sandra Baptista da Cunha	2009
A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira : um estudo sobre o estado do Acre	Nazira Correia Camely	Ruy Moreira	2009
Produção do espaço urbano e questão ambiental: a urbanização entre mar e montanha na Cidade do Rio de Janeiro	Regina Esteves Lustoza	Ester Limonad	2006

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Título	Autor	Orientador	Ano
Interação de comunidades rurais com recursos vegetais: o caso dos remanescentes de floresta estacional do município de Junqueira (AL - Brasil)	André Luiz da Silva Santos	Eugênia Cristina Gonçalves Pereira	2008
Uso da terra e relações de dependência com o ambiente nas planícies fluviais da sub-bacia do rio Cangati-CE	Maria Lúcia de Brito da Cruz	Eugênia Cristina Gonçalves Pereira	2010

A gestão social da água na sub-bacia hidrográfica do rio Peixe: semiárido paraibano	Edvânia Gomes de Assis	Edvânia Torres Aguiar Gomes	2010
Resiliência e susceptibilidade de tipos funcionais da paisagem do semiárido nordestino	Milena Dutra da Silva Alves	Rejane Magalhaes de M. Pimentel	2012
Indicadores geomorfológicos, riscos e ou planejamento urbano -uma apreciação teórico integradora para a cidade do Recife-PE	Roberta Medeiros de Souza Cavalcanti	Antonio Carlos de Barros Correa	2012
Análise ambiental e avaliação quali-quantitativa da bacia hidrográfica do rio Catú (Aqueiroz/Horizontal-CE)	Maria Luzineide Gomes	Eugênia Cristina Gonçalves Pereira	2012

Universidade Federal do Ceará - UFC

Título	Autor	Orientador	Ano
Análise de sistemas ambientais aplicada ao planejamento: estudo em macro e mesoescala na região da bacia hidrográfica do rio Apodi - Mossoró, RN/ Brasil	Rodrigo Guimarães de Carvalho	FATIMA MARIA SOARES KELTING	2011
Análise da dinâmica espacial do ecossistema manguezal com abordagem metodológica orientada a objeto	Paulo Roberto Lopes Thiers	Meireles, Antônio Jeovah de Andrade	2013
Avaliação ambiental da área marinha do sistema de disposição oceânica dos esgotos sanitários e das praias do litoral oeste de Fortaleza, Ceará, Brasil.	Paulo Roberto Ferreira Gomes da Silva	Meireles, Antônio Jeovah de Andrade	2012
Dinâmica costeira e vulnerabilidade à erosão do litoral dos municípios de Caucaia e Aquiraz, Ceará.	Marisa Ribeiro Moura	Kelting, Fátima Maria Soares	2012
Anomalias das temperaturas extremas do ar em Fortaleza : correlações com a morbidade hospitalar por doenças cardiovasculares	Marcelo de Oliveira Moura	Maria Elisa Zanella	2013
Análise integrada na bacia hidrográfica do rio Pirangi-CE: subsídios para o planejamento ambiental	Juliana Maria Oliveira Silva	Edson Vicente da Silva	2012

Proposta de indicadores de sustentabilidade aplicada para o estudo da vulnerabilidade da comunidade do Batoque- Aquiraz /CE	José Lidemberg de Sousa Lopes	MARTA CELINA LINHARES SALES	2013
Movimentos de massa no Maciço de Baturité(Ce) e contribuições para estratégias de planejamento ambiental.	Frederico de Holanda Bastos	Jean Pierre Peulvast	2012
Planejamento ambiental como subsídio para gestão ambiental da bacia de drenagem do açude Paulo Sarasate Varjota-Ceará	Ernane Cortez Lima	Edson Vicente da Silva	2012

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Título	Autor	Orientador	Ano
Análise Sistêmica, Turismo De Natureza E Planejamento Ambiental De Brotas: Proposta Metodológica	Charlei Aparecido Da Silva	Archimedes	2006
Habitar Em Risco: Mobilidade E Vulnerabilidade Na Experiência Metropolitana	Eduardo José Marandola Junior	Daniel Hogan	2008
Cidade E Natureza: Relações Entre A Produção Do Espaço Urbano, A Degradação Ambiental E Os Movimentos Sociais Em Bauru-sp	José Aparecido Dos Santos	Vitte	2008
A Sustentabilidade Na Gestão Territorial De Escolas Técnicas Do Centro De Paula Souza	Raquel Fabbri Ramos	Carlos Espíndola	2009
Análise Espacial Da Bataticultura E Sua Interação Com Usos E Ocupação Do Solo Em Camanducaia, Na Área De Proteção Ambiental Da Fernão Dias, Em Minas Gerais	Eliana Corrêa Aguirre De Mattos	Macos Ferreira	2011
A Geopolítica Do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo Sobre A Conferência Do Rio De Janeiro (RIO-92)	Leandro Dias De Oliveira	Arlete Rodrigues	2011
Análise Geoambiental Como Subsídio Ao Planejamento Do Uso E Ocupação Da Zona Costeira Da Região Costa Do Descobrimento (Bahia).	Raul Reis Amorim	Regina Oliveira	2011

Reativação Da Rede De Drenagem E Processos Erosivos Na Bacia Do Rio Santo Anastácio - SP/Brasil: Contribuições à Geomorfologia Antrópica E Ao Entendimento Das Organizações Espaciais	Cristiano Capellani Quaresma	Archimedes	2012
Urbanização E Vulnerabilidade Na Região Metropolitana Da Baixada Santista	Robson Bonifacio Dasilva	Luci Nunes	2013
Análise Da Dinâmica Geomorfológica Da Ilha Comprida (sp): Uma Avaliação Das Alterações Antrópicas.	Tissiana De Almeida De Souza		2014

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Título	Autor	Orientador	Ano
A questão ambiental nos cursos de graduação em geografia no Brasil e o pensamento geográfico sobre o conceito de ambiente	Alcindo Neckel	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2014
As Mudanças na Paisagem dos Campos de Cima da Serra, RS: Estratégias de Diversificação Econômica em São José dos Ausentes	Jussara Alves Pinheiro Sommer	Dejanira Luderitz Saldanha	2013
Conflito pelo acesso e uso da água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (eixo leste)	Franklyn Barbosa de Brito	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2013
Gestão democrática das águas: os desafios a participação dos agricultores da Bacia Hidrográfica do Arroio Ribeiro, RS	Márcia dos Santos Ramos Berreta	Luís Alberto Basso	2013
PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE OS JUNCAIS DA LAGOA ITAPEVA – TORRES, RS, BRASIL	Christian Linck da Luz	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2012
ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS DE RE-APROPRIAÇÃO DA NATUREZA: AUTONOMIA E AUTOGESTÃO TERRITORIAL EM ÁREAS PROTEGIDAS	Dilermando Cattaneo da Silveira	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2012
REINVENÇÃO ESPACIAL: AGROECOLOGIA E TURISMO – SUSTENTABILIDADE OU INSUSTENTABILIDADE?	Carmem Rejane Pacheco Porto	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2011

A EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DO DELTA DO RIO JACUÍ/RS	Cícero Castelo Branco Filho	Luís Alberto Basso	2010
A CIDADE JARDIM E SEUS ESPELHOS: PAISAGENS E SUAS GEOGRAFIAS	Cláudia Luisa Zeferino Pires	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2010
OS CONFLITOS DE USO E OCUPAÇÃO URBANA EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP'S - ARROIO PESSEGUEIRINHO, MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS	Marlise Amália Reineh Dal Forno	Roberto Verdum	2009
GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DO HÍBRIDO METODOLÓGICO	Heloisa Gaudie Ley Lindau	Dirce Maria Antunes Suertegaray	2009

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Título	Autor	Orientador	Ano
Pegada Ecológica, padrões de consumo, área bioproductiva, sustentabilidade	Marilda Resende de Melo	Manfred Fehr	2013
Usos e Gestão das Águas nas Territorialidades das Comunidades Rurais do Norte de Minas Gerais	Priscilla Caires Santana Afonso	João Cleps Júnior	2013
Educação Ambiental e fortalecimento da ação participativa para a gestão da Bacia do Rio Araguari - MG	Adairlei Aparecida da Silva Borges	Marlene T. de Muno Colesanti	2013
Universidade Sustentável: Desafios e Compromissos para implantação da Educação e Gestão Ambiental na Universidade Federal de Uberlândia	Élisson César Prieto	Marlene Teresinha de Muno Colesanti	2012
Caracterização, Diagnóstico e Zoneamento Ambiental: o Exemplo da bacia Hidrográfica do Rio Formiga - TO	Emerson Figueiredo Leite	Roberto Rosa	2011
Fatores ambientais, fauna flebotomínica e a transmissão da Leishmaniose Visceral em Uberlândia - MG.	Márcia Beatriz Cardoso de Paula	Samuel do Carmo Lima	2010

Gestão ambiental: complexidade sistêmica em bacia hidrográfica	Yarnel de Oliveira Campos	Luiz Nishiyama	2010
Zoneamento ambiental da área de expansão urbana de Caldas Novas - GO: procedimentos e aplicações.	Rildo Aparecido Costa	Luiz Nishiyama	2008
Aspectos ecológicos e sociais da doença de chagas no município de Uberlândia, Minas Gerais - Brasil	Paulo Cezar Mendes	Samuel do Carmo Lima	2008
Bacia hidrográfica do Rio Uberabinha: a disponibilidade de água e uso do solo sob a perspectiva da educação ambiental	Maria Beatriz Junqueira Bernardes	Marlene Teresinha de Muno Colesanti	2007
Cerrado e Escola: os saberes tradicionais como alternativa metodológica à Educação Ambiental formal	Mirna Gertrudes Ribeiro Oliveira	Vânia Rúbia Farias Vlach	2007
GEOPOLÍTICA DAS ÁGUAS O BRASIL E O DIREITO INTERNACIONAL FLUVIAL	Aguinaldo Alemar	Samuel do Carmo Lima	2006

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Título	Autor	Orientador	Ano
Paisagem, recursos hídricos e desenvolvimento econômico na Bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais	Vanderlei de Oliveira Ferreira	Allaoua Saadi	2007
Evolução das veredas sob impactos ambientais nos geossistemas planaltos de Buritizeiro/MG	Dirce Ribeiro de Melo	Cristina Helena R Rocha Augustin	2008
Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano	Rogério Palhares Zschaber de Araujo	Heloisa Soares de Moura Costa	2009
O sistema clima urbano do município de Belo Horizonte na perspectiva tempo-espacial	Wellington Lopes Assis	Magda Luzimar de Abreu	2010
Território de cidadania: ensaios de gestão pública compartilhada na mata atlântica	Paulo Dimas Rocha de Menezes	Cassio Eduardo Viana Hissa	2012

Conceito jurídico de paisagem	Maraluce Maria Custodio	Philippe Bachimon; Allaoua Saadi	2012
Indicadores ambientais e a gestão de bacias hidrográficas de economia agrícola: diagnóstico e reflexões sobre o caso da bacia do rio Preto, noroeste de MG	Leonardo Martins da Silva	Antonio Pereira Magalhaes Junior	2012
Conformidades e conflitos ambientais no município de Ouro Preto como apoio à gestão e planejamento municipal	Jairo Rodrigues Silva	Ana Clara Mourão Moura	2012
Proposta metodológica para avaliação de condições de balneabilidade em águas doces no Brasil	Frederico Wagner de Azevedo Lopes	Antonio Pereira Magalhaes Junior	2012
As múltiplas territorialidades do planejamento e gestão das águas: olhares cruzados entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Paris	Tarcisio Tadeu Nunes Junior	Heloisa Soares de Moura Costa	2013
A cidade e o rio: a navegação fluvial e o extrativismo vegetal na formação do espaço de Floriano-PI (1890 -1950)	Djalma Jose Nunes Filho	Heloisa Soares de Moura Costa	2013
Paisagem da Terra dos Diamantes: passado e presente a favor de uma reflexão prospectiva	Mariana de Oliveira Lacerda	Allaoua Saadi	2014

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Título	Autor	Orientador	Ano
Água, meio ambiente e desenvolvimento na Bacia do Araranguá (SC)	COMASSETTO, Vilmar		2008
Avaliação do nível de vulnerabilidade ambiental da planície costeira do trecho Garopaba - Imbituba, litoral sudeste do Estado de Santa Catarina, em face aos aspectos geológicos e paleogeográficos	LEAL, Paulo César		2005
Avaliação ambiental estratégica como subsídio para o planejamento urbano	SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes		2003

Avaliação integrada das condições ambientais e do desempenho produtivo do cultivo de mexilhões e ostras no estado de Santa Catarina, Brasil	GUZENSKI, João		2014
Desenvolvimento e distribuição de voçorocas em Manaus (AM) : principais fatores controladores e impactos urbano-ambientais	VIEIRA, Antonio Fábio Guimarães		2008
Dinâmica espaço-temporal da paisagem de um enclave úmido no semiárido cearense como subsídio ao zoneamento ambiental: as marcas do passado na APA da Serra de Baturité-CE	FREITAS FILHO, Manuel Rodrigues de		2011
Diversidade vegetal em florestas do estado do Acre : aplicação de modelos ecológicos e do conhecimento tradicional	BARBOSA, Cleto Batista		2003
Os espaços de natureza protegida na Ilha de Santa Catarina, Brasil	FERRETTI, Orlando Ednei		2013
Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento	VIEIRA, Rafaela		2004
Planejamento territorial e paisagem: entre razões, naturalizações e desejos	BERTOLI, Daiane		2013
Recursos hídricos e uso da terra na bacia do Rio do Peixe/SC, mapeamento das áreas de vulnerabilidade e risco de contaminação do sistema aquífero Serra Geral	LOPES, Andréa Regina de Britto Costa		2012
Relações entre a morfodinâmica e a utilização em trechos da costa oceânica da Ilha de Santa Catarina, SC, Brasil	OLIVEIRA, Ulisses Rocha de		2009
Riscos ambientais : enxurradas e desabamentos na cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, 1980 a 2007	PFLUCK, Lia Dorotéa		2009
Os significados e representações atribuídos aos cursos d'água da bacia do Rio Criciúma (SC) desde 1880 até 2009 e suas influências na configuração da paisagem	ADAMI, Rose Maria		2010
Sustentabilidade multidimensional: elementos reflexivos na produção da técnica jurídico-ambiental	TYBUSCH, Jerônimo Siqueira		2011

Universidade Federal do Sergipe - UFS

Título	Autor	Orientador	Ano
FRAGILIDADE HÍDRICA E ECODINÂMICA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SERGIPE: DESAFIOS À GESTÃO DAS ÁGUAS	LUIZ CARLOS SOUSA SILVA	ROSEMERI MELO E SOUZA	2014
"A MERCANTILIZAÇÃO DA PAISAGEM NATURAL NOS PARQUES NACIONAIS DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA"	MÉRCIA CARMELITA CHAGAS ALVES SANTOS	CELSO DONIZETE LOCATEL	2014
NATUREZA, POLÍTICAS PÚBLICAS E (Re)ORDENAMENTO DO ESPAÇO: interfaces das políticas ambientais em Sergipe.	ANA CONSUÊLO FERREIRA FONTENELE	FRANCISCO SANDRO RODRIGUES HOLANDA	2013
TRANSFORMAÇÕES AMBIENTAIS DAS RESTINGAS NA PLANÍCIE COSTEIRA SERGIPANA	JAILTON DE JESUS COSTA	ROSEMERI MELO E SOUZA	2013
DINÂMICAS AMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM NO CERRADO PIAUIENSE	ANÉZIA MARIA FONSÊCA BARBOSA	ROSEMERI MELO E SOUZA	2013
Instrumentos de gestão ambiental como subsídio para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamentos de reforma agrária de Sergipe	IVANA SILVA SOBRAL	JOSE ANTONIO PACHECO DE ALMEIDA	2012
SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	MEIRILANE RODRIGUES MAIA	ARACY LOSANO FONTES	2012
EXTERNALIDADES E (IN) SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS NO BAIXO SÃO FRANCISCO.	VANDEMBERG SALVADOR DE OLIVEIRA	EDISON RODRIGUES BARRETO JUNIOR	2011
SUB-BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO POXIM: TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM (1970-2010)	MARTA CRISTINA VIEIRA FARIAS	LILIAN DE LINS WANDERLEY	2011

PLANEJAMENTO AMBIENTAL E O USO DO GEOPROCESSAMENTO NO ORDENADO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DONA-BAHIA	DJALMA VILLA GOIS	JOSE ANTONIO PACHECO DE ALMEIDA	2010
A RESSIGNIFICAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA: PRÁTICAS E PROGRAMAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO TERRITÓRIO DE JUAZEIRO (BAHIA)	LUZINEIDE DOURADO CARVALHO		2010
CONFLITOS AMBIENTAIS E TERRITORIALIDADES NO LITORAL NORTE DE SERGIPE.	LICIO VALERIO LIMA VIEIRA		2010
ANÁLISE GEOAMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS COSTEIROS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DE SERGIPE -DIAGNÓSTICO COMO SUBSÍDIO AO ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	NEISE MARE DE SOUZA ALVES	ARACY LOSANO FONTES	2010
"AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE"	JANA MARUSKA BUUDA DA MATTA	VERA LUCIA ALVES FRANCA	2007

Universidade Federal do Paraná - UFPR

Título	Autor	Orientador	Ano
As Redes De Representações Socioespaciais Na Região Cárstica Curitibana	Maria Cristina Borges Da Silva	Saete Kozel Teixeira	2012
Análise Multitemporal Da Erosão Nas Bacias Hidrográficas Dos Rios São João, Iporã E Do Prado, Altônia – Pr, Decorrente Da Dinâmica Agropastoril	Sandra Lessa Da Silva Ferreira	Chisato Oka Fiori	2012
Índices De Tendências De Atributos Urbanísticos E A Temperatura Do Ar Em São José Dos Pinhais	Susanne Cristine Pertschi	Inês Moresco Danni-Oliveira	2012
Constituição Fisionômica e Identidade Visual em Espaços de Paisagens: Um Estudo de Caso Múltiplo em Cidades Turísticas do Litoral do Paraná.	Marcelo Chemin	Cicilian Luiza Löwen Sahr	2011

Geografia, Ambiente e Método: O Caso da Erosão das Praias Situadas ao Norte do Pontal de Matinhos - PR.	José Rogério Milani	Naldy Emerson Canali	2011
Potencial Geomorfológico e Geológico para o Geoturismo nos Parques estaduais do Guartelá, Vila Velha e Cerrado.	Karin Linete Hornes	Chisato Oka Fiori	2011
Potencialidades de Adensamento populacional por Verticalização das Edificação e Qualidade Ambiental Urbana no Município de Paranaguá, Brasil.	Emerson Luis Toneti	João Carlos Nucci	2011
Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: A Homonímia Sígnica da Paisagem em Áreas Preservadas.	Helena Midori Kashiwagi	Salete Kozel Teixeira	2011
O Planejamento dos Espaços de Uso Público, Livres de Edificação e com Vegetação (EUPLEVs) no Município de Curitiba, PR: Planejamento Sistemático ou Planejamento Baseado em um Modelo Oportunista.	Alexandre Theobaldo Buccheri Filho	João Carlos Nucci	2010
Imbricações entre o ritmo Climático, Ritmo Social, Riscos e Vulnerabilidades a Deslizamentos de Terra em Ubatuba-SP.	Renato Tavares	Francisco de Assis Mendonça	2010
Índice Ultravioleta e Câncer de pele no Estado do Paraná	Marcia Maria Fernandes de Oliveira	Inês Moresco Danni-Oliveira	2010
HIDRELÉTRICAS DO RIO MADEIRA-RO: TERRITÓRIO, TECNIFICAÇÃO E MEIO AMBIENTE	Maria Madalena de Aguiar Cavalcante	Leonardo José dos Santos	2012
ESTRUTURA E DINÂMICA DA PAISAGEM: SUBSÍDIOS PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CURITIBA-PR	Simone Valaski	Joao Carlos Nucci	2013
CLIMA URBANO E DENGUE NO CENTRO-SUDOESTE DO BRASIL	Wilson Flavio Feltrim Roseghini	Francisco de Assis Mendonça	2013
Uma Análise Geográfica da Área de Relevante Interesse Ecológico Burity, Pato Branco/PR, a partir dos Conceitos Geossistema – Território Paisagem	Beatriz Rodrigues Carrijo	Everton Passos	2013

A QUESTÃO ECOLÓGICA EM REDE: ATALANTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, UM MICROCOSMO NO CAMINHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	Urda Alice Klueger	Nilson Cesar Fraga	2014
ANÁLISE DE ESTUDOS PRÉVIOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIVs) COM BASE NOS PRINCÍPIOS DO PLANEJAMENTO DA PAISAGEM	Laura Freire Estêvez	João Carlos Nucci	2014
A Evolução da Pecuária Bovina em Rondônia e sua Influência sobre a Configuração Territorial e a Paisagem	Josélia Fontenele Batista	Ana Maria Muratori	2014
Reestruturação Urbana e Conforto Térmico em Curitiba/PR: Diagnóstico, Modelagem e Cenários	Lisana Katia Schmitz Santos	Francisco de Assis Mendonça	2014

Universidade de São Paulo – USP / Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

Título	Autor	Orientador	Ano
Os meandros dos rios nos meandros do poder	Odete Carvalho de Lima Seabra	Léa Goldenstein	1987
Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista	Paulo dos Santos Pires	Adyr Aparecida Balestreri Rodrigues	1999
Degradação ambiental na bacia do Rio Piracicaba – SP – agricultura e industrialização da cana-de-açúcar	Manoel B. Roland Berrios Godoy	Amália Inés Geraiges de Lemos	1998
A urbanização e a Problemática Ambiental no Centro-Oeste do Brasil: o Caso de Rondonópolis-MT	José Vieira Neto	Amália Inés Geraiges de Lemos	2000
Conservação da natureza, políticas públicas e reordenamento do espaço: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná	Maria Cristina Rosa	Antonio Carlos Robert Moraes	2000
A persistência das inundações na Grande São Paulo	Vanderli Custódio	Antonio Carlos Robert Moraes	2002
Comunidade, natureza e espaço: gestão territorial comunitária? Arquipélago dos Bijagós, África Ocidental	Cláudio Carrera Mareti	Antonio Carlos Robert Moraes	2002

Meio ambiente e habitação popular – o caso do cantinho do céu	Maria Eliza Miranda	Claudete Barriguela Junqueira	2003
Difusão de conhecimento sobre o meio ambiente da indústria	Elisabeth Zolcsak	Eduardo Abdo Yázigi	2002
A ordem ambiental internacional	Wagner Costa Ribeiro	José William Vesentini	1999
Análise do Meio Ambiente. Estudo teórico. Técnicas de representações gráficas de índices morfométricos e outras variáveis aplicadas	Keith Bento da Cunha	Mário De Biasi	1989
Variabilidade, fragilidade e dinâmica da paisagem em área de transição urbano-rural	Silvio Jorge Coelho Simões	Mário De Biasi	2001
Políticas Públicas Territoriais na Amazônia Brasileira. Conflitos entre Conservação Ambiental e desenvolvimento - 1970-2000	Neli Aparecida Mello	Wanderley Messias da Costa	2002
Urbanização e ambiente urbano no distrito administrativo de Icoaraci, Belém-PA	Mario Benjamin Dias	Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta	2007
Paisagem e sustentabilidade na bacia hidrográfica do Rio Sorocaba (SP)	Oriana Aparecida Favero	Mario de Biasi	2007
O setor agropecuário no contexto da sustentabilidade: a região Oeste do Estado de São Paulo	Mário Pires de Almeida Olivetti	Luiz Augusto de Queiroz Ablas	2005
Água e metrópole: limites e expectativas do tempo	Mauricio Waldman	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	2006

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP / Campus Presidente Prudente

Título	Autor	Orientador	Ano
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE: ESTUDO DOS EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUAS IMPLICAÇÕES AO MEIO AMBIENTE A PARTIR DOS ANOS	CICERO ANTONIO DE OLIVEIRA	MARCOS ALEGRE	2000

SETENTA. O EXEMPLO DE SÃO GABRIEL DO OESTE-MS			
CONFLITO NA APROPRIAÇÃO DA ÁGUA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	ANA PAULA FRACALANZA	ARLETE MOYSES RODRIGUES	2002
UMA CONTRIBUIÇÃO METODOLÓGICA AO ESTUDO DA DINÂMICA DA PAISAGEM APLICADA A ESCOLHA DE ÁREAS PARA CONSTRUÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP	JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES	JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO	2002
AS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E A DINÂMICA ATUAL DA PAISAGEM NAS MICROBACIAS DOS RIBEIRÕES: SANTO ANTONIO/SP, SÃO FRANCISCO/PR E TRÊS BARRAS/MS	ELOISA CRISTIANI TORRES	MESSIAS MODESTO DOS PASSOS	2003
SISTEMAS AGRÍCOLAS E SUSTENTABILIDADE NA MICRORREGIÃO CAMPO GRANDE/MS	EDGAR APARECIDO DA COSTA	MARCIO ANTONIO TEIXEIRA	2004
O DIAGNÓSTICO FÍSICO-CONSERVACIONISTA - DFC - COMO SUBSÍDIO À GESTÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO QUEBRA-PERNA, PONTA GROSSA/PR	SILVIA MERI CARVALHO	NILZA APARECIDA FRERES STIPP	2004
O CLIMA COMO UM DOS FATORES DE EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA NO RIO GRANDE DO SUL, PARANÁ E MATO GROSSO	IVAN RODRIGUES ALMEIDA	JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO	2005
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS : CONTRIBUIÇÕES PARA A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP	JOSÉ AUGUSTO DA SILVA	ANTONIO CEZAR LEAL	2006
IMPACTOS DA CONSTRUÇÃO DA U.H.E. "TRÊS IRMÃOS" SOBRE A ATIVIDADE DE MINERAÇÃO : IMPORTÂNCIA DE UMA GESTÃO AMBIENTAL	OMAR JORJE SABBAG	JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES	2006
USO E GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS EM ARAGUAÍNA/TO	LUIS EDUARDO BOVOLATO	JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES	2007

DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UMA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ	ROSANA CRISTINA BIRAL LEME	ANTONIO CEZAR LEAL	2007
O MUNICÍPIO E A GESTÃO DAS ÁGUAS: INTERFACES E DESAFIOS	GISLAINE GARCIA DE FARIA	ANTONIO CEZAR LEAL	2008
ANÁLISE DA VALORAÇÃO CLIMÁTICA NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA AMBIENTAL: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES	LAYS REGINA ANDRIUCCI	JOAO LIMA SANT ANNA NETO	2009
ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE BONITO - MATO GROSSO DO SUL	MARÇAL ROGÉRIO RIZZO	ANTONIO CEZAR LEAL	2010
O PROGRAMA ESTADUAL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE JALES – SP	EVANDRO CESAR DO CLEMENTE	ANTONIO NIVALDO HESPANHOL	2011
A POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DA NATUREZA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO TERRITÓRIO DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	CLAUDIO EDUARDO DE CASTRO	JOÃO LIMA SANT'ANNA NETO	2012
GEOMORFOLOGIA APLICADA À FRAGILIDADE E AO ZONEAMENTO AMBIENTAL DE CAXIAS – MA	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA ARAÚJO	PAULO CESAR ROCHA	2012
CLIMA URBANO E PLANEJAMENTO NA CIDADE DE JALES-SP	JOSÉ CARLOS UGEDA JÚNIOR	MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM	2012
A SUSTENTABILIDADE URBANA DE MARINGÁ/PR: DA TEORIA À PRÁTICA	PACELLI HENRIQUE MARTINS TEODORO	MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM	2012
POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PROTEGIDAS EM SÃO LUÍS - MARANHÃO: O PARQUE ECOLÓGICO DA LAGOA DA JANSEN	WASHINGTON LUIS CAMPOS RIO BRANCO	MARIA ENCARNACAO BELTRÃO SPOSITO	2012

PELAS LENTES DA CLIMATOLOGIA E DA SAÚDE PÚBLICA: DOENÇAS HÍDRICAS E RESPIRATÓRIAS NA CIDADE DE RIBEIRÃO PRETO/SP	NATACHA CINTIA REGINA ALEIXO	JOÃO LIMA SANT ANNA NETO	2012
ENCONTROS E DESENCONTROS DO TURISMO COM A SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE BONITO - MATO GROSSO DO SUL	MARÇAL ROGÉRIO RIZZO	ANTONIO CEZAR LEAL	2010
PLANEJAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO APLICADO À BACIA HIDROGRÁFICA DO MANANCIAL DO ALTO CURSO DO RIO SANTO ANASTÁCIO - SÃO PAULO/BRASIL	EDUARDO PIZZOLIMDIBO	ANTONIO CEZAR LEAL	2013
ZONEAMENTO AMBIENTAL COMO SUBSÍDIO PARA ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SALOBRA - SERRA DA BODOQUENA, MATO GROSSO DO SUL	JOÃO CÂNDIDO ANDRÉ DA SILVA NETO	JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES	2013
A SOCIEDADE E A NATUREZA NA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE DE INDICADORES PARA AVALIAR A QUALIDADE AMBIENTAL	VALÉRIA LIMA	MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM	2013

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP / Campus Rio Claro

Linha de Pesquisa: Análise da Informação Espacial

Título	Autor	Orientador	Ano
Diagnóstico e Prognóstico Ambiental como Subsídio para a Gestão da Bacia do Ribeirão dos Pinheirinhos ou da Cachoeira - SP	ANALUCIA BUENO DOS REIS GIOMETTI		1999
Altas Bacias dos Rios Negros e Taboco/MS: A potencialidade ambiental analisada a partir da declividade e do uso da terra, para subsidiar a economia regional	VALTER GUIMARÃES		1999

A dinâmica da Ocupação Pioneira na Rodovia Transamazônica: Uma Abordagem de Modelos de Paisagem	ADRIANO VENTURIERI		2003
Percepção dos riscos de escorregamentos na Vila Mello Reis, Juiz de Fora (MG): contribuição ao planejamento e à gestão urbanas	LUCAS BARBOSA E SOUZA		2006
Tipos de tempo e doenças respiratórias: um estudo geográfico aplicado ao Distrito Federal	JULIANA RAMALHO BARROS		2006

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP / Campus Rio Claro

Linha de Pesquisa: Organização Espacial

Título	Autor	Orientador	Ano
A Serra do Mar Paulista: Um Estudo de Paisagem Valorizada	LUCY MARION CALDERINI PHILADELPHO MACHADO		1988
Análise Ambiental da Sub-Bacia do Rio Piracicaba: Subsídios ao seu Planejamento e Manejo	MYRIAN CECÍLIA ROLIM PROCHNOW		1991
Morretes - Estudo de Paisagem Valorizada	LINEU BLEY		1991
Dinâmica da Paisagem: Estudo Integrado de Ecossistemas Litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (Brasil)	EDSON VICENTE DA SILVA		1993
Código Florestal Brasileiro: Um Estudo sobre as relações entre sua eficácia e a valorização da Paisagem Florestal no Sudoeste Paulista	MARÍLIA GOMES CAMPOS LIBÓRIO		1994
Por uma Educação Ambiental: O Parque do Sabiá, em Uberlândia, MG	MARLENE TERESINHA DE MUNO COLESANTI		1995
Percepção Geográfica dos Deslizamentos de Encostas em Áreas de Risco no Município de Belo Horizonte, MG	HERBE XAVIER		1996
Agricultura e Meio Ambiente: Um Estudo sobre a Sustentabilidade Ambiental de Sistemas Agrícolas na Região de Ribeirão Preto (SP)	FRANCISCO CARLOS DE FRANCISCO		1997
Meio Ambiente Urbano e Saúde no Município de Salvador	ANTONIO PEDRO ALVES DE CARVALHO		1997

Caracterização Geoambiental da Bacia do Rio Japarutuba (SE)	ARACY LOSANO FONTES		1997
Bacia do Rio João Leite: Influência das Condições Ambientais Naturais e Antrópicas na Perda de Terra por Erosão Laminar	MARIA AMÉLIA LEITE SOARES DO NASCIMENTO		1998
A Ecologia da Paisagem e a Questão da Gestão de Recursos Naturais: Um Ensaio Teórico-Metodológico Realizado a Partir de Duas Áreas da Costa Atlântica Brasileira	PAULO RAVANELLI PICCOLO		1998
Litoral Sul de Sergipe: Uma Proposta de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	LILIAN DE LINS WANDERLEY		1998
Organização do Espaço e Manejo do Solo em Santa Terezinha, no Alto Vale do Itajaí/SC: Reflexos sobre a Qualidade Ambiental e a Ocorrência de Enchentes n Bacia Hidrográfica do Itajaí	IVANI CRISTINA BUTZKE DALLACORTE		1998
Ecologia da Paisagem e Impacto Ambiental na Região da Riviera Maya Cancun – Tulum México	RENÉ LÓPEZ BARAJAS		2000
Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável - O Exemplo de Santa Silvana - Pelotas - RS	GIANCARLA SALAMONI		2000
Clima Urbano e Saúde: As patologias do aparelho respiratório associadas aos tipos de tempo no inverno, em Rio Claro - SP	AGNELO WELINGTON SILVEIRA CASTRO		2001
Impactos e Condições Ambientais da Zona Costeira do Estado do Piauí	AGOSTINHO PAULA BRITO CAVALCANTI		2001
Cognição Ambiental e Paisagem Relictual: O Parque Estadual de Campos do Jordão	ANGELO MARTINS DE SOUZA JUNIOR		2002
Descentralização da Política Ambiental no Brasil e a Gestão dos Recursos Naturais no Cerrado Goiano	MANOEL RODRIGUES CHAVES		2003
Meio Ambiente e Cidadania: a Interface Educacional	MARIA BERNADETE SARTI DA SILVA CARVALHO		2003
O Direito à Natureza na Cidade. Ideologias e Práticas na História	WENDEL HENRIQUE		2004
Planejamento e Gestão de Bacias Hidrográficas: uma abordagem pelos caminhos da sustentabilidade sistêmica	SYLVIO LUIZ ANDREOZZI		2005
Sustentabilidade e Identidade Local: Pauta para um Planejamento Ambiental Participativo em Sub-Bacias Hidrográficas da Região Bragantina	ALMERINDA ANTONIA BARBOSA FADINI		2005
Análise dos sistemas ambientais do Alto Rio Claro – Sudoeste de Goiás: contribuição ao planejamento e gestão	WASHINGTON MENDONÇA MORAGAS		2005
Paisagem, cultura e desenvolvimento sustentável: um estudo da comunidade indígena Apurinã na Amazônia brasileira	LUCIENE CRISTINA RISSO		2005

Problemas ambientais e impactos sociais provocados pela atividade ceramista nos municípios de Santa Gertrudes e Cordeirópolis/SP	SUSIMARA CRISTINA LEVIGHIN		2005
Ocupação do território e modernidade: reestruturação espacial da microrregião de Rondonópolis-MT. Uma análise sociedade-natureza	ROBERTO DE SOUZA SANTOS		2006
A representação gráfica das unidades de paisagem no zoneamento ambiental: um estudo de caso no Município de Ourinhos - SP	ANDREA APARECIDA ZACHARIAS		2006
Parque Ambiental Santa Luzia - Guaratinguetá - SP: Uma Proposta de Educação Ambiental Inclusiva na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos	MARTA LEITE DA SILVA NASCIMENTO		2008
Análise Integrada da Paisagem na Bacia Hidrográfica do Rio Caeté – Amazônia Oriental - Brasil	ADRYANE GORAYEB NOGUEIRA		2008
Reflexões sobre o Desenvolvimento e a Sustentabilidade: o que o IDH E O IDHM Podem nos Mostrar?	RAFAEL ALVES ORSI		2009
Realidade Socioeconômica e Ambiental de um Agrupamento de Bairros da Zona Norte de Teresina, Piauí	PAULO BORGES DA CUNHA		2010
A Sensibilidade do Lugar: um estudo de percepção ambiental na Ilha de Paquetá (RJ)	MARCELO PEREIRA MATOS		2010
A Influência de Reservatórios Hidrelétricos sobre a Morfohidrografia da Baixa Bacia do Rio Piracicaba SP: Contribuições ao Estudo da Geomorfologia Antropogênica	ADRIANO LUÍS HECK SIMON		2010
Análise Ambiental da Mineração de Opala e do Turismo no Município de Pedro II, Piauí	DIVAMELIA DE OLIVEIRA BEZERRA		2011
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente: desafios para a construção da região metropolitana de Bogotá (Colômbia)	JAIR PRECIADO BELTRAN		2012
Zoneamento Geoambiental do município de Itanhaém - Baixada Santista (SP)	SIMONE EMIKO SATO		2012
Sustentabilidade Ambiental: Análise da degradação e perturbação ambiental na mata ciliar do Rio Mandú, município de Pouso Alegre (MG)	JOSÉ VENICIUS DE SOUZA		2012
Agricultura Familiar como Sustentabilidade: Estudo de Caso do Planalto Rural de Montes Claros-MG	ANA IVANIA ALVES FONSECA		2012

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Título	Autor	Orientador	Ano
Dimensão Geopolítica da Biodiversidade	ALBAGLI, Sarita.	Bertha Becker	1997
Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza	AMADOR, Elmo da Silva	Antonio José Teixeira Guerra	1997
O rastro do Homem na Floresta: Sustentabilidade e Funcionalidade da Mata Atlântica sob Manejo Caiçara	OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de.	Ana Luiza Coelho Netto	1999
Zoneamento Ambiental em Base Geo-Hidroecológica: Relação entre Escala e Meios Operacionais	Reiner Olíbano Rosas	Ana Luiza Coelho Netto	1999
Gestão de riscos ambientais na região do médio Paraíba (RJ)	Paulo Pereira de Gusmão	Reiner Egler	
Zoneamento Ecológico Econômico como Instrumento de Gestão do Território: o Caso do Estuário do Curimataú/Cunhau (RN)	Anelino Francisco da Silva	Julia Bernanrdes	2000
Evolução Espacial e Alterações Ambientais Provocadas pelos Garimpos de Ouro em Peixoto Azevedo/Matupá(MT)	Celia Alves Borges	Sandra Baptista Cunha	2000
Integração Regional para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Sul-Americana	José Américo Roberto Chiarella Quinhões		2002
Processos Geomorfológicos Atuais e a Sustentabilidade da Paisagem Agrícola no Noroeste Gaúcho: Proposta de Análise em Bacia Hidrográfica	Maria Ligia Cassol Pinto	Jorge soares Marques	2002
A proteção da natureza: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais	MEDEIROS, Rodrigo Jesus de.	Bertha Becker	2003
A questão ambiental na agricultura através de um estudo integrado dos ecossistemas e dos agrossistemas no agreste da Paraíba	BARBOZA, Aldemir Dantas.	Ana Maria Bicalho	2003
ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: A GESTÃO CABLOCA NAS VÁRZEAS DE SILVES-AM	PINTO, Vicente Paulo Dos Santos	Bertha Becker	2004
AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: A QUALIDADE DA ÁGUA DOS RIOS FORMADORES DA BACIA DO RIO GRANDE – NOVA FRIBURGO/RJ.	BARROS, Regina Cohen	Ana Maria de Souza Mello Bicalho	2004
ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE LIDERANÇAS DA REGIÃO LAGUNAR DO LESTE FLUMINENSE APOIADA EM MONITORIAS AMBIENTAIS POR GEOPROCESSAMENTO	BARROSO, Lisia Vanacôr	Jorge Xavier da Silva	2004

POLÍTICA AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE NA ESCALA LOCAL	COLLARES, José Enilcio Rocha	Bertha Becker	2004
JOGANDO COM A COMPLEXA SUSTENTABILIDADE URBANA NA AMAZÔNIA	OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras De.	Bertha Becker	2004
MUDANÇAS AMBIENTAIS NA INTERFACE FLORESTA CIDADE E PROPAGAÇÃO DE EFEITO DE BORDA NO MACIÇO DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO	FIGUEIRÓ, Adriano Severo.	Ana Luiza Coelho Netto	2005
PROPOSTA DE MANEJO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL DE TRILHAS ECOTURÍSTICAS: UM ESTUDO NO MACIÇO DA PEDRA BRANCA - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	COSTA, Vivian Castilho Da.	Josilda Rodrigues da Silva de Moura	2006
RISCO DE ESCORREGAMENTO NUMA BACIA DE DRENAGEM URBANA NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA – MG	ZAIDAN, Ricardo Tavares.	Nelson Ferreira Fernandes	2006
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NOS RIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	ARAÚJO, Lílian Alves de.	Sandra Baptista da Cunha	2006
ANÁLISE GEOMORFOLÓGICA APLICADA AO SANEAMENTO BÁSICO, NO PERÍMETRO URBANO DE CÁCERES - MATO GROSSO	FILHO, Antonio Rosestolato	Antonio José T. Guerra	2006
INFLUÊNCIA DO MANEJO DO SOLO E DA DINÂMICA DA ÁGUA NO SISTEMA DE PRODUÇÃO DO TOMATE DE MESA: SUBSÍDIOS A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA DO NOROESTE FLUMINENSE)	BHERING, Silvio Barge.	Nelson Ferreira Fernandes	2007
ANTROPOGEOMORFOLOGIA DA OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO EM PETRÓPOLIS (RJ): ANÁLISE AMBIENTAL URBANA	SANTOS FILHO, Raphael David dos	Antonio José T. Guerra	2007
GEOGRAFIA AGRÁRIA E AMBIENTE NO NORDESTE DO BRASIL	ABRANCHES JUNIOR, Nilton.	Ana Maria Bicalho	2008
RELAÇÃO SOLO-PAISAGEM NO NOROESTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: SUBSÍDIOS AO PLANEJAMENTO DE USO SUSTENTÁVEL EM ÁREAS DE RELEVO ACIDENTADO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA	LUMBRERAS, José Francisco.	Nelson Ferreira Fernandes	2008
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAs): A CONSERVAÇÃO EM SISTEMAS DE PAISAGENS PROTEGIDAS Análise da APA Petrópolis/RJ	PAGANI, Yara Valverde	Antonio J. Teixeira Guerra	2009
Seleção e Modelagem de Critérios Favoráveis à Conservação dos Ecossistemas da Planície Costeira. Estudo de Caso: Município de Bertioga-SP	RICHTER, Monika.	Carla Bernadete Madureira Cruz	2009

Universidade de São Paulo – USP / Programa de Pós Graduação em Geografia Física

Título	Autor	Orientador	Ano
Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo	Aziz Nacib Ab'Saber	Aroldo Edgard de Azevedo	1956
Poluição do ar e doenças respiratórias em crianças da grande São Paulo: um estudo de Geografia Médica	Helena Ribeiro W. Sobral	José Roberto Tarifa	1988
O homem e as inundações na bacia do Itajaí: uma contribuição aos estudos da geografia do comportamento e da percepção, na linha da percepção ambiental	Maria José Pompilio	Carlos Augusto Figueiredo de Monteiro	1990
Voçorocas: Marcas das relações sociedades – natureza na bacia do Monjolinho, São Carlos – SP	Cláudio Antonio de Mauro	Olga Cruz	1990
De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos de natureza. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana	Suely Regina Del Grossi	Adilson Avansi de Abreu	1991
O clima e o planejamento urbano de cidades de porte médio e pequeno, proposição metodológica para estudo e sua aplicação à cidade de Londrina – PR	Francisco de Assis Mendonça	José Bueno Conti	1995
Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de planejamento da paisagem do distrito de Santa Cecília-SP	João Carlos Nucci	Felisberto Cavalheiro	1996
Clima e ambiente construído. A abordagem dinâmica aplicada ao conforto humano	Francisco Arthur Silva Vecchia	Augusto Humberto Vairo Titarelli	1997
Análise ambiental urbana: estudo aplicado à cidade de Londrina – PR	Mirian Vizintin Fernandes Barros	Magda Adelaide Lombardo	1998
Problemas geoambientais na faixa central do litoral Catarinense	Maria Lúcia de Paula Hermann	Augusto Humberto Vairo Titarelli	1999
A Cidade de Curitiba/PR e a Poluição do Ar. Implicações de seus atributos urbanos e geoecológicos na dispersão de poluentes em período de inverno	Inês Moresco Danni-Oliveira	José Bueno Conti	2000
Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.	Eduardo Schiavone Cardoso	Gil Sodero de Toledo	2001
Gestão Municipal e Conservação da Natureza: a bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – Campinas/SP	Marisa Teresinha M. Frischenbruder	Felisberto Cavalheiro	2001
Derivação antrópica do clima na Região Metropolitana de São Paulo abordada como função do ritmos semanal das atividades humanas	Tarik Rezende de Azevedo	José Roberto Tarifa	2001

Análise Ambiental Urbana na Área Metropolitana de Porto Alegre – RS: Sub-Bacia Hidrográfica do Arroio Dilúvio	Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2001
Das Imagens às Linguagens do Geográfico: Curitiba a Capital Ecológica	Salette Kozel Teixeira	Maria Elena Ramos Simielli	2001
Qualidade ambiental urbana – ocupação periférica e percepção em área de proteção e recuperação de mananciais – zona sul de São Paulo	Douglas Gomes dos Santos	Felisberto Cavalheiro	2002
Turismo sustentável: realidade possível? O caso do município de Bertiooga, SP	Luana Lacaze de Camargo Casella	Magda Adelaide Lombardo	2004
Condicionantes geoambientais na evolução do relevo de um maciço costeiro	Antonio Celso de Oliveira Goulart	Adilson Avansi de Abreu	2005
Implicações ambientais no uso e ocupação da terra urbana e suas repercussões na qualidade de vida da população. O exemplo da favela Vila dos Pescadores em Cubatão – SP	Vera Lúcia da Rocha	Magda Adelaide Lombardo	2005
Zoneamento ambiental de um setor do parque estadual da Cantareira e entorno seccionado pela rodovia Fernão Dias (BR381)	Dimas Antonio da Silva	Conti, Jose Bueno	2006
Ecoturismo indígena. Território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia	Ivani Ferreira de Faria	Regina Araujo de Almeida	2007
Relevo, processos geocológicos e sócio/reprodutores e a fragilidade ambiental da bacia do ribeirão Piracicamirim/SP	Sueli Mançanares Leme	Adilson Avansi de Abreu	2007
As áreas tropicais úmidas e as febres hemorrágicas virais: uma abordagem geográfica na área ambiental e na de saúde	Paulo Roberto Moraes	Jose Bueno Conti	2007
Avaliação de metodologias de análise de risco a escorregamentos: aplicação de um ensaio em Ubatuba, SP	Lidia Keiko Tominaga	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2007
Avaliação dos impactos ambientais de plantações de eucalipto no Cerrado com base na análise comparativa do ciclo hidrológico e da sustentabilidade da paisagem em duas bacias de segunda ordem	Andreia Arruda de Oliveira Mosca	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2008
Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e a conservação da natureza	Simone Rezende da Silva	Sueli Angelo Furlan	2008
Planejamento ambiental da APA Cabuçu-Tanque Grande Guarulhos-SP	Marcio Roberto Magalhães de Andrade	Ailton Luchiani	2009
A prática educativa e o estudo do meio: o Amapá como estudo de caso na construção do conceito de sustentabilidade	Maria Lidia Bueno Fernandes	Magda Adelaide Lombardo	2009
Discurso da paisagem em Luís Martins: imaginário geográfico nas crônicas de São Paulo	Carlos Alberto Magni	Adilson Avansi de Abreu	2009
Fatores externos e internos que alteram a vida do homem e o ecossistema Manguezal do Rio Jordão - Pernambuco	Jorge José Araujo da Silva	Sueli Angelo Furlan	2009
Evolução urbana e dinâmica da paisagem em setores periféricos da metrópole paulistana: o caso de Taboão da Serra - SP	Wellison Tatagiba de Araújo	Adilson Avansi de Abreu	2010

Da originalidade do sítio urbano de São Paulo às formas antrópicas: aplicação da abordagem da geomorfologia antropogênica na bacia hidrográfica do Rio Tamanduateí, na região metropolitana de São Paulo	Isabel Cristina Moroz Caccia Gouveia	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2010
Análise de internações por doenças do aparelho respiratório, pacientes residentes em Maringá-PR: relações com o espaço urbano e a variabilidade climática	Isabel Barbosa dos Anjos	Gil Sodero de Toledo	2011
A aplicação do indicador de sustentabilidade BAF no mapeamento de geótopos urbanos: um experimento para a bacia hidrográfica do córrego Água Espraiada - São Paulo-SP	Lucilia Blanes	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2011
Dos mitos acerca do determinismo climático/ambiental na história do pensamento geográfico e dos equívocos de sua crítica: reflexões metodológicas, teórico-epistemológicas, semântico-conceituais e filosóficas como prolegômenos ao estudo da relação sociedade-natureza pelo prisma da idéia das influências ambientais	Ilton Jardim de Carvalho Júnior	Tarik Rezende de Azevedo	2011
Mapeamento e análise geomorfológicos como subsídio para identificação e caracterização de terras inundáveis, estudos de caso da bacia hidrográfica do Rio dos Sinos - RS.	Adriana de Fátima Penteadó	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2011
Mapeamento geomorfológico aplicado na análise de impactos ambientais urbanos: contribuições ao (re)conhecimento de morfologias, morfocronogêneses e morfodinâmicas do relevo da bacia hidrográfica do Arroio Feijó	Moisés Ortemar Rehbein	Jurandyr Luciano Sanches Ross	2011
Conforto térmico em habitações de favelas e possíveis correlações com sintomas respiratórios: o caso do Assentamento Futuro Melhor - Avaliação de impactos ambientais no município de Ubatuba: uma proposta a partir dos geoindicadores	Isabel Utimura	Tarik Rezende de Azevedo	2011
Dispersão urbana e apropriação do relevo na macrometrópole de São Paulo	Esmeralda Buzato	Lylían Zulma Doris Coltrinari	2012
Sistema de espaços livres públicos e índice de qualidade de áreas verdes (IQAV) da paisagem urbana de São Bernardo do Campo (SP)	José Guilherme Schutzer	Adilson Avansi de Abreu	2012
Ambiente e saúde na cidade de Manaus: percepção de moradores (estudantes do ensino médio) sobre degradação ambiental e doenças infectoparasitárias	Adenilson Francisco Bezerra	Yuri Tavares Rocha	2013
Análise da participação social no contexto da gestão de riscos ambientais na bacia hidrográfica do rio Indaiá, Ubatuba-SP-Brasil	Dayson Jose Jardim Lima	Sueli Angelo Furlan	2013
Índice de vulnerabilidade urbana a alagamentos e deslizamentos de terra, em função de eventos extremos de clima, na Região Metropolitana de São Paulo: uma proposta de método	Débora Olivato	Magda Adelaide Lombardo	2013
Avaliação das medidas de educação e Vigilância Ambiental em Saúde com vistas ao controle da infestação predial de <i>Aedes aegypti</i> , e da dispersão de criadouros dos mosquitos vetores do vírus da dengue	Leticia Palazzi Perez	Magda Adelaide Lombardo	2013
	Kênia Rezende	Barrozo, Ligia Vizeu	2013

Anexo 03 – Orientadores das teses com a abordagem socioambiental por ano

Orientador	Universidade	Ano de Defesa da Tese
Adilson Avansi de Abreu	USP - GF	2010
Ana Maria Bicalho	UFRJ	2008
Antonio Carlos Robert Moraes	USP - GH	2002
Antonio Carlos Vitte	UNICAMP	2008
Antonio José Teixeira Guerra	UFRJ	2007, 2009
Antonio Pereira Magalhaes Junior	UFMG	2012
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	USP - GH	2006
Augusto Humberto Vairo Titarelli	USP - GF	2000
Barbara-Christine M. Nentwig Silva	UFS	2010
Bernardo Machado Gontijo	UFMG	2014
Chisato Oka Fiori	UFPR	2013
Dirce Maria Antunes Suertegaray	UFRGS	2011, 2013
Edison Rodruiges Barreto Junior	UFS	2011
Francisco de Assis Mendonça	UFPR	2010, 2011, 2011, 2013, 2014
Heloisa Soares de Moura Costa	UFMG	2009
Jan Bitoun	UFPE	2011
João Eduardo Pinto Basto Lupi	UFSC	2011
João Lima Sant'Anna Neto	UNESP - PP	2013
João Osvaldo Rodrigues Nunes	UNESP - PP	2009
José Bueno Conti	USP - GF	1995, 2007
José Carlos Godoy Camargo	UNESP - RC	2005
José Meneleu Neto	UECE	2011
José Roberto Tarifa	USP - GF	2001
Josefa Eliane S. de Siqueira Pinto	UFS	2012
Jurandyr Luciano Sanches Ross	USP - GF	2011
Léa Goldenstein	USP - GH	1987
Lígia Vizeu Barrozo	USP - GF	2013
Luís Alberto Basso	UFRGS	2013
Manfred Fehr	UFU	2013
Marcos José Nogueira de Souza	UECE	2014
Margarete Cristiane de C. T. Amorim	UNESP - PP	2012
Maria Encarnação Beltrão Sposito	UNESP - PP	2012
Maria Lúcia de Paula Herrmann	UFSC	2009
Mário De Biasi	USP - GH	2001
Olga Cruz	USP - GF	1990
Pompeu Figueiredo de Carvalho	UNESP - RC	2010
Rubens Toledo Júnior	UFS	2011
Sandra Baptista da Cunha	UFF	2006
Sueli Angelo Furlan	USP - GF	2009
Wagner Costa Ribeiro	USP - GH	2012, 2013

Organizado por: PINTO (2015)